UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

WILSON JOSÉ FÉLIX XAVIER

AS PRÁTICAS EDUCATIVAS DA LIGA CAMPONESA DE SAPÉ: MEMÓRIAS DE UMA LUTA NO INTERIOR DA PARAÍBA (1958-1964)

Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Engler Cury

João Pessoa
2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

WILSON JOSÉ FÉLIX XAVIER

AS PRÁTICAS EDUCATIVAS DA LIGA CAMPONESA DE SAPÉ: MEMÓRIAS DE UMA LUTA NO INTERIOR DA PARAÍBA (1958-1964)

João Pessoa
2010

WILSON JOSÉ FÉLIX XAVIER

AS PRÁTICAS EDUCATIVAS DA LIGA CAMPONESA DE SAPÉ: MEMÓRIAS DE UMA LUTA NO INTERIOR DA PARAÍBA (1958-1964)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Grasduação em Educação (Strictu Sensu), do Centro de Educação – CE, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, para obtenção do título de Mestre em Educação

Orientadora: Profa. Dra. Cláudia Engler Cury

João Pessoa
2010

WILSON JOSÉ FÉLIX XAVIER

AS PRÁTICAS EDUCATIVAS DA LIGA CAMPONESA DE SAPÉ: MEMÓRIAS DE UMA LUTA NO INTERIOR DA PARAÍBA (1958-1964)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (Strictu Sensu), do Centro de Educação – CE, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, para obtenção do título de Mestre em Educação

Aprovada em: _____/____/2010.

BANCA EXAMINADORA

_____

Profa. Dra. Cláudia Engler Cury – PPGE/UFPB
Orientadora

_____

Profa. Dra. Regina Célia Gonçalves – PPGH/UFPB
Examinador

_____

Prof. Dr. Antonio Torres Montenegro – PPGH/UFPE
Examinador

_____

Profa. Dra. Regina Beatriz Guimarães Neto – PPGH/UFPE
Examinadora – Suplente

_____

Prof. Dr. Charliton José dos Santos Machado – PPGE/UFPB
Examinador - Suplente

A todos e todas que lutaram e ainda lutam por uma vida mais justa no campo, inclusive, aos que sucumbiram (não em vão!) diante dos capangas do latifúndio e do afã repressivo da Ditadura Militar.

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos são como uma estátua mutilada que, embora bela em propósito e feitio não é cópia integral da beleza que lhe servia de tipo, mas um fragmento apenas dessa cópia. Por isso, inicio agradecendo a todos e todas que contribuíram de alguma forma para a pesquisa, mesmo sem estarem citados ou mesmo aos que nem desconfiam de sua importância nessa caminhada. A seguir nomeio aqueles e aquelas que considero fundamentais no processo:

À minha mãe Gercina Félix da Silva, à minha filha Ana Clara Pereira Xavier, e à Joseane da Silva Morais, pela dedicação, amor e apoio afetivo. Essa é uma conquista de todos nós.

À minha orientadora, a professora doutora Cláudia Cury que me acolheu e orientou com seriedade, eficiência e muita paciência. Difícil traduzir em palavras o quanto sou grato ao seu respeito com relação às minhas idéias, à minha escrita e por compreender os momentos difíceis e inesperados pelos quais passei durante o Mestrado. Muito obrigado por tudo!

Aos professores Regina Célia e Antonio Montenegro que gentilmente aceitaram o nosso convite e muito contribuíram com este trabalho, participando da banca avaliadora.

Aos coordenadores do Programa de Pós-Graduação em Educação durante o tempo da pesquisa, professores Charliton e Adelaide, pela competência na condução do curso.

A todos os professores que contribuíram com a minha formação com as aulas ministradas no PPGE e no PPGH.

À dona Elizabeth Teixeira que aceitou receber-me em sua residência e gravar as entrevistas para a pesquisa. Obrigado pela solicitude.

À senhora Isabel Regina Reis que, simpaticamente, tanto contribuiu para este trabalho aceitando tanto gravar as entrevistas, quanto cedendo o material que possuía para a reprodução fotográfica. Sem sua colaboração o trabalho seria de uma riqueza menor.

À professora Iveline Lucena que gentilmente aceitou receber-me em sua residência, aqui na Paraíba, para compartilhar um pouco de suas memórias.

A todos que dispuseram de mais ou menos tempo para as entrevistas da pesquisa, “doando” um pouquinho de suas experiências e compartilhando um pouco de suas memórias.

Ao pessoal do Núcleo de Documentação Histórica e Informação Regional da UFPB (NDHIR), que gentilmente contribuiu para o acesso a novos documentos

Ao doutor Adauto Ramos, membro do Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba (IHGP), pela amizade e apoio à pesquisa, inclusive, na indicação de fontes e livros para o trabalho, bem como pela doação de obras de seu acervo pessoal que tanto contribuíram para a análise do objeto.

À Juliana Elizabeth Teixeira do Nascimento pelo apoio e ajuda com a disponibilidade de seu material pessoal para a dissertação.

Aos professores Carla Mary e Antonio Carlos Ferreira Pinheiro pelas contribuições e sugestões de leitura, mesmo que a “distância”.

A todos os meus colegas da turma 28 e, em especial, a Rosângela, Bruna, Erinalva, Daniela, Vivia, Ramsés, Jassuipe e Cristiano (a turma da História da Educação!) pelas discussões que favoreceram o meu amadurecimento como pessoa e pesquisador.

Aos professores de Bayeux Edielson Gonçalo e Ariosvaldo (Lala) que contribuíram também para o sucesso dessa caminhada. Muito obrigado.

A CAPES, pela disponibilização de meios para o financiamento de minha pesquisa.

Por todos e por tudo, agradeço ao Grande Arquiteto do Universo, por permitir compreender que a paisagem se modifica de acordo com o degrau em que nos situamos...

“Foi feita a reforma agrária
Por toda América Latina,
Há quase século no México
E por toda área Andina:
Bolívia, Venezuela,
Peru, Chile, Argentina...

Porém, aqui no Brasil
Sempre ao povo foi negada,
Somente com João Goulart
Pôde ser reivindicada
Pelas Ligas Camponesas
Para ser logo implantada.

Porém, um golpe de Estado
Seguido por ditadura
Depôs o seu presidente,
Criando nova estrutura
O que levou a reforma
Agrária pra sepultura.

No entanto, o movimento
Tava bem organizado,
Pois, as Ligas Camponesas
Fazia o trabalho ousado
De educar os operários
Do Nordeste em cada estado.

Em Pernambuco a figura
De Francisco Julião
Transformou-se em legenda
Quando, com disposição,
Levava aos trabalhadores
A coragem e a lição”.

(O Cordel da Reforma Agrária – Composição Medeiros Braga)

RESUMO

A presente pesquisa discute as concepções e as práticas educativas das Ligas Camponesas paraibanas, e em específico da Liga Camponesa de Sapé, refletindo sobre a possibilidade da associação ter-se tornado um "lugar de educação", i.e., um espaço que congregou iniciativas formais e informais de educação, como um dos aspectos da luta camponesa contra a exploração do bloco agro-industrial do estado na década de 1960. Para tanto foi necessária uma incursão nas complexas discussões e experiências político-educacionais do movimento social que tomou vulto entre os anos de 1958-1964 (período de funcionamento da referida organização) na Paraíba. Compõe-se de um estudo que utilizou, dentre outras fontes, entrevistas temáticas com ex-membros da Liga Camponesa, tendo por referência teórico-metodológico, a perspectiva da História Social Inglesa, mais especificamente a que trabalha com a categoria de "experiência" de Thompson, num constante diálogo com a crítica de Benjamin à noção de tempo "vazio e linear". O trabalho de educação política desenvolvido pela Liga Camponesa de Sapé nos diferentes espaços de luta identificados – sede da Liga, assembléias, cirandas, comícios, escolas radiofônicas, círculos de cultura -, influenciou os saberes e fazeres cotidianos dos camponeses, sugerindo novos caminhos de resistência. Essa rememoração/reconstrução abre novas possibilidades de compreensão do fenômeno Ligas Camponesas.

Palavras-Chave: História da Educação, Movimentos Sociais, Memória e Liga Camponesa de Sapé.

ABSTRACT

This research discusses the conceptions and educational practices of the Ligas Camponesas da Paraíba, and in particular of the Liga Camponesa de Sapé, reflecting on the possibility of the association have become a "place of education", i.e., a space initiatives bringing together formal and informal education as an aspect of peasant struggle against the exploitation of the block agro-industrial state in the 1960s. This involved a raid on the complex negotiations and political-educational experiences of major social movement that has taken between the years 1958-1964 (period of operation of that organization) in Paraíba. It consists of a study that used, among other sources, thematic interviews with former members of the Liga Camponesa de Sapé, with reference to theoretical and methodological perspective of the Social History of England, more specifically working with the category of "experience" Thompson, in a constant dialogue with Benjamin's critique of the notion of time "empty and linear." The work of political education developed by the Liga de Sapé in different places to fight identified - the headquarters of the Liga, assemblies, “cirandas”, rallies, radio schools, crop circles - has influenced the knowledge and everyday doings of the peasants, suggesting new avenues of resistance . This recall / reconstruction opens new possibilities for understanding the phenomenon Ligas Camponesas.

Keywords: History of Education, Social Movements, Memory and Liga Camponesa de Sapé.

LISTA DE SIGLAS

ABCAR - Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural

AESP - Associação dos Estudantes Secundários da Paraíba

ANCAR - Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural

AP – Ação Popular

CEDUC – Centro de Educação

CEEA – Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos

CEPLAR – Campanha de Educação Popular

CGT – Confederação Geral dos Trabalhadores

CNER – Campanha nacional de Educação Rural

CPC – Centro de Cultura Popular

CPDOC/FGV – Centro de Pesquisa e Documentação Oral Contemporânea – Fundação Getúlio Vargas

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CPT – Comissão Pastoral da Terra

FTA

FUNESC – Fundação Espaço Cultural

IBGE – Instituto brasileiro de Geografia e Estatística

IHGP – Instituto Histórico e Geográfico Paraibano

IJNPS – Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais

IPM – Inquérito Policial Militar

ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

JUC – Juventude Universitária Católica

LCB – Ligas Camponesas do Brasil

MCP – Movimento de Cultura Popular

MEB – Movimento de Educação de Base

MST – Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NDHIR - Núcleo de Documentação Histórica e Informação Regional

PCB – Partido Comunista Brasileiro

POLOP - Organização Revolucionária Marxista-Política Operária

PORT – Partido Operário Revolucionário Trotskista

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSD – Partido Social Democrático

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

SAR – Serviço de Assistência Rural

SEC – Secretaria de Educação e Cultura

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem na Indústria

SER – Serviço de Extensão Rural

SIRENA – Serviço Rádio Educativo Nacional

SIREPA - Sistema Rádio-Educativo da Paraíba

SRB – Sociedade Rural Brasileira

SSR – Serviço Social Rural

UDN – União Democrática Nacional

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

ULTAP – União dos Trabalhadores Agrícolas do Pará

UNE – União Nacional dos Estudantes

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01: Distribuição da Produção Identificada sobre o tema "Ligas Camponesas" nas Bibliotecas e Acervos Pesquisados..... 32

QUADRO 02: Atividades e Confrontos da Ligas Camponesas na Paraíba..... 45

QUADRO 03: Número de Sócios Registrados nas Associações Rurais, segundo Regiões Geográficas, por Unidades da Federação – 1959-1964..... 49

QUADRO 04: Questionários do MEB em Pernambuco (quadros III e IV)..... 54

QUADRO 05: Produção, localização e fundação das usinas de açúcar da Paraíba – 1954-1955..... 56

QUADRO 06..... 66

QUADRO 07: Relação dos principais produtos agrícolas e quantidade 1940/1950/1960 no Município de Sapé..... 81

QUADRO 08: Ligas Camponesas e suas Estratégias Iniciais na década de 1940..... 103

QUADRO 09: Déficit Escolar nos Principais Municípios da Paraíba – 1961..... 122

QUADRO 10: Síntese de Perspectivas e Táticas Educacionais – PCB, Port, Polop, AP (até 1965) e CEPLAR..... 139

QUADRO 11: Número de receptores da Radioeducação no Brasil (1958-1959)..... 178

QUADRO 12: Número de Escolas e Alunos do Sistema Rádio-Educativo da Paraíba (1959-1965)..... 182

193

QUADRO 13: Cadeiras e Escolas Criadas em Sapé de 1935 a 1954.....

QUADRO 14: Escolas e Grupos Escolares criados pelo Governo Estadual de 1957 a 1963..... 197

QUADRO 15: Municípios e Escolas do SIREPA instaladas no segundo semestre de 1963..... 207

QUADRO 16 - Número de professores selecionados pela CEPLAR, por município (1963/1964)..... 210

LISTA DE GRÁFICOS, MAPAS, PLANOS E FIGURAS

GRÁFICO 01: Profissão ou Condição Social das Lideranças das Ligas Paraibanas..... 131

GRÁFICO 02: Escolaridade das Lideranças das Ligas Camponesas Paraibanas.... 132

MAPA 01: Localização das Usinas de Açúcar na Paraíba – 1950..... 64

MAPA 02: Expansão do Sistema Rádio-Educativo da Paraíba entre os anos 1959-1964, a partir da capital João Pessoa..... 183

MAPA 03: Distribuição das Escolas Governamentais no Município de Sapé/Final da década de 1960..... 201

PLANO da Usina Goiabeira..... 199

FIGURA 01: Evolução urbana do município de Sapé..... 80

FIGURA 02: Carteira de sócio da Liga camponesa de Sapé..... 89

FIGURA 03: Invasão de terras na Paraíba..... 92

FIGURA 04: Manifestações camponesas..... 97

FIGURA 05: Cartilha de ABC de Landelino Rocha..... 120

FIGURA 06: Jornal Voz Operária..... 128

FIGURA 07: Panfletos da Campanha de Politização do MEB..... 142

FIGURA 08: Portaria do Serviço de Educação de Adultos..... 157

FIGURA 09: Avaliação final de Isabel Regina dos Reis..... 158

FIGURA 10: Capa do compêndio Geometria Prática Popular, de Abílio Cesar Borges..... 160

FIGURA 11: Lição 18 da Cartilha do MEB “Viver é Lutar”..... 170

FIGURA 12: Trecho do livro de leitura “Educar para Construir”, do MEB-RN..... 176

FIGURA 13: Escolas radiofônicas RN e PB..... 186

FIGURA 14: Organograma da Marcha Processual da Desapropriação Amigável..... 189

FIGURA 15: Ficha de Associados da Liga Camponesa de Mamanguape e Rio Tinto..... 211

SUMÁRIO

1. PRIMEIRAS PALAVRAS..... 13
1.1. Exercícios do Ouvir: percurso da pesquisa..... 13
1.2. Exercícios do Olhar: pressupostos interpretativos..... 20
1.3. Exercício do Contar/Narrar..... 31

2. A EXPERIÊNCIA POLÍTICA TAMBÉM EDUCA..... 42
2.1. "Esperar não é saber": A Liga Camponesa de Sapé como "Lugar de Educação"?..... 42
2.2. Lições de Resistência: Das Reuniões Secretas às Assembléias Gerais..... 56
2.3. Construindo Memórias de Luta nas Cirandas, Feiras e Comícios..... 79

3. AS CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO DA LIGA CAMPONESA DE SAPÉ.... 101
3.1. Assembléia Geral, Federação das Ligas Camponesas e Simpósios: Arenas de Conflitos e Palcos de Acordos sobre Educação..... 101
3.2. Memórias de Leituras Camponesas: entre a Tradição, o Autodidatismo e a Política..... 116
3.3. Entre a "Revolução das 40 horas" e a "Revolução Brasileira": Métodos de Ação e de Educação da Liga Camponesa de Sapé..... 136

4. RECONSTRUINDO AS PRÁTICAS E OS SABERES EDUCATIVOS DA LIGA CAMPONESA DE SAPÉ..... 154
4.1. Saberes e Práticas de Professores Leigos..... 154
4.2. Cultura Material e Cotidiano: as Aulas pelas Ondas Hertzianas..... 174
4.3. Como Surge uma "Escola Camponesa"?..... 192

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 217

REFERÊNCIAS..... 223

ANEXOS..... 242

Capítulo 1

Primeiras Palavras...

I - PRIMEIRAS PALAVRAS

1.1. Exercícios do ouvir: o percurso da pesquisa

> O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e amigos, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas. (POLLACK, 1992, p. 5)

A imagem que abre esta dissertação sintetiza a força com a qual repercutiram as notícias sobre as Ligas Camponesas da Paraíba por todo o Brasil. A foto, que faz parte da edição de junho/1962 da revista *Fatos e Fotos*, mostra Ophélia Amorim, advogada recém-formada, líder e oradora da Liga de Campina Grande, posando num suposto discurso para os "camponeses", numa reportagem intitulada "O Nordeste perde a paciência". Sem "esquecer" de sua feminilidade e de seus "gestos suaves", Ophélia simbolizava na visão dos editores da revista, a radicalização da organização das Ligas Camponesas, ao referir-se a "luta armada" e a "revolução".

Quase trinta anos depois desse episódio, uma pergunta: que Ligas são estas afinal? Esta era a grande interrogação surgida ao ouvir a expressão "Ligas Camponesas" pela primeira vez, na aula de História da professora Tânia, 7ª Série do Ginasial[1] no Colégio Pedro II, São Cristovão, Rio de Janeiro. O ano era o de 1990. O súbito interesse relacionava-se, principalmente, com a insuspeitada referência em sala de aula, à cidade de Sapé, na Paraíba, como abrigo de uma das maiores e mais importantes expressões dos movimentos sociais no Brasil, no contexto sócio-político dos anos de 1960. A cidade familiar, refúgio pacato das férias na infância, transfigurava-se, repentinamente, em palco de importantes acontecimentos históricos - pelo menos na visão de um jovem de 14 anos. Nesse estágio de curiosidade, uma rápida pesquisa no seio familiar mais próximo, migrado daquela região em meados de 1970, revelou novos aspectos da Liga

[1] Corresponde atualmente ao oitavo ano do Ensino Fundamental.

de Sapé não constantes nos livros didáticos: caminhões carregados de camponeses em protesto, gritos efusivos de "Viva a Liga Camponesa!", o "recrutamento forçado" de agricultores para as manifestações públicas, a comoção com o assassinato do líder camponês João Pedro e famílias desagregadas pela Luta[2].

As reminiscências familiares emergiam com cores fortes dando um novo significado à história, bem diverso da perspectiva abordada na escola: o da experiência de quem viveu naquele tempo e lugar. As palavras narradas foram sendo retrabalhadas mentalmente ao longo dos anos, tornando a própria experiência do contar e ouvir, em algo intrigante e inesquecível. No "desenrolar da bobina para trás", ficou a impressão que essa imagem perdurara no revérbero da memória, até o presente, num movimento similar ao exposto com rara beleza nas palavras de Jacques Le Goff (1989, p. 172) quando fala sobre a relação da memória dos seus pais com a construção da sua consciência histórica:

> Foi através da memória de meus pais – e mais ainda pelo contato com uma memória dos tempos de sua infância e da sua juventude que sobrevivia nos seus caracteres, nas suas idéias, nos seus comportamentos cotidianos – que se edificou em mim o sentido da duração, da continuidade histórica e, ao mesmo tempo, das rupturas.

Mas, como não existe "filme" sem cortes, edições e mudanças de cenário, no ano de 1997, a migração pessoal para uma nova comunidade na Paraíba, trouxe outros horizontes de vida: a conclusão do curso de Pedagogia, em 2006, pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB; a reaproximação com pessoas que

[2] Os termos "camponês" e "latifundiário" usados na pesquisa expressam as imagens que as classes em conflito faziam de si próprias. Trata-se, portanto, da recuperação da identidade local com vocábulos que denotavam categorias políticas. A concepção veiculada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) no jornal Voz Operária, em 1947, o camponês difere do trabalhador do campo ou do trabalhador agrícola, pois estes últimos seriam os "proletários do campo", os assalariados. O termo "camponês" seria "uma expressão genérica que abrange tanto os camponeses pobres, que não possuem terra ou que a tem em pequena quantidade, como os camponeses médios ou ricos" (BARRIGUELLI, 1981b, p. 293). Em ambos os casos, mesmo pertencendo a classes diferentes, o termo se referiria aos grupos que tem um vinculo de sobrevivência mais profundo com a terra, que a mera compensação monetária. Para Francisco Julião, o camponês também é aquele que mantém um vínculo com a terra, excluindo-se, no entanto, dessa definição a "burguesia rural". O camponês era o "rendeiro, o foreiro, o parceiro, o meeiro, o posseiro e o vaqueiro". (CARONE, 1981, p.163) No entanto, para cerca de 90% dos entrevistados, ser camponês era pertencer às Ligas Camponesas ou lutar contra o latifúndio. Por isso, na presente pesquisa os termos "camponês" e "campesinato" serão utilizados para referirem-se especificamente aos membros das Ligas Camponesas.

participaram direta ou indiretamente da Liga Camponesa de Sapé e a aprovação na seleção para o Mestrado do Programa de Pós-Graduação da UFPB, na linha de pesquisa em História da Educação, em 2008. Entretanto, perfazendo esse percurso, no hibridismo de motivações pessoais e acadêmicas, o desejo de saber mais sobre a Liga Camponesa de Sapé não arrefecia. Pelo contrário, persistia como uma idéia fixa (a alma é uma máquina de produzir significados e resgatar velhos "fantasmas"), só que agora, pela perspectiva dos estudos histórico-educacionais.

Todavia, os fatos cruamente apresentados, numa narrativa na qual o início parece trazer conectado em si a promessa de um final (feliz quem sabe), podem ser enganadores. Aceita a metáfora de Diehl (2002, p.16) não se buscou varrer a sala para deixá-la brilhante, à custa de restos empurrados para debaixo do tapete. O projeto enfrentou falhas, medos, interrupções, omissões: descontinuidades. Como descontínuo, aliás, é todo saber produzido, seja pela universidade, pelas elites, ou por qualquer um que se disponha a produzi-lo.

As inconsistências do dia-a-dia do indivíduo/historiador dialogaram a todo instante com as coordenadas do fazer histórico, que supõe atender algumas exigências, como definir com precisão um problema, explorar possibilidades de reflexão, constituir um núcleo documental a ser analisado, interpretado, e por fim, escrever e compartilhar com os leitores os "resultados", certamente provisórios de toda pesquisa histórica. E o fio dessa trama entrelaçou-se necessariamente com os locais aonde o historiador vai "beber" de uma forma muito peculiar as informações – as fontes.

Parafraseando Chalhoub (1990, p.18), os "fatos nunca estão lá", em alguma esquina mais ou menos deserta do arquivo, de tocaia, prontos para tomar de assalto as páginas dos historiadores; é preciso investigar seus rastros – os documentos – e construí-los sempre, a partir de interesses específicos de cada autor e da "imaginação controlada" característica da disciplina histórica.

Assim, no encalço dessas pistas, desde o princípio havia a clara intenção de realizar um "mergulho" na história das práticas educativas da Liga Camponesa de Sapé, pelo menos, as "filtráveis" das fontes utilizadas. No entanto, a primeira dificuldade encontrada referia-se justamente à documentação. As fontes obtidas inicialmente – basicamente livros, jornais, filmes documentários e documentos oficiais do governo do estado da Paraíba, traziam sempre discursos construídos que, por diferentes motivos (abordagem teórica, leitura de mundo feita por terceiros para compor as "malhas" da

notícia, função social), teimavam em "falar" em outras direções, aparentemente diferentes da desejada, ou seja, a da questão educativa dos camponeses.

É bem verdade que esses documentos foram importantes para a pesquisa, na medida em que se realizou uma leitura no "contrapelo" da história, como ensina Benjamin (1994, p. 225), trazendo assim, indícios de práticas e saberes de anônimos camponeses, perceptíveis, mesmo que nas entrelinhas dos discursos patronais ou de setores privilegiados daquela sociedade. O conjunto documental se enquadrava, inclusive, na classificação trazida por Buffa (2005, p.107), como "fontes secundárias para pesquisadores da educação", ou seja, aquelas que, não tratando especificamente da educação, podem, contudo, fornecer elementos importantes para o conhecimento da educação e do ensino de uma época. Contudo, havia o ressentimento para o trabalho, seguindo o mesmo critério classificatório da autora, das chamadas "fontes primárias para a educação" – aquelas que tratam explicitamente da educação – que praticamente inexistiam, no tocante ao tema escolhido[3].

As dificuldades, mais ou menos esperadas, só confirmavam aos olhos do historiador, a intenção inicial da dissertação de uma mudança de perspectiva. Por que não ouvir as pessoas que participaram das salas de alfabetização ou círculos de cultura junto à Liga de Sapé, fossem elas professores ou alunos? Era possível construir esses documentos, dada a relativa proximidade dos episódios, que possibilitava a utilização de tal recurso. Além do mais, as conversas informais com os velhos agricultores sugeriam, ao faro investigativo do pesquisador que os partícipes dessas vivências estavam por aí, talvez não muito longe, espalhados nos sítios da Zona da Mata paraibana, nas "pontas de ruas" da cidade de Sapé ou em municípios próximos. A intuição se confirmara: a busca com ares de investigação "noturna", solitária, e às vezes desacreditada por alguns, fez ressurgirem os sujeitos dessa história para compor o sempre incompleto quebra-cabeças do conhecimento histórico.

---

[3] Convém lembrar que lacunas profundas foram abertas com o Golpe de 64, haja vista, o confisco, levado a efeito pela repressão militar, dos registros da Liga de Sapé, de parte dos documentos do Sistema Rádio-Educativo da Paraíba (SIREPA), referente à sua atuação pré-64; e de toda a documentação da Campanha de Educação Popular (CEPLAR), vaticinando a sua extinção. De acordo com Porto & Lage (1995, p.148) jornais da época falavam de farto material subversivo apreendido nas sedes da Campanha. Entre o material apresentado nas pequenas notas de jornais como "subversivo", encontravam-se dentre outros, documentos relativos às ações pedagógicas da CEPLAR no eixo João Pessoa-Sapé, muitos dos quais utilizados como "provas materiais" de "ações comunistas" contra os dirigentes da CEPLAR no chamado "Processo de Subversão Geral da Paraíba"– doravante a grande maioria dos documentos, destino ignorado. Necessário se faz clarificar que ambas as iniciativas – o SIREPA e a CEPLAR – tiveram forte atuação em áreas de conflitos entre latifundiários e Ligas Camponesas no estado.

Coube, portanto, recuperar outra memória, que permitisse não só reconstruir evidências, como apresentar interpretações sobre o que se passou. Em poucas palavras, principalmente, o desejo de um olhar diferenciado terminou por abrir novo horizonte: o da abordagem histórica das Ligas Camponesas, por intermédio de entrevistas e o intercruzamento destas com outras fontes, permitindo dar voz aos múltiplos e diferentes narradores. Nesse sentido, pode-se tomar de empréstimo a lição de Alberti (2005, p.23), de que a principal característica do documento oral não consiste no ineditismo de informações, nem tampouco no preenchimento de lacunas de que se ressentem os arquivos de documentos escritos ou iconográficos. Sua peculiaridade – e o do uso de entrevistas na produção historiográfica – decorre de toda uma postura com relação à história e às configurações sócio-culturais, que privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu.

Mesmo em posse do pretenso "mapa da Babilônia" e de sua promessa de riquezas – no caso, a idéia da construção de documentos orais -, não havia dúvidas do tamanho do desafio desposado. Uma vez localizados esses indivíduos, remetidos por muito tempo ao que Galvão (2005, p.135) denominou como um "limbo na pesquisa histórica e educacional", muitas vezes, pela ausência do registro de suas vidas e de suas trajetórias em documentos oficiais, foi preciso ainda convencê-los a falar, "remexer naquela história antiga", como diziam alguns com fisionomia contrariada - tarefa nada fácil, já que o medo dos fazendeiros e da polícia, ainda hoje, se faz presente, nas falas reticentes e na desconfiança silenciosa dessas pessoas.

No entanto, é necessário esclarecer que na presente pesquisa não se trabalhou na perspectiva da "história de vida" dos entrevistados, mas com entrevistas temáticas. De acordo com Meihy e Holanda (2007, p.35) as histórias de vida são decorrentes de narrativas e estas dependem da memória, dos ajeites, contornos, derivações, imprecisões e até das contradições naturais da fala. Isso talharia a essência subjetiva desse tipo de trabalho. Já no caso das entrevistas temáticas,

> A existência de um foco central que justifica o ato da entrevista em um projeto, recorta e conduz a possíveis maiores objetividades. Por lógico reconhece-se que objetividade absoluta não existe, mas há recursos capazes de limitar devaneios e variações. (Id. Ibdem.)

Dessa forma, uma das práticas decisivas no trabalho com as entrevistas temáticas é a existência de um questionário, que precisa "estabelecer critérios de

abordagem dos temas. As perguntas e respostas, pois, são partes do andamento investigativo proposto". (Id., Ibdem)

Contudo, vencida essa etapa de localização dos entrevistados e escolhas metodológicas quanto às entrevistas (que será tratada mais detalhadamente no item 1.3.), sobreveio, talvez, a mais difícil de todas: buscar o lugar desses sujeitos na história, sem simplificações, mas inserindo-a no contexto sócio-histórico, num diálogo que pôde criar uma nova referência histórica e cultural, até então circunscrita a pequenos grupos de amigos e familiares.

O itinerário apenas esboçado nos parágrafos anteriores, de certa forma, vai ao encontro da proposta benjaminiana de que, na evocação da memória - onde estão alojadas as lembranças e as esperanças -, o passado tornar-se-ia acessível de alguma forma ao homem. Uma busca que permitiria identificar o caráter reconstrutivo da história, e recuperar o que foi deixado de lado pelo registro historiográfico hegemônico, para fornecer instrumentos possíveis de uma crítica social no presente. O historiador, nessa perspectiva, seria um elemento privilegiado, capaz de recuperar as virtualidades inibidas, os "registros de derrotas" e os testemunhos de frustrações do passado – ou como complementaria elegantemente Thompson (1987a, p.13), em outro tempo e lugar, descobrir nos "becos sem saída" ou nas "causas perdidas", percepções de males sociais que ainda estão por curar. Basta recordar que, no caso específico das Ligas Camponesas, as experiências educativas foram sempre experiências interrompidas, "abortadas", ora pelos grandes proprietários de terras, ora pelo militares do Golpe de 1964.

Uma escuta sensível, pessoal e intransferível, (embora a biografia e a memória do pesquisador não estivessem propriamente em questão), foi decisiva para a reorientação do projeto inicial. Se este se restringia numa primeira concepção de "gabinete", em rastrear e analisar as salas de aula ou círculos de cultura que funcionaram junto à Liga em questão, no trabalho de alfabetização dos camponeses, o contato *vis-à-vis* com os entrevistados apontou outras direções a percorrer, sem que as intenções iniciais fossem deixadas à beira do caminho. As lembranças baseadas na experiência e não no rigor científico, indicaram, por exemplo, que tais iniciativas educacionais, em boa parte exigidas e reivindicadas pelos membros da Liga Camponesa de Sapé, inseriam-se, mediadas por desejos de futuro, como parte de uma prática social e histórica mais ampla, constituída por processos educativos informais, sendo estes intencionais ou não.

Noutras palavras, as memórias convocadas foram um álibi para suspeitar epistemologicamente que algumas dimensões que tangenciam a Liga Camponesa de Sapé vêm sendo silenciadas, esquecidas pelo "olhar" dos pesquisadores. Não obstante, a história de motins, sedições, e dos confrontos entre camponeses e latifundiários; desvelou-se outra face dos episódios, que também requereu a devida atenção: a do aprendizado, dos ensinamentos forjados no processo de oposição em curso, das lições estabelecidas no convívio entre os grupos antagônicos, presos na mesma rede de relações sociais – um processo educativo que gravitou em torno da disputa política pela terra, de forma tão intensa, que se mantém até os dias atuais no ideário rural como referência de luta no campo.

Como já foi apontado por Demartini (2006, p. 75), não há neste tipo de pesquisa receitas prontas e nem modos de agir que possam ser padronizados, pois,

> Quando se trabalha especialmente com relatos orais, além da subjetividade, dos valores e formação que cada pesquisador traz para a situação de entrevista, há ainda diferentes maneiras de se relacionar, de se expor e de escutar e, portanto, diferentes fontes orais criadas. (Id., Ibdem.)

Nesse sentido, as falas dos entrevistados, carregadas de "restos", vivências, fragmentos de tempos pretéritos, terminaram por libertar a "eles" (e principalmente ao historiador) de uma compreensão homogênea ou polarizada no binômio dominante/dominado, - tão característico de certa história da educação -, e assim, puderam auxiliar a deslocar o foco da análise sobre processos educativos na história para (também) fora das campanhas educacionais que atuaram junto à Liga, para a compreensão de sujeitos singulares, com histórias de vida únicas e produtores cotidianos de práticas culturais.

Esse deslocamento, no entanto, exigiu um esforço na apuração de conceitos cristalizados, uma afinação da metodologia e, por vezes, a interlocução com outros campos de conhecimento, na esperança de fazer eco ao pertinente conclame de Novoa (1992, p. 210), quando diz que não basta "dizer" a História da Educação, há de se assumi-la na prática. "Temos, pois, que ser audaciosos" e "ousar produzir um outro conhecimento histórico no domínio educativo" (Id., Ibdem.)

1.2. Exercícios do olhar: pressupostos interpretativos

> E escuta esta parábola perfeita: Alice [no País das Maravilhas] tinha diminuído tanto de tamanho que tomou um camundongo por um hipopótamo. Isso acontece muito, Mariazinha. Mas não sejamos ingênuos, pois o contrário também acontece. E é um outro escritor inglês que nos fala mais ou menos assim: o camundongo que expulsamos ontem passou a ser hoje um terrível rinoceronte.(...) O jeito é rir no caso da primeira confusão e ficar bem disposto para enfrentar o rinoceronte que entrou em nossos domínios disfarçado de camundongo. (*Para Maria da Graça*, de Paulo Mendes Campos, in: BARBADINHO NETO, 1982, p. 128)

Dando continuidade a uma discussão iniciada em *Pela Mão de Alice*, Santos (2000, p.198) desenvolve uma discussão em torno da correlação entre escalas e a compreensão do mundo social. Por meio dos mapas, aponta a necessidade do exercício de "imaginação cartográfica" para ver essas diferentes escalas – o que elas mostram e o que elas ocultam. Santos entende que os mapas, assim como as leituras da sociedade, "são distorções reguladas da realidade, distorções organizadas de territórios que criam ilusões credíveis de correspondência", e, que, portanto, a escolha da escala, em ambos os casos, envolve "sempre uma decisão sobre os detalhes mais significativos e suas características mais relevantes" (Id., Ibdem., p. 202). Isso implica numa decisão sobre o grau de pormenorização da representação que se pretende. Sendo assim, a pequena e a grande escala são fruto de escolhas sobre o que se considera mais ou menos relevante em determinada situação, considerando que as escolhas de visibilidade não anulam a existência daquilo que tornam invisível.

Tais problematizações no campo específico da historiografia têm levado a algumas questões relevantes nas últimas décadas: para onde "olhar"? Para o macro ou para o micro? Investigar os grupos ou os indivíduos? Debruçar-se sobre as estruturas e conjunturas (em outras palavras, tendências gerais), ou sobre "a crônica miserável de uma aldeia obscura"?[4]. Para Burke (1992, p. 35-37), essas questões espelham uma crise instaurada - as reflexões teóricas estrutural-globalizantes não satisfazem mais as exigências das orientações na história. A historiografia vê, então, nesses novos tempos de vertiginosas transformações, seu próprio território retalhado por uma pluralidade de

[4] Manzoni, citado em *Letteratura Italiana*, Ed. A. Asor Rosa, 5, Turim, 1986, p. 224, in: Burke (1992, p. 341).

instrumentos, temas, abordagens e procedimentos, que expressam a essência da crise presente. O estilhaçamento que se manifesta nos rótulos variados para os novos canteiros semeados estaria proporcionando aos historiadores, perceberem que os seus trabalhos não reproduzem "o que realmente aconteceu", tanto quanto o representam de um ponto de vista particular. A ineficácia, por assim dizer, das formas narrativas tradicionais em comunicar essa consciência ao leitor tem impulsionado os narradores históricos, cada vez mais, a tornarem visíveis em seus textos, a advertência de que não são oniscientes ou imparciais, e que outras interpretações, além das suas são possíveis.

De fato, pode-se dizer que este trabalho, baseado no diálogo das entrevistas temáticas com outras fontes, apresenta-se como a "vista de um ponto" que não descarta outras, mas que buscou um duplo exercício de pensamento: (re)inserir a educação no debate mais amplo do tema "Ligas Camponesas" e questionar os consensos, desconfiando sempre do óbvio e do silêncio sobre o assunto - uma espécie de "crítica"[5] das virtualidades explicativas do fenômeno. O núcleo de sua narrativa, que se desdobra em outras, é a questão educacional das Ligas Camponesas a partir da visão dos atores que vivenciaram as experiências educativas da entidade. Não se trata de uma escolha feita ao acaso: entre essas experiências e a forte organização interna da Liga de Sapé, que a tornou, para muitos, a maior e mais poderosa Liga de sua época, há uma relação explícita; entre a educação e a resistência do campesinato ao latifúndio, há uma relação mais sutil, porém, igualmente importante. O que significa dizer que a pertinência desta dissertação se encontra na proposta de estudo: concentrar a escala nas pessoas comuns, buscando ouvir suas vozes sobre um tema específico, para a partir daí correlacioná-las ao contexto sócio-político e educacional mais amplo. Voltar a atenção para aspectos das vidas dos entrevistados pode revelar mais sobre a complexidade das experiências do movimento camponês, graças à análise entre o particular e o contexto histórico.

Confessado este posto de observação, e identificados os silêncios sobre a questão educativa das Ligas Camponesas, e a decorrente falta de registro em letras de forma, fica o convite para se pensar que, tanto para as retinas quanto para a História é próprio do visível ter um forro de invisível. Embora parte das abordagens já existentes sobre as Ligas Camponesas não deixasse de criar uma referência histórica consistente, com modelos pertinentes de interpretação dos episódios correlacionados; tem insistido em enxergar a história apenas por certos fenômenos e certas projeções. Tem-se prendido

[5] A palavra "crítica" é aqui tomada no sentido original do grego de "verificar as possibilidades de algo", o mesmo sentido utilizado por Imanuel Kant em *A Crítica da Razão Pura*, (1987).

aos grandes quadros, e deixado de apreciar as minudências inquietantes das ações humanas (exceto a dos considerados "heróis") e seus significados, que têm passado despercebidos.

Sem dúvida, nos últimos anos, a perspectiva da multiplicidade e complexidade do real, e sua conseqüente irredutibilidade e inesgotabilidade, tem feito pensadores de diversas áreas compreenderem a pobreza epistemológica dos modelos (olhares) que reduzem o real a duas ou no máximo três formas. Nos domínios da história, os reflexos dessas discussões são perceptíveis nas palavras de Giovanni Levi (1992) e de Peter Burke (1992). O primeiro, quando enfatiza a atração dos historiadores de hoje por aqueles modelos que privilegiam a liberdade de escolha das pessoas comuns, suas estratégias, suas capacidades de explorar as inconsistências dos sistemas sociais e políticos, para encontrar brechas em que consigam se introduzir e sobreviver; e o segundo, quando entrevê a recente inclinação de alguns historiadores pela história do cotidiano, e pela complexidade do "mundo da experiência comum". Tipos de investigação que contemplam o *complexus*, no seu sentido original do "que é tecido junto" (TAVARES, 2004, p.164), na ambição de prestar contas, muitas vezes, das articulações despedaçadas pelos cortes entre as disciplinas, entre categorias cognitivas e entre tipos de conhecimento.

Impossível não fazer referência nessa perspectiva, à idéia de Thompson (1987a, p.13) em elaborar uma alternativa para a sempre presente história "da elite", o que significaria, segundo o autor, em certa medida e tempo,

> [...] resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddita, o tecelão do "obsoleto" tear manual, o artesão "utópico" e mesmo o iludido seguidor de Joanna Southcott, dos imensos ares superiores de condescendência da posteridade. Seus ofícios e tradições podiam estar desaparecendo. Sua hostilidade frente ao novo industrialismo podia ser retrógrada. Seus ideais comunitários podiam ser fantasiosos. Suas conspirações insurrecionais podiam ser temerárias. Mas eles viveram nesses tempos de aguda perturbação social, e nós não. Suas aspirações eram válidas nos termos de sua própria experiência [...]

Entretanto, para Thompson (2001, p. 156), aproximar-se das atuações desses atores (que podem ser pessoas ou grupos) requer a utilização de um modelo. Mas alerta: por mais flexível que seja o seu emprego, traz sempre consigo o perigo de uma leitura histórica pelas conformidades, "(...) ao passo que é possível que a evidência descartada esconda novos significados", ainda não contemplados. O que pode trazer um empobrecimento de horizontes e das possibilidades de conhecimento.

Seguindo de perto essa advertência, a idéia de modelo, que diz respeito a formas de enxergar, sentir e pensar costuma remeter o historiador a grandes dificuldades, sempre que alguns elementos não correspondem à tipologia estabelecida. Segundo Montenegro (1994, p.15), isso o obriga, muitas vezes, a desconhecer determinados documentos que apontem na direção oposta à do modelo que se buscou estabelecer. Para fugir dessa armadilha teórica (ou pelo menos tentar), perfilharam-se as recomendações de Thompson (2001, p.156), no sentido de não prescindir de um modelo (pois aí não seria um trabalho de história), mas ao empregá-lo, manter-se aberto a respostas para novas evidências que surgissem no decorrer do trabalho. Esta foi a prática de pesquisa que se tentou desenvolver:

> De um lado, ficarmos atentos ao rigor dos conceitos teóricos e à procura de respostas para a problemática formulada, mas, de outro, estarmos "livres" para podermos captar as tramas da realidade investigada. Esta postura implica a discussão sistemática e contínua ao longo de toda pesquisa, com reformulação da problemática e a incorporação de novos sujeitos. (DEMARTINI, 2006, p. 67)

Ao se interpor oportunamente a pergunta "como construímos nossos modelos?", Hobsbawn (1998, p. 225) apresenta um elemento "um tanto forte" para a construção de modelos – de conhecimento, de experiência, e de simplesmente possuir uma familiaridade ampla e concreta com o objeto real, o que capacitaria o historiador a eliminar hipóteses obviamente inúteis. O elemento saber/experiência proposto por Hobsbawn põe em evidência o quanto o processo de pesquisa é complexo, colocando os pesquisadores sempre em situação de incertezas, mais do que em condições de traçar caminhos previamente definidos. Por isso a necessidade de se trabalhar não com um

método rígido, mas metodologicamente refletindo sobre o desenvolvimento da pesquisa, em todas as suas etapas, com todos os seus problemas e desafios.

Assim, as amostras demasiado pequenas ou "adequadas", orais ou documentais, foram tratadas com cuidado, retornando-se sempre, que, necessário, ao diálogo entre a visibilidade e dizibilidade do historiador com aquelas outras expressas nos documentos (prática chamada por Chalhoub [1990] de "eterno retorno"), em busca de um trabalho tipicamente Thompsoniano – o de "enfatizar os elementos de continuidade na experiência, o que seria substancial e semelhante a nós", ou de "buscar na História uma certa rotina, algumas certezas que uma época teria sobre si mesma". (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p. 139) Somente dessa forma, ao estudar os documentos foi possível problematizar termos como "camponês", "latifúndio", "reforma agrária", ou mesmo estabelecer causas, motivos e atitudes mentais/sociais pertinentes às atividades das Ligas Camponesas; como forma "(...) a corrigir o máximo possível as distorções que os preconceitos e as pré-noções podem trazer para a compreensão do real". (Id. Ibdem)

Portanto, as lentes do estudo em perspectiva estão marcadas pelo que hoje se tem caracterizado como história social inglesa, mais especificamente, a que assimila o conceito de "experiência" de Thompson (1981), o qual amplia o campo de investigação, incorporando elementos culturais, e valorizando não só o que se refere à política e à economia, mas também os sujeitos sociais e seus costumes, suas tradições, seu modo de vida e suas redes de relações familiares e de sociabilidade. Para Thompson, a experiência é

> [...] uma categoria que, por mais imperfeita que seja, é indispensável ao historiador, já que compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento. [Com a utilização do conceito de experiência] a estrutura é transmutada em processo e o sujeito é reinserido na história (Idem, p.15)

Segundo Gohn (2008, p. 204-205), Thompson retoma uma categoria básica de análise, nos marcos do materialismo histórico, que é a da experiência histórica e cultural das pessoas. Assim, adotando uma postura teórico-metodológica nada ortodoxa,

ele se propõe a trabalhar com as experiências das pessoas não apenas como simples atos de idéias, mas também como "sentimentos, valores, consciência, enfim, experiências acumuladas que se sedimentaram". Pela experiência os homens se tornariam sujeitos, experimentando situações e relações produtivas como necessidades e interesses, como antagonismos, e para Thompson, essa experiência não tem um caráter só acumulativo, pois ela é fundamentalmente qualitativa.

Dessa forma, o legado de Thompson para a análise dos movimentos sociais, leva a observar o cotidiano das camadas populares, no sentido de apreender como o vivenciaram. A situação de carência ganha relevância, não pela "objetividade em si, mas pela forma como as pessoas vivenciaram essas carências". Os sentimentos de injustiça e de exclusão surgem desta vivência e podem, em determinados contextos, expressar-se socialmente como revolta: "são momentos de ruptura da ordem na vida das pessoas e não da ordem social mais ampla". (Id. Ibdem.)

Essa perspectiva permitiu alguns diálogos teoricamente importantes para a pesquisa. O primeiro deles com Hobsbawn, que em 1959 demarcou uma diferença fundamental nos estudos dos movimentos sociais ao distinguir, numa nota de rodapé de um de seus livros, os movimentos revolucionários dos reformistas. Segundo ele, estes últimos aceitam a estrutura geral de uma instituição ou de um sistema social, ou a consideram capaz de aperfeiçoamento ou de reformas onde os abusos se manifestaram; já os revolucionários insistem que a estrutura social deve ser transformada fundamentalmente ou, então, substituída. Para Hobsbawn (1978) essa diferenciação acarretava comportamentos igualmente diferentes dentro dos movimentos sociais, advindos de suas modalidades de ações (organização, estratégia, tática, etc).

Com suas peculiaridades, a Liga Camponesa de Sapé singularizou-se como movimento por revelar fortes traços de ambas as classificações proporcionadas por Hobsbawn. Rompendo com a tipologia estabelecida pelo historiador inglês, o objeto de estudo da pesquisa remetia mais uma vez à já mencionada recomendação de Thompson do perigo da leitura pelas conformidades e ao apelo à abertura para novas evidências.

Do ponto de vista teórico-metodológico, a pesquisa dialogou também com Rudé (1991, p. 09-10) na medida em que o autor propõe um "guia" eficaz para o estudo dos movimentos sociais, na seguinte sequência: localização da explosão em seu contexto histórico; delimitação da composição e dimensão da multidão atuante segundo os grupos sociais que a compõe; estudo das atividades da multidão (objetivos, idéias e crenças coletivas); análise do grau da eficácia da repressão, onde se pode observar o

grau de efetividade do domínio social e a capacidade de observação dos revoltosos; e, por fim, o estabelecimento da cronologia da rebelião, avaliando o seu significado histórico e comparando-o a outros fenômenos similares. Faz-se necessário ressaltar que os pontos destacados por Rudé ajudaram a compor a "conversa" teórica sobre as Ligas Camponesas, muito embora, não tenham sido tomados como metodologia para a pesquisa, nem surjam no trabalho, necessariamente na ordem proposta pelo autor, já que essas referências foram utilizadas para caracterizar dois ângulos básicos para o entendimento da questão educativa da Liga Camponesa de Sapé como movimento social: as motivações/mobilizações internas do movimento e as oportunidades políticas externas.

Para Gohn (2008, p.255) esses aspectos dos movimentos sociais – interno e externo – estão conectados e um é face do outro, ajudando a compor uma visão de totalidade dos grupos pesquisados. Internamente, esses grupos constroem repertórios de demandas segundo certos valores, crenças, ideologias, etc., e organizam estratégias de ação que os projetam para o exterior. Assim os elementos internos básicos a serem considerados são as demandas, as reivindicações, os repertórios de ações coletivas, a composição social, os projetos e as práticas. Já externamente deve-se observar no movimento social,

> O contexto do cenário sociopolítico e cultural em que se insere, os opositores (quando existirem), as articulações e reder externas construídas pelas lideranças e militantes em geral – enquanto interlocutores do movimento – e as relações do movimento como um todo no conjunto de outros movimentos e lutas sociais; suas relações com órgãos estatais e demais agências da sociedade política(...) [id. Ibdem.]

Por se situar nessa diferença, i.e., em busca da "evidência descartada", a pesquisa apurou os ouvidos para escutar as "vozes do passado", espelhadas no presente. Mas o que tinham a dizer tais vozes? Como notícias de terras estranhas, traziam informes de resistências e ambivalências que caminhavam na contramão dos discursos homogeneizantes que as enunciavam como "massa passiva", "povo", "excluídos", "camponeses" ou ainda "classe camponesa". Dadas como vencidas, em outros contextos, como na perspectiva da história factual e centrada nos valores dos

vencedores, hoje retornam transformadas, tal qual o rinoceronte disfarçado em camundongo, para assombrar os domínios da história.

Fez-se, então, um desvio estratégico para as ações educativas que se processaram entre indivíduos específicos, em contextos também específicos, seja nos espaços públicos ou privados, no convívio íntimo, nas leituras comuns, nas rodas de conversas, cirandas, feiras, ou na sede da associação rural. Vislumbraram-se o cotidiano, as "escolas" improvisadas em palhoças; os saberes de professoras leigas; e as criações peculiares de alunos e professores, geralmente, companheiros de luta. Quadro histórico construído somente na medida em que as marcas das diversas histórias surgiam de conteúdos e formas os mais variados, no ato de lembrar/narrar - memórias que resistiam à alteridade e à mudança, resultado de um trabalho de organização e de seleção daquilo que foi/é importante para o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência, isto é, de identidade desses indivíduos[6].

Porém, ouvir a "história sendo narrada" não é tarefa das mais simples. De saída, a decisão de trabalhar com entrevistas refletiu uma postura frente à produção do conhecimento histórico: a de que a interferência do historiador na produção da memória não invalida o depoimento recolhido nem o uso das entrevistas como método. Tal postura, vinculada à tradição marxista britânica de história social e à obra de Thompson, em especial, implica em colocar as noções de experiência e cultura no cerne das análises sobre ação social, a "(...) concentrar-se na compreensão da experiência das pessoas comuns, no passado, e de suas reações a esta própria experiência" (CASTRO, 1997, p. 51). Para Castro (Ibdem) a prática e o debate metodológico em relação ao uso da técnica de entrevista neste campo têm sido intensos nos últimos vinte anos, mapeando seus avanços e limitações como forma de dar voz às "pessoas comuns".

A essa altura, certamente o leitor mais atencioso já terá se perguntado sobre a reflexão acerca do conceito de memória adotado e sua implicação (significações e relações) para a pesquisa. Pois bem, hoje se sabe que não compete mais ao historiador tentar eliminar a subjetividade do ato cognitivo, como um dia pensaram os historiadores metódicos. Para Ricouer (1968, p.24), a subjetividade é inevitável, e deve entrar na equação do historiador, porém, como uma subjetividade apropriada, *exigida* pela

[6] Ver Pollak (1992).

objetividade que se espera do trabalho historiográfico[7]. "Mas não sejamos ingênuos (...)" como Alice: mesmo sem a liberdade poética de criar seu próprio "País das Maravilhas", pois, "situar-se no terreno da história (...) significa apoiar-se nas fontes" (FAUSTO, 2009, p. 9), o trabalho do historiador é também um ato de criação. É nesse sentido que caminham as palavras de Alberti (2005, p.24), quando diz que a objetividade, "acaba por condicionar-se à competência, sensibilidade e à honestidade do pesquisador na crítica externa e interna dos documentos que elegeu e na determinação do peso (ou valor) de cada um deles no corpo de seu trabalho". Em outras palavras, talvez mais sintéticas, a imaginação que o pesquisador histórico deve dispor em seu ofício, necessita estar "associada com informações, a fim de evitar o maior perigo do historiador, o anacronismo". (HOBSBAWN, 1998, p.225)

Com estas cartas lançadas à mesa, pensar nos depoimentos levou a tratá-los não como fatos *per si*, representativos da concepção pura dos entrevistados. A entrevista foi entendida como resultado de diálogos e aproximações diretas entre os dois sujeitos: entrevistador e entrevistado. Se, por um lado, é preciso reconhecer que os entrevistados foram tendenciosos em seus depoimentos, procurando omitir deliberadamente passagens que lhe pareciam perigosas ou sem valor, ou enaltecendo fatos que, ao ocorrerem, passaram despercebidos; por outro, concomitantemente, ao comporem suas falas os depoentes retrabalharam suas memórias, de acordo com as referências que receberam do pesquisador, e, portanto, selecionaram suas falas e orientaram-se pelas perguntas (índices mais ou menos explícitos do interesse do entrevistador)[8]. Daí a pertinente observação de Vidal (1995, p.233), quando afirma que a entrevista é um campo relacional, onde depoente e pesquisador analisam-se constantemente, buscando inserir e reinserir os temas de interesse no diálogo estabelecido – um embate na atualização ininterrupta dos sujeitos, que impossibilita a concepção de uma neutralidade da figura do pesquisador.

As narrativas teriam, assim, a potencialidade de fazer viajar o ouvinte através da viagem narrada. Como fontes para a construção do conhecimento histórico seu potencial é inesgotável, pois também, como afirma Benjamin (1994, p. 98), "incorpora as coisas narradas à experiência dos ouvintes". Já para Delgado (2006, p.59), a memória e a transmissão de experiência são faces diferentes de um "único cristal que

[7] Para ver uma discussão mais ampla sobre a "boa" e a "má" subjetividade presente na produção historiográfica, conferir Ricouer (1968) e Malerba (2006), e com relação à discussão da subjetividade no âmbito mais específico da história oral, ver Vidal (1996), Alberti (2005) e Paul Thompson (1992).
[8] Conferir nos questionários (Anexos).

inclui a História". A memória, prossegue a autora, é a retenção do passado atualizado pelo tempo presente, articulando-se com a vida através da linguagem, que tem na narrativa uma de suas mais ricas expressões. A linguagem comporia, dessa forma, a matéria prima para o conhecimento histórico, sendo para Benjamin (1994, p. 210). "a mais épica de todas as faculdades", posto que é o elo temporal dotado de poder, informação e representação.

Ainda, segundo Benjamin (1987), a experiência seria o acúmulo dos elementos vividos durante toda a vida do indivíduo – um fator de aprendizagem. Tais elementos referem-se aos valores culturais, às representações sociais contidas nos símbolos, nas imagens, como também às relações materiais de vida. Para Silva (2008, p. 230), essa abordagem permite compreender dois pontos essenciais: a história é um processo, isto é, além das condições objetivas ou estruturais, há as ações dos indivíduos. Portanto, há uma relação estreita entre indivíduo e sociedade, de um lado, e, de outro, há que se considerar as diferentes maneiras com que cada indivíduo "trata", elabora os elementos incorporados pela sociedade.

> Ao reconstruírem sua história singular, homens e mulheres fazem uma verdadeira viagem de volta a situações distantes de sua memória, retirando da experiência vivida relatos permeados de dramaticidade, emoções, simbolismo, frutos não de mera descrição do passado, mas de sua recriação e revivificação. Dispõem de suas próprias histórias e daquelas relatadas por outros que deixaram marcas em sua memória. (Id., Ibdem.)

Para Walter Benjamin, conforme Gagnebin (1994, p. 65-66), a memória como elemento de aprendizagem pressupõe a experiência que se inscreve numa temporalidade comum a várias gerações. Essa temporalidade supõe, portanto,

> Uma tradição compartilhada e retomada na continuidade de uma palavra transmitida de pai a filho; continuidade e temporalidade das sociedades "artesanais" diz Benjamin em "O Narrador", em oposição ao tempo deslocado e entrecortado do trabalho no capitalismo moderno. Essa tradição não configura somente uma ordem religiosa ou poética, mas desemboca também, necessariamente, numa prática comum; as histórias do narrador tradicional não são simplesmente ouvidas ou lidas, porém escutadas e seguidas; elas acarretam uma verdadeira formação (Bildung),

> válida para todos os indivíduos de uma mesma coletividade. (Id. Ibdem.)

As memórias continuamente negociadas, encadeadas em um determinado sentido no momento em que eram contadas, e em que se perguntou a respeito, apresentaram uma certa "cartografia" das experiências de pessoas que se movimentaram, opinaram, reagiram e que, enfim, viveram os episódios pesquisados. Essas memórias significaram, portanto, o que Diehl (2002, p. 116), sob inspiração de Walter Benjamin, conceitua como "experiências consistentes", ancoradas num tempo passado localizável. E prossegue, expondo as peculiaridades de *Mnemosine*:

> Memória possui contextualidade e é possível ser atualizada historicamente. Ela possui maior consistência do que lembrança, uma vez que é uma representação produzida pela e através da experiência. Constitui-se de um saber, formando tradições, caminhos – como canais de comunicação entre dimensões temporais -, ao invés de rastros e restos como no caso da lembrança. A memória pode constituir-se de elementos individuais e coletivos, fazendo parte das perspectivas do futuro, de utopias, de consciências do passado e de sofrimentos. (Id. Ibdem)

Pois bem, nesse sentido, pelo que sugere esta citação, a memória possui a capacidade de instrumentalizar canais de comunicação para a consciência histórica e cultural, uma vez que pode abranger o passado num determinado corte temporal. No entanto, há que se reconhecer toda uma discussão em aberto, acerca do aspecto de como uma pesquisa histórica deva lidar com a memória como armazém intelectual-factual e fontes de representação da cultura historiográfica do passado.

Somente nessa localização fronteiriça entre memória e experiência puderam ser ressignificados alguns espaços e relações referentes à Liga Camponesa de Sapé. A fronteira, diz Bhabha (1998, p.24) "(...) se torna o lugar a partir do qual algo começa a se fazer presente". Posicionamento que terminou por tangenciar a chamada "História de experiências" (ALBERTI, 2004, p.25), posto que, ao evocar as formas como pessoas e grupos efetuaram e elaboraram experiências, incluindo aí, situações de aprendizagem e decisões estratégicas, pôde-se entender como esses indivíduos experimentaram o passado. Muitos desses personagens, é verdade, são pessoas comuns, invisíveis no plano

dos grandes acontecimentos, e não figuram na galeria dos "grandes personagens da história". No entanto,

> (...) suas vidas e suas interações com um amplo contexto social surgem como chaves de entendimento de ângulos ignorados desse contexto, como se fossem fachos de luz, capazes de alcançar lugares escuros de uma sala que a luminária do teto não alcança. (FAUSTO, 2009, p. 10)

Essa perspectiva tornou possível questionar interpretações generalizantes de determinados acontecimentos e conjunturas, presentes em algumas leituras, como, por exemplo, a de que os membros da Liga Camponesa de Sapé não mantinham interesse pela educação escolar, ou ainda, a de que o movimento camponês na Paraíba caminhou "à reboque" de partidos políticos de esquerda, de grupos políticos urbanos, ou de alguns "heróicos" e abnegados líderes campesinos.

1.3. Exercícios do contar/narrar

Na metáfora náutica de Eduardo Galeano (1991), a memória é considerada o melhor porto de partida para navegantes com desejo de vento e profundidade. Na verdade, imbuída de vastas possibilidades, seja como representação deliberada do passado, ou como ato de relembrar espontâneo, a memória possibilita "singrar", viajar através do tempo. Mas o prevenido argonauta sabe que os ventos de bonança são também áugures de novos horizontes e desafios. O mar da memória tem seus fascínios, cheios de glórias e revezes. Por isso, metaforicamente falando, são necessárias provisões, rotas bem planejadas, como também, os devidos instrumentos e conhecimentos técnicos para a viagem.

O primeiro passo nessa direção foi a realização de um levantamento acerca da literatura que enfatizava a problemática das Ligas Camponesas, afinal, era preciso saber em que ponto se encontrava a discussão com a qual o trabalho iria dialogar. Como essa questão pudesse levar a muitos lugares e a um grande consumo de tempo, que

inviabilizaria a pesquisa, optou-se por um recorte: buscar essas produções em lugares específicos nas cidades de João Pessoa, Guarabira e Campina Grande, todas no estado da Paraíba, conforme o quadro 01.

O quadro a seguir pode uma noção da produção identificada e sua disposição nos espaços pesquisados:

Quadro 01
Distribuição da Produção Identificada sobre o tema "Ligas Camponesas" nas Bibliotecas e Acervos Pesquisados

Tipos de produção / **Locais pesquisados**	Livros de memórias	Trabalhos acadêmicos	Bibliografia com outras abordagens	Filmes documentários	Romances	**Total por local pesquisado**
Biblioteca Central UFPB-João Pessoa	-	-	05	-	-	**05**
Biblioteca Setorial Educação-UFPB	01	01	01	-	-	**03**
Biblioteca Estadual de João Pessoa	-	-	01	-	-	**01**
Acervo do IHGP* – João Pessoa	-	-	-	-	-	**00**
Acervo Curso História UFPB- João Pessoa	-	01	-	-	-	**01**
Biblioteca da FUNESC** – João Pessoa	-	-	-	-	-	**00**
Biblioteca do Arquivo Eclesiástico da PB		01				**01**
Biblioteca Dumerval Trigeiro – Casa de José Américo	-	-	-	-	-	**00**
Biblioteca do NDHIR/UFPB***		02				**02**
Biblioteca Central da UFCG	-	01	-	-	-	**01**
Biblioteca setorial do CEDUC da Univ. Estadual da Paraíba – CG	-	01	-	-	-	**01**
Acervo do arquivo histórico - CG	-	-	-	-	-	**00**
Biblioteca Municipal de Campina Grande	-	-	02	-	-	**02**
Biblioteca da Universidade Estadual - Guarabira	-	03	-	-	-	**03**
Aquisições particulares	03	01	02	02	02	**10**
Total por tipo de produção	**04**	**11**	**11**	**02**	**02**	**30**

Fonte: pesquisa individual realizada pelo pesquisador entre ago./2008 e mai./2009.
* IHGP: Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba.
** FUNESC: Fundação Espaço Cultural
*** NDHIR: Núcleo de Documentação Histórica e Informação Regional da UFPB.

Para dar maior visibilidade ao que foi "garimpado", é possível destacar alguns trabalhos com os quais a pesquisa travou um diálogo mais constante. Em relação às obras que enfatizam a problemática, podem ser classificados em cinco tipos, seriam eles: as leituras de abordagem marxista: que compõem a maior parte da bibliografia encontrada, como v.g., **As Ligas Camponesas**, de Fernando Antônio Azevedo; **Camponeses em Marcha**, de Cezar Benevides; **A Vitória dos Vencidos**: Partido Comunista Brasileiro e Ligas Camponesas (1955-1964), de Bernadete W. Aued; e **Bandeiras Vermelhas**: a presença dos comunistas na Paraíba (1900-1960), de Waldir Porfírio Silva. As duas primeiras obras buscam reconstruir o significado histórico da questão agrária nos anos 1960, articulando a questão camponesa, no plano mais geral, à via de desenvolvimento do capitalismo tardio brasileiro, e à conseqüente resistência do campesinato à dominação da oligarquia rural. As duas últimas obras citadas tratam mais especificamente em reconstruir os vínculos das Ligas Camponesas à atuação do PCB, embora a obra de Waldir Porfírio não trate especificamente das Ligas Camponesas.

O segundo tipo seriam os trabalhos acadêmicos, que vêm despertando o interesse dos pesquisadores, principalmente, a partir da década de 2000, quais sejam: a dissertação **As Ligas Camponesas e a Organização do Espaço Canavieiro em Pernambuco (1955-1964),** de Jomário da Fonseca Lins (1987); e as monografias: **A Saga do Camponês João Pedro Teixeira e a Liga Camponesa de Sapé** (2003), de Juliana Elizabeth Teixeira do Nascimento; **Ligas Camponesas no Nordeste – Posse e Relação de Poder no Uso da Terra** (2004), de Joseanne Christina Gonçalves de Oliveira; **"O Que eu Conto é Isso"**: a memória das ligas camponesas e a conquista da terra do Carrasco em Guarabira/PB, durante 1960/1964 (2006), de José Arimatéia da Silva; e dois perfis biográficos – **Pedro Fazendeiro**: trajetória, luta e dor de um líder (2006), de Alves, e **João Pedro Teixeira** – um perfil biográfico (2008), de Silva. Destes trabalhos, dois dos mais recentes, o de Alves (2006) e Silva (2008), são os únicos encontrados na perspectiva da História Oral.

Por outro lado, representando a categoria "livros de memórias" tem-se: **Nordeste, o Vietnã que não Houve**: ligas camponesas e o golpe de 64, de Francisco de Assis Lemos de Souza, ex-presidente da Federação das Ligas Camponesas da Paraíba; **Eu Marcharei na Tua Luta**, história de vida de Elizabeth Teixeira, ex-liderança da Liga de Sapé, trabalho organizado por Lourdes Maria Bandeira, Neide Miele e Rosa Maria Godoy Silveira; **Memórias do Povo**: João Pedro Teixeira e as ligas camponesas na Paraíba (deixa o povo falar...), organizado por Antônia M. Van Ham e colaboradores,

coletânea de depoimentos de indivíduos que vivenciaram, direta ou indiretamente, os episódios das Ligas Camponesas da Paraíba; e **CEPLAR**: história de um sonho coletivo, de Maria das Dores Paiva de Oliveira Porto e Iveline Lucena da Costa Lage, coordenadoras da Campanha de Educação Popular que, em um dos capítulos da obra, contam as experiências da Campanha com a Liga Camponesa de Sapé.

Outras produções importantes, que não podem deixar de ser mencionadas são o romance **Carro Doce**, de Romeu de Carvalho, ex-componente da CEPLAR, que traz a história da mobilização dos camponeses de Sapé em contornos literários; e os filmes documentários **Cabra marcado Para Morrer**, concluído em 1984, sob direção de Eduardo Coutinho, e que fala sobre a repercussão do assassinato do líder da Liga sapeense, João Pedro Teixeira, em 1962; e **Memórias Clandestinas**, direção de Maria Thereza de Azevedo, de 2008, que trata da história de Alexina Crespo, a primeira mulher de Francisco Julião, trazendo à tona, por meio de suas memórias, o envolvimento com as Ligas Camponesas de Pernambuco e com a luta armada.

A leitura dessas obras, além de informações preciosas para a pesquisa, permitiu uma preparação criteriosa do pesquisador para a realização das entrevistas, no intuito de transmutar-se em interlocutor "à altura dos entrevistados", capaz de entender suas expressões de vida e de acompanhar os seus relatos. A pesquisa, obviamente, só foi possível com a ajuda de semelhante material, pois, como expõe Daniel Roche, não se pode esquecer que livros ou imagens são outras formas de arquivo. (PALLARES-BURKE, 2000, p181) Sobrevieram, então, as primeiras providências para as entrevistas.

Diante de uma lista de entrevistados em potencial, foram selecionados aqueles que no contato inicial – uma conversa ainda sem registro sonoro, demonstraram ser portadores de experiências significativas conforme os objetivos da pesquisa. Portanto, a escolha dos entrevistados foi orientada por critérios qualitativos, e não quantitativos. Essas "unidades qualitativas" foram selecionadas em quatro grupos de experiências: 1) professores, monitores ou coordenadores que participaram das "campanhas educativas" de alfabetização do Sistema Radioeducativo da Paraíba (SIREPA) e da Campanha de Educação Popular (CEPLAR); 2) integrantes da Liga Camponesa de Sapé que participaram como alunos dessas experiências educacionais, e de outras experiências identificadas no percurso da pesquisa; 3) indivíduos que participaram das Assembléias Gerais da Liga de Sapé; e 4) pessoas que, mesmo sem participar das aulas da CEPLAR, testemunharam, em suas comunidades, aspectos da cultura material dos pavilhões da campanha e do cotidiano educativo da Campanha.

Com relação ao último grupo relacionado acima, é preciso assinalar que este só emergiu nos interesses da pesquisa, em razão da não-identificação de ex-alunos da CEPLAR na área de Sapé, conquanto a busca tenha sido exaustiva. Mesmo sem estar "programado" nas pretensões originais da pesquisa, foi necessário optar pelos relatos de agricultores da região que presenciaram e conviveram com os círculos de cultura implantados pela Campanha nas localidades onde viviam. Pessoas que propiciaram indícios acerca do funcionamento, estrutura e localização dos pavilhões onde ocorriam as aulas.

Dentro das opções possíveis a entrevista temática apresentou-se como a mais apropriada para intermediar o diálogo com os entrevistados, posto que tal técnica objetiva "fornecer elementos, informações, versões e interpretações sobre temas específicos" (DELGADO, 2006, p.22-23). Os roteiros semi-estruturados das entrevistas continham perguntas objetivas e diferenciadas, de acordo com a "posição" de cada entrevistado no contexto da pesquisa (alfabetizador, alfabetizando ou participante da Assembléia Geral). Desse modo, foram realizadas 14 entrevistas com homens e mulheres, agricultores, moradores de fazendas, professores leigos e lavradores/alunos, todos com mais de 50 anos, e que, portanto, na época da Liga eram adolescentes ou adultos. Além dessas interlocuções, foram utilizadas algumas entrevistas concedidas aos pesquisadores Wilson de Brito e Antônia M. Van Ham[9], consideradas importantes no âmbito da pesquisa. Em todos os casos, a opção pelas entrevistas possibilitou recuperar aquilo que não pôde ser encontrado em documentos de outra natureza: acontecimentos poucos esclarecidos ou nunca evocados, experiências pessoais e impressões particulares.

Partiu-se dessas entrevistas para combiná-las com outras formas de documentação, entendendo-se documentação como

> uma montagem consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. (LE GOFF, 1984, p. 103)

[9] As referidas entrevistas encontram-se reunidas no livro "Memórias do Povo: João Pedro Teixeira e as ligas camponesas na Paraíba", organizado por Antônia M. Van Ham e outros.

Perfilhando-se o entendimento de Mortatti (200, p. 30) pode-se tomar o documento como portador de testemunhos de época, de natureza diversa – textos escritos, objetos, fotografias, etc. –, e, simultaneamente, como elaboração histórica resultante de escolhas motivadas pelo ponto de vista do investigador, que elege, dentre um conjunto disponível, determinados documentos como fontes de investigação.

Em geral, diz Hobsbawn (1998, p. 220), a respeito das fontes sobre movimentos sociais, "não existe material algum até que nossas perguntas o tenham revelado". Assim, os questionamentos que surgiram antes e durante a pesquisa levaram a um conjunto de fontes que compõe, junto com as entrevistas, o *corpus* documental do trabalho: as notícias dos jornais *A União*, *Correio da Paraíba*, *O Norte*, *Evolução*; o documentário *Cabra Marcado Pra Morrer*, de Eduardo Coutinho; Censos Demográficos do IBGE, Anuários Estatísticos da Paraíba; exames de avaliação de escolas rudimentares da década de 1940 e documentos administrativos do Governo do Estado da Paraíba.

No quesito fonte é preciso, ainda, fazer uma ressalva quanto à utilização de imagens na pesquisa. A fotografia enquanto artefato de época, ou seja, tal como veio do passado do ponto de vista material não foi utilizada como fonte. Entretanto, como assevera Kossoy (2001, p. 94), pode-se obter relevantes informações sobre a imagem por meio da modalidade "Reprodução". Neste caso, a pesquisa imagética deste trabalho estaria "mais diretamente focada no conteúdo da imagem", por deter-se em reproduções extraídas basicamente de livros e periódicos. Kossoy propõe que, por não se tratar mais do objeto original, importa, sobremaneira, as informações que se conseguir obter sobre o seu conteúdo:

> No caso da reprodução impressa (em livros, periódicos, cartazes, materiais impressos em geral), uma vez recuperados os dados acerca da publicação que a contém (veículo, data de publicação, autor da matéria, etc.), nossa pesquisa deverá ser centrada na imagem e nas informações que a cercam: títulos, legendas e textos que a ela se referem na publicação. Essas informações uma vez sistematizadas nos trarão elementos para uma análise consistente dos referidos conteúdos iconográficos. (KOSSOY, 2001, p. 95)

Como observa Demartini (2006, p. 72), a diversidade de fontes compreendendo documentos escritos, relatos orais e imagens torna-se fundamental, especialmente pela riqueza que a complementaridade entre as mesmas pode permitir.

Em vários estudos, pode-se constatar como documentos escritos (livros, jornais, levantamento de dados em arquivos de instituições, etc.) podem levar aos informantes e ajudar na realização das entrevistas, mas os informantes com seus relatos levam também, a novos documentos, dos quais muitas vezes eram os únicos possuidores e à formulação de novas questões.

> A complementaridade entre as fontes está presente, mesmo porque ela já existe na própria construção dos documentos orais, seja antecedendo-os com questões que suscita, seja deles resultando, pelo processo de interação entre pesquisador/pesquisado que permite a exposição e utilização do que ficou guardado, ou, muitas vezes, até esquecido. De qualquer maneira, esta complementaridade é necessária, pois através destas diferentes fontes podemos acompanhar o registro que se efetiva em momentos distintos. (Id., Ibdem.)

Todo esse esforço na composição do *corpus* documental da pesquisa e na busca por informações faz lembrar que todo tipo de história tem seus problemas técnicos, e que, a história dos movimentos sociais difere de outros objetos, "na medida em que simplesmente não há um corpo de material pronto a seu respeito." (HOBSBAWN, 1998, p. 219). Assim, para encontrar respostas razoavelmente satisfatórias para as perguntas elaboradas, o pesquisador dependerá da disponibilidade de registros adequados que puder encontrar/construir. Para Rudé (1991, p. 10) não se pode esquecer das fontes tradicionais, consideradas pelo autor material básico do historiador: memórias, correspondências, folhetos, jornais provincianos e nacionais, relatórios e atas parlamentares, minutas e relatórios de governos municipais e organizações políticas e as descobertas feitas anteriormente por outros historiadores, cronistas e estudiosos da antiguidade. Não obstante,

> (...) mesmo se tivermos a paciência de consultar todo esse material, ele pode não nos levar muito longe, pois, com freqüência, tende a apresentar a questão exclusivamente do ponto de vista do governo, da oposição política oficial, da aristocracia ou da classe média mais próspera – em suma, do ângulo de grupos e classes superiores (...).

Daí, que, em muitos casos, as fontes para a história dos movimentos populares apenas foram reconhecias como tais porque alguém fez antes uma pergunta e

depois sondou maneiras de respondê-la. “Não podemos ser positivistas”, diz Hobsbawn (1998, p. 220), “acreditando que as perguntas e respostas surgem naturalmente do estudo do material. Em geral, não existe material algum até que nossas perguntas o tenham revelado”.

Por essas razões, acredita-se na contribuição das entrevistas para a produção de sentidos na análise conjunta com outras fontes. No entanto, como já foi dito, é preciso deitar o olhar sobre mais alguns “problemas técnicos”.

Após o recolhimento das entrevistas, iniciou-se o processamento e análise dos mesmos, trabalho elaborado e demorado que desdobrou-se nas três etapas apontadas por Delgado (2006, pp. 28-29): transcrição das entrevistas, conferência de fidelidade e análise das entrevistas.

No tocante à transcrição, em particular, foram tomados alguns cuidados. Tentou-se seguir, o conteúdo e os procedimentos narrativos dos entrevistados, procurando conservar erros de concordância, ortografia e as expressões regionais como forma de valorizar o universo sócio-cultural dessas pessoas. Algumas vezes, por uma questão de inteligibilidade, foram cortadas algumas repetições, próprias dos rodeios da língua falada; bem como, para o entendimento de determinadas palavras, expressões e fatos, recorreu-se às notas de rodapé.

É importante enfatizar que os relatos contêm, também, muitas pausas, silêncios, frases interrompidas e esquecimentos. Nesse sentido, lançou-se mão das orientações de Alberti (2005, p.179-180), quanto às marcações de silêncio, optando-se, geralmente, pelas reticências para indicar os silêncios, os esquecimentos e as interrupções de pensamento. As pausas curtas, comuns na linguagem falada, foram marcadas pela pontuação usual da linguagem escrita, como vírgula, ponto e ponto-e-vírgula; reservando-se a marcação [silêncio] apenas aos casos em que a duração da pausa foi maior, chamando a atenção do ouvinte. Outras marcações como [risos] e [emoção] ou [enfático], também foram utilizadas, na tentativa de traduzir os depoimentos orais a quem os lesse, já que o ato de falar inclui procedimentos de oralidade difíceis de serem transcritos, como, por exemplo, a entonação, as lacunas e os gestos. Por isso, o entrevistador utilizou como técnica (quase artesanal) de apoio, no decorrer das entrevistas, anotações de palavras, nomes próprios, acontecimentos, detalhes, gestuais e expressões faciais.

Transcritos os relatos, foi efetuada uma primeira análise do material. Algumas falhas nas informações foram detectadas: na verdade, perguntas não

suficientemente exploradas, que mereceram ser alongadas. Preparada uma nova lista de indagações, algumas pessoas foram novamente visitadas.

Ao fim dessa etapa, passou-se à fase de recorte das entrevistas. Cada depoimento foi relido e fichado pelos diferentes assuntos. Determinado o temário e reunidos os recortes foi a vez da análise desse material. Quatro grandes temas despontaram como focos de atenção: as reuniões camponesas, os espaços alternativos de aprendizagem da Liga, as experiências das "escolas radiofônicas" e a relação entre leitura/escrita e o autodidatismo dos camponeses. Puxar os fios dessas problemáticas permitiu vislumbrar partes da trama, tecida e retecida no cotidiano de resistência dos camponeses.

Evidentemente que a compreensão desse material é um processo de elevado esforço intelectual que jamais chegaria ao fim, como diria Dilthey (apud ALBERTI, 204, p.19), posto que nenhuma interpretação é completa – haverá sempre espaço para novas possibilidades. Recorrendo à noção de círculo hermenêutico, ou seja, a idéia de que o todo fornece sentido às partes e vice-versa, as entrevistas recortadas e selecionadas foram analisadas/comparadas em si e entre si. Dialogaram também com as outras fontes, no intuito de uma interpretação que teve por função descobrir o que documentavam – uma procura permanente da "subjetividade e das representações do passado *tomados como dados objetivos*, capazes de incidir (de agir, portanto) sobre a realidade e sobre o nosso entendimento do passado". (ALBERTI, 2005, p. 42, grifo original)

Esse foi o caminho dos "olhos" do pesquisador. É difícil, mesmo a essa altura responder a perguntas do tipo: onde pára o "olhar" do pesquisador? Por que o "olhar" escolhe onde parar? O que o olhar registra na retina e arquiva na memória para depois revelar? As repostas podem ser múltiplas. Dentre tantas, escolheu-se para o momento, uma de ordem mais prática: entre os anos de 1958 e 1964 – o recorte temporal da pesquisa. O primeiro marco cronológico por referir-se ao ano de fundação da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé, nome oficial da Liga de Sapé, registrado em Cartório; e o segundo, por condizer com fim da atuação da entidade, com suas atividades sendo abruptamente interrompidas em virtude do Golpe de 1964.

Ao leitor, talvez um tanto decepcionado com esta resposta, um aviso de antemão: outras respostas podem ser encontradas dissolvidas no corpo geral do trabalho, bem como, os olhos que lêem podem chegar às suas próprias conclusões sobre

os “por quês”, seguindo as “pegadas negras” que as palavras foram deixando nas folhas em branco a seguir, dispostas numa certa ordem, que fica como sugestão de leitura. É possível que alguns significados (insuspeitados) encontrem-se nas entrelinhas do texto e nas apropriações individuais de cada um, o que aumenta o desafio fascinante do escrever para o “outro”, no caso de quem escreve; e do “reencontrar o eu no tu”, por parte de quem lê.

Na ordem escolhida, o segundo capítulo desta dissertação, “**A Experiência Política Também Educa**”, constitui-se da seguinte forma: inicialmente, realizou-se uma reflexão acerca da Liga Camponesa de Sapé, como possível “Lugar de Educação”, i.e., uma instância educativa não-formal que se forjou e fortaleceu no processo de resistência do campesinato à exploração econômica e extra-econômica imposta pelos latifundiários. Em seguida, foram analisados alguns dos espaços onde se teriam processado essas experiências educativas: reuniões, feiras, comícios e cirandas. Nesse percurso pôde-se entrever a tentativa de escolarização dentro dos quadros das Ligas Camponesas.

No terceiro capítulo, “**As Concepções de Educação da Liga Camponesa de Sapé**”, houve uma aproximação com os debates sobre educação ocorridos na Assembléia Geral, instância máxima de tomada de decisão dentro da organização; na sede da “Federação das Ligas Camponesas” e em alguns simpósios de repercussão nacional naquele momento. No entanto, as idéias e reivindicações educativas foram investigadas, também, em outras duas direções: primeiro, as relações entre educação, tradição, autodidatismo e política para os camponeses; e segundo, os métodos de ação e de educação da Liga Camponesa de Sapé.

E, por fim, no quarto capítulo, “**Reconstruindo as Práticas e os Saberes Educativos da Liga de Sapé**”, contemplou-se as memórias de ofício de professores leigos, as experiências do Sistema Radioeducativo da Paraíba (SIREPA) junto à Liga Camponesa de Sapé.**;** e o processo de formação das “escolas camponeses” no diálogo das reivindicações da Liga de Sapé com a implantação dos movimentos de educação popular e com a expansão da rede escolar do estado da Paraíba.

Capítulo 2

A Experiência Política Também Educa.

II - A EXPERIÊNCIA POLÍTICA TAMBÉM EDUCA

2.1. "Esperar Não é Saber" [10]: A Liga Camponesa de Sapé como um "Lugar de Educação"?

O registro fotográfico que abre esse segundo capítulo ilustra a partir de uma imagem o poder de organização das Ligas Camponesas[11]: em 1963, um grupo de camponeses em manifestação pede apoio ao governador Miguel Arraes para receber salários atrasados, na cidade de Recife-PE. Os funcionários nas sacadas do prédio parecem impressionados com o tamanho da mobilização. As fortes imagens mostram trabalhadores erguendo enxadas e foices numa demonstração de força e organização, fruto de um aprendizado político que se processou no percurso da luta camponesa.

A história e a historiografia vêm anunciando que há um processo educativo em curso no movimento da história: um processo que é histórico, econômico, político e social. Segundo Lopes (1985, 18-19), Karl Marx ajuda a pensar em o *18 Brumário de Luis Bonaparte* que a política é educativa; sugerindo que nas alianças ou rupturas, nas conveniências, conivências e convivências da vida social, há implícito um processo educativo para além dos muros escolares, e sem a interveniência necessária da escola; no qual se ensina e se aprendem lições.

Na historiografia contemporânea, também aparece de forma clara a menção ao caráter educacional da política. Hobsbawn & Rudé (1982, p.17) crêem, ao analisar e descrever "o mais impressionante episódio da longa e fatídica luta dos trabalhadores rurais ingleses contra a pobreza e a degradação", que há um processo de conhecimento, no conjunto dos processos sociais que é passível de transmissão (educação). Observam os autores, no tocante aos trabalhadores ingleses, que:

> Suas atividades - como também a destruição de máquinas, as insurreições por melhores salários e a formação "de turbas" que se aglomeravam em torno dos curadores e párocos – em geral dependiam de um grande número de pessoas e, mesmo se ocorressem de forma espontânea, rapidamente [os trabalhadores] **criavam um núcleo de uma organização local**. Na maioria das insurreições, a unidade básica era sempre um pequeno grupo da

[10] Trecho do refrão da música "Pra não Dizer Que não Falei das Flores", composição de Geraldo Vandré, 2º lugar do Festival Internacional da Canção na TV Globo. (1968)
[11] Fonte: Barreto e Ferreira (2004)

> aldeia composto de vizinhos ou ligado por laços familiares. **Esse grupo tomava a iniciativa de organizar sua aldeia e as vizinhas pela persuasão, pelo exemplo ou recrutamento forçado, visando à ação em comum.** (Id. Ibdem: 207, grifo não-original)

Pelas leituras dos historiadores referidos é possível pensar a relação educativa inserida nas relações sociais. Além disso, como se pode acompanhar na leitura de pesquisas realizadas por outros autores, as práticas políticas e administrativas podem educar, independentemente de processarem-se numa instância educativa formal, ou na agremiação recreativa, no sindicato, na associação de moradores, ou mesmo numa sediça roda de conversa na distante Inglaterra do oitocentos. Nesse mesmo sentido caminham as palavras de Louro (2007, p.423), quando diz que

> Muitos espaços e processos sociais, além da escola, constituem-se em instâncias educativas. As formas pelas quais essas instâncias interpelam os sujeitos diferem, contudo, daquelas em ação nas escolas e, conseqüentemente, também seus efeitos podem ser distintos.

Para Afonso (2001, p. 33) há outros processos em curso, além da escola (educação formal) que, com lógicas distintas, procuram ocupar um amplo espaço de educação não-escolar, designação que o autor tem utilizado porque permite dar conta, em simultâneo, da educação informal e formal – do que se pode apreender até a conclusão desta pesquisa, este seria o caso da Liga Camponesa de Sapé, que pode ser entendida como "lugar de educação" por comportar, no decorrer de sua história, ambos os tipos de educação. Por educação informal entende-se aquela que "abrange todas as possibilidades educativas no decurso da vida do indivíduo, constituindo um processo permanente e não organizado" (AFONSO, 1989, p.78); e por educação não-formal, aquela que, embora obedeça a uma estrutura e organização (distintas, porém, das escolas) e possa levar a uma certificação, "diverge ainda da educação formal no que respeita a não fixação de tempos e locais e à flexibilidade na adaptação dos conteúdos de aprendizagem a cada grupo concreto". (Id., Ibdem.)

Talvez os conceitos postos em cena permitam compreender, em sentido mais amplo (e sem excluir outras interpretações), como a Associação dos Lavradores e Trabalhadores Rurais de Sapé – a Liga Camponesa de Sapé, fundada em 1958, com a finalidade precípua de prestar assistência social ao homem do campo, segundo seus próprios estatutos, tenha em tão pouco tempo, assumido a tarefa de preparar, instruir e

organizar o campesinato contra as bandeiras da exploração dos latifundiários e a favor da reforma agrária.

Ao montar estrategicamente a sua sede na zona urbana de Sapé, a liga deslocava a perspectiva de sua atuação, mobilizando-se fora do raio de ação imediato dos fazendeiros, e buscava os apoios/contatos/ensinamentos de diferentes grupos e organizações. Dessa forma, a Liga de Sapé começou a ganhar contornos mais nítidos como instância educativa não-formal, na medida em que se transformou em espaço democrático de orientação, informação e formação do campesinato, construído na dialética relacional com outras "instâncias educativas" – Partido Comunista do Brasil (PCB), Juventude Universitária Católica (JUC), "Julianistas" [12], congêneres paraibanas e pernambucanas, só para citar algumas.

Os jornais da época ocuparam boa parte de suas páginas denunciando as pressões cometidas pelos fazendeiros contra camponeses. Efetivamente, essas denúncias motivaram grande sensação entre os camponeses e os simpatizantes do movimento. As notícias mostram ainda o início da reação campesina que surgia nas matérias jornalísticas lado a lado com as agressões impostas pelos latifundiários, justamente a partir do momento em que se intensifica o fenômeno das Ligas Camponesas no estado da Paraíba. Essa oposição aproxima-se sobremaneira das idéias de Lopes (1985, p.19), de que as práticas de exploração e violência que tentam manter o povo sob o medo pode surtir efeitos na direção desejada até certo ponto, "o seu excesso age na direção contrária e resulta em revoltas que, se inseridas em contexto de mudança, operam revolucionariamente".

No entanto, é oportuno observar, que, apesar da ampla cobertura, apenas parte dos episódios chegaram ao conhecimento da imprensa, muitos dos quais sem resolução judicial. Os episódios subseqüentes, expostos no quadro 02, mostram como os agricultores podem ter assimilado alguns conceitos político-organizativos emergentes, passando a adotar procedimentos que variavam com as ocasiões e as oportunidades do momento. Gradativamente, as greves nas fazendas, comícios, passeatas, interdições de rodovias e confrontos armados, afastavam o habitante rural da imagem do nordestino submisso e resignado, consagrada em romances regionais como *A Bagaceira*, *Bangüê* e

[12] Grupo dissidente do Partido Comunista Brasileiro (PCB), seguidor das idéias do político e escritor pernambucano Francisco Julião.

Menino de Engenho[13], para situá-lo no contexto rural da Zona da Mata, como alguém mobilizado e potencialmente revolucionário.

O quadro a seguir, elaborado a partir da leitura realizada em notícias jornalísticas da época, dá uma pequena mostra de como os trabalhadores rurais e pequenos arrendatários paraibanos podiam estar realmente unidos por um sentido comum do trabalho e de exploração, e de forma crescente, pelo destino comum de viverem da terra.

Quadro 02
Atividades e Confrontos da Ligas Camponesas na Paraíba

Incidente	Data	Local	Pessoas envolvidas
Choque armado com 01 morto e 06 feridos	27/02/1962	Campina Grande	Camponeses e proprietários
Confronto armado, com 03 mortos e vários feridos	17/03/1962	Faz. Miriri - Sapé	Camponeses e capangas
Primeiro comício de protesto da Liga de Sapé	17/04/1962	Sapé	Cinco mil camponeses
Comício pela Reforma Agrária	29/07/1962	João Pessoa	Doze mil camponeses
Invasão exigindo terra para plantar	Jan/1963	Faz. de Nilson Albino	Vários camponeses
Reunião da Liga de Sapé com o FTA para extinção do cambão	17/11/1963	Sapé	Dois mil camponeses
Ação de massa contra o fazendeiro João Barbosa	23/11/1963	Sapé	Juventude Camponesa de Sapé e centenas de camponeses
Greve por descumprimento de acordo salarial	12/12/1963	Faz. Miriri - Sapé	Dois mil camponeses
Mutirão para reconstrução de choupanas	12/12/1963	Cabedelo	500 camponeses de Santa Rita e 100 camponeses de Cabedelo
Greve camponesa por desrespeito salarial	13/12/1963	Faz. Santana – Cruz do Espírito Santo	Centenas de camponeses
Greve geral	Dez/1963	Usina Santa Rita, Usina Santa Helena, Usina Santana, Usina Monte Alegre e Usina São João - PB	Milhares de camponeses
"Enchocalhamento" de capangas	05/01/1964	Sapé	150 camponeses e 03 capangas
Confronto armado	15/01/1964	Mari	Camponeses, polícia militar e capangas

Fonte: Quadro organizado pelo autor a partir dos dados coletados nas leituras de Aued (1986), Euflávio (1994), Benevides (1986), Correio da Paraíba de 12/12/1963, 13/12/1963 e 21/11/1963, O Norte de 05/01/1964 e 17/01/1964, A União de 27/02/1962, 04/04/1962, 07/03/1963 e 08/03/1963.

[13] *A Bagaceira:* obra do escritor paraibano José Américo de Almeida (1887-1980). *Bangüê* e *Menino de Engenho*: obras do escritor paraibano José Lins do Rego (1901-1957).

Embora seja necessário reconhecer que o quadro não dimensiona quantitativamente as reações de camponeses e de proprietários de terras, essas informações complementadas com o breve levantamento realizado por Carneiro (in: AUED, 1986, p.53-54), à época dos fatos, junto ao Cartório da Comarca de Sapé, permitem pensar que a nova movimentação dos trabalhadores rurais, até então desconhecida da sociedade sapeense, pressupunha um estado de contestação – idéias e práticas contestatórias são relevantes à medida que constituem uma interpretação divergente da ordem estabelecida. Os comportamentos incorporados pelos camponeses como forma de resistência, podiam, então, se desdobrar em movimentos mais amplos, criando novas condutas que pressupunham linguagens, rituais e práticas inovadoras, muitas vezes no sentido da reinvenção:

> No Cartório da Comarca de Sapé (que envolve os municípios de Sapé e Mari) correm cerca de trinta a cinqüenta processos em torno de pendengas entre proprietários e camponeses. No ano de 1962 apenas uma única ação civil foi concluída, com vantagem para o proprietário. Em 1963, até março, nenhuma. Mas de uma maneira geral, enquanto a ação não é concluída, a demora favorece o camponês, que deixa de pagar o foro ao proprietário, não pode ser expulso e, geralmente, deposita seu foro em cartório e continua a colher os frutos da terra, sem dar dia de trabalho ao patrão. Os tipos de ação mais freqüentes são: despejo, reintegração e manutenção de posse, interdito proibitório (movidas pelos proprietários) e consignação e pagamento, indenização (movidas pelos camponeses). Na primeira é requerido o despejo do camponês. A segunda é semelhante. Na terceira o proprietário deseja uma ordem judicial que proíba o camponês de cultivar certas culturas ou certos trechos de sua propriedade. Na ação de consignação e pagamento o camponês deseja pagar o foro em cartório, pois o proprietário não deseja receber, pois quer expulsá-lo. Há uma dificuldade permanente dos rendeiros em provar que pagam uma renda anual, pois os proprietários, tradicionalmente não admitem recibos. Finalmente, na ação de indenização, o camponês deseja obter pagamento por suas lavouras e benfeitorias antes de abandonar a propriedade.

Em vários estados do Brasil, no início de sua atuação, as Ligas Camponesas se orientavam fundamentalmente para a aplicação do Código Civil na luta contra o aumento do foro, cambão, meia, e, principalmente contra a expulsão de terras. Inicialmente, Francisco Julião chamava atenção para a necessidade de uma revolução agrária pacífica, pelo processo democrático, “antes que o povo faça pela violência”

(apud SOARES, 1982, p.113) No prelúdio de suas ações, as Ligas invocavam a justiça para a resolução das pendências com o latifúndio: "Sobem às centenas as questões que, em dezenas de municípios, se decidem perante a justiça, e não mais, como outrora se fazia, diante do delegado de polícia, sempre favorável ao latifúndio". (Id. Ibdem.) Nesse caso, como afirmam várias narrativas, não se tratava de considerar exclusivamente o sucesso ou fracasso das ações, mas, sobretudo, a possibilidade aberta pelo despojamento de fazendeiros de suas prerrogativas tradicionais como réus em processos judiciais.

A utilização do Código Civil pelos membros da Liga de Sapé, intermediados pelos advogados da associação, interpunha sérios obstáculos aos donos de terras, e, trazia uma nova perspectiva aos trabalhadores rurais paraibanos, no sentido de que, naquele momento, era possível realizarem-se algumas conquistas até então desacreditadas[14]. Mas os episódios elencados (Quadro 02) evidenciam que este recurso não era o único (e nem unanimidade) entre os camponeses: embora trouxesse benesses temporárias, muitos o consideravam ineficaz. Um bom exemplo disso foi a decisão tomada pelos camponeses de Sapé na reunião do dia 20/11/1963, tendo em vista a "precariedade da Justiça" em ouvir seus reclamos, de que todos os associados deveriam a partir de então, comer os bois que invadissem e destruíssem suas lavouras. (Correio da Paraíba, de 22/11/1963) Era prática comum entre os fazendeiros da região, soltar deliberadamente o gado na lavoura de subsistência dos trabalhadores/moradores que possuíssem alguma relação com as Ligas Camponesas.

Contudo, de acordo com a leitura de Paiva (1980, p.25), nas entrelinhas da "anatomia do levante" das Ligas Camponesas, essas ações, mesmo aparentemente contraditórias, caracterizavam um processo de ensino-aprendizagem no qual se pode capturar o "caráter diretivo da pedagogia posta em prática pelas ligas", ou seja,

> Na ação concreta, na prática do enfrentamento, da contestação, do desafio, ele [o camponês] comprovava a igualdade fundamental de todos os homens, se via diante de situações em que podia dizer não ao patrão, obrigá-lo a negociar, e a ceder, adquirir coragem para olhá-lo de frente

[14] Ver, por exemplo, Dezemone (2009).

Assim, ao se supor que a Liga Camponesa de Sapé configurou-se como um "lugar de educação", não significa pensá-la somente em sua dimensão educativa, e sim, ampliar sua compreensão, seu entendimento como fenômeno histórico, na perspectiva da história da educação. É perceber, através de uma leitura peculiar, que as camadas populares participantes de tal movimento produziram diversificados saberes, num vasto processo dinâmico de formação cultural construído em alguns espaços ocupados por essas pessoas: nas casas, nas ruas, na sede da liga, nas fazendas, nas feiras e em outros espaços de convivência e de resistência.

O que se quer sugerir é que algumas práticas sociais e culturais da Ligas Camponesas possibilitaram ao homem do campo novos conhecimentos - o da coletivização dos gestos, o da supremacia do coletivismo sobre o individualismo e o da união das vozes camponesas. Esse sentido coletivo emerge, inclusive, do próprio significado etimológico da palavra liga, do latim *ligua*, que quer dizer "atar, prender com laço, encadear, tornar conexo" (CUNHA, 1982, p. 474). Dimensão percebida, com soslaios de poesia, por Francisco Julião, liderança pernambucana do movimento das ligas que em sua *Carta de Alforria do Camponês*, conclama todo camponês a filiar-se ao movimento porque

> A liga é a cachoeira. É o feixe de varas. É a união. E a união, digo e repito, é a mãe da liberdade. Quem for foreiro, parceiro, posseiro ou pequeno dono de terra deve entrar na Liga. E marchar com ela. Porque ela é o guia que te **ensina** caminho da liberdade". (in AUED, 1985, p.141, grifo não-original)

Outra fonte que traz bons indícios da mobilização camponesa no Nordeste são os dados colhidos pelo IBGE nos ano de 1962 e 1965. De acordo com os Anuários Estatísticos desses anos, a quantidade de associações rurais na Paraíba passou de 61 no ano de 1959, para 77 em 1964, o que representou o maior aumento percentual dos estados do Nordeste nesse período (aproximadamente 20%)[15]. Já o número de associados que em 1959 era de 3.953, sofreu em cinco anos o significativo aumento de cerca de 50,8 %, perfazendo um total de 8.041 sócios no estado, conforme a tabela abaixo, que mostra igualmente a evolução desses números nos estados nordestinos.

[15] Convém esclarecer que os estados da Bahia e de Sergipe não informaram ao IBGE os dados relativos ao período.

Quadro 03

Número de Sócios Registrados nas Associações Rurais, segundo Regiões Geográficas, por Unidades da Federação – 1959-1964

Estados do Nordeste*	ASSOCIAÇÕES RURAIS					
	Número de associados					
	1959	**1960**	**1961**	**1962**	**1963**	**1964**
Maranhão	9.564	9.878	11.878	11.878	11.038	11.160
Piauí	3.362	3.597	4.597	4.597	3.932	4.082
Ceará	8.547	9.010	12.010	12.012	12.411	12.411
RN	3.860	3.960	4.960	4.960	3.965	3.965
Paraíba	3.953	4.188	6.188	6.188	8.011	8.041
Pernambuco	6.893	6.993	7.993	7.993	9.007	9.063
Alagoas	1.361	1.361	1.861	1.861	1.646	1.683

Fonte: Quadro organizado pelo autor a partir dos dados contidos nos Anuários Estatísticos do Brasil de 1962 e 1965.

Entretanto, faz-se necessário ressaltar que nem todas as referidas associações estavam vinculadas ao fenômeno "Ligas Camponesas". O registro estatístico do II Exército menciona que havia, em 1963 (2º semestre), duzentas e dezoito Ligas espalhadas pelo país, assim distribuídas:

Amazonas	08
Pará	08
Maranhão	12
Piauí	04
Rio Grande do Norte	05
Alagoas	05
Sergipe	04
Bahia	07
Minas Gerais	09
Espírito Santo	03
Paraná	11
Santa Catarina	04
Rio Grande do Sul	05
Mato Grosso	06
Ceará	10
Goiás	12
Rio de Janeiro	14
Paraíba	15
São Paulo	15
Pernambuco	64 (in: AUED, 1986, p.61).

A origem das fontes pede cautela, e também há que se fazer algumas ponderações. É provável que o número de Ligas Camponesas existentes tivesse sido bem maior do que o especificado no relatório militar. No Ceará, por exemplo, somente no arquivo pessoal do líder camponês José Leandro Bezerra da Costa há uma relação detalhada com os nomes de 29 Ligas Camponesas cearenses, e suas respectivas lideranças e municípios (ou distritos) de atuação[16]. Já na II Conferência Agrária do Maranhão estiveram presentes, em agosto de 1958, representantes de 62 associações rurais do Pará vinculadas à ULTAP[17], que, subordinada à União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), só aceitava a incorporação de entidades não-patronais e sem filiação com os sindicatos rurais. (GUERRA, 2009, p.121) Por outro lado, no que se refere à Paraíba, o cruzamento de informações trazidas por Aued (1986), Souza (1996) e Mello (2001), indicam que somente a Liga de Sapé possuía entre 10.000 à 20.000 sócios, bem como, existiam no estado pelo menos trinta Ligas Camponesas, sendo elas as de: Acaes, Alagoa Grande, Alagoinha, Alhandra, Antenor Navarro, Araçagi, Areia, Bananeira, Belém, Caiçara, Caldas Brandão, Campina Grande, Cuitegi, Cruz do Espírito Santo, Guarabira, Itabaiana, Itapororoca, Mamanguape, Mari, Miriri (Sapé), Mulungu, Oitizeiro (João Pessoa), Pedras de Fogo, Remígio, Rio Tinto, Santa Rita, São Miguel de Taipú, Sapé, Sousa e Várzea Nova (Santa Rita).

Embora possuíssem metas em comum, as Ligas Camponesas paraibanas tinham autonomia e estatutos próprios, o que conferia a cada uma, certa liberdade de ação. No entanto, as atividades da Liga de Sapé serviam ao mesmo tempo para suas congêneres, como parâmetro e termômetro de luta, haja vista, o destaque cada vez maior que galgava no noticiário nacional e internacional. Para Neiva Moreira, Sapé e Galiléia convertiam-se assim, em "símbolos de sofrimentos e angústia. Mas, também, de luta."[18]

Convém lembrar que uma das maiores polêmicas e divergências dentro do movimento camponês (diretamente relacionada à composição heterogênea das Ligas Camponesas) dia respeito ao fato de atuar ou não dentro da legalidade. Embora nos estatutos das Ligas estivesse implícito o desejo de não ultrapassar os limites legais, numa perspectiva reformista, é possível notar o conflito de posições políticas desde os pródomos do Movimento, em decisões como, v.g., a retirada de "um voto de aplauso ao Marechal Lott pelas suas posições legalistas e nacionalistas", nas moções finais do I

[16] Ver Ochoa, 1989, p. 80-81.
[17] União dos Trabalhadores Agrícolas do Pará.
[18] Revista Terceiro Mundo, ano XXI, nº 191, novembro/1995.

Congresso de Lavradores, Trabalhadores Agrícolas e Pescadores de Pernambuco, realizado em 1958[19]; ou os brados de "Reforma Agrária na Lei ou na Marra" e "morte aos latifundiários" no sermão da missa inaugural do I Congresso dos Camponeses em Minas Gerais , realizado em 1962. (MORAIS, 2006, P.48) Para Hobsbawn (1978, p. 20) existe uma complexidade referente a esta discussão, ou seja, sobre pessoas ou movimentos que agem segundo princípios revolucionários ou reformistas. Por isso, ao se estudar um movimento social é preciso saber a qual dos dois grupos pertence, já que escolhas dessa natureza desenvolverão diferentes comportamentos, organizações, táticas e estratégias.

Os meandros dessas dissonâncias são históricos. As práticas educativas não-formais, não se dão *in abstracto*, numa espécie de "vácuo a-histórico". São práticas

> situadas e datadas, por quanto envolvem sujeitos (individuais e coletivos) com diferentes perfis sócio-econômicos e culturais: de procedências geográficas diversas, de etnia, de experiências de trabalho variadas, de gênero, de religião, de idade/geração, de classe. (CALADO,1999, p.143)

Nessa perspectiva, é possível (e fascinante) pensar que somente a riqueza de visões, percepções e ensinamentos que perpassavam o movimento camponês naquele ínterim, possa explicar de uma forma mais completa e interessante, como o movimento pôde, por exemplo, equilibrar-se qual "pêndulo de Foucault" [20] sobre a tênue linha que separava a legalidade da revolução nos idos de 1960, sem nunca deter-se definitivamente em lado algum – ora resvalando para um, ora para outro. Essa alternância pendular indicava quais forças, discursos, pedagogias e orientações políticas, muitas vezes conflitantes, prevaleciam em determinado momento na trajetória de uma entidade plural.

O campo da memória pode tornar-se, então, espaço privilegiado para a construção de outras referências históricas sobre os aspectos educacionais e políticos das ligas camponesas. Na medida em que as impressões subjetivas dos entrevistados, tornam-se públicas, a partir do trabalho metodológico e do recorte cultural do historiador, (MONTENEGRO, 1994, p. 20) são interpostas em diálogo com outras fontes, dando inteligibilidade ao tema em questão, por outra perspectiva – a dos

[19] Jornal Folha do Povo, de 13/05/1958, in: Soares, 1982, p.114.

[20] Experiência concebida e realizada, em 1851, pelo físico francês Jean Bernard Leon Foucault para demonstrar a rotação da terra em relação a um referencial, com a utilização de pêndulo fixado no teto.

associados, moradores, agricultores e vaqueiros, enfim, da gente simples que constituiu o grosso do movimento, e instituiu saberes e estratégias de sobrevivência, que lhe possibilitou viver o "avesso da vida". Esse saber popular corria de boca em boca, e chega até o presente, renitente como a pedra de Sísifo, mas com o "sabor de narrativas de histórias contadas em rodas de conversa, onde todos têm um detalhe a acrescentar, remodelar". (BENJAMIN, 1994, p. 224)

Maria do Socorro, agricultora, e associada da Liga de Sapé na época, participou ativamente do movimento. Quando perguntada sobre a influência da Liga Camponesa em sua vida, a memória da entrevistada está marcada pelo forte senso do papel educacional exercido pela associação, quanto à organização e esclarecimento dos trabalhadores rurais.

> Eu achei muito importante (...) a fé e a confiança que alguns trabalhadores tiveram no movimento. Que hoje a gente vê, que essa luta, essa organização a cada dia crescendo, as coisas ficando mais esclarecidas, as pessoas também tendo mais esclarecimento, porque naquela época, muitas vezes o medo era por falta de conhecimento... **Depois que a gente começou a se organizar mais e a se reunir, assistir reunião, treinamentos, a gente começou a ver que o mundo é igual para todos**... A gente hoje tem a coragem de falar (...) e dizer não, as coisas não são assim. (Entrevista concedida por Maria do Socorro de Paiva, in: VAN HAM et al., 2006:105, grifo não-original)

Já Maria da Penha, antiga moradora de uma fazenda da Usina Santa Helena, um dos principais complexos fabris de Sapé entre 1950 e 1960, confrontada com a mesma pergunta sobre a influência das Ligas Camponesas, envereda suas lembranças pela falta de direitos do trabalhador e como "tudo era escondido", i.e., como o agricultor sob o jugo asfixiante da ordem social do latifúndio, via-se obrigado a burlar as normas de controle dos fazendeiros para conseguir um benefício ou um direito à revelia do dono da terra. Em seu depoimento Maria da Penha é incisiva sobre a importância da liga nesse contexto:

> As minhas experiências, do tempo da Liga Camponesa pra cá, foi quem me **ensinou**. A Liga Camponesa foi quem me **ensinou** a lutar [...] Depois da Liga Camponesa, com muita morte de trabalhador, líderes de sindicatos, e muitas prisões, foi que a gente começou a conhecer o pessoal da Pastoral da Terra, da CPT, e a gente se uniu a esse pessoal com toda dignidade [...] Hoje nós temos o direito de falar. (Entrevista concedida por Maria da Penha Lima de Souza, in: VAN HAM et al., 2006:107, grifo não-original)

É interessante observar que, nos dois depoimentos (Maria do Socorro e Maria da Penha), há o reconhecimento de uma postura educativa da Liga de Sapé, no entanto, esta só desvela-se quando relacionada com o tempo presente vivido pelas entrevistadas. O elo mnemônico passado-presente observado nas duas narrativas revela a educação da liga como um processo para além dos marcos temporais de atuação da organização, que só ganha sentido no repleno das experiências mais recentes vividas pelas narradoras. Isso é representativo, é claro. As coincidências prosseguem nos relatos, quanto à atuação política da liga em contraposição à força opressora do "mandonismo/coronelismo" rural, representado, sobretudo, na violenta figura do grande fazendeiro.

No entanto, hoje, como Paul Auster (1982) sabiamente já anunciou, nada é possível dizer sem ressalvas (...). Embora as convergências sejam observadas, as versões/representações dentro da liga foram múltiplas, e por vezes contraditórias. Não faltarão vozes a alertar pelo sentido negativo das ações políticas da Liga de Sapé, nem mesmo as falas inerentes ao movimento que negarão, de alguma forma, o seu sentido educativo. E isso é também bastante significativo. Não se pode esquecer que o trabalho da história oral é também interpretar as diferentes perspectivas das pessoas (sempre saturadas de agoras...), e, nelas, o velho e o novo convivem em movimento, bem como mudanças e permanências comungam, indóceis, o espaço de suas fileiras.

De acordo com a análise das entrevistas pertencentes ao projeto de história de vida executado pelo NDHIR/UFPB, com pessoas que participaram das Ligas Camponesas na Paraíba, cerca de 20% dos entrevistados não reconhece qualquer sentido educativo nas Ligas, enquanto 40% acredita que as associações tiveram importante papel no esforço de um aprendizado de luta, e outros 40% não se reporta à questão. Vale lembrar ainda, que aproximadamente 5% dos entrevistados ressaltaram as Ligas como algo negativo para a história dos habitantes rurais, principalmente pela violência que desencadeou no meio rural.

Alguns estudos vêm demonstrando há algum tempo, como, dentro do Movimento Camponês no Nordeste podiam haver diferentes percepções acerca das organizações rurais e de suas relações com a sociedade. Os questionários realizados pelo MEB (Movimento de Educação de Base) de Pernambuco em áreas de forte atuação das Ligas Camponesas, tais como Cabo, Ipojuca, Amaraji e Escada, acerca do "grau de conscientização" de seus novos alunos, todos camponeses sindicalizados, traz, mesmo que numa perspectiva "indiciária", uma proximidade com essa questão. O próprio

relatório do MEB admite que a multiplicidade das respostas obtidas nos questionários (algumas até inesperadas, para o desapontamento da equipe de conscientização) está relacionada à compreensão (ou "não-compreensão") do camponês sobre determinados conceitos fundamentais como Sindicato, Reforma Agrária e Democracia. Por exemplo, como se pode acompanhar no trecho do relatório:

> 63% dos entrevistados declarou não saber o que é Reforma Agrária, afora os que responderam ser a Reforma Agrária uma lei boa, leitura, melhora para o povo e os que nada responderam, perfazendo um total de 19%. Com relação à Democracia, os dados são ainda mais expressivos, pois 75% das respostas não sabem como definir este fato. Note-se que Reforma Agrária, Sindicato e Democracia foram alguns dos elementos em torno dos quais se desenvolveu a luta camponesa na Zona da Mata em Pernambuco. (Relatório do Teste de Sondagem Aplicado na Área Prioritária da Equipe do MEB/Recife [reprodução parcial] (in: Wanderley, 1984, p.151)

É evidente que o teste do MEB tem limites e é incompleto, mas, como afirma Wanderley (1984, p.152), o seu valor está em mostrar o interesse incipiente de certas equipes nos instrumentos de avaliação mais rigorosos, e por abrir pistas sobre os efeitos heterogêneos da conscientização numa área trabalhada por vários grupos sociais e políticos.

Quadro 04
Questionários do MEB em Pernambuco (quadros III e IV)

Quem deve mandar no Sindicato?

Respostas	Nº das repostas	%
O Governo	10	18
O camponês, o povo	30	54
O Presidente do Sindicato	08	15
O IV Exército	01	02
Não sabe	06	11
TOTAL	55	100

Quem deve mandar nos trabalhadores rurais?

Respostas	Nº das repostas	%
O Governo	22	40
O Sindicato	11	20
O trabalhador rural	08	15
O patrão, o administrador	05	09
O Ministério do trabalho e o camponês	01	02
Não sabe	05	09
Sem resposta	03	05
TOTAL	55	100

Fonte: Wanderley, 1984, p. 149.

Como se pode apreender, por essas respostas e os diferentes percentuais mostrados, pode-se ter uma idéia de como os trabalhadores rurais ou os camponeses podiam fazer uma distinção clara entre os rumos de suas vidas e os do sindicato (ou da Liga), e serem extremamente legalistas ou tradicionalistas, prontos a apoiar a Igreja, o Governo ou seus superiores hierárquicos; muito embora as Ligas pudessem representar uma ameaça à própria ordem latifundiária. (BARRIGUELLI, 1981a, p. 211-212; WELCH, 2009) Mas a partir do momento em que eles, os camponeses, entraram na cena política, algo desse legalismo camponês (quase inato segundo Francisco Julião) parece ruir, desnaturalizar-se mesmo naquele contexto, em que a legislação social exerceu, também, papel relevante no processo de construção do elemento identitário de luta, e assim, "inevitavelmente passaram a agir, mais cedo ou mais tarde, como atores, e não mais como extras ao fundo de um belo quadro de multidão". (HOBSBAWN, 2007, p.160)

A leitura dessas dissonâncias pode revelar até que ponto as Ligas Camponesas conseguiram instituir novos (as) identidades, projetos, e códigos de resistência silenciosa e de sedição ao teatro de majestade/riqueza dos usineiros e latifundiários - o campo adverso. Mas essa diretividade existiu e existe, está aí, "habitando" nas memórias e lembranças de velhos camponeses, aos quais nos "verdes anos" da juventude foi proposto um "contrateatro", no sentido aferido por Thompson (2001:39), que ocupasse velhos espaços com as novas práticas – comícios inflamados nas feiras e reuniões nos eitos das fazendas -, e que, igualmente, revisitasse (reaprendesse) práticas imemoriais da vida societária em novos espaços: aprender, falar, expor, contar, discutir, combater, planejar, combinar, discordar e ensinar;

principalmente, nas Assembléias Gerais na sede da liga, e em negociações até então inimagináveis, na "Casa-Grande" do proprietário.

2.2. Lições de Resistência: das Reuniões Secretas às Assembléias Gerais

Na década de 1950, com a modernização da indústria e a valorização do preço do açúcar após o final da Segunda Guerra Mundial, o município de Sapé transformara-se num dos maiores complexos agroindustriais do estado. As terras fecundas da Várzea do Rio Paraíba destinavam-se à pecuária extensiva, ao plantio de abacaxi e, principalmente, ao cultivo da cana-de-açúcar. Numa rápida e panorâmica visão, logo despontariam diversos casebres de barro e palha (taperas), distribuídos irregularmente entre os quilômetros de canaviais que se estendiam a perder de vista. As poeirentas estradas vicinais conduziam muares carregados de cana recém-cortada até a beira da rodovia, onde grandes caminhões recolhiam a carga para conduzi-la aos seus destinos finais – as usinas Santa Helena e São João que, ao deitarem fumaça no horizonte, simbolizavam para muitos, pelo menos no campo da imaginação, o progresso que chegava à região, substituindo os velhos e ultrapassados bangüês.

Quadro 05
Produção, localização e fundação das usinas de açúcar da Paraíba – 1954-1955

Usinas	Açúcar (sacos de 60Kg)	Álcool (litros)	Fundação	Localização
São João	194.602	1.003.820	1888	Santa Rita
Santa Rita	51.482	128.000	1910	Santa Rita
Santana	34.413	111.200	1922	Santa Rita
Santa Helena	114.087	475.000	1922	Sapé
Monte Alegre	42.175	-	1940	Mamanguape
Santa Maria	16.000	-	1931	Areia
Tanques	24.136	-	1926	Alagoa Grande
São Francisco	16.000	-	1931	Pirpirituba

Fonte: Quadro elaborado por Santana (1990).

Em fevereiro de 1958 Elias Quirino Pereira deixava para trás as silhuetas das imponentes usinas. O motivo? Bem, aqui Elias apresenta duas versões, em tempos e lugares diferentes. E, nesse caso, é preciso acompanhar suas pistas, discordando em parte de T.S.Eliot, ao visitá-las perguntando sempre os por quês[21].

No ano de 2001, ao ser entrevistado por Thelma Maria Grisi Veloso, Elias diz que era filho de um comerciante bem sucedido e, quando se tornou adulto, resolveu seguir os passos de seu pai. Depois de vários empreendimentos comerciais frustrados, conseguiu montar uma bem sucedida farmácia em João Pessoa. O próspero negócio o animou a abrir outra farmácia no município de Alhandra-PB, "por conta de motivos pessoais" (in: VELOSO, 2001, p. 226). Alega que veio para a cidade porque ela estava em franco desenvolvimento e havia uma boa perspectiva de mercado. Em resumo: Alhandra lhe parecia um lugar promissor. Grisi Veloso, no entanto, destaca que "Sua inserção política é mencionada de modo muito superficial em toda a entrevista, e só falou de sua antiga filiação ao PCB, após muita insistência da entrevistadora" (Ibdem.)

Cinco anos mais tarde, em entrevista concedida a Antonia M. Van Ham, Elias conta uma história bem diferente sobre sua trajetória: cansado das constantes ameaças que vinha sofrendo dos usineiros e fazendeiros de Sapé, onde morava, e após várias prisões, o então membro da Liga Camponesa de Sapé, com cerca de trinta anos de idade, recebeu o convite de um amigo (que prefere guardar a identidade) para abrir uma farmácia na cidade de Alhandra, localizada na região litorânea da Paraíba. Parece que a invasão de sua casa pelo "Capitão Ascendino"[22], com a ocorrência de um disparo de arma de fogo, sem vítimas, foi o estopim para a tomada da decisão de retirar-se junto com sua família para aquela cidade. Tinha medo que a participação no Movimento Camponês comprometesse a sua segurança e a de seus familiares. Definitivamente não era um ato de covardia. Na verdade, pensava na retirada às pressas mais como uma reorientação estratégica e não como um abandono da luta. Tanto o é que, ainda no mesmo ano, poucos meses depois, fundava uma Liga Camponesa na nova cidade.

As diferentes versões parecem basear-se na trama da experiência de uma violência ou iminência de violência ocorrida no passado, formada de silêncios e medos. Observe-se: Grisi Veloso apresentou-se, provavelmente (e isso é um exercício de imaginação dedutiva), como pesquisadora acadêmica que buscava saber fatos sobre as

[21] "...Oh, do not ask, 'What is it? Let us go end make our visit" (ELIOT, 1980, p. 4). [Oh, não perguntes: Qual? Sigamos a cumprir nossa visita.]

[22] Ascendino Monteiro da Silva, desde 1956 aparece nos registros das Autoridades Policiais do Termo, como suplente de delegado da Comarca de Sapé. (MAIA, 1985, p.73)

Ligas Camponesas, mas no decorrer da entrevista, suas perguntas soaram "comprometedoras" para o depoente, já que requeria informações de sua biografia que preferia manter em segredo. Havia uma desconfiança óbvia que pode ser notada quando a pesquisadora comenta a superficialidade do depoimento prestado no quesito "atuação política" e como Elias relutou em "confessar" sua filiação ao Partido Comunista. Ao que parece mediu com maior cuidado as palavras que dizia a uma pesquisadora estranha que, provavelmente, nunca havia visto antes da pesquisa.

Por outro lado, Antonia Van Ham, mais conhecida como Irmã Tonny, é membro da igreja Católica, e realizou um trabalho de recuperação das memórias das Ligas Camponesas na região do Brejo paraibano, região onde viveu por quase seis anos. Devido ao seu trabalho na CPT (Comissão Pastoral da Terra), Irmã Tonny mantinha um vínculo de amizade e respeito com Elias. Pode-se dizer mais: os dois possuíam uma identidade de luta, porque Elias reconhecia, nos sindicatos organizados pela CPT, uma continuação da luta das Ligas, remetendo à idéia de que a memória é um espaço no qual todos os tempos coexistem e tudo ocorre continuamente (PORTELLI, 2000). Van Ham/Irmã Tonny é uma pessoa a quem Elias, com certeza, confiava em passar informações para o registro posterior.

O motivo das desconfianças de Elias refere-se ao fato de que, embora não tenha assumido nenhum cargo de direção na Liga de Sapé, era figura importante na articulação entre os camponeses das diferentes localidades – ao falar, expunha com cuidado as marcas de sua atuação no passado, que poderiam refletir diretamente no seu presente, interferindo, quem sabe, nos seus projetos individuais e sociais. Militante respeitado entre os lavradores assumiu desde cedo a tarefa clandestina de organizar as reuniões das Ligas no interior dos latifúndios. E isso é algo que não se revela a qualquer pessoa, pois ainda hoje, para Elias, a luta continua com os sindicatos e o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra). Em ambas as entrevistas, é possível adentrar parcialmente no "mundo escondido" de suas memórias, o que pode, efetivamente, revelar mais sobre a complexidade das experiências do movimento camponês, desde que analisada na contraluz de outras fontes, e na sua relação entre o particular e o contexto histórico.

Convocado a rememorar os acontecimentos relacionados à Liga de Sapé, fala quase como um *laudator temporis acti*[23] (os que fazem elogios do passado),

[23] Expressão de Horácio, segundo Le Goff (1990, p.215)

ressaltando a época dos fatos como de grande aprendizado pessoal para si e para seus companheiros. Para o fundador da Liga de Alhandra, as lideranças do movimento de Sapé, como João Pedro Teixeira, Pedro Inácio Araújo (Pedro Fazendeiro) e João Alfredo Dias (Nego Fuba), tiveram um papel fundamental nessa história. Eram pessoas de "uma cultura dotada de Deus", porque "tinham elementos para debater e instruir o povo", (in: VAN HAM et al., 2006, p.54) e eram membros do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

A importância de nomes como João Pedro, Pedro Fazendeiro e Nego Fuba, e como eles comandavam todo o processo, enquanto lideranças da Liga é reiterada várias vezes no depoimento. Eles eram "os fortes", os que tinham o poder e o saber de contar as coisas. Este fato os legitimava como porta-vozes do grupo. Os estudos de história oral tem se deparado com esse tipo de constatação. O grupo elege, como seus porta-vozes, aqueles que sabem contar e recontar a história e os conhecimentos.

Essa lembrança é marcante para ele, na medida em que acredita que a Luta defendia o seguinte: "(...) **ensinar** as coisas boas ao povo para que a nação progredisse; aqueles profissionais do campo tivessem acesso aos direitos que todos já tinham". (id. Ibdem., p.172). Dessa forma, se aproximando de uma perspectiva desenvolvimentista, o entrevistado acredita que os camponeses se conscientizariam das condições miseráveis e indignas às quais estavam expostos, obrigados a trabalhar "de meia" e a prestar "condição"[24] ao fazendeiro, ganhando pouco, passando fome, e sem dinheiro para colocar os filhos na escola.

Pelo olhar da repressão, é notória também a crença no papel de organização e doutrinação de elementos comunistas "infiltrados" nas Ligas. A luta camponesa era combatida pela polícia e pelos latifundiários com um discurso que alegava a influência direta das Ligas Camponesas e dos comunistas, como atesta um relatório da Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco, datado de 19/06/1959, que analisa da seguinte forma a ascensão e dinâmica do Movimento:

> Baseados nestes princípios, os dirigentes comunistas modificaram os fundamentos da subversão no seio dos assalariados agrícolas e

[24] Relações de trabalho entre donos de terra e os trabalhadores não-proprietários, comuns na região desde o fim do regime escravocrata. Trabalhar "de meia" significa cultivar a terra do proprietário com a obrigação de dividir, meio-a-meio, tudo o que fosse produzido. A "Condição", também chamada de "cambão" ou "obrigação" era a conhecida prática de trabalhar de graça duas ou três vezes por semana na plantação dos proprietários, sem remuneração. Submetido a essas práticas exploratórias, o lavrador, em contrapartida, podia continuar morando na casa dentro da propriedade, e manter o seu cultivo de subsistência.

> homens do campo. Não pregam a revolta armada, nem a tomada de terras pela agressão à propriedade da classe patronal. Porém fundam sociedades que se enchem de ideologia bolchevista, adquirem independência de pensamento, tornando-se inimigos unilaterais dos patrões, combatendo-se com o voto e as vinditas, contra qualquer reação esboçada.[25]

Essa mesma concepção está presente na contundente denúncia feita pelo promotor militar Francisco de Paula Accioly Filho, às vésperas do movimento de 31 de março de 1964. Os denunciados, atuantes nos estados de Alagoas, Paraíba e Pernambuco, são responsabilizados por aquela autoridade pela prática de crime contra a segurança do Estado por participarem do "Grupo dos Onze", sob a orientação do ex-deputado Leonel Brizola. Dos trinta e um acusados da Paraíba[26], dois estavam diretamente vinculados às Ligas Camponesas, nos seguintes termos:

> 31 – PEDRO INÁCIO DE ARAÚJO, brasileiro, casado, natural do município de Itabaiana, Estado da Paraíba, filho de Pedro Antônio Félix e de Ana Maria da Conceição, agricultor, residente no bairro do Oitizeiro, à Rua José Bonifácio nº 445, João Pessoa – PB – O denunciado mas [sic] conhecido pelo vulgo de PEDRO FAZENDEIRO, era presidente das Ligas Camponesas, tendo viajado no ano de 1962 em companhia de JULIÃO a Cuba quando também lhes acompanharam Leonardo leal e José Pires de Sá. Era lugar tenente de Assis Lemos, tido como agitador perigoso, liderava os camponeses da região do Miriri. Infringiu, assim, os artigos 9º e 12 da Lei nº 1.802 de 5 de janeiro de 1953.
>
> 32 – JOÃO ALFREDO DIAS, brasileiro, solteiro, natural do município de Sapé, Estado da Paraíba, com 32 anos de idade, filho de Alfredo Ulisses Gonçalves e Amélia Gonçalves Dias, sapateiro, residente à rua Francisco Madruga, 29, Sapé-PB – Este denunciado também conhecido pelo vulgo "Nego Fubá", exercia suas atividades junto às Ligas Camponesas, na qualidade de orador com o fim de apresentar as reivindicações do homem do campo. Mantinha ligações com D. Elizabeth Teixeira, participando de reuniões na CGT. Foi à China Comunista para assistir ao 10º aniversário da Revolução Chinesa, fato ocorrido em agosto do ano de 1961, onde permaneceu 45 dias. Foi vereador e teve seu mandato cassado – por suas atividades infringiu os artigos 9º e 11, letras "a" e "b" e 12 da Lei 1.802 de 5 de janeiro de 1953. (in: GUIMARÂES, 1988, p. 126, grifo original)

Na prédica da Lei nº 1.802, de 05/01/1953, que "Define os Crimes contra o Estado e a Ordem Pública e Social", os dois integrantes da Liga de Sapé eram acusados

[25] SSP, pasta nº 31212, doc. 13. in: Dabat, 2004, p.155-156.
[26] Segundo o mesmo documento, outros 11 integrantes estariam desenvolvendo atividades em Alagoas e 06 em Pernambuco.

de incitar a violência e desestabilizar a paz pública no campo. Pedro Fazendeiro, primeiro Secretário da Liga Camponesa de Sapé, era acusado de reorganizar ou tentar reorganizar, pondo em funcionamento efetivo, "ainda que sob falso nome ou forma simulada, partido político ou associação dissolvidos por fôrça de disposição legal ou fazê-lo funcionar nas mesmas condições quando legalmente suspenso", (art. 9, da Lei 1.802, 05/01/1953), além de "Incitar diretamente e de ânimo deliberado as classes sociais à luta pela violência". (art. 12, da Lei 1.802, 05/01/1953) Seu companheiro João Alfredo Dias, o orador da Liga, sofria as mesmas acusações, acrescidas da denúncia de fazer publicamente propaganda "de processos violentos para a subversão da ordem política e social" e de ódio "de classe". (art. 11, alíneas "a" e "b", da Lei 1.802, de 05/01/1953)[27]

Elias relata em outra passagem como, observando os trabalhos das lideranças "comunistas", em várias reuniões promovidas pelo movimento, foi convencido a se afastar dos "partidos dos capitalistas", representantes do bloco agroindustrial, para se "infiltrar" por outra direção – a do caminho vicinal da resistência contra a exploração do latifúndio, e conclui: "(...) até hoje", e dá risadas. Ele sabe que, na verdade, foi assim que muitos agricultores se converteram ao movimento. Entretanto, há de se observar que na área rural, a propagação das idéias das Ligas Camponesas em meio à contrapropaganda efetivada pela polícia, pelos proprietários e por setores conservadores da Igreja Católica; com a utilização de diferentes suportes – cartazes, cordéis, pregações, cartas abertas, "correntes da felicidade" e "boletins"[28] - tornava a opção do homem do campo pelo Movimento Camponês, numa decisão extremamente difícil. É provável que diversas vezes, Elias tenha ouvido nas áreas por onde passou a história difundida pelos latifundiários paraibanos de que os comunistas acorrentariam os camponeses (entendidos aqui como os membros das Ligas) para levá-los à Cuba – seriam escravizados em terra estranha.

Na perspectiva dessas disputas, que muitas vezes se traduziam no conflito interno (e doloroso) dos camponeses entre a permanência do tradicional e a mudança

[27] Fonte: http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/128791/lei-1802-53.

[28] De acordo com Rêgo (2008) os "boletins" eram mensagens eleitorais ou ideológicas escritas por "coronéis" rurais de Pernambuco e da Paraíba, desde 1930. Feitas em linguagem popular, essas mensagens eram distribuídos nas feiras ou destinados à publicidade no rádio. Já as "correntes de felicidade" eram textos geralmente em prosa que eram distribuídos por debaixo das portas ou pelo correio, prometendo recompensas a quem os reproduzisse e enviasse a dez ou vinte destinatários. A partir da década de 1950, ambos os recursos – boletins e correntes – passaram a ser utilizados pelos coronéis para combater o comunismo e a atuação de Francisco Julião e suas Ligas Camponesas, muitas vezes com apelo à religiosidade popular.

política, a função de Elias Quirino e de outros companheiros dentro da Liga estava diretamente relacionada à organização das reuniões que ocorriam dentro nas próprias fazendas, um serviço "perigoso" de convencimento dos trabalhadores rurais, mas reconhecido pelos seus pares, como fundamental para o sucesso do movimento. Daí a implacável e dolorida perseguição dos proprietários de terra que, só por instantes, retrocedia em sua memória, para dar lugar a um sentimento de orgulho: - "Nunca fomos pegos..." (in: VAN HAM et al., 2006, p. 172)

Reuniões sem atas, sem registros, destituídas de ritos ordinários, informais e anônimas, multiplicavam-se, assim, nas fazendas próximas às usinas da região, em cenários improvisados como matagais e habitações rústicas, incrustadas no interior dos latifúndios. Encontros ocorridos geralmente na quietude da noite, longe dos olhos dos fazendeiros e após um exaustivo dia de trabalho. Os trabalhadores rurais discutiam as precárias condições de trabalho, as dívidas absurdas nos "barracões" da fazenda e o famigerado "cambão". Buscavam formas de vencer as dificuldades sentidas, principalmente, após a modernização das usinas e o conseqüente avanço das culturas canavieiras que tomavam o espaço anteriormente destinado às lavouras de subsistência e recrudesciam a disciplina laboral no campo, em nome da produtividade e da concorrência capitalista com a produção canavieira de São Paulo.

Esse tipo de organização local vai se desenhando também no estado vizinho de Pernambuco, na leitura dos relatórios policiais, atentando-se, é claro, para o fato de que, em tais documentos havia a preocupação de identificar pessoas e condutas dentro de uma prática controladora e opressiva. De acordo com o documento, o investigador 239 foi enviado para Paudalho, onde ocorriam problemas em dois engenhos. Após as diligências, o investigador escreve um relatório ao Comissário Supervisor na data de 11/06/1960, no qual se pode extrair o seguinte trecho:

> Os camponeses costumavam sempre viajar para Paudalho, a fim de consultar os seus mentores, que são os agitadores comunistas Sancho Magalhães e Manoel Vicente de Luna, ambos com prontuário nesta especializada números 1043 e 1310, esses dois elementos Sancho e Manoel de Luna são os responsáveis por todas as agitações reinantes nos engenhos do município de Paudalho. Quanto ao engenho Malemba o encontramos totalmente em greve, neste engenho o chefe da Liga é o camponês Odon Barbosa, mas as reuniões eram feitas no Engenho Pindobal, na residência de Felício Inácio da Silva..[29]

[29] In: Montenegro, 2007, p.97-98.

As reminiscências de Elias vão mais além, sugerem que tais encontros aconteceram, na Paraíba, antes mesmo da criação da Liga de Sapé e que, inclusive, foram essenciais no seu processo de formação. Infelizmente, não há como datar essas ações, supondo-se que já ocorriam por volta de 1956. Mesmo assim, não obstante a impossibilidade de uma datação precisa, suas lembranças tiram da semi-obscuridade um verdadeiro cabedal de táticas milicianas subversivas que circulavam naquele meio rural, tais como encontros furtivos, organização setorial, articulação intergrupal, formação de "conselhos" e agrupamentos rotativos.

Na entrevista concedida a Antônia M. Van Ham, Elias Pereira desvela um pouco mais da dinâmica da mobilização dos camponeses:

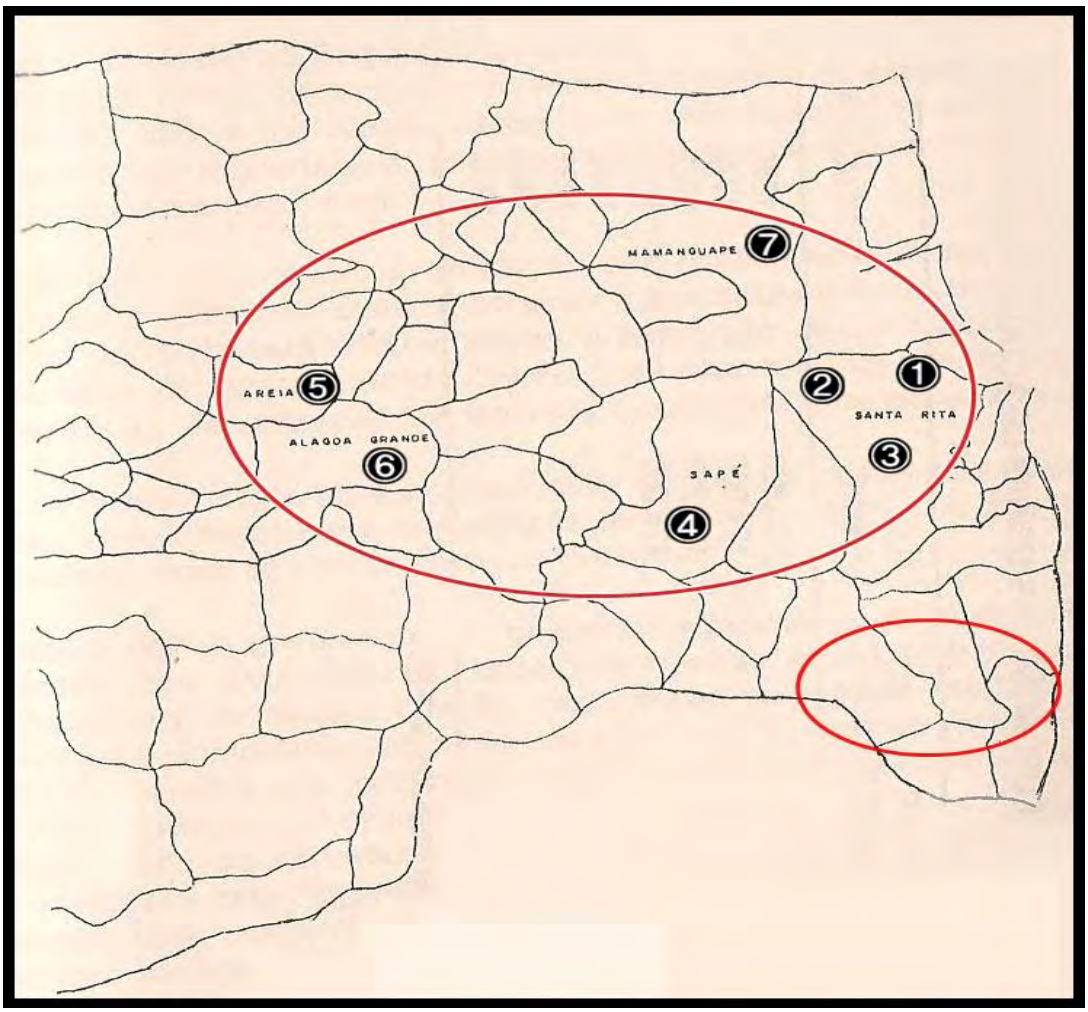
> Naquele tempo que eu comecei com os conselhos de trabalho, ajudando e fazendo alguma reunião entre os camponeses (...) Em Sapé as reuniões eram avisadas[30], eram muito escondidas. A gente saía e ia ter aquele encontro, na casa de um companheiro. Só a gente era quem sabia (...) A gente se deslocava e tinha aquela reunião (...) A gente marcava um dia para visitar um camponês numa zona rural e convidava outros. E assim a gente ia fazendo o movimento até que ele cresceu (...) Toda vez que tinha reunião, eles chamavam os das outras zonas como [da cidade de] Alhandra e tal. Aí eu nunca faltava. Eles organizavam da seguinte maneira: tinha reunião constantemente em casa setor, de cada localidade, de cada fazenda. Eles tinham um caso diferente, um do outro e o povo agia também de um modo diferente (VAN HAM et al., 2006, p.54)

E prossegue explicando que em "todo buraco" os camponeses marcavam reuniões. Meticulosamente, vai contando como os camponeses burlavam a vigilância dos grandes proprietários: "Lá tinha uma decida onde a gente se reuniu várias vezes, ali. Deitava algum na frente, observando os movimentos, e a gente ficava escondido, lá por trás, dentro do mato". (Id. Ibdem., p. 178) Explica que, mesmo com todas as dificuldades, participavam dessas reuniões cerca de cinqüenta grupos de agricultores, cada qual composto de "famílias e mais famílias" que se espalhavam pela zona rural. O que se sabe, pelo relato recuperado, é que conquanto não seja descartada a possibilidade da participação de mulheres, eram grupos formados, sobretudo, por homens. E que cada

[30] Supõe-se que o depoente pode estar referindo-se ao verbo visar, no caso significando "visadas".

grupo possuía um líder que, provavelmente, era o elo intermediário na articulação das "assembléias ocultas".

Mapa 01
Localização das Usinas de Açúcar na Paraíba – 1950



Fonte: mapa: Santana (1990)

1 – Santana (Santa Rita)
2 – Santa Rita (Santa Rita)
3 – São João (Santa Rita)
4 – Santa Helena (Sapé)
5 – Santa Maria (Areia)
6 – Tanques (Alagoa Grande)
7 – Monte Alegre (Mamanguape).[31]

LEGENDA:

● Usinas

○ Regiões principais de ocorrência de reuniões dos camponeses.

A imagem trazida por Elias dessas reuniões ou "conselhos de trabalho", como prefere chamar, cujo raio de ação envolvia, principalmente, as propriedades

[31] Fonte: Mapa reelaborado a partir de informações coletadas em Santana, (1990), Souza (1996) e Vam Ham et al. (2005).

produtoras/fornecedoras de cana-de-açúcar, que circundavam as usinas existentes na Paraíba; assemelha-se muito aos "Conselhos de Córrego", criados em Goiás, por volta de 1950, como fruto de um intenso trabalho de base que antecedeu e serviu de embrião para a formação da futura Liga Camponesa de Trombas e Formoso. (ESTEVES, 2009, p.165) A existência concomitante desses "Conselhos", em locais e culturas relativamente distantes, ajudam a pensar que, talvez, o resultado de formas de organização dispersas, num primeiro momento, podiam, posteriormente, aglutinar forças e originar uma organização centralizada.

A incipiente organização dos habitantes rurais tinha o claro intuito de insinuar uma resistência, dentro de suas possibilidades, ao poder dos latifundiários, um poder desconhecido dos códigos legais, mas aprendido e reconhecido desde cedo pelo morador ou foreiro como uma autoridade real, embora cruel e opressora, salvaguardada pelas instâncias jurídicas e políticas do Estado e contra o qual a gente simples do campo não tinha a quem recorrer. Esse tipo de dominação direta e tradicional, fundada na violência e na repressão, reproduzia uma ordem privada, cujas bases repousavam na existência da grande propriedade.

O conjunto dos relatos analisados permite alguma familiaridade com os desmandos dos proprietários rurais. Eram eles que decidiam quem ficava e quem era expulso da fazenda (geralmente sem direito a indenização); determinavam o que, quando e onde os agricultores poderiam plantar; proibiam a construção de escolas, sob diversas alegações; derrubavam as casas dos moradores; ordenavam surras com "cipó de boi" ao menor descontentamento; condenavam os desafetos à execução e, de acordo com alguns depoimentos, pela força da presença de capangas armados, ao modo de "senhores feudais" levavam consigo "(...) as filhas moças [dos moradores da fazenda] que estivessem em casa para tomarem banhos (...), em banheiros secretos longínquos, em regiões desertas". (Entrevista de José Hermínio Dionísio, in: VAN HAM, 2006, p. 260) Essas vozes encontram ecos nos periódicos da época. Basta ver as manchetes publicadas no jornal *A Ordem*, no Rio Grande do Norte, denunciando semanalmente as arbitrariedades perpetradas pelos latifundiários nordestinos, não raro com o auxílio da justiça: "Proprietários da Fazenda Lapa Expulsam Trabalhadores Rurais" (03 e 04/02/1962); "Trabalhador Rural e sua Família Vítimas de Violências da Polícia" (07 e 08/07/1962); "As violências partem dos Proprietários e não dos Camponeses" (26/01/1963); "O Delegado de Santo Antônio Ameaça de Prisão Trabalhadores Rurais Atendendo Pedido de um Proprietário" (30/03/1963; "Denúncia de Latifundiários

Escravocratas – Perseguição a Trabalhadores Sindicalizados – Expulsão de Moradores sem Indenização – Devastação Propositada de Plantações" (06/07/196); "Juiz de Florânia Desobedece a Lei e Despeja 4 famílias" (21/09/1963)[32]

Na Paraíba as violências se repetiam e ganhavam também as páginas dos jornais locais e nacionais como mostra Aued (1986, p.54) em pesquisa realizada nos periódicos *A Liga*, *Jornal do Comércio*, *Correio da Paraíba*, *Diário da Borborema*, *Última Hora* (de Recife) e *O Globo*:

Quadro 06

Incidente	Data	Local	Pessoas envolvidas
Assassinato	02/04/1962	Estrada de Café do Vento	João Pedro Teixeira, líder da Liga de Sapé
Assassinato	17/03/1962	Faz. Miriri	Alfredo Pereira Nascimento, líder da Liga local
Destruição de roçado	10/12/1962	Faz. Teone – Pedras de Fogo	Camponeses e capangas
Expulsão	11/12/1962	Engenho Belo Jardim – Pedras de Fogo	Quarenta famílias de camponeses
Assalto à mão armada	11/12/1962	Riacho de Ingá	Antônio Francelino, presidente da Liga local (vítima)
Atentado	-	Sapé	João Pedro Teixeira Filho vítima)
Destruição de moradia	-	Faz. César Cartaxo - Itapororoca	Várias famílias de camponeses
Destruição de moradia	Fev/1963	Engenho Maraú	Várias famílias de camponeses
Despejo	20/02/1963	Faz.Tapira – Santa Rita	Dezesseis famílias de camponeses
Despejo	12/06/1963	Faz. João Barbosa - Sapé	Camponês Antonio Alfredo e família
Assassinato	31/07/1963	Faz. Francisco Manoel	Camponês Manoel Pereira
Agressão física	-	Itabaiana	Prof. Assis Lemos e o líder Pedro Fazendeiro
"Chacina de Mari"	15/01/1964	Mari	Camponeses, polícia militar, administrador e capangas

Fonte: Aued (1986)

A manutenção de um rigoroso controle sobre a vida e a produtividade dos moradores podia chegar ao extremo da violência física, mas revelava-se, sobretudo, na instituição de rígidas normas nas propriedades que, habitualmente, circulavam de boca em boca nos eitos das fazendas, em virtude dos moradores pertencerem a grupos tradicionalmente associados à oralidade e pelo alto índice de analfabetismo no campo.

Porém, John Gerassi, correspondente do *New York Times*, em viagem pelo Nordeste brasileiro, entre 1962 e 1963, área considerada por muitos como "região problema" do país, colhia subsídios para um portentoso artigo. No trajeto, que incluía a

[32] Germano (1989, p.35-36).

Paraíba, encontrou uma espécie de "regulamento" por escrito de uma fazenda. Mesmo não estando especificado em qual estado nordestino foi localizado, mas sugerido pelo *constructo* narrativo do escritor que poderia ser na Paraíba, o documento dá, pelo menos, uma noção do grau de sujeição ao qual se encontravam submetidos os moradores de fazenda naquela época:

> Todos os moradores desta propriedade estão proibidos de:
> 1 – Portar armas de qualquer tipo;
> 2 – Beber aguardente ou qualquer bebida;
> 3 – Jogar cartas, ou qualquer outro jogo;
> 4 – Passar as horas de folga fora da propriedade;
> 5 – Caçar, ou permitir que estranhos cacem;
> 6 – Brigar com o vizinho, ou qualquer pessoa;
> 8 – Promover bailes sem permissão do proprietário;
> 9 – Espalhar boatos;
> 10 – Fingir-se de doente para não trabalhar.
> Os que não obedecerem, terão 24 horas para se retirarem. (GERASSI apud RAMOS, 1989, p.38)

Conquanto essas determinações pudessem diferir de propriedade para propriedade, visavam sempre alguns objetivos comuns, tais como: a eliminação de práticas consideradas nocivas à produção canavieira ou algodoeira (beber, brigar, fingir-se de doente); manter o controle sobre o tempo livre do trabalhador, restringir a possibilidade de articulações e questionamentos entre moradores, bem como, impedir o contato de moradores com elementos externos à fazenda. A intensificação dos interditos, principalmente nos estados da Paraíba e de Pernambuco, era também, uma resposta às reuniões secretas que, mesmo "invisíveis" aos olhos, começavam a se tornar lugar-comum no imaginário dos fazendeiros e uma ameaça ao seu poderio.

Em outro ponto da paisagem sapeense, na localidade de Antas do Sono, região sul do município, encontrava-se Elizabeth Teixeira. De acordo com seu depoimento (in: BANDEIRA, MIELE e SILVEIRA, 1997, pp. 61-62), ela e seu marido João Pedro Teixeira, retornaram de Recife-PE para Sapé, em 1956, a convite de seu pai Manoel Justino, para morarem em suas terras, haja vista as dificuldades financeiras pelas quais o casal passava em Pernambuco. A entrevistada revela que, apenas uma semana depois de chegarem à Sapé, João Pedro começou a sair pelo campo para conversar com os trabalhadores rurais e estava decidido a organizá-los. Em

Pernambuco, João Pedro se ligara ao PCB, e fora presidente do Sindicato dos Operários da Pedreira de Jaboatão. Conhecia, portanto, os meandros da organização de reuniões clandestinas. Por isso, sempre preocupada, Elizabeth perguntava ao marido toda vez que saía de casa: "- Para onde você vai?", e obtinha como resposta: "- Vou andar por aí, vou entrar por estas fazendas, vou conversar com essa gente do campo, vou tomar conhecimento se essa situação [difícil] é geral, se isso acontece em todas as fazendas ou não". (Id. Ibdem., p. 61). Às vezes, retornava para casa dessas conversas "noite adentro".

Na visão de Elizabeth foi assim que começou a luta no campo. Recorda que, em novembro de 1956, houve a primeira reunião em sua casa com a presença de João Alfredo, Pedro Fazendeiro e Manuel Barbosa, companheiros de João Pedro da cidade de Sapé, além de muitos camponeses. Não sabe dizer o conteúdo da conversa, porque nesta ocasião preparava o almoço na cozinha, enquanto a reunião ocorria na sala. No outro dia, rememora, a polícia, por ordem dos grandes proprietários (dentre eles, provavelmente o próprio pai), veio prender João Pedro sob alegação de que houvera, em sua casa, uma "reunião comunista".

Depois das primeiras reuniões que aconteceram na casa de João Pedro Teixeira, outras foram "(...) realizadas na sapataria de Nego Fuba, em Sapé. Desta feita com as presenças dos militantes comunistas Leonardo Leal e José Moscou, e do agrônomo Francisco de Assis Lemos de Souza" (SILVA, 2003, p. 220). Este último se tornaria uma das principais lideranças urbanas do movimento.

Em grande parte dos depoimentos colhidos, a reunião podia ser localizada como um acontecimento político importante não só entre os agricultores, mas em diversas instâncias da sociedade: na organização de movimentos sindicais, nos Congressos de Trabalhadores Rurais que aconteciam desde a década de 1950, nos partidos políticos e, inclusive, nos encontros dos próprios grupos ruralistas. Numa época de intensas mudanças e esperanças, as reuniões das Ligas Camponesas, representavam, num contexto de contatos culturais e aprendizados práticos, mais do que um processo de socialização, era uma conquista do poder de falar, reivindicar, discutir, defender idéias contrárias, ou mesmo se fazer notar, ocupar um lugar entre diversas falas; que eventualmente assumia um caráter subversivo – os camponeses devem ter percebido (se já não o sabiam) que numa "simples reunião de homens pensantes aparecem fenômenos novos, originais". (BASTIDE, 1983, p.83)

Ao analisar a relação da fala com o poder, Pierre Clastres (1982, p.106) registra que “Falar é antes de tudo deter o poder de falar. Ou ainda, o exercício do poder assegura o domínio da palavra: só os senhores podem falar”. O autor aponta, sobretudo, para a importância de quem fala, o que fala e quando fala, como constituintes do próprio desenho das práticas de poder. Montenegro (1994, p.42), por sua vez, contribui com uma boa reflexão quando salienta que

> Pierre Clastres resgata uma dimensão fundante do próprio fazer histórico ao estabelecer, como relação indissociável, poder e palavra. Em outros termos, a fala, ao instituir planos, projetos, determinações, estabelece campos de representação que consubstanciam a própria prática do poder.

Galgando prestígio cada vez maior entre os lavradores, as reuniões camponesas subvertiam continuamente a exclusividade do binômio senhor/palavra. Logo se consubstanciaram em espaços de aprendizagem que permitiam aos agricultores o entrelaçamento de vozes, gestos, subjetividades, posturas e escolhas, que foi decisivo na construção de uma prática capaz de destruir (em parte) o medo existente, entre os moradores, dos senhores “todo-poderosos” e de seus jagunços. As pessoas que decidiam participar das reuniões rompiam com a cadeia “visível-invisível” do medo, o que era também “(...) adquirir um outro conhecimento, construir uma outra visão de sociedade”. (Ibdem, p.43).

De reunião em reunião, rememorando discussões e acontecimentos, nas quais se ensinavam aos ouvintes como enfrentar situações semelhantes, os camponeses aperfeiçoavam a resistência aos microdespostismos dos latifundiários locais e se conscientizavam de sua força, burlando as regras e inserindo-se nas frestas do sistema. Os relatos que chegam ao presente indicam que, além da crescente freqüência nas reuniões, os trabalhadores rurais resistiam com maior fervor à jornada de trabalho noturno imposta pelos fazendeiros, dedicando-se somente à parte da empreitada; ateavam fogo nos canaviais dos proprietários mais cruéis, infiltravam-se nas usinas sob o disfarce de “vendedor de cocadas” para propagandear a resistência e “roubavam”, de madrugada, suas próprias colheitas, para vendê-las fora da propriedade, onde certamente obtinham um pagamento mais justo, ao contrário dos seus patrões, que os obrigavam a vender-lhes toda a produção a baixíssimo custo.

O movimento dessas pessoas, apenas esboçado em nível de documentação, traz à tona a idéia de um "legado de luta", de uma continuidade de práticas e conhecimentos entre os camponeses, antes e depois da fundação da Liga Camponesa de Sapé, que se contrapõem a impressão de Assis Lemos, ex-presidente da Federação das Ligas Camponesa na Paraíba, de que os "(...) camponeses, sem qualquer experiência anterior de organização, analfabetos, necessitavam de ajuda nos primeiros passos". (SOUZA, 1996, p.32) Ora, se é correto afirmar que os trabalhadores rurais buscaram o apoio externo para um conhecimento jurídico-administrativo que não dominavam a princípio, as narrativas dos entrevistados mostram que é verdade, também, a existência de uma complexa organização entre os camponeses, construída nos momentos antecedentes à criação da Liga.

A sindicalização era, ainda, um sonho distante para o agricultor. Embora o Decreto nº 7.038 de 1944 autorizasse a sindicalização rural, esta lei não era implementada, fosse pelo desinteresse do governo, ou pela resistência dos grandes proprietários. Os trabalhadores do campo, não tendo o direito de se sindicalizarem, como as demais categorias, foram se organizando através de outros mecanismos jurídicos. Dessa forma, a Liga de Sapé "ressurge" em fevereiro de 1958 com novas feições, novos métodos de ação. Não mais como uma "Liga doméstica", mas como uma Associação com sede na cidade. Para Aued (1986, p. 33) a característica principal desta mudança parece se inscrever numa nova orientação, no sentido de institucionalizar o movimento, colocando-o nos limites da legalidade, que a autora denomina como "burguesa".

A Associação seria uma entidade de caráter civil, registrada em cartório, de acordo com a legislação em vigor, com fins assistenciais. A sua estrutura organizacional emulou-se nos estatutos da Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco – a Liga da Galiléia. Contudo, de acordo com Benevides (1985, p.81), apresentava um diferença fundamental: ao contrário da sua congênere pernambucana, que possuía um tipo de organização mais centralizada, concentrada no Conselho Regional, a Liga de Sapé tinha um modelo de organização mais democrático, dirigido por uma Diretoria, um Conselho Fiscal e uma Assembléia Geral.

O ritual da reunião foi também institucionalizado. No artigo 4º dos Estatutos da Liga de Sapé, que versa sobre os deveres dos "Sócios Contribuintes e Beneméritos", encontra-se, dentre outras obrigações, a observância na pontualidade nas reuniões organizadas pela entidade. (in: AUED, 1986, pp. 131-132)

No entanto, é preciso sublinhar que havia dois tipos de reuniões internalizadas na sede da Liga: as reuniões semanais e as Assembléias Gerais, que ocorriam mensalmente. As do primeiro tipo, as semanais, realizavam-se aos domingos, na sede da Liga, podendo, ocasionalmente, acontecerem aos sábados. Eram abertas a quem quisesse participar. Já as Assembléias Gerais aconteciam "sempre no final de cada mês"[33]. A Assembléia era, efetivamente, o órgão supremo de deliberação na Liga Camponesa de Sapé, restrita à participação dos sócios. É preciso trilhar esses dois roteiros para um melhor entendimento da organização interna da Liga de Sapé.

O senhor Severino Guilhermino de Souza, 88 anos, hoje aposentado e residindo no bairro de Nova Brasília, periferia de Sapé, foi membro da Liga Camponesa de Sapé em sua juventude, época em que vivia na fazenda São Salvador, plantando algodão. Sua fala sai com dificuldade e as lembranças vacilam entre os momentos difíceis de sua vida e as marcantes passagens da Liga. No que refere às reuniões, sua memória é muito viva no tocante a horários, organização física e palestrantes. Recorda-se que as reuniões ocorriam todo domingo às 14h, na sede da Liga de Sapé, localizada em frente à atual prefeitura, na Rua Orcine Fernandes, centro da cidade. Aquele local era uma antiga estribaria de cavalos que pertencia a um revendedor de ovos de galinha. As reuniões se organizavam da seguinte forma: eram distribuídos bancos de madeira compridos, da "cumprideza" das paredes da sala, em três paredes do recinto. No meio do salão, faziam-se fileiras com bancos de mesmo formato, virados para onde se encontrava a mesa que abrigava palestrantes e diretores. O lugar, em dia de reunião, enchia de gente, de trabalhador; alguns ficavam em pé dentro da sede, outros prestando atenção da porta do estabelecimento. Na ótica de Severino, os trabalhadores nunca falavam nada. Só os palestrantes tinham voz. Por lá discursaram João Pedro Teixeira, Pedro Fazendeiro, Assis Lemos e Francisco Julião, reconhecido por ele como um "grandão de Pernambuco". No entanto, pouco se lembra sobre o que essas pessoas falavam. Sabe dizer apenas que a tônica dos discursos era a união do povo e a idéia de que as Ligas Camponesas iam acabar com o latifúndio, e esse "acabar" significava, para ele, "exterminar, matar os latifundiários".

Severino Pedro da Silva, 71 anos, vizinho de Severino Guilhermino, por sua vez, pensa diferente: garante que a Liga não pregava a violência. Desde o tempo das Ligas os dois mantêm grande amizade, porém, Severino Pedro foi membro mais atuante

[33] Entrevista concedida por Severino Pedro da Silva, em 19/10/2009.

no movimento das Ligas que seu amigo. Inicia a conversa contando que participou ativamente das Ligas Camponesas e também dos Sindicatos Rurais fundados posteriormente, com a atuação da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT). Falar da época da Liga é algo muito doloroso para si. Por várias vezes a entrevista é interrompida em virtude de sua comoção. Parece não acreditar que, depois de tantos anos de luta, arriscando-se por uma causa, esteja esquecido pela família, pelos amigos e pela própria História, vivendo solitário numa modesta casa na periferia de Sapé. Pede desculpas pelo desabafo. Suas escusas são índices de entrada no universo mental das memórias "acorrentadas a ressentimentos" (BRESCIANI & NAXARA, 2001, p 12). Severino Pedro se apóia, com freqüência, na linguagem da resistência contra os ódios, as hostilidades, as humilhações, e os "fantasmas da morte" e da solidão, que enfrentou e enfrenta em sua vida.

Ao contrário de Severino Guilhermino, suas reminiscências sobre as reuniões relacionam-se mais com o cerimonial e com o conteúdo das discussões. Talvez, por seu comprometimento no trabalho de organização da Liga, relembrar essas questões o afaste do "não-lugar dos excluídos". Diz não recordar, com detalhes, as pautas das reuniões, mas assevera que os objetivos eram sempre os de "animação dos trabalhadores", "defesa dos trabalhadores" e "sobre o valor da Liga", quer dizer, um trabalho de conscientização com os agricultores sobre a importância da Liga de Sapé na defesa de seus direitos – tarefas das quais o entrevistado participava. Era nas reuniões, também, que se convidavam trabalhadores para participarem de encontros, congressos e manifestações fora da cidade: decisão democrática dos associados que determinavam por sufrágio, a formação das comissões, ao contrário da prerrogativa presidencial prevista nos estatutos. Raramente algo era decidido sem votação, somente nos casos em que havia um consenso manifesto pela maioria ou totalidade dos participantes é que isso ocorria.

Como se vê, nas reuniões semanais eram introjetados valores, partilhados sentimentos, e, sobretudo, reafirmado o compromisso de resistência e solidariedade contra a ordem opressora representada na figura do latifúndio, o que permite pensar em um investimento na construção de um sentimento de identidade coletiva. A fala, como tal, em sua existência fisiológica e social, estava situada no coração das reuniões como instrumento fundamental de luta, porque estabelecia outras realidades a serem alcançadas, construídas ou conquistadas. Nesses espaços colhiam-se as reclamações dos

agricultores, planejavam-se as ações da semana e traçavam-se as estratégias de crescimento da Liga.

Conforme os estatutos da entidade, competia ao presidente, além da representação oficial e judicial da Liga, a direção das reuniões e a assinatura das atas. O orador, por sua vez, ficaria responsável pela realização de palestras "sobre assuntos cívicos e de interesse do trabalho rural" (in: AUED, 1986, p. 132), tudo de acordo com os objetivos da Associação explicitados no artigo 1º do referido regimento:

> A ASSOCIAÇÃO DE LAVRADORES E TRABALHADORES AGRÍCOLAS DE SAPÉ tem por finalidade a prestação de ASSISTÊNCIA SOCIAL aos arrendatários, assalariados e pequenos proprietários agrícolas do município e áreas vizinhas, bem como a defesa de seus legítimos direitos, de acordo com as Leis de País. (in: AUED, 1986, p.131, grifo original)

No entanto, novas vozes surgem nos depoimentos ilustrando a efervescência dos encontros, e dando contornos ao proselitismo dissidente ensaiado no interior das reuniões semanais, que fugia ou se contrapunha, em alguns instantes, ao discurso legalista presente nos Estatutos:

> Severino Guilhermino. – Vamos arrancar o latifúndio pela raiz e jogar para o alto! A gente dizia na reunião. (Entrevista em 19/10/2009)

> Manoel H. Dantas – Aí todo domingo tinha um comício lá, uma reunião. Todo domingo nos íamos à Sapé. A gente escutava lá, e conversava lá, todo mundo (...) Aí tinha camarada que dizia: "Vamos morrer na terra...a gente está pronto para morrer na terra, de modo a resolver este caso; aí um dia resolver isso". Até bem alto dizia isso, e todo mundo gritava, né, batia palma, tudo isso. (in VAN HAM, 2006, p. 57)

> Severino Guilhermino de Souza – Ora, por que vocês estão parados aí? Por que vocês não se mexem? Por que não invadem terras? Vocês estão invadindo não, porque a terra não é de ninguém, a terra é de Deus. [referindo-se às palavras de João Pedro Teixeira nas reuniões] (in VAN HAM, 2006, p. 30)

Pelas linhas do jornal *A Liga*, de 20 de fevereiro de 1963 (in: BENEVIDES, 1985, p.115), essa dissonância entre as "vozes" das reuniões com as determinações

estatutárias da entidade ganhava um tom revolucionário. Em fevereiro desse mesmo ano, a Liga de Sapé comemorava quatro anos de existência realizando na cidade uma concentração com a presença de milhares de camponeses. Nessa oportunidade, em reunião na sede da associação, Elizabeth Teixeira esclareceu aos ouvintes sobre a necessidade da organização dos camponeses, e pregou a "Reforma Agrária Radical". Discursaram ainda Francisco Julião e o estudante João Alfredo, ambos de Pernambuco. Segundo Benevides (Id. Ibdem.), o ponto central dos pronunciamentos era a marcha pela revolução sob a bandeira da "Reforma Agrária Radical" e o perigo do reformismo. O clima tumultuado do momento fica mais evidente nas palavras do desembargador João Santa Cruz, que apelava para a continuidade do movimento "pelas urnas ou pelas armas"; e no discurso acalorado de encerramento da reunião, feito por Bento da Gama Batista (advogado das Ligas paraibanas), que conclamava os camponeses para a "luta com flores ou com sangue".

Esses discursos podem ter surtido grande impacto entre os habitantes da região, já que, como mostra o Censo de 1950, a maior parte da população rural brasileira trabalhava em terra alheia (não possuía terra própria), atingindo nessa época o contingente de 6.108.578 (in: LEITE, 1961, p.13). Além do mais, de acordo com o IBGE, em 1940, apenas 04 estabelecimentos (2.798 ha) são caracterizados como "ocupados" na Paraíba, índice que aumenta vertiginosamente nas décadas seguintes. Em 1950, esse número chegaria a 1.573 estabelecimentos (29.206 ha) ocupados, e em 1960, 1.141 estabelecimentos rurais (28.576) na mesma situação, sendo 36,7% (aproximadamente) desses estabelecimentos pertencentes à categoria de "100 a menos de 1.000 ha", ou seja, médias e grandes propriedades – alvos principais das invasões coordenadas pelas Ligas Camponesas.[34]

Já as Assembléias Gerais eram o espaço real de tomada de decisão no interior da Liga de Sapé. Pelo artigo 17, Capítulo V dos Estatutos, a Assembléia Geral era o poder soberano da Associação que se reuniria, ordinariamente, uma vez por mês ou quando convocada pela Diretoria e, extraordinariamente, para eleição da Diretoria ou do Conselho Fiscal; ou ainda, quando convocada por no mínimo um terço dos associados, mediante publicação na imprensa do Estado com antecedência entre sete e cinco dias. A ela compete

[34]Censo Econômico de 1952 e Censo Agrícola de 1960.

> (...) decidir sobre todos os assuntos importantes da atividade social que forem apresentados a sua deliberação à aprovação dos balancetes e demais atos da gestão patrimonial e administrativa da Diretoria, bem como a escolha dos sócios beneméritos e honorários. (Estatutos, in: AUED, 1986, p. 133)

Em suas memórias, o ex-deputado estadual Assis Lemos (1996, p. 19-20), sócio da entidade e participante freqüente das Assembléias Gerais, recorda que nessas reuniões era terminantemente proibido falar sobre política partidária, pregar ideologia ou religião. Não se podia também discriminar os associados ou simpatizantes que participassem de partidos políticos ou que professassem qualquer tipo de ideologia. Esse era o discurso pregado também pela Diretoria. Entretanto, olhar "por dentro" das Assembléias, permite reconstruir, parcialmente, uma malha de intrincadas relações tecidas por ansiedades, reticências e pequenas dissídios que se consubstanciavam no formalismo dessas cerimônias. A disputa política dos grupos de esquerda pelo domínio dos rumos da entidade revestia-se de mecanismos sutis que agiam em prol de seus interesses. Jogavam com as regras do regimento interno, criando uma constante tensão com o princípio democrático da Liga – uma disputa entre o poder instituído e o instituinte, que envolvia uma acirrada competição partidária entre o PCB, o PSD e os "Julianistas", grupo dissidente do PCB.

É interessante transcrever o diálogo entre a professora Aspásia Camargo e o camponês José Severino Gomes, que assumiu a presidência da Liga de Sapé logo depois do assassinato de João Pedro, em 1962. Como observou a pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas, a orientação de João Gomes era representativa dos interesses de boa parte dos associados, em oposição tanto aos radicais externos à Liga quanto às lideranças populistas que desejavam e trabalharam no sentido de elegerem Pedro Fazendeiro, membro do Partido Comunista, para o cargo:

> *Aspásia* – O senhor achava importante que houvesse eleição? Por quê?
> *João Gomes* – Para ver aonde estava a honestidade. No meu caso eu queria saber. Uma que eu também não me interessava ficar, eu queria me achar livre porque aquilo era perigoso, e eu não tava interessado em me achar dentro daquele perigo. Eu queria que me levassem, eu só queria ser um sócio conforme era antigamente. Segundo, eu queria ver a honestidade do povo e a honestidade onde eu estava, se eu merecia a confiança do povo ou não.

> *Aspásia* – O senhor acha que eleição é pra isso?
> *João Gomes* – É. Eu acho que sim, aí vejo se sou digno ou não. Como é que posso saber se o fulano gosta de mim e que confia em mim? Não posso saber, não sou adivinhão. Quando foi no dia daquela eleição ninguém votou em Pedro Fazendeiro. Todo mundo unanimemente votou em mim. E agora, o que é que eu vou fazer? Tenho que ficar. (in: BENEVIDES, 1985, p.83)

Como instância decisória, a Assembléia Geral requeria um ambiente mais solene, o que a fazia configurar como um espaço mais formalizado do que as reuniões semanais. Por essas práticas formalizadas da Assembléia perpassava uma disputa de idéias que implicava no uso da palavra num ritual do qual os camponeses foram se apropriando gradativamente, com algumas dificuldades.

Retomando o depoimento de Severino Pedro, este, embora não se lembre os nomes de nenhum dos presidentes da Liga[35], recorda claramente que era sempre o presidente quem fazia a abertura da Assembléia, passando em seguida a apresentar o "programa das coisas" que tinham por fazer, ou seja, a pauta da Assembléia, que era sempre registrada por alguém, não se recordando, no entanto, quem exercia tal função. Logo em seguida, os pontos principais eram expostos, debatidos, e votados, quando necessário.

Do ponto de vista de sua organização, a Assembléia propunha aos participantes a observação de todas as minúcias que envolviam as operações do decoro corporal, percorrendo o controle dos gestos, das posturas, passando pela maneira de pedir a palavra, de se dirigir aos outros, de discordar, e, mesmo de se comportar durante a leitura da ata, a proposição de temas para debate ou na retirada de alguma proposta. As regras do que falar e do que não falar também não eram perdidas de vista. Esses atos de representação eram os momentos e os lugares em que o poder da Assembléia assumia toda a sua teatralidade – perdia-se em espontaneidade, ganhava-se em previsibilidade e em autoderteminação.

Pelo depoimento de Severino Pedro, sabe-se que homens e mulheres atribuíam importantes significados ao cerimonial e às "etiquetas" (ELIAS, 2001) do comportamento formalizado das Assembléias. Nessas ocasiões, os trabalhadores rurais eram mais de escutar, eram mesmo "recuados". Só com o passar do tempo é que as

[35] Alguns presidentes da Liga de Sapé foram, em ordem cronológica: Severino Barbosa, João Pedro Teixeira e João Severino Gomes.

pessoas se sentiram mais à vontade e passaram a dar seus depoimentos, opiniões. Porque na sua concepção,

> (...) pra quem é trabalhador ele se sentia um nada [pausa] porque não sabia escrever, não sabia ler, não sabia nada [pausa] e alguns, grande maioria, é que não gostava de dar opiniões, porque talvez não desse certo, e por aí vai, a questão deles recuarem e não participarem.

Nesse sentido, vale a pena retornar a Certeau (1994) para pensar que a não-participação, como sugere o entrevistado, de tantos membros da Liga poderia ser uma forma astuciosa de guardar certa integridade, de não se comprometer com a palavra, em atitudes constantemente vigiadas pelas "sombras" dos grandes proprietários. O não-falar, como em várias situações vividas pelos moradores rurais, funcionava como mecanismo de defesa, a fim de evitar o envolvimento em armadilhas imprevistas, o que não significa dizer que nessas circunstâncias não houvesse uma aprendizagem.

Por outro lado, pelas mãos de Thompson (1987) compreende-se que a resistência não estava apenas na ação heróica, espetacular, mas se dava no cotidiano, a partir de relações específicas, ambíguas muitas vezes, tecidas através de conflitos, ensinamentos e acomodações. Só a presença dos camponeses nas Assembléias e reuniões era uma conquista, e concomitantemente, um posicionamento que afrontava aos fazendeiros. Mesmo que suas opiniões não fossem externalizadas nas reuniões ou nas Assembléias, o camponês vivenciava essas situações como arena de conflitos de diversas concepções e idéias. Além do mais, requer lembrar que, estrategicamente, muitos agricultores não participavam das reuniões com o fim de não levantar as suspeitas dos patrões, mas aguardavam, em suas comunidades as orientações e os ensinamentos para a ação trazidas pelos companheiros. (Depoimento de José Cardoso, in: VAN HAM, 2006, p.249)

Aos que participavam diretamente das reuniões, ou mesmo àqueles que tomavam conhecimento indiretamente de suas discussões – por disseminações intencionais, boatos ubíquos ou tertúlias ocasionais -, a experiência de ouvir esses debates implicava numa interlocução que construía possibilidades de alteração nos ouvintes, em função do próprio processo reflexivo que envolve o narrar. Por esses canais se desvelavam as inconsistências, as diferenças de opiniões e as reivindicações conflitantes diante da expansão da ordem agroindustrial. Não se pode esquecer que foi,

principalmente, nos encontros das Assembléias que os agricultores presenciaram as famosas disputas de opinião entre Assis Lemos e Pedro Fazendeiro, de um lado, defensores dos postulados do PCB e da consigna da Reforma Agrária pela via parlamentar, ou seja, pela implantação das Reformas de Base do Governo João Goulart; e Francisco Julião e Elizabeth Teixeira, de outro, dissidentes das idéias do PCB que, um tanto descrentes dessas táticas, apregoavam a necessidade de realizar o movimento revolucionário, "a exemplo do que havia acontecido em Cuba" (AUED, 1986, pp. 59-60).

Rupturas essas que poderiam indicar outras formas de compreensão para os problemas focalizados, além de possibilitar a apropriação desse saber por parte dos envolvidos no processo. O relato de um participante não-identificado, em novembro de 1979 (in: AUED, 1986, p. 64), parece corroborar essa tese, quando diz que a disputa era tão acirrada entre os camponeses que, folcloricamente, chegou-se, na época, a estabelecer uma linha divisória em Sapé – da cadeia pública em direção à Café do Vento (zona rural), mandavam Elizabeth Teixeira e os seguidores de Julião, partidários da "reforma agrária na lei ou na marra". Da cadeia em diante (pegando a quase totalidade da parte urbana), seguindo para Guarabira, mandava o pessoal do PCB.

Como esclarece Gohn (2008), os movimentos sociais são possuidores de uma experiência que não advém de forças congeladas do passado – embora este tenha importância crucial ao criar uma memória que, quando resgatada, dá sentido às lutas do presente. Suas experiências se recriam, cotidianamente, na adversidade de situações que enfrentam. Acionada pelo movimento social da Liga, como mediadora entre experiências, tempos e pensamentos distintos, a reunião (fosse na mata, na sede ou na Assembléia) se apresentava como prática comprometida com a transformação social.

Como palco, a reunião foi o espaço de teatralização e narração de dramas, insurreições, disputas e aprendizados coletivos e individuais; como ferramenta ela se constituiu em dispositivo de intervenção social: de lá partiam os agricultores para as passeatas, os atos públicos, os comícios, os enfrentamentos, e até para a última homenagem a João Pedro Teixeira, líder morto em emboscada pelos latifundiários, como atesta o documentário *Cabra Marcado Para Morrer*, de Eduardo Coutinho. Antes de dirigirem-se ao Hospital de Sapé[36], onde se encontrava o seu corpo, milhares de camponeses, chegados à cidade em caminhões, cavalos e mesmo à pé, muitos deles

[36] Atualmente designado Hospital Sá Andrade, próximo à avenida principal da cidade, a Av. Comendador Renato Ribeiro Coutinho.

munidos de enxadas (símbolos da luta), reuniram-se, antes, na sede da Liga. Tudo isso implicava na produção de novos sentidos e conhecimentos, a partir de sentidos, sentimentos e conhecimentos anteriores.

2.3. Construindo Memórias de Luta nas Cirandas, Feiras e Comícios

> Passamos a discutir
> A nossa calamidade
> Em Assembléia Geral
> Se viu a realidade
> Todos juntos decidimos
> Vamos sair prá cidade. (Camucim na Praça, literatura de cordel, autor: José Alves da Silva)[37]

Um aspecto que cabe ressaltar em relação à Liga Camponesa de Sapé foi a grande variedade nos seus meios de expressão – reuniões, comícios, festas e atos públicos. Reproduzindo e aperfeiçoando as experiências do campesinato pernambucano, iniciado primeiro na arena das reivindicações sociais, os lavradores de Sapé, ao que parece, apropriaram-se dessas práticas no intuito de que a ação local vencesse a "cortina de ferro" montada pelos latifundiários do "Grupo da Várzea"[38], e encontrasse ressonância além das fronteiras das propriedades rurais, comprometendo as forças progressistas urbanas para uma ação mais ampla, em grande medida, pela mobilização da imprensa e da opinião pública.

O pano de fundo dessas manifestações foi a dinâmica urbana de Sapé, fruto de transformações importantes que ocorreram entre as décadas de 1940 e 1960. A euforia da sociedade urbana sapeense era evidente diante do rápido processo de urbanização, experimentado num curto espaço de vinte anos. Considerando, de um ponto de vista mais panorâmico, uma série de beneficiamentos referenciava a cidade de Sapé como centro econômico e político da região que atualmente é conhecida como

[37] Camucim é uma localidade do município de Alhandra, reduto de forte atuação das Ligas Camponesas. O presidente da associação local era o já mencionado Elias Quirino Pereira. O folheto retrata em versos, a história de Camucim, marcada pela questão da luta pela terra desde o tempo das Ligas até a época do programa Pró-Álcool.

[38] Designação dada ao grupo de agroindustriais liderados pelas famílias Ribeiro Coutinho, Lundgren e Veloso Borges, que controlavam econômica e politicamente a região da várzea do Rio Paraíba, que apresenta índices de fertilidade dos mais elevados do país. (BENEVIDES, 1985, p. 27)

microrregião de Sapé[39], tais como, a assunção à categoria de Comarca (1940), a elevação à sede da 2ª Região Hospitalar do Estado (1945), a criação do Distrito Policial de Lagoa do Félix (1946), a construção do edifício dos Correios e Telégrafos (1950), bem como, a fundação da Escola Comercial Dr. Corálio Soares (1956), a criação do Ginásio Estadual de Sapé (1956), a classificação da Coletoria à 1ª Classe (1957) e a construção do Centro de Formação de Professores (1948-1965).

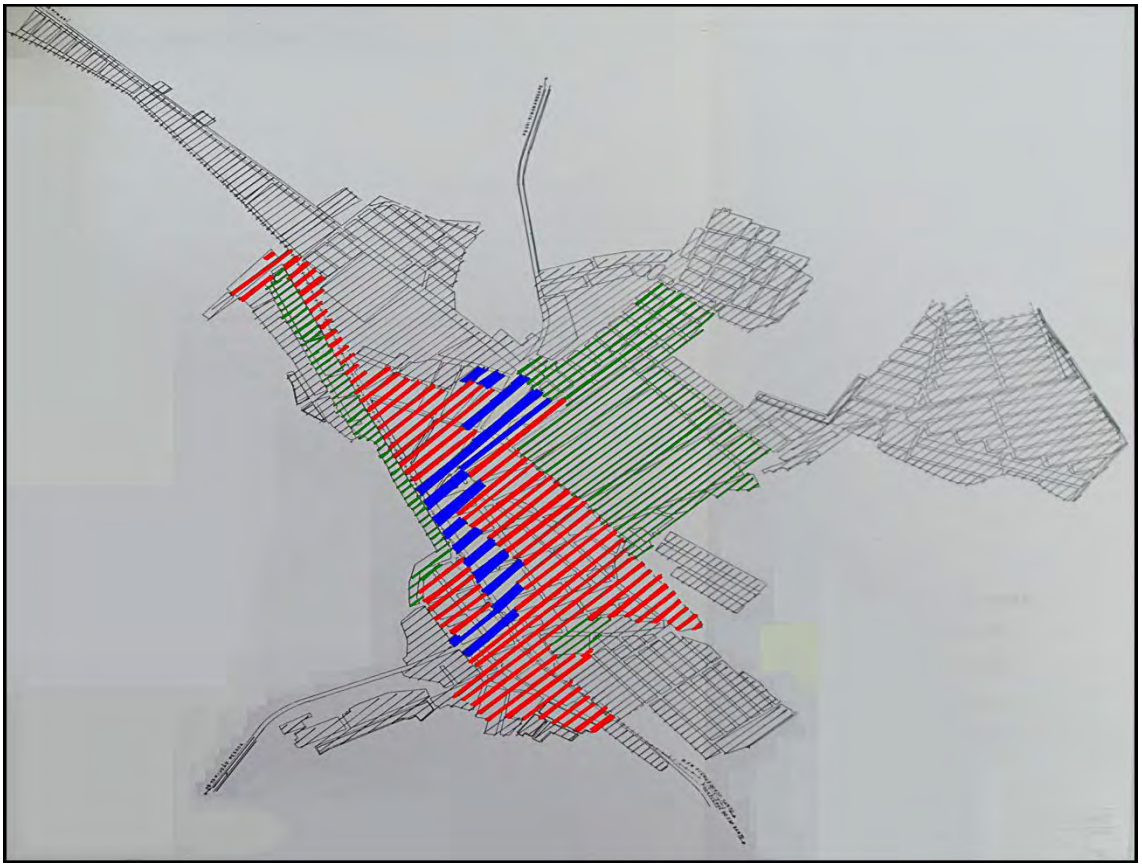


Fig. 01 – Evolução urbana do município de Sapé

Convenções:

1883/1930

1930/1950

1950/1970

1970/1985

Fonte: Perfil Municipal de Sapé, 1985, p.65.

Aparentemente, esse clima de entusiasmo alcançou o campo com restrições. As oligarquias rurais, a princípio, se mostraram resistentes às mudanças experimentadas com o início da mecanização da lavoura e da modernização do processo de fabricação

[39] Municípios da Microrregião de Sapé: Cruz do Espírito Santo, Juripiranga, Mari, Pilar, Riachão do Poço, São José dos Ramos, São Miguel de Taipú, Sapé e Sobrado. Conferir: Rodriguez (2000).

do açúcar. Somente num segundo momento essa desconfiança foi superada com a adaptação desses grupos às novas regras do capitalismo nacional e às engrenagens das novas usinas que deixavam para trás os rústicos bangüês; o que leva o município, em 1960, a ser considerado o segundo maior produtor de açúcar e álcool do Estado (BENEVIDES, 1985, p.28). Por outro lado, o subseqüente aumento na produção de determinados produtos agrícolas destinados à agroindústria, em detrimento de outros, provenientes da lavoura de subsistência, que declinavam drasticamente, transformou-se em um problema para muitos agricultores não-proprietários.

Quadro 07
Relação dos principais produtos agrícolas e quantidade 1940/1950/1960 no Município de Sapé

Produtos agrícolas	Quantidade (t)		
	1940	**1950**	**1960**
Cana-de-açúcar	19.551	50.158	182.750
Abacaxi*	-	12.180	17.880
Mandioca	6.263	11.395	13.613
Algodão	1.497	998	736
Batata doce	-	924	2
Feijão	304	421	44
Milho	251	494	50
Fava	-	107	-
Fumo	43	34	30

Fonte: FIBGE – Censo Demográfico de 1940, 1950 e 1960
* A quantidade citada refere-se a toneladas, com exceção do abacaxi, em centos. (in: AUED, 1985, p.41)

O grande aumento da produção de cana-de-açúcar, assim, como também a introdução de um novo produto, a partir de 1950 – o abacaxi – (como se pode ver no quadro 05), desencadeou um rearranjo ao nível de ocupação de terras, possivelmente, com a incorporação de novas áreas produtivas. Os dados da população residente no município parecem que vem corroborar esta tendência à incorporação, já que em 1940, 81,8% da população sapeense residia na zona rural contra 18,2% na área urbana, e, em 1970, há uma grande diminuição da população rural que só alcança 64,8%, quando a urbana crescia para 35,2%. O doloroso impacto do avanço dos canaviais pôde ser sentido duplamente na economia doméstica do camponês. Primeiro, porque a "lavoura branca", ou cultura de subsistência, garantia-lhe a manutenção física como substancial

suplemento alimentar; e segundo, porque a venda dos produtos excedentes na feira fornecia-lhe a decisiva complementação da renda familiar.

A feira de Sapé, desde o seu surgimento, em 1901[40], ocorria sempre aos sábados – dia em que tradicionalmente se abatia um boi para a venda. Seu espaço vital era no centro da cidade, às margens da estrada de ferro que vinha da capital, João Pessoa, a caminho de uma bifurcação que, mais adiante, levaria às cidades de Bananeiras e Alagoa Grande. Nas décadas de 1950 e 1960, o município de Sapé já era o centro da economia de várias oligarquias rurais paraibanas e sua feira era um pólo comercial tão importante, que, junto com o mercado público e o matadouro, reservava Cr$ 640.000,00 do orçamento previsto para o ano de 1962, na categoria "Receitas Diversas", o que representava cerca de 23% da receita total para este tipo de despesa[41]. Lugar de grande circulação de pessoas, a feira sapeense congregava centenas de barracas e milhares de moradores que chegavam de lugarejos do mesmo ou de outros municípios da região com farinha, fumo, feijão, fava, milho, carnes salgadas e frutas trazidas em animais, pequenos caminhões pau-de-arara ou nas próprias cabeças. Ao fim da feira, estes retornavam para casa com querosene, cachaça, tecidos, roupas, calçados e carne de boi fresca comprados com o dinheiro conseguido na venda de suas mercadorias.

Tão importante quanto o mercado, os encontros na feira destacavam-se na vida dos habitantes rurais. Lá, eles obtinham notícias sobre parentes e amigos de roças mais distantes; trocavam experiências a respeito de doenças e novidades sobre as plantações; bebericando aguardente nas barracas, conversavam sobre política e os preços da farinha, do fumo ou do inhame; contavam "causos" e piadas. Enfim, a feira era, "além de um lugar de comprar e vender, um ponto de reunião social" (HEREDIA, 1979, p.45). Por esses motivos, a feira foi um dos primeiros alvos escolhidos pela Liga: funcionava como cenário ideal para a pregação do Movimento, em razão do fácil acesso aos moradores fora da zona de influência direta dos latifundiários. Antes mesmo do aparecimento de associações e sindicatos rurais, a discussões nas feiras e armazéns já não envolviam apenas lapinhas e os preços dos produtos agrícolas.

Paralelamente à prática das reuniões, que prosseguiam no cenário rural, evidentemente, com as limitações da crescente repressão, os comícios "relâmpagos" nas

[40] Palestra proferida por Sabiniano Maia, em 27 de outubro de 1975, no Rotary Club de Sapé, em comemoração a sua emancipação política. (MAIA, 1985)
[41] Lei nº 167 de 13/12/1960 da Prefeitura Municipal de Sapé veiculada em *A Imprensa*, em 03/09/1961.

feiras ganhavam vulto como "centros de atividade". Na verdade, contribuíam para o incipiente temor que começava a se formar entre os fazendeiros com as notícias da Liga, provenientes da cidade, que, ganhando cada vez mais o interesse popular, se espalhavam pelos recônditos mais distantes de Sapé e da região do Brejo paraibano - chegavam como portadoras de "ventos de mudança" em cada recanto, no casebre mais esquecido.

Para Assis Lemos, as vitórias iniciais da entidade, como a redução das condições de pagamento do foro[42] e a redução dos dias de cambão, além da expansão do quadro social da Liga de Sapé, só se tornaram possíveis no contato dos trabalhadores rurais com o melhor grau de comunicação e com os novos tipos de relações que se construíam na urbe:

> (...) foram resultado do trabalho de proselitismo desenvolvido, nos dias de feira, por João Alfredo Dias, João Pedro Teixeira, Pedro Fazendeiro, Ivan Figueiredo e outra lideranças locais e também a presença de pessoas da Capital como Leonardo Leal, José Gomes da Silva e eu. A Liga deixava de ser uma entidade a reboque do PSD e ganhava vida própria. (SOUZA, 1996, p.33)

Romeu Fernandes de Carvalho, à época estudante de medicina e colaborador nos círculos de cultura da CEPLAR (Campanha de Educação Popular), relata em *Carro Doce*, a mobilização dos camponeses para a comemoração do Dia do Trabalhador e, ao mesmo tempo, revela como os membros da Liga sabiam tirar proveito do processo de urbanização que se lhes apresentava. O autor fala, em seu romance, sobre um comício[43] realizado em Sapé, provavelmente, entre os anos de 1959 e 1961, do qual teve a oportunidade de presenciar os preparativos. Ao falar desses preparativos, Romeu Carvalho refere-se às lideranças da Associação por nomes fictícios que se aproximam muito dos reais: dessa forma, João Pedro Teixeira, Nego Fuba e Pedro Fazendeiro, transformam-se respectivamente em Arlindo Teixeira, Nego Zamba e Pedro Tropeiro:

> Primeiro de maio. O dia amanhecera limpo. A sede da Liga fervilhava. Gente entrava e saía a todo instante, com informações e recados vindos de toda parte. Soubera-se que viriam repórteres de

[42] Uma espécie de aluguel anual pago pelo trabalhador rural ao proprietário pelo uso da terra.
[43] O termo "comício" é apresentado no texto no sentido de "Reunião pública de cidadãos para tratar de assunto de interesse geral". (FERREIRA, 2001, p.166)

> todos os jornais. Na calçada, um grupo de estudantes aplicava-se em fazer uma faixa grande que ficaria defronte ao palanque e alguns cartazes para o meio do povo. (...) Pedro reunia-se com os que iam à feira numa meiágua do quintal e dava as últimas recomendações: Iriam de pessoa a pessoa sem faltar ninguém. Comprador, vendedor-ambulante, barraqueiro, retalhador, negociante de animal e bicho de pena, quem não soubesse, precisava ser convidado pessoalmente. (CARVALHO, 1986, p.128)

Dessas declarações pode-se extrair um pouco dos bastidores dos comícios realizados nas feiras, que vão se coadunar com os depoimentos de vários entrevistados. A julgar por essas informações, os comícios aconteciam em palanques improvisados, que podiam ser caixotes de madeira ou, quando possível a carroceria de algum caminhão. Destaca-se, nessas lembranças, a figura carismática de João Alfredo Dias, o Nego Fuba, trajado de terno branco – um hábito, segundo sua irmã Marina Dias (in: VAN HAM, 2006, p.41) -, e gesticulando largamente nos discursos acalorados que realizava, amparado eventualmente pelo microfone Phillips, modelo EL-6021[44]. Nas ruas, integrados na balbúrdia dos feirantes e no afluxo de caminhões, "marinetes" e "sopas"[45], que se introduziam no cenário urbano; muitos agricultores vinham somente assistir o comício por curiosidade, outros, porém, de olhos e ouvidos ávidos, esgueiravam-se entre corpos e cabeças para ver/ouvir a denúncia da secular prática do monopólio da terra, como matriz da violência no campo.

Reconhecidamente o mais atuante e competente orador nas feiras, Nego Fuba convergia para si as atenções quando iniciava sua fala inflamada e empolgada: tinha a facilidade da eloqüência. Por sua capacidade em articular as palavras é apontado nos depoimentos como "profundo", "intelectual", "homem formado". Na verdade, possuía apenas "instrução educacional razoável" (AUED, 1986, p. 98). Sapateiro, solteiro, e com 28 anos em 1962, ele fazia parte do Conselho Fiscal da Liga Camponesa e era também seu orador extra-oficialmente. Por integrar uma comissão que visitou China e Cuba, era vigiado de perto por policiais que, à guisa dos antigos "inspetores de quarteirão" da Sapé de 1930, circundavam sua casa e seu comércio. Daí em diante, foi perseguido e preso diversas vezes, tendo sua residência invadida em pelo menos três

[44] O microfone pertencente à Associação se encontra atualmente exposto no Memorial João Pedro Teixeira, localizado em Barra de Antas, zona rural de Sapé.

[45] De acordo com o depoimento de Matilde Guilhermino, as "marinetes" eram veículos tipo perua, e as "sopas" eram ônibus com bagageiros e bancos de madeiras. Modelo igual ao que circulava em João Pessoa desde a década de 1920. Ver foto em Stuckert Filho (2005, p.222).

ocasiões. Porém, outras razões originavam as diligências policiais: o seu papel "educativo", exercido nas feiras e comícios, quando falava em prol da Reforma Agrária, da defesa dos camponeses e da abolição do chamado cambão, arregimentando novos membros para a Liga. Era, também, um dos poucos membros da Associação que ousavam dizer abertamente nos seus pronunciamentos que era comunista.

O entusiasmo pelo sucesso da estratégia levou o jornalista João Manoel de Carvalho, homem de confiança das Ligas Camponesas, a tentar resumir, em uma frase, a trajetória das associações rurais, da seguinte forma: "A Liga começa na feira, vai ao cartório e ganha o mundo" (in: BENEVIDES, 1985, p. 71). Contudo, gastando um pouco mais de palavras que o jornalista, há algo mais que pode ser sintetizado a partir dessa afirmação: as práticas postas em exercício nas feiras não eram ações isoladas, compunham um "plano" muito bem esquadrinhado na articulação simultânea de comícios, palestras, ações judiciais contra proprietários e a veiculação de idéias em rádios e jornais.

Não por acaso, a sede da Associação de Trabalhadores na Agricultura de Santa Rita foi instalada numa casa alugada na parte da feira, perto dos Correios[46]. A fala de Antônio Dantas (in: EUFLÁVIO, 1994, p.235), um dos fundadores da Liga de Santa Rita, é representativa da utilização desses espaços como locais de conscientização dos lavradores. Em linhas gerais, explica a opção pelo posto estratégico: depois de uns meses de trabalho, muitos colegas da Usina São João desapareceram, mortos ou cooptados pelos usineiros a trabalharem em outros lugares. Resolveu, então, utilizar outros métodos, tais como reuniões nos bairros de Santa Rita, festinhas e convencimento, corpo-a-corpo nas feiras.

A oligarquia rural, por sua vez, conhecia bem as manobras dos camponeses, que já eram vistas com muitas reservas, tanto que

> Com a aproximação das eleições as feiras dos camponeses eram realizadas obrigatoriamente nas usinas das famílias. Evitava-se assim o contato do campesinato com a vida urbana e excluía-se a

[46] Há indícios nas fontes analisadas, de que agentes dos Correios e Telégrafos tiveram importante papel na propaganda do movimento das Ligas na Paraíba, em virtude do livre acesso que possuíam à zona rural, sem a suspeição dos opositores. Elias Quirino (in: VAN HAM, 2006, PP. 183-184) lembra que uma mulher de Gramame, com uns 40 anos, da qual não recorda (ou não quis dizer) o nome, agente dos Correios, trouxe, dessa forma, muitos elementos para o Movimento Camponês de Caaporã. No Distrito de Sobrado, a Liga de Sapé conquistou a instalação de uma agência dos Correios, inaugurada com festa pelos camponeses: aqui também surgem indícios de ligações entre a Liga e os agentes dos Correios. No entanto, não se perseguiu tal caminho investigativo, pela ausência de fontes mais contundentes, e por não se enquadrar nos objetivos da pesquisa.

> possibilidade, ainda que remota, do camponês vislumbrar outra candidatura alternativa. No dia das eleições, os camponeses eram revistados pelos vigias eleitorais dos latifundiários e administradores de usinas. O ato de votar era rigorosamente precedido pelo almoço na propriedade, a fim de eliminar o pretexto das refeições na cidade e a possibilidade de troca de chapas. O transporte era feito em caminhões dos coronéis. (BLONDEL apud BENEVIDES, 1985, p.31)

Se se pensar, no entanto, como Hobsbawm & Rudé (1982, p. 68-71), que a ação coletiva e organizada de determinado grupo social pode ensinar o outro grupo, que lhe é subalterno, no mínimo, a possibilidade da organização e da ação coletiva, é possível compreender que, de certa forma, o contato do homem do campo com o "curral eleitoral", o monopólio da terra, as alianças interoligárquicas e o jogo político dos latifundiários - todas práticas inerentes ao então impenetrável sistema do latifúndio -, preparou, passo a passo, o terreno para o crescimento da luta camponesa e para o surgimento dos comícios como atos semi-insurrecionais que, a partir de 1962, saíam dos acanhados pátios de feiras para ganhar as zonas rurais, as praças de Sapé e o centro de João Pessoa, onde milhares de camponeses se acotovelavam para acompanhar os discursos e mostrar sua força.

Os comícios consubstanciavam-se, assim, em espaços privilegiados para o surgimento de uma consciência política popular, lastreada por *slogans* como "reforma agrária na lei ou na marra" e "Viva a Liga Camponesa", que eram orgulhosamente adotados por muitos camponeses como afronta ao poder político do Grupo da Várzea e ao sistema de exploração ao qual eram submetidos. Esses *slogans* assemelhavam-se como bandeiras de luta, aos lemas camponeses de outras partes do Brasil, como, por exemplo, o dos camponeses fluminenses "luta por terra livre", que no início dos anos de 1960, apresentava-se hasteado em faixas nas porteiras das fazendas ocupadas nos municípios de Itaboraí, São José da Boa Morte e Cachoeiras de Macacu. (O'DWYER, 2008, p.243) Manifestações dessa natureza fazem lembrar as palavras do pároco da cidade de Sapé: "O povo unido e gritando na praça pública, assustava a burguesia e os grandes proprietários de terra..." (Monsenhor Odilon Alves Pedrosa, manuscrito do livro "Caminhos Andados, Mares e Céus", arquivo pessoal de Isabel Regina Reis) – conquanto a desaprovação veemente do clérigo era justamente essa a intenção da cúpula diretora da Liga.

No entanto, é possível que os indivíduos envolvidos naquela realidade vissem e se situassem dentro dela de formas diversificadas. A experiência social, diz

Vernant (2001, p.149) “não se deixa integrar em um conjunto de realidades homogêneas”. Conquanto façam parte de um contexto amplo, as experiências das pessoas não sucumbem ao social, muitas vezes, permanecendo exteriores umas a outras, como planos separados, mas integrados.

Nesse sentido, o caso de Severino Guilhermino - uma personagem sofrida, contraditória e já conhecida do leitor no subitem 2.2. – é exemplar. Na contramão da maioria dos relatos, que identificam o início da Luta camponesa como resposta ao avanço do sistema canavieiro na região, Severino Guilhermino tem outra versão dos fatos: a Liga Camponesa de Sapé começou porque, no início dela, os homens eram “escravizados”, trabalhavam em pedreiras da região, quebrando e deslocando pedras, com o uso de ponteiros, marretas, e bombas, instrumentos típicos deste tipo de ofício. Muitos que compunham a turma das Ligas trabalhavam dessa forma, e aí, foi quando se rebelaram, porque trabalhavam muito, ganhavam pouco e se alimentavam mal - “ficaram revoltados com isso!”.

Nas memórias do entrevistado, a trajetória das Ligas parece confundir-se, intimamente, com a trajetória pessoal de João Pedro Teixeira, que na década de 1940, antes de iniciar sua participação política no Movimento das Ligas, trabalhava numa pedreira em Antas do Sono, zona rural de Sapé, situada nas terras do vizinho de seu sogro; profissão que iria exercer também na sua passagem por Pernambuco, entre 1945 e 1956. Tudo leva a crer que a história pessoal do líder reverenciado, reproduzida de boca em boca no círculo de amigos, principalmente depois de seu assassinato, foi interiorizada num processo de bricolagem de lembranças que obriga o entrevistado a gerir várias pertenças e identificações na hora de sua reconstrução mnemônica. A memória de Severino, neste caso, aparece apoiada numa amálgama de experiências vividas e de histórias recontadas.

Mais interessante, contudo, é a tessitura de suas reminiscências, que revela a existência de uma mescla entre o vivido e o simbólico, o imaginário e o ideológico. Ao reconstruir suas histórias singulares, o entrevistado empreendeu um verdadeiro retorno a situações distantes de sua memória, retirando da experiência vivida relatos permeados de dramaticidade e emoções, frutos não só de mera descrição do passado, mas de uma revivificação, uma reconstrução. Dispõe, pois, de suas próprias histórias e daquelas relatadas por outros que deixaram marcas em sua memória. Segundo Silva (2008, p.219), é nesse momento que as memórias individuais entrecruzam a memória social, coletiva.

A memória de Severino aparece eivada das práticas de uma experiência acumulada tanto no contato com as Ligas Camponesas, bem como na convivência diária com o proprietário das terras, perceptível, sobretudo, quando reproduz a idéia de que no campo havia muitos "anarquistas", ou seja, pessoas desordeiras que roubavam e queimavam os canaviais, originando os conflitos; ou então, quando assevera (embora ouvisse muitas histórias contrárias) que não havia muita violência nas fazendas, a não ser quando o trabalhador era preguiçoso, exigindo ações enérgicas dos patrões. As peculiaridades de seu cotidiano fornecem pistas que vão dando sentido à sua reconstrução. O entrevistado viveu quarenta anos na Fazenda São Salvador, de propriedade de João Meireles, um patrão considerado bom, por não ser dos mais violentos, e proteger os moradores em diversas situações. Outro fator importante, é que nessa propriedade não se plantava cana-de-açúcar, só algodão. Conseqüentemente, o cambão e outros tipos de sujeições intensificadas nos *plantations* de cana-de-açúcar, não foram experiências vividas de forma tão dolorosa por Severino Guilhermino, como foram para entrevistados/moradores das fazendas canavieiras.

Houve, sem dúvida, muitos outros trabalhadores que tiveram experiências semelhantes à de Severino, e, no entanto, nada disso foi capaz de impedir que se filiassem às Ligas Camponesas. São Salvador era uma localidade reconhecida como foco de atuação do Movimento Camponês na região, e muitos de seus moradores não só acompanhavam os comícios e as reuniões na sede da associação, como possuíam as carteiras da associação.

Os passos de Severino Guilhermino mostram que as pessoas podiam crer em determinadas representações dominantes, por motivações variadas, e, no entanto, embora "acreditassem" na suposta "bondade" de patrões ou na presença de "anarquistas" infiltrados no campo, podiam extrair dessas vivências lições ou justificativas para atitudes diametralmente opostas às expectativas dos latifundiários, como, por exemplo, a de enveredar pelo caminho da resistência camponesa.

Nesse sentido, a carteira de sócio pertencente a Elpídio Pedro da Silva[47] mostra que em 1960, ou seja, antes do momento de expansão das Ligas na Paraíba, que ocorreria somente em 1962, a Liga de Sapé já possuía cerca de seis mil associados – Elpídio era o associado número 5.998.

[47] Atualmente sob os cuidados do Memorial João Pedro Teixeira, situado em Antas do Sono, zona rural de Sapé.

Fig. 02 - Capa da carteira de sócio da Liga Camponesa de Sapé e visão interna de parte do documento.

Sabe-se pelo jornal *O Semanário*, Rio de Janeiro, de 23 de agosto de 1962 (in: BENEVIDES, 1985, p.76), que a Liga de Sapé possuía fichário completo de seus

membros com nome dos sócios, esposa e filhos, com respectivas idades, retratos, locais onde trabalhavam e outras informações. Provavelmente confiscados e destruídos pela repressão após 1964, ao que tudo indica, esses fichários não só existiram como eram constituídos a partir das informações coletadas no momento em que se preenchiam as carteiras dos sócios – trabalho geralmente realizado nas feiras, nos comícios ou por professoras na sede da Liga ou em escolas cujas docentes estavam vinculadas ao Movimento. Para filiar-se à Liga o novo associado precisaria fornecer fotos e dados pessoais como nome, idade, estado civil, profissão, naturalidade e nacionalidade, além do número de dependentes do seu trabalho. Na parte restrita às "observações", na carteira de Elpídio pode-se ler: "pessôa que depende do mesmo: espoza Josefa Francisca da Silva, filhos 3, Jandira, Mariano, João".

O cruzamento de fontes indica que havia dois momentos simbolicamente decisivos para a "transformação" do trabalhador rural em camponês: o primeiro era tirar a carteira da associação, e o segundo, participar dos comícios das Ligas Camponesas. A carteira era a "prova" documental de que o foreiro, arrendatário ou morador estava definitivamente vinculado à associação. Ser descoberto pelo patrão em posse da carteira da Liga era para alguns camponeses decretar a própria morte, ou no mínimo o início de uma série de perseguições violentas. Em razão desse fato, metade dos entrevistados rememorou como os camponeses (talvez eles próprios o tivessem feito) se livraram das carteiras após a "Revolução de 1964" – colocavam-nas dentro de "latas de leite Ninho" (leite em pó) e, em seguida, as enterravam longe de suas residências. O outro momento decisivo na vida de um trabalhador rural era a decisão de participar de um comício das Ligas, posto que, no meio rural, participar de uma manifestação pública era expor sua nova situação ao conhecimento quase imediato de usineiros e fazendeiros; era fazê-los, pois, cientes de que, independente de anos de dedicação ou de mera subordinação em prol da sobrevivência, seu morador ou sitiante havia, enfim, enveredado pelo caminho da resistência camponesa.

Talvez por essa razão, a voz baixa e trêmula de Severino só ganha força quando o depoente fala das experiências mais significativas para si da época das Ligas: os comícios camponeses. "Quando o trem chegou, o policiamento tomou conta do povo", - diz ele, e prossegue triunfante: "Eles já sabiam que era serviço da Liga Camponesa." Com essas palavras, o senhor Severino Guilhermino traz notícias de um grande comício realizado em Recife, Pernambuco, entre 1960/1962 (ele não tem certeza do ano), do qual muitos moradores da fazenda São Salvador participaram. Certamente

não era um domingo comum: os camponeses sapeenses e das regiões circunvizinhas viajaram de trem, lotando diversos vagões, numa verdadeira festa. Durante o trajeto motivavam-se entoando repetidas vezes as cirandas aprendidas nas manifestações das Ligas, devidamente acompanhadas de zabumba e triângulo: "Chora latifúndio/latifúndio chora/ chora latifúndio/latifúndio vai embora" (ao som de Chora Bananeira), ou ainda uma variação com o mesmo ritmo: "Chora usineiro/usineiro chora/Chora usineiro/que a Reforma tá na hora". Cantos aprendidos, principalmente, nos comícios de Sapé, prestigiados por trabalhadores vindos de vários lugares, como São Salvador, Gameleira, Una, Maraú e Sapucaia.

Pelas palavras do narrador percebe-se uma forte sincronia entre festas e atividades políticas na Liga Camponesa de Sapé. Comícios e reuniões eram sempre precedidos ou encerrados ao som de cirandas compostas pelos poetas populares vinculados às Ligas, que tinham por mote, para suas composições, os acontecimentos políticos e eleitorais (regionais e nacionais), a exaltação das Ligas Camponesas, o registro das façanhas liguistas; e a desmoralização dos latifundiários e seus representantes políticos.

Ao retomar a narrativa de Severino quase se pode visualizar os primeiros passos camponeses na chegada à estação ferroviária de Recife. O entusiasmo dos lavradores foi recepcionado pela severa presença da polícia. Contornada a situação, com certo embaraço, é verdade, após dezenas de explicações e revistas, confraternizaram-se num almoço com os companheiros pernambucanos. As memórias mais deliciosas para Severino, no entanto, foram as das "espadas" feitas com varas do "cambuzeiro", e que ele mostra com as mãos o tamanho da "espada" que carregava, o que daria por volta de uns oitenta centímetros. Em seguida, repete o gestual utilizado no comício: em momentos determinados, os camponeses, cada qual com sua "espada", esgrimavam, cortando o ar, com a delicadeza e a perícia de quem luta com inteligência. "O movimento era muito bonito", rememora, e o simbolismo das "espadas" era claro para o entrevistado: "quer dizer que era o tempo do povo ir para a luta, né?" Seriam as "espadas" referência à candidatura de Teixeira Lott à presidência da República em 1960?

Como um rumor mais amplo, as lembranças de Matilde Guilhermino (70 anos) se referem à outra música da época desta eleição, da qual só lembra o primeiro verso, marcante pela beleza: "A espada de Lott quem tem é marechal..." (cantado ao ritmo de Escravos de Jó). O marido de Matilde, também chamado Severino

Guilhermino[48], complementa a informação de sua esposa, dizendo que a eleição era de João Goulart junto com o "candidato da espada" – que era o Teixeira Lott. Já Azevedo (1980, p.102) recorda que as edições de 24, 25 e 26/09/1960 da *Folha do Povo*, dão notícias de um comício camponês de caráter eleitoral que deslocou 5.000 camponeses até Recife, para apoiar a candidatura de Lott e Jango à presidência. Se o ritual das "espadas" continha em seu componente simbólico um aspecto político-eleitoral, este escapou a Severino, que o identificou inteiramente com a insurreição dos camponeses, não se reportando, em momento algum, a qualquer processo eleitoral. Por outro lado, o uso da entrevista, como já foi sublinhado por Portelli (1989), não informa sobre os fatos, mas sobre o que estes significaram para quem os viveu e os reconta; não só sobre o que as pessoas fizeram, mas sobre o que queriam fazer ou crêem ter feito.

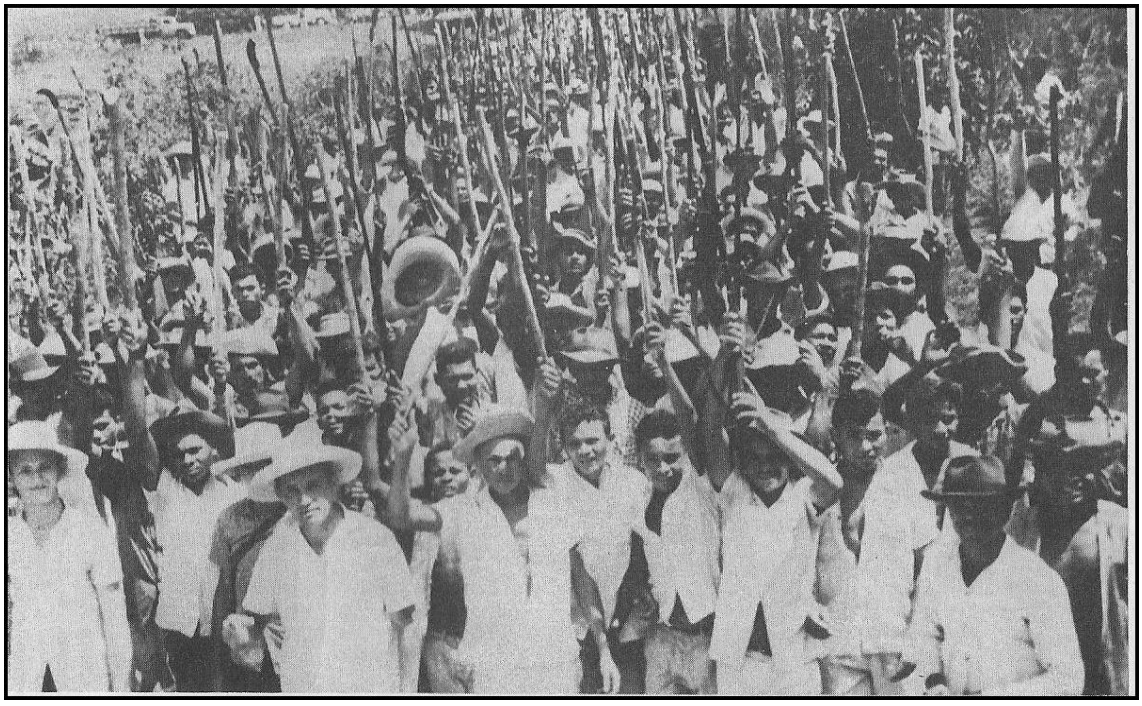


Fig. 03 - Invasão de terras na Paraíba, em janeiro de 1964. A eleição de um aspecto selecionado pelo fotógrafo mostra, como, nas proximidades do Golpe de 1964, o movimento das Ligas ganhava ares de revolução: enxadas, foices e enxadecos (instrumentos de trabalho), misturavam-se às simbólicas "espadas" feitas de cambuzeiro e às "espingardas de soca", como emblemas de resistência durante as manifestações das Ligas. Fonte: Martins (1986).

Porém, o sentido do aprendizado desses espaços fica mais visível nesses momentos de reunião social. Os discursos, as músicas e os rituais não significavam só prazer e alegria durante sua realização; eles tinham, simultaneamente, a importante

[48] O entrevistado deste capítulo é Severino Guilhermino de Souza tem 88 anos de idade. Já Matilde Guilhermina de Souza é casada com outro Severino Guilhermino de Souza, de 69 anos. Apesar do mesmo sobrenome, o casal não tem vínculo familiar com o primeiro Severino Guilhermino.

função social de permitir aos atores internalizar valores e normas de conduta coletiva, partilhar sentimentos e conhecimentos comunitários. Processo que vai se reconstruindo em outra cena oriunda da memória de Severino, que nesta outra passagem da entrevista mostra a rapidez com que os membros da Ligas Camponesas assimilavam e construíam novos conhecimentos: ainda no retorno para a Paraíba, relata Severino, surgiu uma ciranda de composição anônima, que logo já era exaustivamente cantarolada nos vagões do "vapor de ferro":

> Os usineiros do bairro de Pernambuco
> De pensar já estão malucos de ver as usinas parar
> O Julião que era da linha de frente
> Dando grito a nossa gente
> Deixava a poeira voar.

Essas lembranças, reavivadas por Severino diversas vezes em família (de novo essa história? diziam alguns), desdobram-se em múltiplas direções – a da relação entre os afetos e a política, a da amálgama entre as afetividades e as práticas sociais e a da reelaboração de representações de forte teor simbólico e estímulo emocional. Em sua perspectiva subjetiva de sentimentos experimentados individualmente e pelo grupo, a memória de Severino Guilhermino abre uma janela para a compreensão da fase dos grandes comícios que começavam a se firmar no cenário de luta, fazendo eco às Assembléias Gerais do Povo que, em 1956, já se multiplicavam nas cidades de Pato Branco, Francisco Beltrão e Capanema, região Sudoeste do Paraná; e na região do "Território Livre" de Trombas do Formoso, interior de Goiás, sempre com a reunião de milhares de camponeses que lutavam pelo direito à terra (SOUZA, 2002, p. 64 e 68).

Mas se os discursos das Ligas Camponesas intencionavam imprimir uma orientação unificada aos trabalhadores rurais, minimizando as diferenças individuais e enfatizando os problemas em comum, existem histórias que narram as múltiplas relações dos agricultores com as manifestações das Ligas. Há pelo menos uma outra visão dos comícios, da qual se pode explorar algumas pistas, conhecer detalhes.

A ciranda cuja autoria não pôde ser determinada por Severino (embora o seu esforço plausível) foi composta por Antônio Francisco de Andrade, mais conhecido por "Galego" (in: VAN HAM, 2006, p.136). Antônio Francisco era poeta de ciranda, ofício que aprendeu com seu tio, que o ensinou a bater bombo, como ele mesmo diz. De acordo com o entrevistado, iniciou-se no Movimento através dos repetidos convites que ele e seu tio recebiam para fazer "festinhas" nos comícios das Ligas. Foi assim que, aos

poucos, começou a se integrar nas ações das Ligas. De ciranda em ciranda, ainda adolescente, freqüentou vários redutos de atuação da Liga de Sapé, como São Salvador, Jaguarema, Maraú, Miriri e Gameleira. Aprendeu, nesse percurso, a brigar pelos direitos dos camponeses: "precisava ver e enfrentar as coisas".

Em suas narrações adverte que fazia versinhos sobre todos os temas, porém no decorrer da entrevista, só consegue recordar as cirandas criadas para os comícios eleitorais dos quais as Ligas participavam. No contraponto de seus esquecimentos vão-se revelando os eventos que tiveram maior relevância na seleção dos acontecimentos. Ao que parece, esse tipo de comício o desafiava, como artista que era, a mostrar sua perspicácia e capacidade de improvisação, compondo versos sobre aquilo que não sabia, ou que acabara de aprender. Para além do instigante desafio artístico ou do interesse político, havia ainda outro componente motivacional: as cirandas relativas às disputas eleitorais eram as que mais agradavam ao seu público. O entrevistado desejava, provavelmente, o reconhecimento pelas suas composições, e, percebia, em sua sensibilidade, que as estrofes mais resistentes ao tempo eram aquelas feitas no calor das disputas eleitorais, principalmente a partir de 1960, quando a Liga de Sapé intensificou sua participação nos processos eletivos.

O entrevistado lembra-se, em particular, de uma manifestação das Ligas nas campanhas majoritárias de 1960 para a escolha dos cargos de presidente e vice-presidente, bem como, na instância estadual, dos governadores e vice-governadores:

> Eu só falo porque vi (...). Então, a brincadeira da gente, em comício, tudo, nós fazíamos com bombo, com música. Aí nos fomos lá pra João Pessoa, no palácio do governo, naquele tempo de Lott, Jânio [sic] e Janduí... Jânio Quadros, que era candidato também. (in: VAN HAM, 2006, p.142)

E prossegue, entoando os versos que fez com a melodia do frevo "Vassourinha", especificamente para o comício camponês realizado próximo ao "centro do poder" na capital:

> Lott, Jango e Janduí
> E Jacob pra completar
> Usineiro sai da frente
> Que este povo vai passar.
> Lott, Jango e Janduí
> E Jacob pra completar
> Usineiro sai da frente

Que este povo vai passar.

A letra diz respeito à candidatura presidencial do Marechal Teixeira Lott, juntamente com seu vice João Goulart, que se estendia ao plano estadual com Janduhy Carneiro, e o vice Jacob Frantz, para o governo do estado, por meio da aliança PSD/PTB – políticos e grupos que apoiavam o Movimento das Ligas Camponesas na Paraíba. Mesmo apoiado por Juscelino Kubitschek, o candidato Teixeira Lott foi derrotado, com margem, pelo ex-prefeito e governador de São Paulo, Jânio Quadros. No entanto, para a vice-presidência elegeu-se o líder petebista João Goulart, principalmente, com o apoio recebido em São Paulo e no Rio Grande do Sul, com a proliferação dos comitês "Jan-Jan" (MELLO, 2001, p.60). Para a administração executiva estadual da Paraíba confirmou-se a vitória total da chapa Pedro Gondim e Zabilo Gadelha.

A partir daí o desenrolar dos acontecimentos indica que a campanha de 1962 assumiu forte feição ideológica. As mortes das lideranças campesinas Alfredo Pereira Nascimento (1961), em Mririri, e João Pedro Teixeira (1962), em Antas do Sono, aqueceram consideravelmente a temperatura nas eleições paraibanas de 1962. Segundo Mello (2001, p.156), pela primeira vez as Ligas Camponesas ingressavam efetivamente no jogo político-eleitoral, apoiando José Jófilly do PSB, conhecido como "defensor das Ligas Camponesas", para uma vaga no Senado Federal; e Assis Lemos, também do PSB, postulante a uma vaga na Câmara Estadual.

Nessa eleição, apesar da derrota de Jófilly para o Senado, consolidou-se a eleição de Assis Lemos como deputado estadual com a expressiva votação de 3.538 sufrágios, dos quais, 1.001 advindos de Sapé; o que, por um lado, "praticamente oficializou o sentido do movimento camponês, que passou a gravitar na órbita do Governo Federal" (MELLO, 2001, p.149) e, por outro, fez despontar no cenário político, as Ligas Camponesas como fator de arregimentação eleitoral.

Movimentando-se no xadrez dos seus pequenos territórios, outras vozes somam-se a de Antônio Francisco. Em Mririri, localidade limítrofe entre os municípios de Sapé e Mamanguape, os depoimentos de Antônia do Carmo (59 anos) e Ana Clara (61 anos), de maneira semelhante ao processo de rememoração de "Galego", só registraram nas memórias os sons e as imagens das cirandas com motivos eleitorais, tendo as demais, caído no esquecimento. Depois de infrutíferas tentativas de recordação,

surge nas memórias das duas entrevistadas uma única ciranda que era tocada ao som de uma banda, na época da eleição:

> Jofilly e Assis Lemos vai ganhar,
> A nossa campanha eleitoral,
> Cadê o latifúndio de Sapé,
> Eles tão com medo da campanha não levar,
> Eu digo camponeses não se iluda,
> Que os latifundiários só querem iludir,
> Tem uma coisa camponês,
> Vamos se lembrar da morte de Alfredo em Miriri.

O que o acaso trouxe à tona pelas reminiscências dessas pessoas, revela ao mesmo tempo uma lógica seletiva: letras que têm vínculos diretos com campanhas emocionantes que mobilizaram, em grandes comícios, moradores que, até então, rezavam pela "cartilha" do "voto de cabresto". Reafirma-se, na música acima, que o objetivo das Liga era acabar com a exploração dos latifundiários que apenas iludiam os camponeses com as promessas de seus candidatos. As atrocidades cometidas contra os companheiros são ressaltadas como bandeira de luta. Os relatos demonstram como os moradores de fazenda eram expostos, como é de costume nas épocas de eleição, às exaustivas repetições de refrões simples, com forte apelo popular, de ambos os lados da disputa. No caso da Liga Camponesa, as cantigas cumpriam a tarefa de convidar à mudança política – pela via do sufrágio -, sem o esquecimento das circunstâncias que reafirmavam os usineiros/latifundiários como os opositores a serem derrotados.

A reação nada amistosa dos proprietários e do próprio Poder Público, deixa-se apenas entrever nas histórias que narram situações de aglomerações camponesas, evidenciando não somente as diferenças político-ideológicas postas em cena, mas, a preocupação com o trabalho de conscientização realizado nos comícios (eleitorais ou não), talvez por compreenderem que havia um processo em curso, que, pela intencionalidade, se distinguia de uma ação difusa.

Em setembro de 1963, por exemplo, o Juiz de Direito da Comarca de Ingá, com apoio da polícia, negava aos camponeses daquela cidade o direito à realização de concentrações. A atitude foi severamente criticada pela Federação das Ligas Camponesas da Paraíba, que distribuiu à imprensa a seguinte nota oficial:

> A Federação dos Trabalhadores Agrícolas do Estado da Paraíba diante do ocorrido na cidade de Ingá vem de público protestar veementemente a posição tomada pela polícia que vem servindo ao

> latifúndio ao invés de estar a serviço da ordem e da democracia. Ao mesmo tempo esta entidade presta solidariedade aos camponeses que foram agredidos pelo juiz de direito da comarca de Ingá e pela polícia. (Correio da Paraíba, de 04/10/1963)

As restrições prosseguiam em Sapé e Alagoa Grande, onde camponeses eram presos por darem "vivas" às Ligas Camponesas, em dias de concentração; (Correio da Paraíba, de 12/12/1963) e constantemente intimidados, ao confisco de seus instrumentos de trabalho pela polícia, utilizados como símbolos de luta nos comícios. (Cópia de Telegrama nº 325, de 13/02/1964)

Em diferentes ocasiões, camponeses da Paraíba e de Pernambuco, empunham os instrumentos de trabalho do campo, como símbolos de luta e de resistência. Esse tipo de manifestação era estrategicamente pensada como demonstração de força e união ao poder público ou aos grandes latifundiários. No entanto há outro prisma da questão: acompanhando a evolução dos meios de comunicação, os camponeses aprendiam habilmente a explorar a imagem do Movimento que circularia nos grandes jornais, como maneira de firmar-se perante a opinião pública e afastar os boatos de cisão no interior das Ligas Camponesas.

Fig. 04 - Na foto à esquerda (**1**): camponeses em marcha contra o cambão, em Antas do Sono, zona rural de Sapé, Paraíba. Nas fotos à direita, parte inferior (**2**): em Recife-PE, camponeses em manifestação pedem apoio ao governador Miguel Arraes para receber salários atrasados, em 1963 (Acervo Fundaj).À direita, acima (**3**): camponeses reunidos no Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão, Pernambuco (acervo Fundaj); Fonte: Souza (1996) e Barreto e Ferreira (2004).

O que dizer, então, da malograda tentativa dos latifundiários da Paraíba, de impedir a visita do presidente João Goulart que, em 29 de julho de 1962, na companhia do governador Pedro Gondim, falou para uma das maiores concentrações camponesas

da história política da Paraíba. A reportagem de Rui Facó, enviado especial da revista *Novos Rumos*, registrou o episódio:

> Evidentemente, os proprietários rurais da Paraíba e demais componentes das classes produtoras caíram em um logro. Primeiramente, convenceram-nos a cancelar o envio do emissário ao Rio e à Brasília, para levar o memorial ao primeiro magistrado do país, esclarecendo-lhe do que aqui se passava. Depois divulgaram a notícia de que Sua Excelência não mais viria à Paraíba, ou se viesse não seria nunca para dar estímulo às atividades desagregadoras. Depois fizeram crer que o presidente João Goulart aceiraria a demonstrações de apreço de todas as camadas sociais e, portanto, também dos proprietários rurais do estado. Por último, essa recepção se tornou inviável, sob a alegação de que não seria lícito alterar o programa pré-estabelecido. E tal desculpa nos foi dada já à última hora quando não seria mais possível pôr em prática o plano primitivo, do comício de protesto. (Novos Rumos, Rio de Janeiro, 24 a 30 de agosto de 1962, in: BENEVIDES, 1985, p. 108).

Mas se, por um lado, a repressão reduzia e sujeitava, por outro, educava, ensinava ao homem do campo o valor da discordância subversiva... Naquele domingo, cerca de 200 ônibus e caminhões, além de doze vagões ferroviários levaram à capital, parte dos estimados 12.000 trabalhadores rurais que tomaram conta da Praça da Estação, das ruas da cidade, e do Parque Solon de Lucena para pedir pela Reforma Agrária e melhores condições de vida. Vestiam-se com roupas de brim e chita, fazendo uso das alpargatas, e dos infalíveis chapéus, no caso dos homens.

> Nada de demonstrações de alegria ou entusiasmo. Era uma presença sóbria, mas grave, pesada, impressionante. Ali estavam não para tributar homenagem ao Presidente, mas para com ele se encontrarem e dizer-lhe que existiam, que se haviam levantado, que se estavam constituindo numa força que reclama voz ativa nos assuntos do país. (Ibdem)

O comício foi transmitido em cadeia nacional, com os discursos de quatro oradores: o presidente da República, o governador Pedro Gondim, o deputado federal José Joffily e o professor Francisco de Assis Lemos (BENEVIDES, 1986, p.109). A essa altura é quase possível vislumbrar no meio da multidão, as silhuetas atentas de

Antônio Francisco, Severino Guilhermino, Ana Clara, Antônia do Carmo, Nego Fuba e tantos outros, reproduzindo o ritual aprendido nos comícios regionais, que agora se repetia diante dos olhos assombrados de segmentos urbanos da capital (e de alguns proprietários rurais que observavam de longe): as mulheres usavam roupas brancas – símbolo da paz – e os homens apresentavam-se com suas enxadas e foices – símbolo do trabalho. Ao fim da concentração, os homens acenavam ritmadamente os chapéus para marcar a despedida (Jornal do Brasil, Rio de janeiro, 1962, in: RAMOS, 1989, p. 116) – era um "mar de chapéus", era o campo na cidade, recriando saberes através de rituais itinerantes que difundiam ideais, práticas e experiências pelos distritos, comunidades ou cidades pelas quais passavam.

Capítulo 3
As Concepções de Educação da Liga Camponesa de Sapé.

3.1. Assembléia Geral, Federação das Ligas Camponesas e Simpósios: Arenas de Conflitos e Palcos de Acordos sobre Educação

Para o início deste capítulo foram selecionadas duas imagens que, através de uma montagem simples, realizada pelo autor, traduzem as tensões e inquietações acerca do problema educativo nas Ligas Camponesas que serão abordadas durante todo o capítulo. Na parte superior, um recorte da capa da *Cartilha do Povo* de Lourenço Filho (edição de 1952), simboliza a tradição educacional alicerçada no recurso das "cartilhas", que embora fossem amplamente utilizadas em múltiplos ambientes remetem a uma tradição escolar, já que elaboradas inicialmente para o uso nas escolas. Na parte inferior, o "instantâneo" de uma reunião de monitores/alfabetizadores do Movimento de Cultura Popular de Recife[49], que bem representam os novos ideais educacionais que influenciariam diferentes grupos na década de 1960.

Os anseios do homem do campo foram representados, em boa medida, nas propostas e manifestos camponeses firmados nos anos de 1950-1960, podendo-se destacar alguns como as Resoluções da I Conferência dos Trabalhadores Agrícolas e Camponeses de Pernambuco (Limoeiro-PE, 1954), as Resoluções Finais do Congresso de Salvação do Nordeste (Recife-PE, 1955), a Primeira Proposta de Reforma Agrária Unitária dos Movimentos Camponeses do Brasil (Belo Horizonte-MG, 1961), e o Manifesto dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco (Recife-PE, 1963)[50]. Conquanto tais documentos difiram em lugar, tempo, discursos e intenções, servem *mutatis mutandis* como indícios, no sentido de apontar alguns pontos-chaves da luta camponesa que vão se repetir como bandeiras de luta nos famosos "Congressos Camponeses", a saber: 1) a promoção da reforma agrária; 2) melhoria dos salários, ampliação e observância das leis trabalhistas no campo; 3) respeito amplo, livre e democrático à organização camponesa; e 4) melhoria nas condições gerais de vida do homem do campo, e completa garantia aos direitos nas áreas da saúde e educação.

Os debates camponeses que giravam, em grande parte, em torno desses pontos, ampliavam-se pelo território nacional, alcançando os mais distantes municípios e distritos, nos quais os habitantes rurais podiam, dadas determinadas condições, tomar lugar no concerto de debates, escolhas e decisões que retroalimentariam as discussões

[49] Fonte: Araújo e Barreto (2007).
[50] Para um estudo mais detalhado ver Aued (1986), Soares (1982) e Dabat (2004).

no interior do Movimento Camponês. Isso faz lembrar a reflexão de Hobsbawn (1998, p. 227) ao deter-se sobre a problemática da ação camponesa, de que, geralmente, há algo da situação política de determinada nação que vaza para as aldeias e as convence de que os tempos estão mudando, então a estratégia normal de passividade talvez possa ser substituída pela atividade.

Recorrendo à historiografia, estes nexos se insinuam com maior expressão, e colocam os ânimos a postos para novas observações. O levantamento realizado por Barriguelli (1981b) junto ao Arquivo de História Contemporânea, em São Paulo, em mais de 600 títulos de jornais, dentre outras fontes, é extremamente relevante no sentido de mostrar a fundação de algumas Ligas Camponesas já na década de 1940, em diferentes estados, e a movimentação inicial de seus sócios, quase sempre sob orientação de militantes de esquerda. A proscrição do Partido Comunista em 1947 significou, é verdade, o fechamento dessas Ligas pioneiras, processo arbitrário adotado pelo governo Dutra, que ficou marcado por uma onda de assassinatos, prisões e perseguições no meio rural. Não obstante, o registro em notícias de jornais como *Hoje*, *Notícias de Hoje* e *Tribuna Popular*, colocam o leitor em contato com ritos, formalidades e táticas que se apresentavam no Movimento Camponês já na década de 1940. (ver quadro 08)

Mas, se por um lado, no final dos anos 1950 e início dos anos 1960, as esquerdas nordestinas descobririam e aprenderiam que só chegariam ao poder em aliança política com o centro (ou parte dele), à exemplo de Pelópidas Silveira, Antônio Baltar e Miguel Arraes, com a Frente do Recife, em Pernambuco, e com Djalma Maranhão em Natal-RN (GÓES, 1999, p.21); por outro, os antigos camponeses silenciados temporariamente em 1947, retornariam em posse de novas (e das antigas) experiências para o ressurgimento das Ligas Camponesas em outro patamar – dessa vez, menos dependentes do PCB e renovadas pelo surgimento das lideranças camponesas, o que não é de surpreender se Hobsbawn (1998, p.227) estiver novamente correto quando diz que os camponeses são mais realistas que muitos rebeldes da ultra-esquerda, pois sabem "quem irá matar quem, no caso da ocorrência de um confronto [...] Sabem que a revolução pode acontecer, mas também sabem que seu sucesso não depende deles em sua aldeia específica".

Quadro 08
Ligas Camponesas e suas Estratégias Iniciais na década de 1940

Liga Camponesa	Local	Ano de fundação	Primeiras realizações
Santo Anastácio	São Paulo	1946	Realização de assembléia, leitura dos estatutos, eleição da diretoria, instalação de escolas de alfabetização e petição ao Secretário de Agricultura.
Córrego Branco	São Paulo	1946	Realização de assembléia, eleição da diretoria e comício.
Piraquara	São Paulo	1946	Realização de assembléia e eleição da diretoria.
Tiradentes	São Paulo	1946	Realização de assembléia, eleição da diretoria, entrevista aos jornais, instalação de escolas de alfabetização.
Distrito Federal	Rio de Janeiro	1946	Reivindicações por escrito à prefeitura.
Marília	São Paulo	1946	Realização de assembléia, eleição da diretoria e conselho fiscal.
Mulher Camponesa	Ceará	1946	Realização de assembléia, eleição da diretoria e comício.
Nova Iguaçú	Rio de Janeiro	1946	Realização de assembléia, eleição da diretoria e mutirões de solidariedade.
Francisco Lira	Rio de Janeiro	1946	Realização de assembléia, eleição da diretoria, instalação de escolas de alfabetização e memorial enviado à Constituinte.

Fonte: Quadro construído pelo autor a partir das notícias contidas nos jornais *Hoje*, *Notícias de Hoje* e *Tribuna Popular*. In: Barriguelli (1981b); e Welch, 2009, p.145.

Talvez por isso, a Liga Camponesa de Sapé tenha repousado, pelo menos inicialmente, nos passos das experiências da Liga da Galiléia, de Pernambuco. Até aqui, nenhuma novidade: apenas repisou-se em estrada já percorrida. Mas é interessante descobrir, juntamente com Antônio Montenegro, revisitando uma documentação que ficou arquivada no Dops durante anos, a carta-convite que os foreiros do engenho Galiléia remeteram ao Sr. Oscar Beltrão, dono do engenho, para que este aceitasse o convite para o posto de presidente honorário da referida associação. Para Montenegro esta carta é muito reveladora de um tempo histórico:

> A Sociedade agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco, registrada sob o número 92970, pede vênia para comunicar a V.Sa. [o Sr. Coronel Socar Beltrão, o senhor de engenho era um coronel] que, em assembléia geral, com o comparecimento de 123 associados, por unanimidade de votos foi eleito presidente de honra de nossa sociedade, bem assim viemos em nome da mesma convidar

> a V. Exa. Para assistir e tomar posse no referido cargo, em reunião que terá lugar no primeiro domingo de julho do corrente ano, e assistir à posse de nosso advogado, o Dr. Arlindo Dourado, como também à inauguração da escola que receberá o nome de Paulo Belense. Sem mais para o momento. Subscrevemo-nos Paulo Travassos, José dos Prazeres, José Fernando [...] (in: MONTENEGRO, 2007, p. 96)

A carta indica não só o intenso controle exercido pelos senhores rurais sobre os trabalhadores, como também a estratégia da assembléia geral em convidar o dono das terras para ser presidente de honra da entidade que nascia no interior de sua propriedade. A carta, que foi parar na polícia, é clara ao mencionar a posse de um advogado e a criação de uma escola que se chamaria "Paulo Belense". Essas realizações, juntamente com as relacionadas no quadro 06, evidenciam o desejo dos camponeses em preservar, na justiça, seus direitos trabalhistas constantemente ameaçados pelos proprietários de terra; e, na comunidade, o acesso à educação. Cury (2002) assinala que o reconhecimento jurídico à educação, que em boa parte dos países ocidentais transcorreu no final do século XIX e início do século XX, foi também resultado das forças sociais em conflito, devendo-se em grande medida às reivindicações das classes trabalhadoras que a viram como um meio de ampliação da participação na vida econômica, social e política.

E é justamente nesse sentido que se encaminham as reflexões de Montenegro, quando diz:

> Então vocês podem imaginar que desde o primeiro momento em que os trabalhadores se organizam buscando um advogado, o que é que sugere um advogado e o que sugere uma escola? É conquista de cidadania (...) o grande movimento das Ligas era desnaturalizar, era produzir uma indignação, era construir uma nova cultura, uma nova subjetividade que dissesse: isso é um absurdo, que dissesse isso à sociedade e dissesse isso também aos trabalhadores, porque eles também estavam naturalizados. (MONTENEGRO, 2007, p.97)

Um exemplo desta "desnaturalização", produzida por um aprendizado de resistência, pode ser presenciada na entrevista que João Virgínio da Silva, um dos fundadores da Liga da Galiléia, concede à Eduardo Coutinho no filme *Cabra Marcado Pra Morrer*. João Virginio (uma espécie de "memória-viva" da comunidade, segundo o cineasta) recorda-se da decisão do dono do engenho, o Sr. Oscar, em vender a

propriedade, depois de quatro anos de contenda com os foreiros. Relata que os associados, inconformados com esta decisão, recorreram por meio de seus advogados e representantes, a vários deputados para conseguir a desapropriação das terras em favor dos moradores. De acordo com suas lembranças, a sessão na Assembléia Legislativa de Pernambuco (que ele designa apenas como Câmara), na qual foi proposto o projeto de desapropriação (pelo deputado Carlos Luiz de Andrade do PSB), foi "uma briga de sete mil contrários" – uma confusão com argumentações calorosas -, e, na sua linguagem simples, reproduz a fala de um suposto deputado, que se mistura com suas percepções e comentários:

> Um gritava: minha gente não vamos fazer a desapropriação da Galiléia, porque não é desapropriar uma Galiléia, é desapropriar várias Galiléias. Porque daí em "vante" [diante] pegará fogo dentro do Brasil de ponta a ponta, e o pessoal fica "aviciado", tá vendo? Vão se "acandidá" [candidatar?] e vão pedir aos poderes públicos para desapropriar as propriedades. (Cabra Marcado Pra Morrer, de 12'28'' a 13'13'')

O receio do anônimo deputado era, pela leitura da informação de João Virgínio, a abertura de precedentes para a formação de uma jurisprudência favorável ao homem do campo. Era, também, o medo comungado com os latifundiários, do exemplo que ensina, que aponta os caminhos de vitória; da experiência que pode ser apreendida e reproduzida por outros, alhures, como se deduz de expressões como "o pessoal fica aviciado", "pegará fogo dentro do Brasil", e "vão pedir aos poderes públicos". De fato, após a vitória dos moradores de Vitória de Santo Antão-PE, com a desapropriação do engenho Galiléia, em dezembro de 1959, por decreto do governador Cid Sampaio, Galiléia tornou-se, então, um símbolo da força do Movimento Camponês. O ato repercutiu em todo o país – tratava-se de um estímulo à organização dos camponeses e à luta pela reforma agrária. O jornal Estado de São Paulo alarmou-se com o conteúdo simbólico da vitória afirmando, em editorial de 18 de fevereiro de 1960:

> Ao criticarmos, não faz muitos dias, a absurda iniciativa do governador Cid Sampaio, de desapropriar as terras do Engenho Galiléia para, num ilícito e violento golpe no princípio da propriedade, distribuí-las aos empregados daquela empresa, previámos o que disso poderia resultar. A violência seria, como foi, considerada uma conquista das Ligas Camponesas, e acenderia a

> ambição dos demais campesinos assalariados, desejosos de favores idênticos (...) O movimento ganhará novas proporções, atingindo as classes proletárias das cidades. Com invasões de oficinas, com o apossamento violento das fábricas, com assaltos a casa de residência, com depredações de bancos e estabelecimentos comerciais. A revolução é assim. E o que, com sua cegueira, o governo pernambucano incentivou foi a revolução. (in: SANTIAGO, 2004, p.139-140).

Segundo notícia do jornal *O Norte* de 17/08/1958, o deputado Jacob Frantz se preparava para, neste dia – um domingo -, proferir conferência na solene reunião de abertura da Liga Camponesa de Sapé, com início marcado para as 14 horas. Em Campina Grande, na Paraíba, o jornal *Evolução* de 7 a 12/9/1958, trazia notícias mais completas que faziam eco aos temores mais íntimos de parlamentares conservadores e das oligarquias rurais. Noticiava, com quase um mês de atraso, a criação da "Associação dos Trabalhadores de Sapé". Com destaque de uma página inteira, anunciava, com alguns detalhes, a primeira Assembléia Geral Extraordinária, reunião de fundação da associação que, no momento de seu surgimento ainda não era conhecida como Liga Camponesa, denominação só consagrada posteriormente, no Primeiro Congresso de Trabalhadores da Paraíba, realizado entre 10 e 13 de maio de 1958. Na mesma ocasião foram eleitos a primeira Diretoria e o primeiro Conselho Fiscal, visto que, pelo artigo 21 dos Estatutos da entidade, competia à Assembléia Geral Extraordinária este tipo de eleição por maioria simples de votos; além da reforma dos estatutos, atos de responsabilidade do patrimônio social e a extinção da Associação, por maioria de dois terços dos votantes.

A reportagem de João Manoel de Carvalho traz em destaque o solene evento, acrescido de um detalhe que parecia apenas geográfico, mas que encerrava uma pesada carga política: a reunião ocorreu no mais pomposo prédio público da cidade, o Grupo Escolar Gentil Lins, orgulho do município, como "templo" de saber que representava, para as elites urbanas, um signo de força e de modernidade. O encontro contou com grande participação de trabalhadores do campo. Quem presidiu os trabalhos foi o deputado estadual Ramiro Fernandes, tomando parte da Mesa diretora o padre de Sapé, Eurivaldo Tavares; o deputado Jacob Frantz; o doutor Leonardo Leal; o professor Assis Lemos e a senhora Domerina Silva, diretora do referido Grupo Escolar.

Além destes, participaram ainda da solenidade João Santa Cruz e José Gomes da Silva (o "Zé Moscou"), que tomaram posse como advogados da associação;

Joaquim Ferreira Filho, em nome do Governador do Estado; líderes estudantis e uma respeitável comissão dos sindicatos de João Pessoa, que indicava as alianças taticamente firmadas pelos camponeses, composta pelos seguintes membros: João Ribeiro Filho e Manoel Porfírio da Fonseca pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria dos Calçados, Adauto Teixeira de Aguiar pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem, João de Deus Silva pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil, Rivaldo Cipriano pelo Sindicato da Indústria da Alimentação, José Soares dos Santos pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Cal e Gesso, e João Cabral Batista pelo Sindicato dos Gráficos.

De acordo com a notícia, os agricultores receberam com entusiasmo os discursos de Assis Lemos e de Jacob Frantz. As primeiras palavras da reunião foram de Assis Lemos, que fez uma longa análise dos problemas mais urgentes do homem do campo. Prolongou-se na explanação aos agricultores sobre a situação do pequeno agricultor,

> (...) fazendo-os cientes do regime de exploração e empobrecimento constante em que vivem, concitando-os a se organizarem e empreenderem luta aberta pela conquista de seus direitos e pela concretização de uma legislação social mais condizente com melhores padrões para as massas camponesas. (Jornal Evolução, 7 a 12/9/1958)

A tônica das palestras oscilava entre a exploração dos trabalhadores do campo e a necessidade destes em se conscientizarem e se organizarem para uma luta aberta contra os seus exploradores – os latifundiários. Os discursos foram marcados por referências aos agricultores como "proletariado rural" ou "associação de classe", que deveriam romper com "(...) as relações de produção semi-feudais, onde predominam o latifúndio", que acarretavam, segundo os interlocutores, um desumano regime de exploração e miséria do homem do campo. (Jornal Evolução, 7 a 12/9/1958)

Essas expressões são bons indícios da tendência interpretativa ainda evidente nas esquerdas desde os II e III Congressos do PCB, ocorridos respectivamente em 1925 e 1928/1929, baseada no "(...) esquema agrarismo-industrialismo, onde a contradição fundamental era caracterizada pela luta entre o capitalismo semifeudal e o capitalismo industrial moderno" (BARRIGUELLI, 1981a, p.131). Ecos insistentes, que caracterizavam a economia brasileira como sendo agrária, semifeudal e semicolonial,

lembrando, em muito, as palavras de Anita Leocádia Prestes (1980, pp. 3-4), de que a solução do problema agrário no país dar-se-ia pelo "(...) confisco da propriedade fundiária, da liquidação das sobrevivências semifeudais e da emancipação da dependência imperialista".

E assim, entre termos de pouca ou nenhuma familiaridade para os 227 agricultores presentes[51], Jacob Frantz prosseguia vivamente aplaudido durante todo o curso de sua conferência, combinando em sua palestra aspectos da organização campesina e a necessidade da conscientização dos camponeses:

> Jacob Frantz terminou por conclamar os trabalhadores rurais para se organizarem e empreenderem uma luta constante em favor da concretização dos interesses comuns do proletariado rural. Fez ver ainda a força de que dispunham os trabalhadores e da necessidade de se esclarecerem as massas a fim de que elas cientes de seu papel histórico desempenhem a missão que lhes reserva o momento atual e se guiem para a posição de liderança e vanguarda política que lhes reserva o futuro (Jornal Evolução, 7 a 12/9/1958).

Depois de traçar esse retrato, o *Evolução* anunciava o convite formulado pela Rádio Educadora "Augusto dos Anjos" de Sapé aos participantes do evento para visitar as suas dependências. Nessa ocasião, pelos "filtros de civilidade" de locutores e programadores, as famílias abastadas de Sapé que, porventura, se aglutinavam em torno do rádio, ouviram o professor Assis Lemos, o senhor Egídio Constâncio, o doutor Leonardo Leal, o vereador João Cabral Batista e o deputado estadual Jacob Frantz, exporem uma versão resumida do que fora dito em Assembléia, propagandeando a criação e os propósitos da novel entidade. (Jornal Evolução, 7 a 12/9/1958)

Como se pode perceber, em maior ou menor grau nos depoimentos e na reunião de fundação da Liga de Sapé, havia um interesse em "despertar os camponeses", como se dizia na época, que predomina – e este seria tarefa de todos. Conscientizá-los de sua força coletiva, despertar suas próprias capacidades, mobilizá-los para a ação era tarefa que todos se propunham. Mesmo pensamentos discordantes como os de Gregório Bezerra e Francisco Julião, concordavam no tocante ao papel fundamental da conscientização dos camponeses. Para Gregório, o objetivo era "unir, organizar e conscientizar politicamente as massas camponesas", e para Julião o cerne do

[51] Informação trazida pelo depoimento de José Hermínio Dionísio, um dos sócio-fundadores da associação (in: VAN HAM, 2006, p. 20).

trabalho revolucionário era "um processo dialético, de dar consciência ao camponês" (MORAIS, 1989, p. 224 e 234).

No entanto, acolhendo os cuidados preliminares de Christopher Hill (1992, p.9), não se deseja tecer uma "linhagem de idéias" do plano nacional para o interior das Assembléias, do tipo "A é influenciado por B, que foi buscar suas idéias em C, e isso explica a ação Z"; mas mostrar que as idéias que circulavam no interior das Ligas não se desenvolveram num vácuo, e que o confronto de perspectivas educacionais estava presente também nos debates das assembléias. A apreensão dos discursos de Jacob Frantz e Assis Lemos indica que estes não estavam revelando "terras desconhecidas", mas sim, mapeando aquelas idéias (inclusive educacionais) que circulavam nos Congressos de Trabalhadores, nos partidos políticos, no movimento estudantil, nos setores sindicais e nas alas progressistas da Igreja Católica. E essas idéias não avançaram simplesmente por sua própria lógica.

Como bem observa Barriguelli (1981a, p.140-141), a maioria das Ligas Camponesas foi fundada sem uma participação direta do PCB, embora os quadros do Partido muito influíssem na organicidade dos movimentos e a imprensa partidária desse o destaque necessário para o estímulo à agitação no campo. Muitos desses membros faziam parte da cúpula diretiva da Liga de Sapé, e trouxeram consigo a experiência das formas de organização voltadas para a garantia da *legalidade do movimento* – os abaixo-assinados, os processos judiciais, os mandatos de segurança, as caravanas de protesto e as greves. Como fruto de aprendizados efetuados nos encontros legais e clandestinos promovidos pelo PCB, traziam consigo, também, a orientação de se mobilizarem em torno de bandeiras como as escolas para adultos, que deveriam funcionar como

> (...) "verdadeiros centros de cultura" nas sedes dos sindicatos, associações, clubes esportivos e empresas, com auxílio do poder público; (...) auditórios para promover a educação política do povo através de reuniões públicas para os debates de interesse popular" (GÓES, 1980, p. 46)

Esse tipo de discurso alcançava também o interior das reuniões da Federação das Ligas Camponesas. No dia 25 de novembro de 1961, em congresso realizado no Teatro Santa Roza, em João Pessoa, foi criada com o intuito de fortalecer e imprimir um direcionamento unificado ao Movimento Camponês, a Federação dos Lavradores e

Trabalhadores Agrícolas da Paraíba, conhecida também por "Federação das Ligas Camponesas da Paraíba". A solenidade contou com a presença de representantes das dezoito Ligas existentes até então, e, na ocasião, foi eleita a sua primeira diretoria[52].

Segundo Souza (1996, p. 65), a eliminação do "cambão" (trabalho gratuito) transformou-se no principal objetivo a curto prazo da Federação. Até que fosse possível realizar a Reforma Agrária, "o caminho era organizar os camponeses, cada vez mais, conscientizar a população das vantagens de sua concretização e ir conseguindo outras conquistas para a massa camponesa". De acordo com o mesmo autor, as principais metas da "Federação das Ligas Camponesas" eram: 1) eliminar o "cambão"; 2) reduzir as áreas de plantio de cana-de-açúcar, por culturas voltadas para a alimentação; 3) conscientizar os camponeses e 4) conquistar escolas, postos de saúde e outras melhorias para a massa camponesa.

Não por acaso – já que desde a sua formação as Ligas Camponesas se apoiaram na experiência político-adminsitrativa do sindicalismo urbano de João Pessoa -, a Federação camponesa funcionava no mesmo prédio onde se alojara a Federação dos Trabalhadores da Indústria da Paraíba. As memórias de Ribeiro Filho (1999, p. 89) tangenciam o movimentado dia-a-dia do chamado "Palácio do Trabalho", onde atuavam as duas referidas Federações, cujos trabalhos se confundiam espacial e ideologicamente; e aludem novamente, ao processo de "despertar dos camponeses":

> Era o despertar do rurícula [sic], nunca antes visto, os camponeses buscavam junto ao ministério do Trabalho ou ao Judiciário o reconhecimento dos seus direitos, para isso usavam o seu sindicato. Portanto, parecia que todo o campo deixava a toca ou saía dum estado de hibernação, no qual havia mergulhado desde a sua origem de cujo inverno despertou ao ouvir o grito das ligas camponesas. Por isso o espaço vital da Federação era quase todo tomado pelos rurículas [sic] e seus líderes, como também o tempo da liderança urbana era tomado com os problemas do campo, por questão de solidariedade de classes, sobrando pouco tempo para continuidade da luta urbana; por isso, era necessário organizar tudo e disciplinar toda a atividade desde a sua programação do auditório da Federação onde as reuniões eram marcadas de preferência para os donos da casa, ficando os demais dias a disposição das lideranças camponesas.

[52] A primeira diretoria foi assim constituída: Presidente, Francisco de Assis Lemos; Vice-Presidente, João Pedro Teixeira; 1º Secretário, Antônio Dantas; Tesoureiro, Leonardo Leal. (SOUZA, 1996, p. 58)

Segundo Ribeiro Filho (Id., Ibdem.), no capítulo V (intitulado "Saber Ler") de seu livro *O sindicalismo do Meu Tempo*, uma das discussões mais polêmicas realizadas entre operários e camponeses, e cuja proposição era regularmente retirada de pauta, para evitar "rupturas" no movimento sindical, era a questão expressa no binômio analfabetismo/participação política. Um dos pontos que insuflavam os debates mais calorosos (além da questão das greves) se insurgia na pergunta: "Ora, se o analfabeto não sabe ler o seu nome, como pode ler o nome do seu candidato?" Muitos sindicalistas acreditavam que a extensão do direito de voto ao analfabeto era "demagogia eleitoreira de comunistas".

Para os camponeses essa podia ser uma questão relevante. Uma nova "resistência" (no sentido thompsoniano) podia se insinuar em novas maneiras de pensar e agir dos camponeses, "quando confrontadas com novas maneiras de pensar e agir produzidas pelas transformações sociais" (TURINI, 2004, p. 122), e com outros grupos sociais, detentores de outros conhecimentos. Na sociedade brasileira, o fenômeno do analfabetismo aparecia (e ainda aparece) nos mais variados contextos associado a atributos que indicam (diretamente ou não) carência de algo, como incapacidade, incompletude, dependência, desorientação, manobrável, cegueira, sofrimento, aquém da sociedade, desinformação, fome e pobreza. Essa caracterização se dava na maioria dos casos, assim como faz a própria palavra *analfabeto*, por aquilo que o sujeito não possui. Distingue-se, assim, alguém, pela falta de algo. O analfabeto é alguém que *não* sabe ler e escrever, é alguém que *não* é capaz, *não* é preparado, *não* é informado, *não* é humanizado, *não* tem conhecimentos.

Na conjuntura da década de 1950, e no período que imediatamente a sucedeu, por exemplo, o curso promovido pelo Ministério da educação e Saúde, destinado aos educadores da Campanha Nacional de Educação Rural, comportada no interior da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA), trazia idéias similares. O livro que serviu de base para o curso, de autoria de Lourenço Filho, dirigente máximo da Campanha, caracterizava o analfabeto como alguém que vive em condição de

> (...) minoridade econômica, política e jurídica: produz pouco e mal, e é frequentemente explorado em seu trabalho; não pode votar e ser votado; não pode praticar muitos atos de direito. O analfabeto não possui, enfim, sequer os elementos rudimentares de cultura de nosso tempo. (in: PAIVA, 1987, p.184)

Na mesma publicação, a professora de psicopedagogia do curso refere-se ao analfabeto como "uma espécie de zero que cujo valor só se revela quando à direita dos que sabem ler", e assim o caracteriza:

> Dependente do contato face a face para enriquecimento de sua experiência social, ele tem que, por força, sentir-se como criança grande, irresponsável e ridícula (...). e, se tem as responsabilidades do adulto, manter uma família e uma profissão, ele o fará em plano deficiente. (...) o analfabeto, onde se encontre, será um problema de definição social quanto aos valores: aquilo que vale para ele é sem mais-valia para os outros e se torna pueril para os que dominam o mundo das letras (in: PAIVA, 1987, p.185-196).

Essa concepção delineia-se igualmente nos meios políticos esquerdistas. Nos anos de 1951 e 1953, o Partido Comunista realizou dois cursos clandestinos para capacitação política, realizados respectivamente em Natal-RN e Recife-PE, com a participação de militantes da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte[53]. A estes encontros compareceram jornalistas, advogados, operários e camponeses. Apesar da idéia defendida de "solidariedade de classes", muitos participantes dos dois cursos manifestaram os problemas decorrentes da presença dos "homens de poucas letras" (AUED, 1986, p.28). Alegavam os descontentes que, principalmente, os camponeses não conseguiam acompanhar as discussões encaminhadas pelos orientadores dos cursos, atrapalhando o desenvolvimento dos trabalhos. Essas queixas levaram à constrangedora resolução de agrupar estes elementos num curso a parte, realizando-se assim, dois cursos simultaneamente – um só com camponeses.

De acordo com o seu presidente, Assis Lemos, a "Federação das Ligas Camponesas da Paraíba" (cuja diretoria era maciçamente composta por membros da Liga de Sapé) atenta ao problema do analfabetismo entre os camponeses, aproveitou-se do surgimento da CEPLAR (Campanha de Educação Popular), que utilizava o chamado "Método Paulo Freire"; para "conscientizar" os camponeses de que deveriam aprender a ler e a escrever – "Dizíamos que eles eram cegos, pois não sabiam o que estava escrito nas faixas, manifestos, jornais ou livros". (SOUZA, 1996, p. 116) Para o presidente da entidade, 95% dos camponeses não sabiam ler nem escrever, razão pela qual se entusiasmaram com a chegada da Campanha. No entanto, a iniciativa da Federação

[53] Dentre os participantes do curso de Recife, que durou quase um mês, estava João Alfredo Dias (Nego Fuba), enviado pelo Comitê Estadual do PCB que pretendia "reforçar ideologicamente os militantes do PCB daquela área camponesa" (SOUZA, 2003, p. 220).

tinha o claro objetivo de formar novos camponeses eleitores, conforme fica sutilmente sugerido nas palavras de Assis Lemos:

> O pessoal da CEPLAR ia até as Sedes das Ligas para realizar o treinamento das futuras professoras. Os camponeses se encarregavam de construir, nas fazendas, barracões rústicos que serviriam de escola. À noite, após o dia de trabalho, assistiam às aulas, tendo como professoras suas próprias filhas. Esperava-se, em um ano, alfabetizar 80% dos camponeses filiados às Ligas. Os camponeses, por serem analfabetos, nem na época das eleições eram considerados. Pelo contrário, eram chamados de "cobras d'água", ou seja, não tinham o "veneno" – o voto. (Id., Ibdem.)

Muito embora, o discurso de Assis Lemos ressalte o "entusiasmo" dos camponeses com a possibilidade de se alfabetizarem, a sua própria fala pode ser tomada como expressão de muitas vozes diferentes que se faziam presentes nas discussões da Federação – jocosas e agressivas, altas e baixas, masculinas e femininas – que numa "polifonia" bakhtiniana (BURKE, 2008, p. 72), estariam indicando discordâncias, relutâncias ou mesmo descrenças na aprendizagem da leitura e da escrita. Talvez, por isso, a necessidade da cúpula dirigente da Federação em convencer os camponeses com o forte discurso da "cegueira" do analfabeto.

É preciso, portanto, recuperar diferentes enfoques, trilhar as alamedas paralelas às Assembléias e aos debates na Federação das Ligas Camponesas (espaços formais de decisões), e perceber que muitos camponeses e trabalhadores rurais não negligenciaram os debates em foco, talvez, por entenderem, que precisavam do apoio de um corpo alternativo de idéias, para desafiar os padrões convencionalmente aceitos. Mas nem por isso, deve-se subestimar o fato de que essas pessoas pensaram o mundo e a educação, a partir de categorias e significados sociais que não necessariamente aqueles instituídos pelos partidos políticos, ou pelas lideranças externas e internas do grupo.

Entre os dias 13 e 18 de maio de 1963, o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (IJNPS) realizou na cidade de Recife-PE, o Simpósio "Cana e Reforma Agrária", para tratar sobre o problema da reforma agrária no Brasil, em geral, e o da zona canavieira de Pernambuco, em particular.[54] Na mesa cujo tema era "O

[54] Para o Simpósio, o IJNPS reuniu representantes das mais diversas tendências e adeptos das mais deferentes ideologias, para que tivessem oportunidade de exprimir diferentes pontos de vista, interesses ou pensamentos. O evento contou com a participação do comandante do IV Exército General Humberto de Alencar Castelo Branco (que coordenou uma das mesas); do então Governador do Estado de Pernambuco Miguel Arraes; do senhor Francisco Julião, "líder" das Ligas Camponesas; dos líderes

Problema Agrário na Zona Canavieira de Pernambuco"[55], o discurso do líder rural Manuel Gonçalo, Presidente da Federação dos Sindicatos Rurais de Pernambuco, diferentemente dos demais debatedores, encontra-se marcado pelo problema educacional e pela denúncia (às vezes velada, às vezes contundente) contra falta de oportunidade do camponês em estudar, exemplificada na sua própria trajetória, como se pode ver no trecho a seguir, que contém sua fala inicial:

> Falo, aqui, diante de pessoas formadas e tenho a coragem de confessar que sou um semi-analfabeto a tratar de problemas vários (o do salário, o do trabalho, etc.) – questões essas que, infelizmente, os nossos homens públicos ainda não solucionaram. Nenhum deles, também, a não ser o senhor [Francisco Julião], usa palavras tão compreensíveis. (...) Conferências com letrados ou, digamos, na capital ou na cidade, creio que não resolvem. (...) Agora, não se deve mais pensar em derrota, pois a luta é para que todos os brasileiros vivam e V. Exa. [Julião] fez bem em invocar o nome de Joaquim Nabuco. Li muitas vezes (porque não pude estudar) debaixo de plantas, debaixo do pé de imbu, no sertão; comprei livros quase sem dinheiro e vim, assim, a conhecer o Brasil. Desejo é que todos os brasileiros conheçam o Brasil. (in: FREYRE et al., 1970, p. 111)

Assim, Manuel Gonçalo vai desfraldando todas as conseqüências da falta de uma reforma agrária "consciente": fome, miséria, doença ("o camponês não fica doente porque vive doente") e falta de escolas. A tônica do seu discurso, talvez contrariando as expectativas mais gerais dos presentes, não gravitou em torno da organização campesina, nem dos salários e nem do trabalho (como havia pronunciado inicialmente), mas em torno da dicotomia, que em termos atuais pode ser colocada como "letrado/iletrado" (GOODY, 2000, p. 51), e como os saberes escolarizados poderiam modificar para melhor a vida das pessoas. E prossegue Manuel Gonçalo, falando sobre a "Revolução" que já havia começado o campo, e apontando, na sua visão (e nesse momento ele fala em nome de muitos companheiros, alguns reunidos acanhadamente no fim do auditório), o caminho mais indicado para a solução do problema agrário:

---

católicos dos "camponeses" pernambucanos, Padre Melo e Padre Crespo; além da presença de inúmeros economistas, sociólogos, usineiros e líderes saídos da população rural.

[55] A I Conferência era assim composta: conferencista: Francisco Julião; debatedores: 1 º – o agrônomo Luís Vieira da Universidade Rural e pela Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural, 2º - o economista Paulo Maciel (pelo IJNPS), 3º – o agrônomo Francisco Targino de Siqueira (do Instituto Nacional de Imigração e Colonização). 4º - operário Manuel Gonçalo (da federação dos Sindicatos Rurais), 5º - geógrafo Mário Lacerda de Melo (pelo IJNPS).

> Deputado Francisco Julião, demais pessoas que aqui compõem esta mesa e ouvintes: temos que encarar essa luta como uma verdadeira luta brasileira e estou convencido de que o problema agrário, se tomar feição de esmola, significará humilhação. Precisamos é transformar os costumes do povo, através das próprias escolas do povo, do próprio sentimento do povo, justamente para que o mesmo leve essa condição de brasileiros para um Brasil livre e não costumes de outra pátria, costumes, digamos, da cúpula para a base. Quer dizer, dar aula a um aluno, começando talvez de livro de leitura para o ABC. (in: FREYRE et al., 1970, p. 114)

Desculpando-se pelo seu pensamento "avesso" de camponês, o presidente da Federação dos Sindicatos Rurais de Pernambuco, descortina perante os demais debatedores, uma reflexão acerca dos métodos de ensino que estariam sendo empregados na alfabetização de crianças e adultos camponeses nas décadas de 1950/1960. Em tom nacionalista e num evento de repercussão nacional, Manuel, o único dos integrantes da mesa a levantar o problema educacional, critica os (não tão) novos métodos de aprendizagem de leitura e escrita, baseados no chamado método analítico[56] – que iniciava a leitura pelas sentenças e não pelas sílabas – acusando-os de costumes estrangeiros (pois impostos da cúpula para a base) e que subvertiam a tradição educacional alicerçada no uso das conhecidas cartilhas baseadas no método da soletração e da silabação. Mais do que isso, o discurso de Manuel mostra como os camponeses e trabalhadores rurais podiam estar atentos, na década de 1960, a uma antiga discussão que, sob nova roupagem, transitaria por diversos movimentos sociais, pela Igreja Católica e por setores ligados ao governo federal, como o ISEB[57]: a dualidade socrático-platônica de quem sabia e quem não sabia e suas implicações sócio-políticas naquele momento.

As sequências narrativas sugerem a valorização, por parte dos camponeses, dos saberes historicamente construídos e reconhecidos como escolares. E, nesse ponto,

---

[56] Já em 1914 é expedido o documento *Instrucções praticas para o ensino de leitura pelo methodo analytico – modelos de lições*, assinado por Mariano de Oliveira, Ramon Roca Dordal e Arnaldo de Oliveira, que caracteriza o método analítico como um método difícil, principalmente, para as "crianças da roça". (MORTATTI, 2000, p. 83)

[57] O ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) foi criado em 14/07/1955 pelo presidente da República em exercício, João Café Filho, através do Decreto-Lei nº 37.608, cuja finalidade era "o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais, notadamente da sociologia, da história, da economia, da política, e especialmente para o fim de aplicar as categorias e os dados dessas ciências às análises e à compreensão crítica da realidade brasileira, visando à elaboração de instrumentos teóricos que permitam o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional (VALE, 2006, p. 17)

é razoável pensar que alguns trabalhadores rurais, já com certa organização, vissem a alfabetização como atributo para uma participação mais substancial na sociedade democrática e que sua ausência seria um obstáculo ao exercício consciente da cidadania. Essa concepção, segundo Galvão e Galvão (2007, p.76), seria contrapartida de uma visão preconceituosa, assimilada ao senso comum, de que os analfabetos seriam pessoas ignorantes ou vulneráveis à manipulação, às quais faltariam discernimento e autonomia para exercer o papel de cidadãos. Daí, a exclusão do analfabeto ao voto, pela legislação em vigor na época.[58]

A recuperação dos debates em espaços como Assembléias, Federação e Simpósios dá mais algumas pistas que remetem aos cuidados com as generalizações. Os múltiplos discursos e ações presentes dentro de um quadro comum de reivindicações camponesas podem interessar, como diria Davis (2000, p.93) não só pelos acordos (consenso e coerência) que deixam entrever, mas, sobretudo, pelos conflitos e debates que sugerem. Constituindo arenas de elementos conflitivos, essas ocasiões permitem pensar que o debate educacional foi gradativamente incorporado no meio camponês, pelo menos nos espaços de "dramaturgia" da cúpula diretiva, não só ocupando lugar entre os debates sobre "Reforma Agrária", mas imbricado aos outros aspectos da luta camponesa. Por outro lado, as discussões indicam novas formas de sociabilidade do camponês (assembléias, reuniões, comícios, Federação, simpósios) que, assim como os partidos políticos, podem ser pensados como "lugares de encontro" no sentido gramsciano, no qual pessoas privadas discutiam publicamente os problemas relacionados ao campo, e criticavam a autoridade do grande proprietário rural ou do Estado – e nesse caso, o deslocamento do privado ao público, pode ser visto como um deslocamento tático.

3.2. Memórias de Leituras Camponesas: entre a Tradição, o Autodidatismo e a Política

De qualquer forma havia mudanças no campo... A ampliação da radiodifusão, o estabelecimento de linhas de transmissão de eletricidade nas

[58] Foi somente com o artigo 14 da Constituição de 1988, que se reconheceu o direito ao voto facultativo dos analfabetos e dos jovens a partir dos 16 anos.

mesorregiões paraibanas do Sertão e da Borborema, a construção de novas escolas primárias na zona rural, e a compra de maquinarias para o campo acompanhavam o aumento de gastos com adubos, fertilizantes e salários para os trabalhadores agrícolas. Mesmo assim, a manutenção da dominação tradicional na Zona da Mata paraibana, se apresentava e se intensificava, a partir de 1940, como condição necessária à industrialização e ao projeto de modernização conduzido pelo Estado.

Entretanto, as mobilizações no campo nas décadas de 1950 e 1960 não podem ser atribuídas somente ao "pano de fundo" das grandes transformações estruturais, alçadas à categoria de chave explicativa para aos variados movimentos observados, como conseqüências inevitáveis das estruturas. Tampouco, observa Dezemone (2009, p. 75), a exclusão de benefícios explica o porquê dos atores no campo terem-se colocado em movimento. "No limite, existe a opção (muito comum – não só para os camponeses, mas para qualquer grupo social), de não lutar ou não resistir".

É certo, que os camponeses podiam sentir essas mudanças de maneiras diversificadas. Enquanto muitos tentavam se adaptar a essas transformações no campo, outros se mudavam para as "pontas de ruas" das cidades vizinhas ou migravam, retirando-se daquele processo produtivo em específico, o que pode ser considerado também uma forma de resistência. Muitos, por sua vez, eram mais incisivos, ingressando nas insurgentes Ligas Camponesas. Nesse último caso, em particular, os depoimentos apontam que os motivos para o ingresso nas Ligas poderiam ser variados – lealdade a uma liderança amiga, sentimento de injustiça, desejo de vingança, anseio por uma vida melhor, posse da terra ou mesmo a prestação de serviços como motorista, segurança e poeta popular para as Ligas -, mas no percurso da "luta social" houve uma tendência de seus integrantes a agruparem as ações em torno de um sentido comum de resistência, em prol de mudanças políticas e transformações sociais mais profundas, cujo eixo norteador e estruturador (e que os punha em movimento), era a idéia da Reforma Agrária.

No processo mesmo de ampliação, não apenas numérica dos participantes, mas do próprio espaço em que desenvolvia o seu trabalho, a Liga Camponesa de Sapé passou a congregar em seus quadros, além de arrendatários, parceiros e pequenos proprietários (conforme Estatuto, Capítulo I, art. 1º), estudantes, comerciantes, operários, profissionais autônomos e militantes trotyskistas. Essa ampliação, por comportar indivíduos com diferentes inserções no processo produtivo, e, portanto, com

diferentes concepções sobre trabalho e política trouxe em seu bojo múltiplos entendimentos sobre a questão educativa.

Além do mais, é útil dizer também, que o padrão narrativo dos integrantes das Ligas Camponesas, mais especificamente os de Sapé, mostra como sugere Bloch (apud BURKE, 2008, p.36), que "nem todas as pessoas existem no mesmo Agora. Isso só acontece externamente, pelo fato de poderem ser vistas hoje". Ao dizer isso, Bloch pensava nos camponeses alemães da década de 1930 e na empobrecida classe média de seu tempo, que viviam ambas no passado. No entanto, prossegue, a "contemporaneidade do não-coetâneo", como chamou, é um fenômeno histórico muito mais geral, que solapa a velha suposição da unidade cultural de uma era.

Considerando-se essa reflexão, vale a pena ler um trecho do depoimento coletivo de dois membros da Liga Camponesa de Sapé: Matilde Guilhermino de Souza e Severino Guilhermino de Souza (já citados no item 2.3., em nota de rodapé), cujas palavras tecem linhas que se abrem para novas e bem-vindas interlocuções. Suas narrativas permitem algumas possibilidades de aproximação com as representações sobre educação, e suas implicações na teia temporal passado/presente. Diferentemente das entrevistas individuais, a dinâmica da entrevista coletiva põe em cena, de forma mais latente, as contradições e os processos de correção, complementação ou discordância das memórias presentes. Os dois narradores são casados, e na juventude residiram na fazenda São Salvador. Além do mais, ambos foram alunos do SIREPA, na aula da professora Isabel Regina Reis, personagem já referenciado no item 3.1. A pergunta "Os camponeses se interessavam na época das Ligas pela educação?", gerou um diálogo entre os depoentes, que excluiu momentaneamente a intervenção do pesquisador. Diante das possibilidades de reflexões que o diálogo permite, optou-se pela transcrição na íntegra por considerá-la bastante representativa da memória como atualização das representações sobre os processos educativos, tornando-os parte de um tempo vivo e pleno de significados:

> ***Matilde*** – Sim, se interessavam. Meu pai falava pra gente que ele aprendeu na cartilha do ABC, agora sabe como? Ele ia trabalhar e levava a cartilha do ABC debaixo do chapéu, na cabeça, e quando tinha uma fuguinha, olhava pra o ABC, tinha o A, B, C, D, era por aí, sabe? Aí foi assim que meu pai aprendeu... [interrompida por Severino]
> ***Severino*** – Aí comprava aquela tabuadinha de conta também, e por

> ali ia aprendendo... [interrompido por Matilde]
> ***Matilde*** – É, e fazia aquela conta, e aí aprendia mesmo. Hoje não. Hoje é muito bom, tem computador... Naquele tempo era difícil, mas quando aprendia, aprendia mesmo.
> ***Severino*** – Naquele tempo as pessoas se importavam mais com a educação... Hoje em dia não.
> ***Matilde*** – Os camponeses estudavam para aprender a ler, pra votar, pra escolher a pessoa certa, sabe?
> ***Severino*** – Hoje em dia é uma escola em cima da outra pra todo mundo estudar e ninguém quer nada. Quer o quê? Outras coisas, outros vícios... [fica contrariado ao ser interrompido por Matilde]
> ***Matilde*** – Naquela época não é como agora não. Só quem sabia ler é que votava.
> ***Severino*** – Hoje é bom, o analfabeto vota.
> ***Matilde*** – Olha, meu pai trabalhava na usina. Quando era tempo de eleição eles davam o sapato, dava roupa, os votos eram contados. Naquele tempo era certinho.
> ***Severino*** – No tempo de Oliveira ele dava a cada um uma ficha, com o nome do eleitor, por aquela ficha ele conhecia quem votou nele.
> ***Matilde*** – É, ele sabia tudinho... Isso era no tempo dos pais da gente, a gente não chegou a alcançar esse tempo não. Naquele tempo era tudo certinho. Os filhos obedeciam aos pais, olha você vai pra escola e vai aprender, e tal, e tal... Agora hoje em dia...
> ***Severino*** – Hoje um menino chega e não obedece ao pai, não obedece uma avó, não obedece mais nada.
> ***Matilde*** – Naquele tempo era assim. Pronto o senhor ta aí conversando, como se fosse meu pai ou minha mãe, a gente chegava e dali a gente voltava, a gente não passava no meio dos mais velhos, a gente não tomava conversa dos mais velhos, a gente não respondia, os pais da gente chamava fulano... sinhô, senhora...sim sinhô... Vá buscar aquilo ali... vô! Agora quem estudava e quem não estudava. Porque tinha gente, velho mesmo que não sabia ler, mas tinha aquela cabeça dada por Jesus, e o que ele dizia, depois de um tempo apareceu... A gente não sabia o que era televisão, não tinha energia elétrica, o fogão era de lenha...

Assim como nas falas de Matilde e Severino, muitos depoimentos colhidos trazem o "tempo dos pais ou dos mais velhos" para compor a moldura de suas memórias. Em muitos casos é citada a "Carta do ABC" e a tabuada como os objetos de leitura mais utilizados pelos agricultores daquela época (e de gerações anteriores) para se alfabetizarem, juntamente com os folhetos (literatura de cordel), a Bíblia, e a "Cartilha do Povo", de Lourenço Filho. Pelas memórias dos entrevistados, esses textos aparecem nas décadas de 1950 e 1960, como largamente utilizados nas mesorregiões da Mata e do Agreste paraibano em processos formais e informais de ensino. É comum também a referência de procedimentos autodidatas de alfabetização por meio desses impressos, baseados numa dinâmica que Galvão (2006, p. 119) definiu como um "(...)

processo solitário de reflexão metalingüística, de construção de hipóteses, na tentativa de conferir significados para uma nova linguagem", pela qual adultos analfabetos iam se alfabetizando – talvez, por isso, nas palavras de Matilde estudar era algo mais difícil do que os dias atuais, porque exigia de quem se propusesse a aprender, a tenacidade em repetir diversas vezes as mesmas "lições". Não raro, se aprendia em casa, a ler com as vinte e seis lições da "Carta do ABC", antes do ingresso na escola. Ou ainda, pessoas que liam toda a Bíblia sem nunca terem freqüentado uma instituição de ensino.

Assim como muitos trabalhadores rurais, os entrevistados e seus familiares buscaram caminhos alternativos para tentar suprir a falta de escolas, recorrendo aos estudos no que Matilde chama, em outro trecho de entrevista, de "Cartilha de Andilino Rocha", provavelmente, se referindo à "Cartilha do ABC" de Landelino Rocha, produzida pela Editora União Gráfica S.A. de Recife-PE, em pequeno formato (semelhante a uma tabuada) e impresso em papel jornal: uma das mais utilizadas na época (GALVÃO e GALVÃO, 2007, p.47). Outros entrevistados garantem que, uma vez aprendidas as lições da "Cartilha do ABC", passavam para a "Cartilha do Povo", que, segundo os mesmos, era considerada "um estudo mais avançado" porque continha histórias (textos) e as "lições grandes".

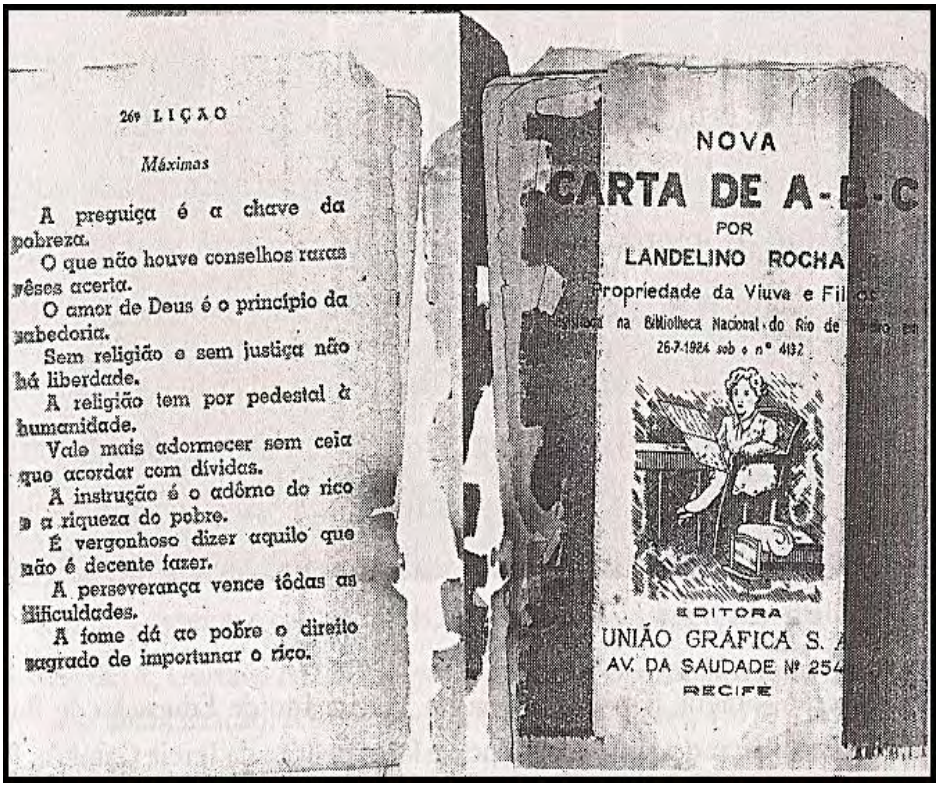


Fig. 05 – Cartilha de ABC de Landelino Rocha
Fonte: Galvão & Galvão (2007, p.47)

Herdeiros de saberes e práticas dos mais antigos, o casal entende que tanto a educação formal, quanto a educação informal no lar, eram mais "certas" no tempo da juventude, porque reafirmavam uma tradição que, na visão dos dois, está se perdendo no tempo atual com os vícios das novas gerações. Partindo desse pressuposto, a fala de Severino está mais preocupada com a educação escolar. Para ele é inconcebível o fato de que os jovens de hoje não valorizem a escola, já que possuem diversificadas opções de instituições públicas ao seu dispor, enquanto, o depoente, na infância, desejoso de completar seus estudos, foi obrigado a conviver com a escassez de escolas e as dificuldades financeiras de sua família.

Quando Severino diz que antigamente as pessoas se importavam mais com a educação, ele parece se referir especificamente à educação formal. Talvez, essas pessoas referidas por Severino valorizassem um tipo de educação ao qual não tinham acesso. Assim, como muitos lavradores empobrecidos, as situações de leitura e escrita foram raras em sua vida, restritas a eventuais cartas, contas de armazém, vales do patrão ou cerimônias religiosas. Os contatos sociais desses indivíduos eram limitados à família e vizinhos, e as aprendizagens relacionadas ao trabalho doméstico ou na lavoura realizadas por imitação ou mediante instruções verbais. Alguns foram à escola por períodos curtos e descontínuos, onde realizaram aprendizagens pouco significativas, e vivenciaram experiências de fracasso, castigo e humilhação. A interrupção dos estudos e o reduzido uso social das habilidades adquiridas na escola levavam posteriormente ao esquecimento do que haviam aprendido, sendo comum a referência entre os depoentes de um "retorno" à condição de analfabeto.

De fato, o Levantamento do Ensino Primário realizado em março de 1961, pela SEC-PB apontava a situação precária da educação nos municípios paraibanos, alguns, inclusive, com mais de 90% de déficit escolar. Esse déficit incluía também as instalações e equipamentos. Os dados quantitativos (ver quadro 09), segundo Scocuglia (2002, p.67) eram agravados ainda mais pelo quadro qualitativo: expressiva quantidade de "escolas de classes únicas", evasão escolar, reprovação em massa ainda na primeira série, despreparo dos professores e falta de condições para o trabalho docente.

Quadro 09
Déficit Escolar nos Principais Municípios da Paraíba – 1961

Município	%	Município	%
Araçagi	92,53	Pilões	87,09
Mamanguape	85,82	Bananeiras	85,81
Guarabira	82,54	Pilar	79,25
Sousa	78,17	RioTinto	77,17
Umbuzeiro	75,11	Campina Grande	75,08
Princesa Isabel	75,06	Mari	74,53
Sapé	72,43	Conceição	71,27
Alagoa Grande	70,49	Cruz do E. Santo	70,47
Itabaiana	70,46	S. J. de Piranhas	70,27
Pombal	68,98	Piancó	68,36
Areia	66,65	Itaporanga	62,20
Bayeux	61,82	Patos	58,33
Solânea	57,50	Cajazeiras	57,33
Santa Rita	57,04	Uiraúna	54,54
Pocinhos	54,31	Alhandra	53,10
São Mamede	43,51	Alagoa Nova	41,40
Esperança	40,28	João Pessoa	32,10
Catolé do Rocha	31,15	Cuité	25,37
Picuí	24,56	Juazeirinho	18,56
Monteiro	16,06	Sumé	14,79
Santa Luzia	13,48	Cabedelo	14,79

Fonte: SEC-PB. Levantamento do Ensino primário (1961).

Matilde também vivenciou essa realidade, mas tem uma visão um tanto diferente quando o assunto é a importância da educação. Prontamente, interrompe Severino noutro ponto da entrevista, e faz questão de inserir na discussão o motivo principal pelo qual os camponeses das Ligas buscavam se alfabetizar: aprender a ler para votar no "candidato certo", ou seja, nos candidatos vinculados às propostas de luta das Ligas Camponesas. Nesse discurso, a palavra "escolher" assume uma dimensão significativa, quando sugere que o camponês tinha o poder de votar em outros candidatos que não os indicados pelos grandes proprietários. O mote político reaparece quando lembra que, na década de 1960, não era como agora, pois só votava quem soubesse ler. E prossegue relatando as táticas dos grandes proprietários para angariar os votos dos moradores de fazenda, em clara referência às práticas do chamado "coronelismo".

A fala de Matilde pode ser entendida a partir de dois sentidos: primeiro, na problemática presente no proselitismo político das Ligas Camponesas naquele momento, que enfatizava como um dos objetivos principais da luta, a alfabetização da

massa camponesa na intenção de formar eleitores; e segundo, no discurso influenciado pela explicitação dos objetivos do pesquisador (destinatário do discurso), cuja presença silenciosa intervinha no relato, mesmo sem a interferência momentânea de palavras.

O casal acredita que as práticas usuais do "clientelismo" estiveram restritas à época de seus pais – o que é contrariado por diversos estudos e outras memórias, como demonstra Rêgo (2008, p. 268), ao trazer a público alguns exemplares dos "boletins" escritos pelo "coronel" Francisco Heráclito do Rêgo, cuja tradicional família mantinha (e ainda hoje mantém) forte influência política nas cercanias de Recife, e na região dos Cariris Velhos da Paraíba. Um bom exemplar dos "boletins heraclianos" mostra como os latifundiários podiam utilizar-se nas décadas de 1950/1960, das carências dos eleitores em benefício próprio:

> Aproximando-se a luta eleitoral para o pleito de 1954, convido a todos os meus bons amigos, grandes e pequenos, para tomarem o maior interesse e força de vontade para se qualificarem no Partido Social Democrático, pois facilitarei o alistamento, em qualquer cidade, até mesmo na Capital. Aconselho a todos que só queiram título de eleitor com retrato, pois tem muitas vantagens. Não só evita dúvidas e fraudes como ser de DOCUMENTO pois o título com retrato é mesmo que o eleitor ter sua caderneta de identidade, uma vez que traz todas as exigências da caderneta, como seja o retrato e a impressão digital.[59]

Essa advertência do coronel respondia a uma certa "sede de documentos" dos moradores das zonas rurais, que frequentemente não possuíam nenhum e se valiam dos períodos eleitorais não somente para tirarem os seus títulos, mas também suas carteiras de identidade e outros documentos importantes. Alguns deles só alcançavam sua existência legal após a primeira eleição, antes disso, sua existência era ignorada "oficialmente" pelas autoridades públicas.

Mas, ao que tudo indica, na época das lembranças de Matilde e Severino, já estava em curso na fazenda São Salvador, um processo deflagrado pelo confronto de camponeses e latifundiários. Na prática rebelde das reuniões, comícios e passeatas, o debate político das Ligas se constituía contra o poder estabelecido, anulando,

[59] Boletim "Pernambucanos", de setembro de 1953, in: Rêgo, 2008, p. 268. (grifo original)

possivelmente, em seus focos de atuação o raio de ação de “chefes políticos” como o “Oliveira”, lembrado por Severino.

Em sua passagem pela Paraíba na década de 1950, o jovem estudante parisiense Jean Blondel, ex-aluno do professor Jacques Lambert, do Instituto de Ciências Políticas de Paris, apresenta, em sua análise política do estado, uma outra questão educacional inserida na problemática do voto dos moradores da zona rural: as estatísticas do recenseamento de 1950 mostram que o número de eleitores alistados na Paraíba – 346.141 – superava, em pelo menos 50.000, o número de alfabetizados no estado, que era de 290.599. Qual seria a origem dessa discrepância?

Para Blondel (1994, p. 76), a resposta encontra-se na legislação, no alistamento eleitoral e no fenômeno do “coronelismo”. Com a aproximação das eleições os “chefes políticos” passavam de casa em casa, convocando os moradores maiores de dezoito anos para o alistamento das eleições – era o chamado “curral eleitoral”. O “chefe político” se encarregava de preencher as fichas cadastrais com o nome, idade e profissão dos agricultores (a ficha dada por Oliveira...). Em seguida, precisava se preocupar em preparar seus moradores para assinarem o nome no fichário eleitoral na hora do alistamento, e, depois assinarem novamente a folha de presença diante do juiz eleitoral no dia da eleição, e assim, provarem que estavam habilitados a votar por serem alfabetizados. É a quanto se reduzia, perante a justiça eleitoral da época, a prescrição que exigia ser “alfabetizado”. A fraude se insinuava por aí, pois o “chefe político” era tentado a alistar pessoas analfabetas. No entanto, já que aprender a assinar poderia demorar um bom tempo, o candidato a eleitor deveria se esforçar, por cerca de um mês, para aprender a “desenhar” (como diz a expressão brasileira) o seu nome em escolas temporárias de alfabetização abertas com este objetivo.

Jean Blondel, por outro lado, acreditava (como muitos intelectuais respeitáveis de seu tempo) que parte do problema devia-se também ao fato de que o homem do campo não era capaz de analisar espontaneamente muitos de seus atos, talvez por se encontrar isolado nos povoados – sem rádios, sem jornais, e sem saber ler e escrever -, não tinha *a priori* nenhuma razão de se interessar pela vida política. Mas os passos já percorridos das “reuniões secretas” de Elias Quirino, dos encontros domiciliares na casa de João Pedro Teixeira, e dos depoimentos de militantes Liga de Sapé que não possuíam televisão, rádio, nem energia elétrica em suas casas (como milhares de trabalhadores rurais na região), contrariam a idéia de Blondel e, nesse caso,

como já afirmou Thompson (1987b, p.306), as evidências servem para mostrar que as "generalizações são tolas".

Ao analisar a construção do radicalismo popular em *Formação da Classe Operário Inglesa*, Thompson (1987b, p. 303) traz importantes reflexões. O historiador inglês percebe que, na Inglaterra, os séculos XVIII e XIX, quando a educação formal de grande parte do povo se resumia a ler, escrever e contar, não foi absolutamente um período de atrofia intelectual. As vilas, e até as aldeias, ressoavam com a energia dos autodidatas. De forma nenhuma o analfabetismo excluía os indivíduos do discurso político:

> O trabalhador analfabeto podia andar quilômetros para ouvir um orador radical, da mesma forma como ele (ou um outro) andaria para escutar um sermão. Em períodos de fermentação política, os analfabetos pediriam aos companheiros de trabalho que lessem os periódicos em voz alta; lia-se o jornal nas pensões dos artífices, e nas reuniões políticas gastava-se um tempo imenso com a leitura de discursos e a aprovação de longas séries de resoluções. (Ibdem., p. 305)

O que Edward Thompson traz, neste novo recorte, é que os indivíduos, com seus desejos políticos, são agentes capazes de subverter a lógica dominante, mesmo que o façam localmente e com o simples intuito de melhorar um pouco as condições de vida. É nessa linha de argumentação que ganham inteligibilidade algumas declarações prestadas por membros da Liga Camponesa de Sapé à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara dos Deputados, constituída em abril de 1962, para estudar as causas e implicação do fenômeno sócio-econômico que deu origem às Ligas Camponesas no nordeste. A Comissão chegou à Paraíba quinze dias depois da morte de João Pedro Teixeira, e, portanto, o clima na capital paraibana era de inquietação.

Os deputados federais instalaram-se na Assembléia Legislativa, preocupados em conhecer a opinião de todos os segmentos da sociedade paraibana[60]. Iniciaram os trabalhos ouvindo o agrônomo Assis Lemos, que falou da difícil situação do camponês – sua insegurança, sua fome e sua falta de estudos -, e o conseqüente surgimento da

[60] Segundo Benevides (1985, p. 102), foram ouvidos pela Comissão os principais representantes do Grupo da Várzea, o governador Pedro Gondim, o arcebispo dom Mário de Miranda Villas Boas e o escritor José Américo de Almeida.

Liga Camponesa, "cujo projeto era organizar o campesinato em defesa de seus interesses, negando qualquer caráter subversivo que lhes quisessem dar os latifundiários" (BENEVIDES, 1985, p.101). Ainda foram ouvidos, pela CPI, camponeses que exerciam papéis de liderança na Liga de Sapé, como Pedro Inácio de Araújo, José Anódino Filho, João Alfredo Dias e Elizabeth Teixeira.

Esta última, ao ser questionada sobre sua atuação dentro da Liga, em breves palavras, define importante prática para a politização dos camponeses:

> Os camponeses frequentavam muito a minha casa. Há dias lá vão cinqüenta, sessenta, oitenta camponeses. E lá sempre leio os jornais, com pouca leitura que tenho, que fiz o segundo primário. Meu pai não podia me manter na escola porque era muito pobre e eu trabalhava na roça. Mas os camponeses não sabiam ler, e iam aos domingos com os jornais, às vezes iam sessenta, oitenta camponeses pra ouvir a leitura dos jornais. Todo mundo admirava a casa de João Pedro. O próprio Antônio Vitor, esse vereador, quando passava com a caminhonete para entregar a mercadoria lá na venda, dizia: A casa de João Pedro está cheia de camponeses. Eu cuidava da casa logo cedo, que levanto às quatro ou quatro e meia e ia ler os jornais para os camponeses. a minha atividade é que era essa. Mas meu marido é que era da Liga.[61]

O que buscavam os camponeses na leitura de jornais? A fala de Elizabeth sobre o analfabetismo de seus companheiros, e sobre o seu próprio grau de escolaridade, ajuda a ilustrar um pouco da situação do leitor camponês daqueles anos. Se as "frias" estatísticas do Censo Demográfico da Paraíba de 1960, apontam a altíssima taxa de analfabetismo rural no estado de 73,2%, contra 48,2% da população urbana[62], o seu depoimento traz, para a mesa de discussão, a questão da circulação das práticas letradas fora da escola. Na opinião de Certeau (1994, p. 252), as práticas orais coexistem com uma "economia escriturística" que é calada – recalcada, melhor dizendo -, mas que, no entanto, retorna, "(...) escapando à dominação de uma economia sociocultural, à organização de uma razão, à escolarização, ao poder de uma elite e, enfim, ao controle da consciência esclarecida".

[61] Depoimento de Elizabeth Altina Teixeira. Comissão Parlamentar de Inquérito. Brasília, 1962, in: Benevides (1985, p.103).
[62] Fonte: IBGE – Censo Demográfico de 1960 (Paraíba e Rio Grande do Norte)

Outro bom exemplo dessa coexistência entre o oral e o escrito é o episódio ocorrido na década de 1950 na famosa "República de Trombas e Formoso", em Goiás: o líder dos posseiros locais, José Porfírio, foi convencido em casa, pelo militante comunista Geraldo Marques, após três dias de leitura e discussão do jornal *Voz Operária* (fig. 07), a lutar contra o "latifúndio capitalista". Futuramente, então presidente da Liga Camponesa daquela localidade (e já sabendo ler e escrever), o próprio José Porfírio repetiria o ritual de leitura e debate dos periódicos comunistas na casa de seus companheiros. (FERNANDES apud CUNHA, 2009, p.61)

É preciso ter em conta que a descoberta da leitura dos jornais como apreensão de uma técnica elementar – a leitura -, ou como aprendizado para operar com argumentos abstratos e sucessivos, era prática socialmente relevante para os camponeses, pois se dava para estes à custa de muitas dificuldades: a falta de tempo livre, o difícil acesso a jornais no meio rural, e a vigilância dos grupos ruralistas – representada na fala de Elizabeth pela postura atenta de Antonio Vitor, vereador e proprietário de terra, que se admirava com a aglomeração de camponeses em sua casa.

Pelas informações de Benevides (1985, p. 47), sabe-se que, na época, circulavam na Paraíba três jornais de grande tiragem: A União, O Norte e o Correio da Paraíba, mas é a própria Elizabeth que dá as pistas das possíveis leituras que ocorriam nessas reuniões, quando relata a invasão do exército a sua residência, logo após a renúncia do presidente Jânio Quadros, em 1961 – "Quando abrimos a porta, o Exército invadiu, armados de metralhadoras, revirando tudo, até jornal velho eles encontraram. Era o Terra Livre"[63]. O *Terra Livre* era um jornal de periodicidade variável, editado pela União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), desde o início dos anos 1950 até 1964: era um instrumento de veiculação de propostas da ULTAB e de divulgação das lutas no campo.

Essas reuniões de leitura podem ser caracterizadas como espaços de aprendizagem política, que se pautavam principalmente numa leitura engajada, comprometida com a discussão das dificuldades do homem do campo. Leituras que envolviam instrumentos linguísticos e conceituais que não eram neutros nem inocentes, mas entranhados no conteúdo da luta contra as forças do latifúndio. Os indícios dessa politização percorrem o mesmo trajeto da longa cadeia clandestina, que cruzava a fronteira dos estados de Pernambuco e Paraíba, abastecendo partes do Agreste

[63] Depoimento de Elizabeth Teixeira, in: Bandeira et al. (1997, p. 57)

paraibano (microrregiões do Brejo Paraibano, Guarabira, Itabaiana), e da Mata paraibana (microrregiões de Sapé e Litoral Norte); com uma série de gazetas e revistas advindas de redações comunistas[64], como a *Imprensa Popular*, a *Voz Operária* e *Novos Rumos* (SOUSA, 2005, p.59). Anastácio Assunção, secretário geral do Partido Comunista Brasileiro (PCB) na Paraíba, e o sapateiro Chico da Baita de Guarabira-PB, eram os principais encarregados desta rede de distribuição, sendo este último, o responsável direto pela distribuição dessas "leituras proibidas" nas cidades de Guarabira e Sapé.

Vale salientar ainda, que as reuniões de leitura de jornais da Liga Camponesa de Sapé era uma prática muito próxima dos círculos diários de leitura de jornais das células comunistas de Guarabira-PB e Sapé-PB[65], bem como da metodologia de alfabetização/conscientização do "Sistema Paulo Freire", que, na década de 1960, levava aos camponeses, jornais que eram "circulados, lidos e debatidos" (CALLADO, 1979, p. 158).

O 101.º ANIVERSÁRIO DO MANIFESTO COMUNISTA

KARL MARX

VOZ OPERÁRIA

ERGUE-SE O POVO CONTRA A LEI DE SEGURANÇA

A LEI DE SEGURANÇA E A LIBERDADE DE PRESTES

ISTO ACONTECEU

Fig. 06 - Jornal Voz Operária, edição de 19 de fevereiro de 1959
Fonte: Sousa (2005)

[64] Principalmente da Editora Itambé Ltda., que em 1957 passou a funcionar num prédio da rua Leandro Martins, nº 72/74 atrás do Colégio Pedro II, no centro do Rio de Janeiro. (SOUSA, 2005, p.51).
[65] Ver entrevista do sapateiro-militante comunista de Guarabira-PB, Francisco de Carvalho Filho (Chico da Baita), in:Fernandes e Freire (2001, p.112)

Além das leituras dos jornais, multiplicavam-se pelas zonas rurais as reuniões de leitura de cordéis em voz alta ou a declamação de poemas nas residências da região. Por vezes, sentavam-se os moradores da zona rural em frentes as casas (no terreiro) a narrar os contos da tradição oral, as "histórias de Trancoso" e as realizações de destemidos cangaceiros como Lampião e Antônio Silvino. Havia mesmo uma "circularidade" dos folhetos e outros escritos entre os habitantes rurais nordestinos, advinda de uma "rede de empréstimos" cujo itinerário começava na feira e completava-se de casa em casa, entre amigos e familiares. Galvão (2006, p.155-156) detectou nos estados da Paraíba e Pernambuco, que a leitura em voz alta ou declamação de poemas, não era, no período, exclusividade dos gêneros de folheto. Nas autobiografias e romances que analisou há registros da leitura em voz alta de outros objetos de leitura entre as próprias camadas populares, como panfletos, manifestos de movimentos sociais, boletins operários e cartas pessoais.

Assim, ao modo de Thompson (1987a, p. 304), alguns camponeses ou trabalhadores rurais, podiam a partir de suas experiências e com o recurso da suas instruções errantes e arduamente obtidas, formar um quadro fundamentalmente político da organização da sociedade. Aprenderam a ver suas vidas como parte de uma história geral de conflitos entre, de um lado, o conservadorismo da oligarquia agrária, e, de outro, a massa de trabalhadores explorados. Não por acaso, embora a discussão política não estivesse contemplada nos estatutos das Ligas Camponesas, pois havia uma preocupação estatutária mais social do que propriamente política, era tudo o que se fazia nas sedes das associações.

A partir de uma aproximação com o universo cultural e as experiências políticas das lideranças camponesas da Paraíba, percebe-se que a divisão mesma, entre os alfabetizados e os analfabetos no campo era uma poderosa força de mudança (e distinção), que podia dar sentido ao "momento de liminaridade", de busca de valores e práticas que auxiliariam no reordenamento do meio rural, cuja lógica se encontrava rompida pelas mudanças introduzidas de fora, trazidas em parte pelas "hostes do progresso" e pelo "contato com diferentes segmentos da sociedade brasileira". (OLIVEIRA, 2009, p. 193) Nesse sentido, a lectoescritura, como imaginou Goody (2000, p. 51) poderia ser "um dos grandes fatores que explicam a mudança de um sistema".

As Ligas Camponesas da Paraíba chegaram a criar uma grande quantidade de líderes. Seguindo-se os parâmetros de Morais (2006) foram considerados líderes

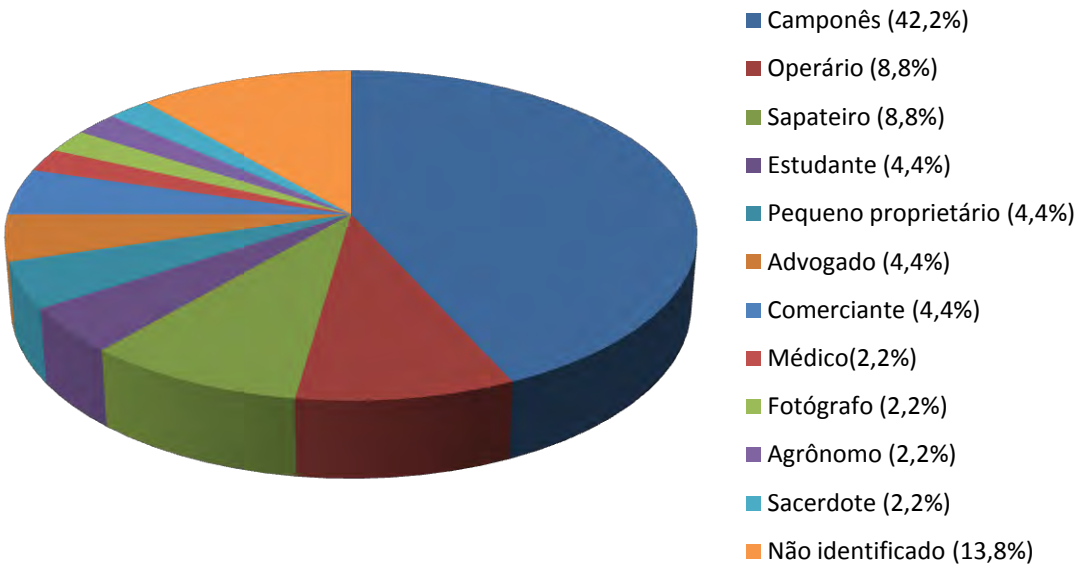
aquelas pessoas que possuíam prestígio e influência efetiva entre os camponeses paraibanos e que conseguiram "dirigir" mais de 500 pessoas, quer seja no trabalho de organização, no trabalho de proselitismo, ou em atividades de divulgação e de educação. [66]

Dos 45 líderes pesquisados, 86,4% eram de origem rural e 13,6% de origem urbana. Desses, 40,4% eram nitidamente de origem camponesa. Ao analisar-se o mesmo tipo de levantamento realizado por Morais (2006, p. 67-70) nas Ligas de Pernambuco, percebe-se que 52,9% das 51 lideranças pernambucanas identificadas pelo autor, eram de origem rural, e que desse total, 37,4% eram de origem nitidamente camponesa. Na Paraíba, ao que parece, não só o número de lideranças provenientes do meio rural poderia ser maior que em Pernambuco, como também o percentual de líderes advindos do meio camponês (semi-assalariados). Além do mais, uma parcela considerável dos líderes das Ligas não só conhecia os problemas agrários do Nordeste ou de outras regiões do país, mas também buscava inteirar-se das questões agrárias de outros países. Assim, pelo menos 20,5% das lideranças viajaram para o exterior, principalmente para Cuba e China. Desse montante, 66,6% eram de origem rural.

O gráfico a seguir ajuda a visualizar algumas experiências daqueles que compunham boa parte das diretorias das Ligas na Paraíba:

[66] Os 45 líderes identificados seguem relacionados segundo a profissão e condição social: **camponeses (semi-assalariados)**: Alfredo Pereira do Nascimento, Antônio Augusto, Antônio Galdino da Silva (Carioca), Elizabeth Altina Teixeira, João Pedro Teixeira, João Severino Cavalcante (Bacurau), José Anódino Filho, José Padilha de Nóbrega, José Hermínio Dionísio, José Martins, Luiz Macedo, Manoel Dantas, Manoel Pedro da Silva (Manoel Camponês), Nega Zélia, Pedro Dantas, Pedro Fazendeiro, Pedro Fernandes (Pedro Fogueteiro), Severino Lupcínio, Severino Rocha; **operários**: Adauto Teixeira de Aguiar (Sedar), Antônio Dantas, Antônio Fernandes (Bolinha), Mestre Vicente; **sapateiros**: Chico da Baita**,** Elias Nóbrega de Araújo (Elias Sapateiro), João Alfredo Dias (Nego Fuba), Manoel Porfírio; **comerciantes**: Elias Quirino Pereira, Mariano Rodrigues; **pequenos proprietários**: Ivan Figueiredo, João Severino Gomes; **advogados**: Francisco Julião, Ofélia Amorim; **estudante**: Abraão Teixeira e Jeremias, **Médico**: Geraldo Camilo; **sacerdote**: Alípio de Freitas; **Fotógrafo**: José Paulino da Silva (Zé Calomofo); **agrônomo**: Assis Lemos; **não-identificados**: Antônio Francelino, Cícero Alves Lima, João Francisco, José de Oliveira Ramos (Vigarinho), Manoel de Deus, Maria do Carmo de Aquino.

Gráfico 01
Profissão ou Condição Social das Lideranças das Ligas Paraibanas[67]



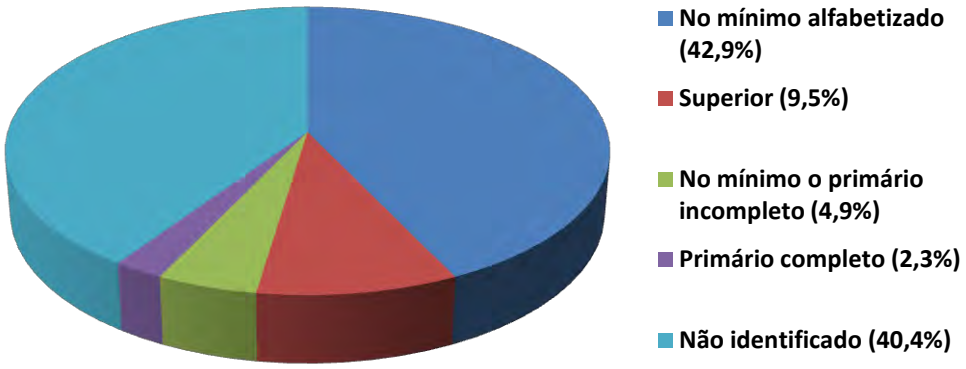
Fonte: Gráfico criado a partir de informações coletadas num conjunto documental composto por notícias de jornais, obras de outros autores e documentos oficiais.[68]

Por outro lado, embora não tenha sido possível verificar a escolaridade de 40,4% dos pesquisados, já que as referências à escolaridade dessas pessoas surgem em muitos momentos como verdadeiros "pontos cegos" nas fontes analisadas, percebe-se no gráfico 02, que dos 59,6% líderes identificados, nenhum se enquadrou na categoria "não-alfabetizado", o que leva a imaginar que talvez a capacidade de ler e escrever não fosse uma habilidade colocada em segundo plano na organização campesina, sendo a aquisição da linguagem escrita, possivelmente vista, como atrelada a outras capacidades valorizadas pelos membros das Ligas Camponesas, tais como a oratória em público, o conhecimento das leis e a capacidade de liderança. Estaria uma parcela dos camponeses

[67] Diferentemente do trabalho realizado por Morais (2006), a categoria "agricultor" foi substituída pela categoria "camponês", que se refere essencialmente a lideranças advindas do meio rural, como foreiros e moradores.
[68] É interessante observar o alto percentual de sapateiros entre as lideranças das Ligas Paraibanas, incluindo João Alfredo Dias (Nego Fuba), o orador da Liga de Sapé. Sobre as relações entre a categoria dos sapateiros, política e movimentos sociais ler o sugestivo texto "Sapateiros Politizados" de Hobsbawn e Scott (2000).

tentando superar ou reafirmando nesse esforço o secular discurso do retórico latino Quintiliano de que o homem instruído fala e pensa melhor, com mais clareza?[69]

Gráfico 02
Escolaridade das Lideranças das Ligas Camponesas Paraibanas



Fonte: Gráfico criado a partir de informações coletadas num conjunto documental composto por notícias de jornais, obras de outros autores e documentos oficiais.

Nesse sentido, é interessante observar a entrevista concedida pelo ex-dirigente da Liga Camponesa de Areia[70] identificado apenas por "Joca", que lança alguma luz sobre os tipos de leitura e debates realizados pelos membros que compunham o quadro dirigente da referida Liga, e como essas leituras restringiam-se, muitas vezes, aos membros que compunham a cúpula diretiva das Ligas. Suas palavras dão uma pálida idéia dos tipos de textos que poderiam estar circulando entre as Ligas Camponesas da Paraíba, bem como das possíveis práticas de leitura de seus associados:

> ***Entrevistador***: O senhor leu muito, esse negócio que o senhor falou de marxismo-leninismo, o senhor leu muito, já leu ou como foi que

[69] Trecho de Instit.. Lib. II, c.3: "plerumque accidit ut facilitora sint ad intelligendum et lucidiora multo, quae a doctismo quoque dicuntur... Eri ergo etiam obscurior, quo quisque deterior" [Ordinariamente ocorre que as coisas ditas por um homem instruído são mais fáceis de entender e muito mais claras... E alguém será tanto mais obscuro quanto menos valer.] (in: Schopenhauer (2009, p. 92)).
[70] Município situado na mesorregião do Brejo paraibano.

> conheceu?
> ***Joca***: Já li alguma coisa, mas eu parei de lê [sic] porque a gente não acredita, hoje eu to não acreditando em nada.
> ***Entrevistador***: Na época se lia muito?
> ***Joca***: Se lia, se lia... Sempre li muito. Naquela época a evidência sempre era a Revolução Cubana, né? Então tinha muito material pra se lê ..... [transcrição indecisa que sugere uma pausa] cheio de material, né? Pra se lê. Recebia muito. Eu gostava muito de lê.
> ***Entrevistador***: Os membros da Associação, pelo menos da Diretoria lia [sic] em conjunto?
> ***Joca***: O pessoal da Diretoria sempre lia, mas em conjunto não. Sempre passava de um para o outro (os documentos).
> ***Entrevistador***: trabalhador, assim mesmo não [lia]?
> ***Joca***: Não. [71]

O relato de "Joca" remete a práticas microssociais vivenciadas por diversos atores anônimos, que adquirem visibilidade por meio da narrativa do entrevistado. A "Revolução Cubana" podia atravessar a representação imaginária de várias lideranças camponesas e apresentar-se como inspiração revolucionária que chegava através de livros e pequenos textos que versavam sobre o leninismo-marxismo e sobre a revolução na ilha de Cuba, como sugere "Joca". Mais instigante ainda, é a menção a uma circularidade de escritos teóricos de conteúdo considerado "subversivo" pelos proprietários rurais, não somente entre os líderes camponeses de uma localidade, mas também entre as diversas Ligas existentes na Paraíba. Permutas do último tipo podiam ocorrer, sobretudo, nos encontros municipais das Ligas, na sede da Federação ou mesmo no contato com as entidades que se aproximaram das Ligas Camponesas – sindicatos operários, movimentos estudantis, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), a Juventude Universitária Católica (JUC), o "Grupo dos Onze" e a Campanha de Educação Popular (CEPLAR).[72] Convém lembrar também, que em 1965, o pai do sapateiro João Alfredo Dias (orador da Liga de Sapé), mediante a repressão militar pós-Golpe de 1964, viu-se obrigado a enterrar todos os "comprometedores" livros que seu filho possuía sobre a China, sobre Cuba e Fidel Castro, e livros provenientes de Pernambuco. (VAN HAM, 2006, p. 335)

Todo esse contexto possibilita pensar que, embora não de forma sistemática, os habitantes rurais, e dentre eles muitos membros da Liga de Sapé, mantinham

[71] Fonte: "Joca". Depoimento ao CPDOC-FGV. Arquivo do NDHIR/UFPB, 1985, p.8.
[72] Os livros apreendidos pela repressão militar pós-Golpe de 1964, na sede da CEPLAR, e relacionados no Inquérito Policial Militar (IPM) "Autos-Findos 151/69", podem dar uma idéia do tipo de leitura que estaria ocorrendo nos círculos diretores das Ligas Camponesas. (ver a relação no subitem 3.3.).

experiências com variados objetos impressos e não impressos, que lhes proporcionavam diferentes alternativas de aprendizagem e diferentes idéias sobre a educação. Além de uma gama razoável de suportes de lectoescritura que circulavam pelas comunidades, muitos camponeses buscavam o aprendizado da leitura e da escrita por motivos variados, que poderiam ser religiosos, artísticos, de entretenimento, políticos ou para evitar a trapaça dos patrões. Parece mais próximo da verdade afirmar que o impulso de "esclarecimento racional" (THOMPSON, 1987b, p.321) era agora assumido por inúmeros lavradores. Os trabalhadores podiam suspeitar profundamente de uma cultura estabelecida que os excluíam do poder e do conhecimento, e responder formando núcleos de leitura, obrigados, inicialmente, a se auto-organizarem, às margens do ambiente escolar. Se essa organização tomava por referência a cultura escolar, ensinava, concomitantemente, ao camponês que a educação se dá também fora dos muros escolares, ampliando-lhe a concepção educacional.

Para Garcia (2004, p. 14), a sociedade brasileira teria criado a falsa idéia de que só existe um tipo de conhecimento válido, e esse conhecimento seria adquirido na escola. Isso significaria que, nela estaria guardado "o conhecimento", e tudo o que não fosse aprendido na escola, não teria valor. Tudo o que não fosse aprendido na escola seria não-conhecimento. Logo, aqueles e aquelas que portassem outro tipo de conhecimento, adquirido no cotidiano de suas vidas, no trabalho, em suas lutas por sobrevivência, nenhum valor teriam, nenhum crédito mereceriam, nenhum direito poderiam ter garantido, pois nenhum mérito teriam conquistado. O exercício de poder passaria, então, pela distinção entre os que foram à escola e os que nela fracassaram.

Entretanto, se em muitos relatos camponeses está contida a idéia de que a única via para o conhecimento é a escola, e que, portanto, só quem passou pela escola e nela prosseguiu, tem conhecimento; os caminhos trilhados por alguns camponeses parecem indicar que a questão educativa podia assumir, nos anos de 1960, feição político-ideológica e provocar também diversificadas respostas, dentro do próprio Movimento Camponês: reivindicações, conformismos ou mesmo o autodidatismo (outra forma de resistência?).

Nessa direção, ao chegar em Recife, em 1945, João Pedro Teixeira decidiu se alfabetizar em casa: comprou uma cartilha e um caderno para que sua esposa, Elizabeth Teixeira, o ensinasse a ler e escrever. Com o tempo, "ele lia o jornal, lia a Bíblia, lia a Constituição" (BANDEIRA, MIELE e SILVEIRA, 1997, p. 50-51). João Pedro havia entendido na experiência de resistência e nas novas obrigações do

movimento sindical, que a Luta reclamava-lhe um novo saber. Assim também, se alfabetizaram outras figuras importantes do Movimento Camponês, como José dos Prazeres (MORAIS, 2006, p. 28) e Gregório Bezerra, em Pernambuco (1980, p.195) e Pedro Fazendeiro, na Paraíba (ALVES, 2006, p. 42) – fora da escola, por seus próprios esforços, no contato com diferentes suportes de escrita, nos intervalos do trabalho, e em busca melhores oportunidades de luta e de vida. Sentimentos variados que foram sintetizados pelo poeta Orlando Tejo no poema *Vida, Paixão e Morte de João Pedro Teixeira*, do qual se extraiu um trecho:

> Até que um dia João Pedro,
> Compreendendo o "porquê",
> Trocou sua vã enxada,
> Pela Carta do ABC
> Viajando pela cartilha,
> Já não seria cativo...
> Em compensação virava
> Agora subversivo! [in: Sylvestre (1988, p.361)].

Apoiando-se na reflexão de Chartier (2001, p. 76), sobre as pessoas que tem conquistado a leitura e a escrita fora de todo marco escolar, por meio do encontro de alguns personagens singulares com os livros, segundo procedimentos particulares que não são a transmissão pedagógica estabelecida; poder-se-ia interpor a seguinte pergunta: estariam alguns camponeses perfazendo a trajetória que vai de uma leitura intensiva (que permite decifrar unicamente um repertório fechado de textos, como as cartilhas e tabuadas lembradas por Matilde e Severino) à leitura extensiva (que compreende a descoberta e a capacidade de ler novas formas, novos gêneros, novos textos)?

Tais trajetórias colocam em evidência que a oferta ou a demanda por educação supunham entre os camponeses, processos de informação, de acesso às escolhas, de recusas, etc.; e nesse sentido, permitem inferir que a visão da escola como "guardiã dos nobres saberes", embora predominasse entre os agricultores, posta no espaço intersticial dos sujeitos dialogantes, e no jogo antagônico das práticas sociais, podia entrecruzar com visões mais politizadas de educação, advindas, principalmente, da experiência dos camponeses no contato com as campanhas de educação popular, com os movimentos sindicais ou com o movimento estudantil. Se muitos lutavam pelo aprendizado da leitura e da escrita, assim como lutavam pela reforma agrária, pelo alimento, por um salário mínimo, por condições dignas de trabalho, por saúde e por

saneamento básico, ou seja, uma série de direitos negados até então ao homem do campo; outros já a captavam como elemento profundamente transformador.

3.3. Entre a "Revolução das 40 horas" e a "Revolução Brasileira": Métodos de Ação e de Educação da Liga Camponesa de Sapé

Por que tantos movimentos de educação popular despontaram no Nordeste? Para Germano (1989, p. 29), a resposta a esta questão está na crescente organização e politização dos trabalhadores rurais. O Nordeste foi o berço das Ligas Camponesas, movimento que delimitou o início da participação política dos camponeses em favor da luta pelos seus interesses. Segundo sugere o referido autor, o nível organizacional atingido pelos trabalhadores rurais do Nordeste criou "focos mobilizadores" que ajudaram a impulsionar os movimentos de educação popular; e cita como exemplos, a Liga Camponesa de Sapé, na Paraíba, que contava com mais de 10 mil associados e a greve realizada por 230 mil trabalhadores rurais de Pernambuco, em 1963, paralisando totalmente a indústria açucareira do Estado.

Mesmo antes da instituição do Plano Nacional de Alfabetização (1962), as idéias de Paulo Freire, na esteira dos bons resultados obtidos no Movimento de Cultura Popular, e da vitória político-eleitoral da Frente Popular, em Recife, passavam a povoar o imaginário não só de muitos professores no Brasil, mas também de políticos, líderes sindicais, estudantes, e dos dirigentes dos movimentos de educação popular do país, alinhados com as idéias do "desenvolvimento nacional" e da "revolução pelo voto".

O jornalista Antonio Callado, por exemplo, dizia "ter provas suficientes" de que o "Sistema Paulo Freire" alfabetizava adultos em 40 horas (a chamada "Revolução das 40 horas"), ou "mês e meio de instrução". Admirava-se dos resultados do método de Paulo Freire junto às comunidades rurais, e relatava impressionado, como dentro de algum tempo, o método poderia "desinibir" o camponês para que este começasse a "usar seu raciocínio de forma ao mesmo tempo livre e sistemática":

> Tudo é novo em Pernambuco e o Sistema Paulo Freire começou há uns dois anos, no Movimento de Cultura Popular do Recife, que estudava os meios de fazer Educação de Adultos mediante um Círculo de Cultura, que instituiu debates entre analfabetos adultos.

> Em se tratando de Pernambuco houve agitação de idéias que estão no ar e nos jornais e não nos livros. Para grande alegria dos professores, os temas que logo interessaram aos educandos eram desse tipo: nacionalismo, remessa de lucros, política brasileira, desenvolvimento, voto do analfabeto, socialismo e comunismo, direitismo, Ligas Camponesas, etc. Com a ajuda de explicações de uma e outra projeção cinematográfica, o Círculo de Cultura fez todo o grupo de Educação de Adultos indagar de si mesmo se não haveria um meio de alfabetizar assim, mediante um método ativo e dialogal. (CALLADO, 1979, p. 150)

Em tom de reportagem social, as palavras de Callado remetem ao caráter político dos discursos pedagógicos que se disseminavam pelo campo, e à crença na educação como instrumento de solução para os males sociais. Na visão de Silva (1989, p. 85) havia uma "crença messiânica" na educação, que perpassou os anos 1960 e, que, sem dúvida, influenciou as práticas educacionais do período. Acreditava-se que combatendo a "chaga social" que era o analfabetismo, se combateria, ao mesmo tempo, o subdesenvolvimento, o pauperismo, se reduziriam a injustiça social e as possibilidades de escravização do povo brasileiro.

No entanto, os movimentos em favor da educação não ocorreram de forma isolada, mas se situaram num quadro histórico caracterizado por constantes trocas no domínio das relações sociais e no domínio intelectual que envolviam vários setores da sociedade. A propósito, os processos em blocos, chamados de "IPMs da Subversão"[73], instaurados nos primeiros dias ou meses após a derrubada do presidente constitucional, João Goulart, mesmo que a partir de um afã repressivo/punitivo dos militares no poder, indicam o entrecruzamento das atividades políticas ocorridas em determinadas regiões do país e dão algumas pistas da proximidade de certas práticas e idéias educativas ao Movimento Camponês. Assim, formaram-se 34 IPMs por todo pais, dos quais se pode destacar alguns, como o "IPM da Subversão na Zona Norte do Paraná", o "IPM do Governo Arraes" (Pernambuco) e o "IPM da Subversão na Paraíba". Nesses processos juntam-se atividades tão diferenciadas como a formação de "Grupos de Onze", ações das Ligas Camponesas, realização de greves, distribuição de jornais nacionalistas ou comunistas, ocupação de terras, participação em sindicatos, movimentações da UNE (União Nacional dos Estudantes), a prestigiosa campanha de educação popular desenvolvida pelo Movimento de Cultura Popular (MCP) em Pernambuco, e a atuação

[73] IPM: Inquérito Policial Militar.

dos dirigentes da Campanha de Educação Popular (CEPLAR) na Paraíba, e suas possíveis ligações com as Ligas Camponesas desse estado.[74]

Um bom exemplo dessa dinâmica de "trocas culturais" foi a Campanha de Educação Popular (CEPLAR), que, em 1963, chegava ao eixo Sapé-Mari, após acordos com a Federação das Ligas Camponesas, para a implantação de doze "Círculos de Cultura", baseados metodologicamente no "Sistema Paulo Freire", sendo oito deles em Sapé, (todos na área de Miriri, zona de intensos conflitos entre camponeses e proprietários rurais) e quatro em Mari. (PORTO & LAGE, 1995, p. 108) O objetivo maior da CEPLAR com a extensão de seus núcleos de alfabetização ao meio rural era "elevar o nível das massas populares e integrá-las no processo de desenvolvimento do país", (PORTO & LAGE, 1995, p. 37) alfabetizando 6 mil pessoas em 4 meses, através do Método Paulo Freire.

As dirigentes da CEPLAR, Maria das Dores e Iveline Lucena, recordam que, ao chegar a Sapé, a Campanha encontrou a Liga Camponesa de Sapé dividida entre duas tendências políticas que marcaram as Ligas no Estado, e, consequentemente, a tarefa educativa da entidade: a primeira era o chamado grupo de Julião e Elizabeth Teixeira (Julianistas) que defendia a radicalização dos conflitos através de palavras de ordem do tipo: agitação permanente das massas camponesas, reforma a agrária radical, e distribuição gratuita de terras aos camponeses. A segunda tendência era representada na liderança de Assis Lemos e Pedro Fazendeiro, "que insistiam em resolver os conflitos através do acordo e defendiam a segurança da terra, o crédito e melhores contratos de trabalho". Próximo ao Golpe de 1964, outros grupos mais radicais como o Partido Operário Revolucionário (Port Trotskista) e o Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (Polop) arregimentaram camponeses em função da luta armada.

Se havia um consenso entre nas esquerdas, como supõe Aued (1986, p. 57), de que os camponeses deveriam ser conscientizados, despertos de suas próprias capacidades – "mobilizá-los para a ação era tarefa a que todos se propunham"; é preciso reconhecer que, os grupos que se aproximaram das Ligas Camponesas da Paraíba, e em específico da Liga de Sapé, trouxeram consigo diferentes contribuições para o projeto de alfabetização/conscientização dos camponeses. Pode-se dizer que grupos como o PCB, o Port Trotskista, a Ação Popular (AP), a Polop e a Campanha de Educação Popular (CEPLAR), se influenciaram mutuamente, no sentido de traçar estratégias

[74] Fonte: Arquidioceses de São Paulo (2008, p. 158); e Scocuglia (2000)

diversificadas que podiam combinar, em maior ou menor proporção, uma perspectiva dirigista da educação - capitaneada pelo PCB - com outras que defendiam uma atuação conscientizadora e libertária, tendo Paulo Freire como grande mentor. A releitura dos acontecimentos por Iveline Lucena, dirigente da CEPLAR, traz embutida a amplitude das influências recíprocas que se firmaram entre os referidos grupos: "todo mundo que participava se conhecia. Todo mundo tava falando... trocando idéias..." (Depoimento de Iveline Lucena, em 26/10/2009).

Quadro 10
Síntese de Perspectivas e Táticas Educacionais – PCB, Port, Polop, AP (até 1965) e CEPLAR

Grupos	Táticas específicas quanto ao Movimento Camponês	Quem devia conduzir o processo
Port (Trotskista)	Aliança operário-camponesa que levaria a frente as tarefas da "revolução democrática"	Vanguarda operária organizada
Polop	Política sistemática de formação de quadros marxistas-leninistas e de politização das massas	Vanguarda marxista-leninista dividida em "associações de massas" e "organização partidária"
CEPLAR	- Utilização do Método Paulo Freire - Implantação de "Círculos de Cultura" - Substituição da aula, pelo diálogo - Utilização der situações existenciais, capazes de levar os camponeses a posições mais críticas	Dirigentes da Campanha e coordenadores de debates selecionados e preparados dentre os próprios camponeses
AP (até 1965)	-Método de conscientização e organização que parta das exigências concretas das massas para suscitar o "espírito de luta" - Democratização da educação e Reformas de Base	Militância esclarecida nos preceitos católico-cristãos progressistas
PCB	- Implantação de "centros de cultura" nas sedes dos sindicatos, associações, clubes esportivos e empresas, com auxílio do poder público - Criação de auditórios para promover a educação política do povo através de reuniões públicas para os debates de interesse popular	Vanguarda do partido político

Fonte: Quadro construído pelo autor a partir de informações constantes em Góes (1980), Carone (1981), Arantes (1984), Aued (1985), Porto & Lage (1995), Bogo (2008) e Arquidiocese de São Paulo (2008).

Nesse sentido, o material apreendido por militares em 03/04/1964, na sede da CEPLAR, e relacionados no Inquérito Policial Militar (IPM) "Autos-Findos 151/69", como provas das "vinculações comunistas" da Campanha, traz também indícios das trocas no domínio intelectual entre os diferentes grupos de esquerda que atuavam na região. Dentre os livros e textos considerados mais "comprometedores" estão: "Contituicion de la Union das Repúblicas Socialistas Soviéticas"; "ABC do Comunismo"; "Cuba – Ilha Explosiva"; "A Educação na URSS"; "Proletários de todos os países, unamo-nos para lutar contra nosso inimigo comum"; "Discursos del doctor Fidel Castro Ruiz" e "Em marcha para o IV congresso do PCB". [in: Scocuglia (2000, p. 139)].

O texto preparado para a formação de coordenadores/alfabetizadores da CEPLAR mostra, concomitantemente, um pouco das discussões que seus dirigentes, ex-militantes da Juventude Universitária Católica (JUC), pretendiam colocar a disposição dos camponeses e o método escolhido para se discutir tais questões, algo que ia além da "simples alfabetização":

> Não somente um método ativo, participante, dialogal, não só a se alfabetizarem mas ainda a ganharem consciência de sua responsabilidade social e política. O sistema proporciona ao homem muito mais que simples alfabetização, pois através da discussão de problemas locais, regionais e nacionais torna-o mais crítico e leva-o posteriormente a se conscientizar e a se politizar. (...) Ao invés da escola noturna para adulto foi criado o Círculo de Cultura. O professor é substituído pelo coordenador de debates. O aluno, pelo participante do grupo. A aula, pelo diálogo. Os programas, por situações existenciais, capazes de, desafiando os alunos, levá-los, pelo debate das mesmas, a posições mais críticas.[75]

A definição dos dirigentes da CEPLAR sobre o "Método Paulo Freire", por assim dizer, reafirma um clima de simpatia ideológica entre duas entidades – a "Federação das Ligas Camponesas da Paraíba" e a CEPLAR –, quando comparada com a metodologia para conscientização dos camponeses, defendida pelo presidente da "Federação", Assis Lemos.

Seguindo a mesma linha de pensamento, o agrônomo Assis Lemos, acreditava que o êxito do trabalho de conscientização dependia da forma como o

[75] Fonte: Inquérito Policial Militar (IPM) "Autos-Findos 151/69", arquivado no Superior Tribunal Militar, Brasília, vol. 18/23, fl. 1675. in: Scocuglia (2000, p. 68).

homem da cidade se dirigia ao homem do campo. Para ele, a reforma agrária seria conquistada "através da organização e conscientização das massas, pelos caminhos democráticos". (SOUZA, 1996, p.34) O "método" de Assis Lemos consistia em ouvir as opiniões dos camponeses reunidos em pequenos grupos para, na troca de informações, traçarem os caminhos a serem percorridos. O então presidente da Federação defendia uma abordagem em linguagem simples, sem a necessidade de falar a linguagem dos lavradores: "partindo-se dos seus níveis culturais, simples, a intenção era levá-los, degrau a degrau, a níveis mais elevados" (SOUZA, 1996, p.34).

A concepção de Assis Lemos expressava os ideais que circulavam nos movimentos sócio-educacionais surgidos no final da década de 1950 e início de 1960, fora do espaço do Congresso e da própria instituição escolar, tais como o Centro Popular de Cultura (CPC), o Movimento de Educação de Base (MEB), o Movimento de Cultura Popular (MCP) e a própria CEPLAR; movimentos que, segundo Buffa e Nosella (2001, p. 117), atuavam numa "perspectiva fundamentalmente político-cultural que envolvia a Igreja, os partidos políticos de esquerda, estudantes e outros setores". Essa perspectiva se reforça na "Nota Oficial" da Associação dos Estudantes Secundários da Paraíba (AESP), que por meio de seu presidente, Abdias Vilar de Carvalho, vinha a público isentar o deputado Assis Lemos das acusações de "agitador", em virtude das greves camponesas que ocorriam nas usinas da Paraíba (1963), considerando que "o papel do referido deputado está sendo o de politização e conscientização dos camponeses" (jornal Correio da Paraíba, de 18/12/1963)

Essas circunstâncias fazem supor que Assis Lemos estivesse sintonizado com a política em voga dos "vasos comunicantes", segundo a qual, a discussão das reformas sociais não se fazia de forma estanque. Pelo contrário, cada contexto (estudantil, operário, camponês, etc.) era permeado pelo do outro e, assim, o cidadão politizado alcançava, na medida do possível, uma visão global da chamada "Revolução Brasileira". Para efetuar essa política e dar coerência ao debate das Reformas de Base, a formação de cidadãos politizados e conscientes era de urgente necessidade. Por isso, como expõe Góes (1999, p. 20):

> (...) está na base de toda discussão a imperiosa necessidade de erradicar o analfabetismo. Os temas são candentes: a alfabetização como ato político, (Paulo Freire); a assunção de sua conscientização por parte do cidadão; a inclusão de mais de cinco milhões de eleitores politizados no colégio eleitoral e, em consequência, nas futuras urnas, derrotar o "arcaico".

Voto não se vende, Consciência não se compra

Companheiro Trabalhador Rural!

De seu voto, depende o seu futuro e o futuro do Brasil.

Vote em políticos que pensem, realmente, nos problemas do campo.

O SEU VOTO é a sua LIBERDADE; dêle depende um BRASIL LIVRE ou um BRASIL ESCRAVO.

O BRASIL precisa de seu VOTO CONSCIENTE para CRESCER e não ser explorado.

Compromissos com candidatos? O CRISTAO SÓ TEM UM COMPROMISSO; COMPROMISSO COM A VERDADE. Pense antes de votar. VOTO É COISA SAGRADA.

Portanto, lembre-se: assim como, do inverno depende bôas colheitas, do seu VOTO depende o BRASIL DE AMANHÃ.

CAMPONÊS, precisamos de uma LEI FORTE e poderosa. LEI que MODIFIQUE a nossa SITUAÇÃO. PRECISAMOS DE REFORMA AGRÁRIA. CAMPONÊS QUE VENDE SEU VOTO, VENDE A REFORMA AGRÁRIA.

O CAMPONÊS CONSCIENTE SABE QUE SEU VOTO É LIBERDADE. SABE QUE VOTO NÃO SE VENDE E CONSCIÊNCIA NÃO SE COMPRA

Fig. 07 – No Rio Grande do Norte e em Pernambuco, os panfletos da Campanha de Politização do MEB, com forte apelo religioso, traziam o slogan "voto não se vende, consciência não se compra", que vinculava o ato de votar à capacidade do trabalhador rural de compreender a realidade opressora em que vivia – raciocínio que se repetiria nas assembléias das Ligas e dos Sindicatos por todo país.
Fonte: Paiva et al., 2009, p.88.

Parece, que é nesse sentido que Assis Lemos acreditava, e a princípio punha em prática, uma "pedagogia política" que partia do raciocínio dos camponeses, e que, em conjunto com iniciativas de educação popular e do movimento estudantil, "evoluía-se para conscientizá-los de seus problemas e suas possíveis soluções (SOUZA, 1996, p. 34). Aqui, neste pequeno enxerto, a concepção de Assis Lemos sugere uma aproximação com o posicionamento de Paulo Freire em *Conscientização e Alfabetização*, um artigo de 1963, em que este autor afirmava que se deveria, em outras palavras, "organizar o pensamento do homem analfabeto e levá-lo a reformar suas atitudes básicas diante da realidade" (FREIRE, 1983, p.113), fazendo-o, então, substituir a captação "mágica", por uma captação cada vez mais crítica do mundo, e, assim, levá-lo a formas de ação também críticas.

E prossegue, Assis Lemos, esclarecendo o processo de ensino-aprendizagem do qual participou, acentuando a capacidade dos camponeses em também ensinar:

> Muitos deles analfabetos [os agricultores], mas possuidores de senso prático usavam a palavra naqueles encontros, apresentando opiniões sobre a situação e o que esperavam do futuro, ensinavam muitas verdades, transmitiam conhecimentos acumulados e, muitas vezes, revelavam raciocínio superior. Aprendia-se muito com eles! (Ibdem.)

Nesta outra passagem, as palavras de Assis Lemos têm fios de semelhança com a filosofia da educação que transitava nos meios universitários, do isebiano Álvaro Vieira Pinto (1960), de que o analfabeto não era um ignorante no sentido absoluto, e que, muito embora não possuísse nenhum grau de escolaridade, tratava-se de um homem "culto", i.e., de um indivíduo enraizado na cultura e, portanto, dotado de sistemas de linguagem, de costumes e práticas, de modos de comportamento, simbologias e crenças da comunidade a que pertence – um conhecimento cumulativo, herdeiro de um "encontro secreto, marcado entre as gerações precedentes e a nossa" (BENJAMIN, 1994, p.223) – que também ensinava.

Em 25/11/1963, a eleição para a nova presidência da "Federação das Ligas Camponesas da Paraíba", refletiu não só a coexistência das forças divergentes, mas, sobretudo a acirrada luta pela conquista do poder hegemônico que se processava a algum tempo no interior do Movimento Camponês. Nessa ocasião, realizou-se a Assembléia de Santa Rita-PB, na qual Assis Lemos foi substituído na presidência da Federação, por Elizabeth Teixeira, pertencente à chamada "facção pró-Julião". A eleição que conduziu Elizabeth à presidência teve efeito "quando os delegados [das Ligas] se empenharam na reestruturação do movimento no sentido de torná-lo, propriamente, um movimento de camponeses". (AUED, 1986, p. 67) Sua eleição marcou significativamente a história das Ligas porque foi um dos primeiros resultados da mobilização, cujo objetivo era que o comando se constituísse de camponeses, passasse a ser exclusivamente de camponeses, sob a justificativa de que os camponeses já haviam atingido, *lacto sensu*, o nível da autogestão, como se pode depreender do trecho a seguir:

> A eleição da brava camponesa teve efeito no dia 25 último, quando no vizinho município de Santa Rita, delegados de várias Ligas decidiram reestruturar o movimento camponês deste Estado... A decisão tomada na Reunião de Santa Rita, foi resultado de um balanço do trabalho feito até agora na organização das massas camponesas paraibanas, sem esquecer naturalmente os resultados obtidos em outros estados. A unanimidade dos delegados presentes concluiu ser necessária imediata reestruturação do movimento sob pena de estagná-lo ou de permitir que os pelegos do campo que se forjam atualmente desviem as Ligas dos seus objetivos naturais: a luta pela Reforma Agrária Radical e a Organização Independente das Massas Camponesas. [Jornal A Liga, de 04/12/1963, in: Aued (1986, p.67)].

No plano mais geral, a iniciativa Julianista (marcadamente anti-PCB), ao mesmo tempo que negava o papel do partido proletário como dirigente político, reafirmava a possibilidade da base se constituir como dirigente da luta de classes. A idéia de "devolver o movimento camponês ao camponês", talvez explique o desabafo de Severino José da Silva, tesoureiro da Liga Camponesa de Sapé, que em 1963 informava ao jornalista Antonio Callado[76]: "- Aqui não queremos aventureiros: o sujeito pode saber muita coisa ou ser ignorante, mas tem que entender a luta da gente. Isto é que é". (CALLADO, 1979, p. 95) Referindo-se provavelmente aos grupos trotskistas, que se aproximavam das Ligas Camponesas de Sapé e de Pedras de Fogo, a fala de Severino José relativiza a importância dentro das Ligas Camponesas da dicotomia "saber/ignorância", no sentido de conhecimento escolar ou acadêmico. Restringe, pois, a relevância dos pretensos colaboradores das Ligas ao "entender da luta", que, no caso, dizia respeito a uma "compreensão política" que contemplasse prioritariamente o ponto de vista do camponês.

Esse novo posicionamento tinha como principal referência as resoluções da Conferência de Recife, ocorrida em 03/10/1963, a partir das quais as Ligas se estruturam num corpo único, que passou a ser conhecido como Ligas Camponesas do Brasil (LCB). Do seu programa básico constavam fundamentalmente:

[76] No seu livro *Tempo de Arraes: a Revolução sem Violência*, escrito em ritmo de reportagem social, entre o final de 1963 e início de 1964, o jornalista Antonio Callado colige uma série de reportagens, muitas das quais, escritas a partir das visitas que realizou nos estados do Ceará, Paraíba e Pernambuco no final da década de 1950, a convite do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Nordeste (Codeno), e outras visitas posteriores, já na década de 1960. Na Paraíba, Callado conheceu a Liga Camponesa de Sapé, e teve a oportunidade de dialogar com alguns de seus associados.

> (...) as reformas radicais, tanto urbanas como rurais; seus princípios, o centralismo democrático e a forma leninista de organização; seu objetivo, a organização, a educação política, a concretização de uma política unitária que pusesse fim ao fracionismo, ao aventureirismo e instabilidade da linha política (AUED, 1986, p. 68)

A reorientação ideológica assumida por uma grande parcela das lideranças camponesas paraibanas reacenderia a polêmica em torno de uma questão crucial naquele momento: lutar pela extensão do voto ao camponês ou alfabetizá-lo para que conquistasse o seu voto? A questão sufragal envolvia ainda outra questão coeva, um pouco menos explícita que a primeira, porém, não menos importante: a da opção por um projeto em longo prazo de constituição de um campesinato alfabetizado/consciente ou da adoção de um projeto mais "imediatista" balizado num campesinato com direitos eleitorais (não necessariamente alfabetizado) e conduzido por um grupo "esclarecido" nos conceitos marxistas-leninistas ou, por vezes, na variação maoísta, que "em contraponto ao marxismo-leninismo tradicional, valorizava o papel dos camponeses na luta revolucionária". (SANTIAGO, 2004, p. 25)

Segundo Azevêdo (1980, p. 107), as principais propostas que prevaleceram internamente na LCB foram as de Francisco Julião, publicadas sobre o título de "Teses para Debate: unificar as forças revolucionárias em torno de um Programa Radical", em 12 de junho de 1963. Autodescrevendo-se como cristão marxista e "agitador", Julião defendia a perspectiva de que o campesinato deveria se tornar a "maioria que vota", para promover uma mudança mais rápida pelo meio eleitoral, desde que, devidamente conduzida por um grupo interno mais preparado politicamente.

Ao analisar os escritos produzidos por Julião ao longo do período de atuação nas Ligas, Rangel (2000, p. 105-106), chama a atenção para a "pedagogia" desenvolvia pelo advogado pernambucano com o intuito de conquistar o sitiante ou o agricultor para o projeto das Ligas. Segundo a autora, o seu processo pedagógico estaria dividido em três momentos: 1) a participação no "mundo do camponês", o que significava que a tarefa de aproximação visando a arregimentação dos trabalhadores rurais para as Ligas deveria ser realizada nos "espaços de sociabilidade" desses trabalhadores; 2) a abordagem, a comunicação estabelecida deveriam ser feitas em "linguagem singela", tendo consciência dos altíssimos níveis de analfabetismo no campo, o que implicava a necessidade de se estabelecer um discurso repleto de metáforas que aludiam ao próprio

"mundo camponês" ao qual estavam acostumados; e 3) a conquista definitiva do camponês para a luta.

A diretividade de suas atividades político-educativas visava organizar grandes massas camponesas, elaborada a partir de um discurso, cada vez mais ideológico, que questionava a própria estrutura social existente. Sua fórmula consistia em organizar os camponeses em associações (as Ligas) e paralelamente, alfabetizá-los da forma possível. Seus ideais podem ser melhor compreendidos à luz da reflexão de Martins (1995, p.89) de que, para as Ligas, a reforma somente seria radical e completa caso alcançasse, no seu conjunto, o direito de propriedade da terra, e acabasse com o monopólio de classe sobre ela, dando lugar à *propriedade camponesa*, inclusive, com a estatização da propriedade. As mudanças sociais decorreriam dessa mudança de estrutura. Daí, talvez, a crítica sutil contida nas *Teses* de Francisco Julião, referente à escola pública e aos métodos dos Movimentos de Educação Popular, quando propõe a estreita colaboração entre o Ministério da Cultura e o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (a ser criado) para que os diferentes níveis de educação fossem "verdadeiramente acessíveis às populações rurais", visando a verdadeira "Revolução Brasileira". (AZEVÊDO, 1980, P. 148-161)

Do ponto de vista de Julião, pelo menos do que é possível depreender da aproximação com a documentação, a organização do camponês, deveria ocorrer em duas frentes simultâneas. A primeira destinada à arregimentação da grande massa camponesa e baseada num trabalho de proselitismo mais amplo feito de "boca em boca", realizado com paciência e obstinação, nas ocasiões possíveis:

> Os caminhos são muitos. Da conversa de "pé de pau", na casa de farinha, no meio do caminho, na feira, na missa, no terço, no enterro, na briga-de-galo, no eito, na palha-da-cana, ao boletim escrito em linguagem singela em tom evangélico, como o "Guia", o "Recado", a "Cartilha", a "Carta de Alforria", tudo o que a experiência indica e a imaginação sugere, é usado como meio para despertar, atrair, unir e organizar os camponeses em Ligas. (JULIÃO, 1962, p. 33-34)

Para Julião, à semelhança de Assis Lemos e Paulo Freire, dever-se-ia partir do nível de cultura do camponês, para tirá-lo do nível de consciência ingênua para uma consciência crítica, com a utilização de diferentes recursos – códigos legais, Bíblia, textos em prosa e poesia de cordel – que o levasse a "Revolução Brasileira". Contudo, Julião optava por um discurso repleto de metáforas e mais próximo da linguagem

cotidiana do homem rural, estratégia que fazia parte de sua "metodologia". Para ele, segundo sua *Carta de Alforria do Camponês*, o caminho a ser percorrido pelo camponês para chegar à tão sonhada revolução era transformar a sua supremacia numérica em supremacia eleitoral, mediante a extensão do voto ao analfabeto. Mas enquanto vigorasse a restrição do sufrágio aos alfabetizados, o camponês deveria tomar a "Carta do ABC", arranjar uma "horinha", e mesmo cansado e faminto procurar um amigo que soubesse ler e escrever para aprender com ele a "soletrar e assinar o nome" (Carta de Alforria do Camponês, Francisco Julião, in: AUED, 1986: 146). No desfecho da *Carta*, a verve literária de Julião, expõe em tom poético os pretensos liames entre a posse do título de eleitor e a conquista da liberdade:

> É grande o teu sacrifício. Mas com esse sacrifício tu conquistas o título de eleitor. Esse título de eleitor é um passo que dás para a frente no caminho da liberdade. O dia de amanhã será teu. Vai ao encontro do teu dia. Não esperes pela madrugada de olhos fechados. Abre bem os teus olhos para fitá-la como se fosse tua mãe que viesse ao teu encontro. E abre ainda mais os teus braços para recebê-la. Não há nada mais belo do que a face da liberdade. Só a face da tua mãe se parece com ela. Vai. E leva os teus irmãos. A liberdade te espera. Ela é tua mãe. (Id., Ibdem.)

Note-se que, enquanto para Assis Lemos as propostas de alfabetização e de uma educação conscientizadora não se desarticulavam; para Julião, conquanto o discurso da conscientização havia, prioritariamente, um apelo ao autodidatismo do camponês direcionado ao aprendizado mínimo da leitura e da escrita como prerrogativa para o ato de votar.

A segunda estratégia de Francisco Julião, paralela à primeira, era a criação de um grupo politicamente mais esclarecido, formado de "líderes da luta camponesa", ao qual caberia dirigir o grupo menos esclarecido (a base camponesa) rumo à revolução. Essa postura foi duramente criticada por Assis Lemos, que o acusava de um trabalho divisionista nas Ligas Camponesas, e por membros do PCB, que o denunciavam de querer atuar "em faixa própria", como se a reforma agrária fosse interesse exclusivo da "classe camponesa". (CAVALCANTI, 2008. p. 86) Julião, por sua vez, contra-atracava, atribuindo a Lemos e ao PCB a intenção de personificarem o Movimento Camponês na Paraíba.

Uma das medidas táticas adotadas para consolidar essa linha política foi a realização de cursos de capacitação, coordenados pela "Comissão de Educação" da LCB, que por meio de sabatinas, círculos de leituras, palestras e a obrigatoriedade de estudos individuais[77], visavam incrementar a teoria política à prática dos militantes das Ligas. Julião atribuía papel fundamental à educação política (intelectual e moral), na formação de um novo camponês revolucionário. Nos vários cursos realizados foram ministrados princípios de:

> História da luta de classes, noções de Economia Política, a revolução Brasileira, a organização do tipo leninista, agitação e propaganda; e prática do funcionamento das organizações de tipo leninista (Id. Ibdem.)

As Ligas Camponesas do Brasil (LCB) conclamavam os militantes "responsáveis, esclarecidos teoricamente corajosos e honestos" para se unirem em torno das "subcomissões de educação", com o objetivo de ajudar no surgimento de novos quadros conscientes, capazes de levar "corrigir, dirigir e levar à prática" as grandes tarefas da revolução:

> Preparar os companheiros para que transmitam, a outros, a teoria marxista-leninista, de uma maneira simples, procurando sempre ligá-la à prática, a fim de que a aliança operário-camponesa se torne, realmente, chefe da revolução socialista.[78]

A metodologia das LCB (e de Julião) acompanhava os ensinamentos de Lênin sobre o papel do trabalho pedagógico de uma *intelligentsia* nos processos revolucionários. Ao partir do pressuposto de que não há um movimento revolucionário sem teoria do movimento revolucionário, caberia, então, aos intelectuais "criar a consciência revolucionária, condição prévia da transformação social". (VALE, 2006, p. 103) No testemunho de Luiz Costa Lima, professor e colaborador de Paulo Freire, os membros do Serviço de Extensão Cultural (SEC) da Universidade de Recife (atual UFPE), lutavam contra essa perspectiva da cultura dirigida, que era também assumida pela União Nacional dos Estudantes (UNE), de acordo com alinha do PCB, que "partia

[77] Jornal A Liga, de 11/03/1964, p.4. in: Aued (1986, p. 151)
[78] Jornal A Liga, de 11/03/1964. in: Aued (1986, p.151)

do pressuposto de que os intelectuais deveriam transmitir ao povo a linha correta de lidar com seus problemas"[79].

Com diferentes nuances, esses episódios mostram que, no início dos anos 1960, as questões pedagógicas e políticas estiveram imbricadas. Na percepção de Buffa e Nosella (2001, p. 117-118), o pano de fundo dessas discussões era a política populista, característica deste período, que "mobilizava as massas, por entender que a cada homem correspondia um voto"; e isso pode ser percebido tanto nos discursos de Assis Lemos, como nos de Francisco Julião, uma vez que, para votar era preciso ser alfabetizado, e no Brasil dessa época, havia cerca de 50% de analfabetos, o problema da alfabetização de adultos ganhava o máximo destaque.

A divergência entre as duas forças representadas nas figuras de Julião e Assis Lemos reaparece nas eleições de 1962, considerada por alguns observadores como a "prova de fogo" para os dois grupos. Para muitos, a facção pró-Julião das Ligas paraibanas, respaldada na imagem de Elizabeth Teixeira (viúva do líder João Pedro Teixeira), fracassou, na medida em que esta, pretendendo um mandato de deputada na Assembléia Legislativa, foi derrotada pelo próprio campesinato que elegeu Francisco de Assis Lemos, representante do reformismo janguista e identificado com a orientação doutrinária do PCB e da ULTAB. Nesta eleição, Elizabeth Teixeira recebeu, em Sapé, apenas setenta e cinco votos contra mil e um para Assis Lemos, ambos apoiados pela Liga de Sapé.

O resultado do proselitismo político das Ligas fica mais visível na leitura dos históricos eleitorais no início dos anos 1960. Acompanhando parcialmente a decisão das Ligas pernambucanas nas eleições parlamentares de 1962, em adotar uma "posição de autonomia", não apoiando os candidatos da frente única democrática, mas, "marcadamente candidatos das Ligas" (CAVALCANTI, 2008, p. 86); três lideranças da Liga de Sapé lançam-se como candidatos a Deputado Estadual pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) e pelo Partido Social Democrático (PSD): Elizabeth Teixeira, Pedro Inácio de Araújo (Pedro Fazendeiro) e Assis Lemos, sendo somente o último eleito com 3.538 votos, dos quais 1.149 em João Pessoa, 1.001 em Sapé, (já considerada então, a "capital das Ligas Camponesas"), 184 em Pìlar, 77 em Itabaiana, 167 em Areia e 106 em Rio Tinto. Todas essas cidades assinalavam a progressiva organização das Ligas Camponesas (MELLO, 2001, p. 200-201).

[79] Depoimento de Luiz Costa Lima, in: Barreto e Ferreira (2004, p.113)

Em 1963, nas eleições municipais, Ivan Figueiredo, liderança da Liga de Sapé postula a vaga para Prefeito da cidade, eleição da qual sai derrotado com 2.436 votos contra os 2.955 votos de seu vitorioso oponente Cassiano Ribeiro Coutinho da União Democrática Nacional (UDN). Nesse mesmo ano, dois candidatos das Ligas disputam uma vaga na Câmara Municipal de Sapé pelo PSD – João Alfredo Dias (Nego Fuba) e Pedro Inácio Araújo (Pedro Fazendeiro) – dos quais só o primeiro elege-se vereador com expressiva votação de 400 votos[80].

Não obstante o lançamento de candidatos próprios, filiados aos partidos de oposição ao "Grupo da Várzea" que gravitava em torno da legenda da UDN, a Liga Camponesa de Sapé, ao contrário de suas congêneres pernambucanas, apoiavam diretamente candidatos de esquerda externos ao movimento das Ligas, em vários municípios. Dessa forma, com o apoio da Liga de Sapé, as esquerdas progressistas se aprestaram às eleições municipais de 1963, logrando êxito nas cidades de Santa Rita, Alhandra, Itabaiana, Rio Tinto, João Pessoa e Mulungu, todas consideradas redutos das Ligas, muito embora, as derrotas das cobiçadas prefeituras de Sapé e Guarabira.

Ao recorrer às obras de Andrade (1982), Mello (2001) e do memorialista Marcus Odilon (2000), é possível pensar que o poderio eleitoral das Ligas manifestava-se, entre vitórias e derrotas, não necessariamente pelo sucesso das campanhas de alfabetização que habilitassem novos camponeses eleitores, conquanto seja esse um aspecto importante a ser considerado, mas, sobretudo, pela capacidade de mobilização das Ligas que reduzia a influência política dos grandes proprietários, principalmente, na Zona da Mata e no Agreste da Paraíba.

Essas circunstâncias levaram Plauto de Andrade a situar o período de 1958/1964, como o "tempo-eixo de Sapé", caracterizado pela irrupção das Ligas Camponesas, no sentido de que, a partir daí, o município como "sede da mais sólida organização campesina do Nordeste", inovou algo das práticas sociais e político-eleitorais até então vigentes no estado. Para Andrade (1982) os resultados eleitorais de Sapé nesse período refletem o conflito de usineiros, senhores de engenho e grandes proprietários, representados principalmente pela UDN (que era contra as Reformas de Base e as Ligas Camponesas), com os grupos que, conscientizados pelo processo de urbanização, forcejaram em libertar-se daquela influência, via processo eleitoral.

[80] A título de comparação, o candidato com a maior votação, Pedro de Sousa Coutinho (UDN) conseguiu 450 votos. Pedro Inácio de Araújo (PSD) apesar de não obter a vitória, alcançou a expressiva marca dos 111 votos.

As reflexões de Andrade aliadas à análise das outras fontes permitem pensar no conceito de "oportunidades políticas". Trata-se de um conceito que enfatiza os recursos externos para a comunidade organizada em um movimento social. Segundo Gohn (2008, p. 100-101), para Tarrow esse conceito auxilia na explicação sobre como os movimentos sociais se difundem, como novas redes internas e externas são formadas, e como as oportunidades são ampliadas e criadas. São essas redes, designadas por Tarrow de "estruturas de mobilização", que, a partir da correlação entre instituições estatais e alianças na sociedade civil, dão origem e sustentam um movimento – embora grandes em termos nominais, as estruturas são na realidade uma "rede de interlocução de pequenos grupos, redes sociais, e a conexão entre eles".

Nessa perspectiva, as posições de duas grandes lideranças urbanas das Ligas Camponesas paraibanas - Assis Lemos e Francisco Julião -, podem ser entendidas como decisões tomadas nas redes sociais internas, em resposta às oportunidades políticas exteriores ao movimento. Na aproximação com diferentes redes externas – PCB, AP, Polop, Porp e CEPLAR -, as decisões das coordenações do movimento teriam grande importância,

> Mas essas lideranças agem em consonância com a dinâmica interna do grupo e com os marcos gerais da rede que os mobiliza. Isto significa que a confiança e a cooperação interna e externa são geradas por uma partilha de entendimentos (aqui tratados como compreensão comum dos processos em curso e a forma de atuar sobre eles) e significados comuns a esses entendimentos. (Id. Ibdem.)

Se como observou elegantemente Chartier (2007, p. 63), as escolhas do que se busca conhecer e como conhecer são também escolhas éticas e políticas, os recursos que podiam estar disponíveis aos membros da Liga Camponesa de Sapé, de acordo com a ocasião e com as circunstâncias, incluindo-se aí, o uso do Código Civil na defesa dos direitos camponeses, cursos de preparação nas teses marxistas-leninistas ou maoístas, a implantação de "escolas radiofônicas", e ainda, os círculos de cultura, emblemas do "Método Paulo Freire"; abrem um leque de possibilidades para se pensar as relações entre os recursos externos existentes e a heterogeneidade de motivações dos camponeses quanto à educação – desejo de vantagens pessoais, solidariedade ao grupo, princípio de compromisso com uma causa, desejo de ser parte de um grupo, etc.

Não convém esquecer que o processo de cisão interna da Liga Camponesa de Sapé envolveu uma disputa pela hegemonia da entidade, que bem reproduz as relações entre educação e política. Se a já conhecida, (porém não esgotada) fórmula de que "a educação é sempre um ato político", o reverso de sua proposição mostra-se verdadeiro também nesse caso: a política é educativa. As propostas educacionais colocadas à disposição dos camponeses continham em si, metodologias ou projetos de mudança que produziram novas e legítimas utopias políticas, como a "Revolução das 40 horas" e a chamada "Revolução Brasileira"; enquanto os projetos políticos inerentes ou não ao Movimento Camponês apresentavam, explícita ou implicitamente, a alfabetização como um dos instrumentos privilegiados de aquisição de saber e, portanto, de esclarecimento das "massas".

Capítulo 4

Reconstruindo as Práticas e os Saberes Educativos da Liga Camponesa de Sapé.

IV – RECONSTRUINDO AS PRÁTICAS E OS SABERES EDUCATIVOS DA LIGA CAMPONESA DE SAPÉ

4.1. Saberes e Práticas de Professores Leigos

No final da década de 1960 a Escola Municipal de Camucim, na verdade um pavilhão coberto de palha, é derrubada por grandes proprietários em represália às reclamações de moradores da localidade. A menina da imagem, talvez uma aluna, de braços cruzados e olhar incomum, talvez registre a não-conformidade com a situação: escola destruída, quadro de giz no chão (ainda com a lição) e livros e cadernos rasgados, dobrados, espalhados pelo chão. O destino da escola de Camucim, localidade reconhecida como reduto do Movimento Camponês, foi o mesmo das escolas vinculadas às Ligas Camponesas, construídas, algumas, pelos próprios alunos com as técnicas aprendidas com os pescadores de Pitimbu-PB e Alhandra-PB. A imagem[81] ajuda a reconstituir um pouco da cultura material dessas escolas e expõe a intransigência dos fazendeiros, que tornava ainda mais difícil o acesso dos habitantes da zona rural à educação. E os problemas não eram poucos.

O diagnóstico da situação Educacional do Estado da Paraíba, realizado em 1970, chegava à conclusão de que a organização do ensino era "má, arcaica e deficiente". (in: SCOCUGLIA, 2002, p.74) No que concerne ao professorado do ensino primário e de nível médio, ainda segundo o relatório, além de geralmente mal preparado era constituído em sua maioria de leigos, "sem salário condizente e sem qualquer estímulo para o trabalho, nem os meios para revisão teórica de seus conhecimentos". O governador João Agripino Filho (1966-1970), em posse dos dados da Secretaria de Educação, foi enfático ao afirmar que, no nível primário, quase 50% das professoras eram leigas[82]. No decorrer dos anos 1960 várias foram as providências tomadas no sentido de reverter esse problema, dentre as quais pode-se destacar o investimento no treinamento de professores. De acordo com a Secretaria de Educação a questão exigia:

> A criação de escolas de gratificação vinculada, escolas de

[81] Fonte: Arquivo do NDHIR/UFPB.
[82] Fonte: depoimento oral do ex-governador João Agripino Filho ao CPDOC-FGV em 1978, transcrito pelo NDHIR/UFPB (p. 237-238).

> emergência e a preparação e o aperfeiçoamento de professores não diplomados, convocados *in loco*, com o reconhecimento da comunidade e seus problemas, seguindo-se a convocação e a seleção através de testes, de pessoas com um bom nível primário (de preferência secundário), instituindo-se na vocação do magistério. Os Centros de Formação e Treinamento de Professores de Sousa e Alagoa Grande seriam responsáveis pela preparação desse pessoal docente. Ao centro de Sapé, caberia a responsabilidade de formar supervisoras, portadores de Curso Pedagógico, no mínimo, para a indispensável assistência às escolas-estágio. Entretanto, ainda se tornava insuficiente o número de docentes e não havia a possibilidade de uma ampliação satisfatória. Convocamos, então, o rádio, como instrumento ideal de comunicação, para a grande batalha educacional.[83]

No município de Sapé, as autoridades pareciam ter plena consciência das precárias condições de trabalho e da formação docente. Ao final da década de 1960, o quadro de ensino das escolas municipais mostra que das 138 professoras constantes, 41 eram nomeadas e 97 contratadas. As profissionais nomeadas recebiam o salário de Cr$ 120,00, enquanto as contratadas recebiam entre Cr$ 60,00 e Cr$ 65,00. A questão da remuneração dos professores nordestinos era crucial, posto que com os parcos salários, poucos indivíduos habilitados e dedicados ao magistério se habilitariam ao trabalho, o que ajuda a explicar o reduzido interesse pela docência ou o indício de que se podia considerar o ofício como meio para complementar a renda familiar - uma alternativa no mercado de trabalho, sobretudo para as mulheres residentes na zona rural. A título de comparação, em março de 1963, uma parcela dos trabalhadores rurais da Zona da Mata em Pernambuco e Paraíba, já recebiam o salário mínimo de Cr$ 450,00. (DABAT, 2006, p.175) Não por acaso, o Manifesto dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco (1963) reivindica no seu tópico 3, o salário mínimo para os funcionários públicos do "Interior", "especialmente para as professoras rurais"[84]. Essa moldura modesta dá novas matizes à reflexão de Faria Filho (2007, p. 202), ao analisar a questão da feminização do magistério, pensando, hipoteticamente, que, as mulheres tenham sido mobilizadas para o magistério pelas necessidades de manter suas famílias em situação financeiras adversas.

Quanto à "instrução" dessas professoras, o relatório de Sapé se pronunciava da seguinte maneira:

---

[83] Fonte: Diniz, Nominando. "Tele-educação, SIREPA e SETRE". in: Revista ASPECTO. João Pessoa. Interplan, 1976, p. 15.

[84] Pesquisa localizada e transcrita in: Dabat, 2006, p. 169.

> 85 (oitenta e cinco) curso primário, com aperfeiçoamento
> 21 (vinte e um) 1º ciclo, com curso de capacitação profissional
> 25 (vinte e cinco) 1º ciclo incompleto, com curso de capacitação profissional
> 5 (cinco) 2º ciclo completo, com curso de capacitação profissional
> 2 (dois) 2º incompleto, com curso de capacitação profissional
> Apenas uma professora possui curso pedagógico.[85]

Muitas das professoras leigas de Sapé, assim como as de toda Paraíba, eram enviadas para cursos com duração de até um ano nos já referidos centros de treinamento de Alagoa Grande e Sousa, ou mesmo para escolas que formavam professoras em Catolé do Rocha, Patos, Cajazeiras, Campina Grande e João Pessoa, numa tentativa de melhorar o nível de formação dessas profissionais. Embora o resultado dessas formações apareça no relatório, o documento aponta ainda a pouca "instrução" da maioria das docentes municipais de Sapé.

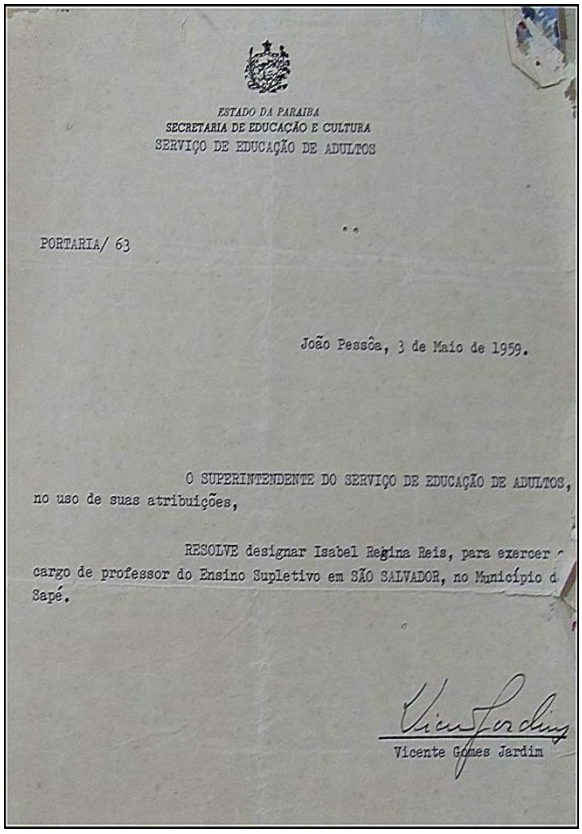
Muitos alunos auxiliares e monitores se preparavam para iniciar o exercício da docência no interior das próprias escolas, a partir da observação do fazer docente durante as aulas. Os alunos e alunas das escolas primárias, na maioria das vezes, eram admitidos como substitutos e, na medida em que auxiliavam os professores efetivos, adquiriam os saberes, as técnicas, as regras e os segredos das práticas de ensino, apreendendo, por "impregnação cultural", pela experiência, as regras do ofício. Na prática, a aprendizagem do ofício de professor como "adjunto" nas escolas significava o ingresso, muitas vezes, na carreira do magistério público, na medida em que não havia um limite claro de tempo para a atuação desses "adjuntos" nas escolas, pois eles seriam aproveitados como regentes de ensino das escolas aos 18 anos de idade. De acordo com os dados do Anuário Estatístico do Brasil de 1962[86], percebe-se, que na Paraíba, grande parte desses aprendizes pertencia de fato ao sexo feminino, já que dos 4.498 docentes recenseados, 4.404 eram do sexo feminino, e somente 94 eram do sexo masculino.

Isabel Regina Reis foi uma dessas mulheres. Numa casa bem modesta, localizada na periferia da cidade de Sapé, ainda em tom professoral, a entrevistada, com 84 anos, conta que lecionou durante muitos anos na "Escola Rural Mista de São Salvador", zona rural de Sapé. Faz questão de dizer que já era professora antes da "história" das Ligas Camponesas e mostra, com orgulho, os diários de classe que guardou (em um grande e antigo baú) das turmas infantis em que ensinou. Lamenta-se, porém, de uma forte chuva que atingiu sua residência, por volta de 1990, molhando e

[85] Relatório Preliminar de Desenvolvimento Integrado, 1973.
[86] Dados de 1959.

destruindo os registros do tempo em que ensinou os membros da Liga de Sapé, no Sistema Rádio-Educativo da Paraíba (SIREPA). Para a depoente, os documentos têm a força da prova na acepção do provérbio latim *verba volant, scripta manent* (palavras voam, escritos ficam)[87]. Mas suas palavras têm o sabor do passado, já "(...) que contituyen la llave del tesoro de las experiências de antepasados que trabajaron, amaron y sufrieron em tiempos pretéritos" (VANSINA, 1968, p.7).

Ao correr das lembranças, Isabel recorda-se como foi sendo preparada para ser uma professora. Seu destacado desempenho como aluna nas escolas por onde passou – Escola Rural Mista de Cachoeiras e Escola Rudimentar de São Salvador – renderam-lhe a estima de professores e o reconhecimento da diretora do Grupo Escolar Gentil Lins, instituição que era responsável pela inspeção do serviço docente nas escolas rurais do município de Sapé durante todo o decorrer do ano, bem como pela aplicação dos exames de promoção de fim de ano.



ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
SERVIÇO DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS

PORTARIA/ 63

João Pessôa, 3 de Maio de 1959.

O SUPERINTENDENTE DO SERVIÇO DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS, no uso de suas atribuições,

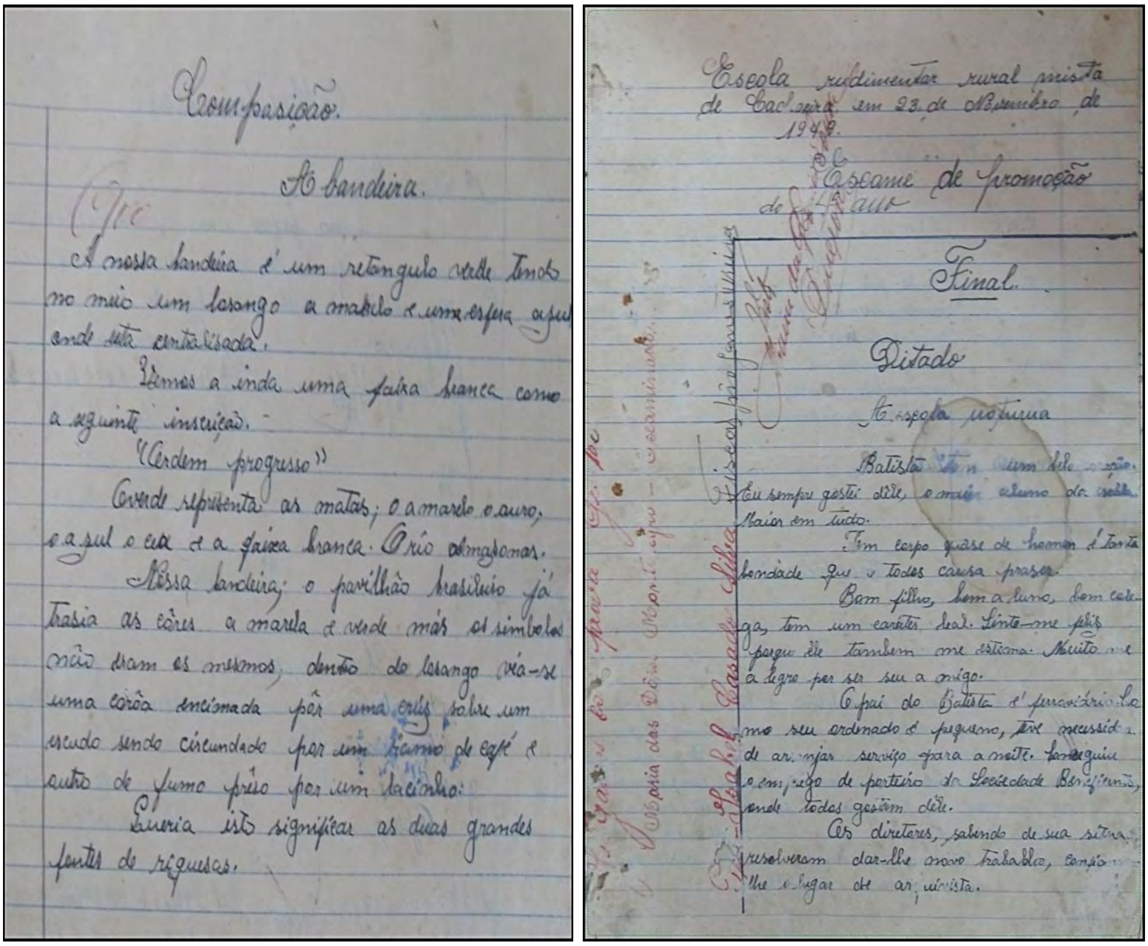
RESOLVE designar Isabel Regina Reis, para exercer o cargo de professor do Ensino Supletivo em SÃO SALVADOR, no Município de Sapé.

Vicente Gomes Jardim

Fig. 08 – Portaria do Serviço de Educação de Adultos da Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, designando Isabel Regina Reis para atuação na área de Sapé, nos anos de 1959 e 1960.
Fonte: arquivo pessoal de Isabel Regina Reis

[87] Tradução do autor.

As práticas escolarizadas que se moviam no campo de uma cultura escolar específica[88], cujos indícios estão registrados nos exames escritos de avaliação de Isabel, enquanto aluna, ressurgiriam (insuspeitadamente naquele "agora" para a entrevistada) anos mais tarde, na sua prática docente diante das turmas de jovens e adultos na década de 1960; juntamente com os procedimentos tradicionais (aprender por rotina), justificados então, pelos argumentos bem conhecidos das educações familiares.


Composição.

A bandeira.

A nossa bandeira é um retangulo verde tendo no meio um losango amarelo e uma esfera azul onde esta centralisada.

Temos a inda uma faixa branca como a seguinte inscrição.

"Ordem progresso"

O verde representa as matas; o amarelo o ouro, o azul o céu e a faixa branca o rio Amazonas.

Nossa bandeira; o pavilhão brasileiro já trasia as côres amarela e verde mas os simbolos não eram os mesmos, dentro do losango via-se uma coroa encimada por uma cruz sobre um escudo sendo circundado por um ramo de café e outro de fumo prêso por um lacinho:

Queria isto significar as duas grandes fontes de riquesas.

Escola rudimentar rural mista de [illegible] em 23 de Novembro de 1949.

Exame de promoção de [illegible] ano

Final.

Ditado

A escola noturna

Batista tem um belo coração. Eu sempre gostei dele, o maior aluno da escola. Maior em tudo.

Tem corpo quase de homem e tanta bondade que a todos causa praser.

Bom filho, bom aluno, bom colega, tem um caráter leal. Sinto-me feliz porque êle tambem me estima. Muito me alegro por ser seu amigo.

O pai do Batista é ferroviário. Como seu ordenado é pequeno, teve necessidade de arranjar serviço para a noite. Conseguiu o emprego de porteiro da Sociedade Beneficente, onde todos gostam dele.

Os diretores, sabendo de sua situação resolveram dar-lhe novo trabalho, confiando-lhe o lugar de arquivista.

Fig. 09 – Trechos de uma avaliação de Isabel onde consta a capa padrão das avaliações com nome da escola, o tipo de exame, os nomes dos examinadores e do fiscal, além do 1º exercício: o ditado (título "A Escola Noturna"); e a folha da "composição" (tema "A Bandeira"), fazendo referência ao nome original francês.
Fonte: acervo pessoal de Isabel Regina Reis

88 A categoria cultura escolar é aqui entendida conforme definição de Faria Filho (2007, p. 195): "a forma como em uma situação histórica concreta e particular são articuladas e representadas pelos sujeitos escolares, as dimensões espaço-temporais do fenômeno educativo escolar, os conhecimentos, as sensibilidades e os valores a serem transmitidos e a materialidade e os métodos escolares".

Porém, reconstituir uma história feita de interstícios, lacunas e silêncios, não é tarefa simples. Quando as fontes escritas são dispersas e/ou reticentes, é preciso ler por trás das linhas, buscar as informações no disperso, no interdito. Nesse esforço, ao observar os indícios trazidos pela prova escrita de avaliação da Escola Rudimentar de São Salvador (de 25/11/1948) e pelo exame de formação do 4º ano da Escola Rudimentar Rural Mista de Cachoeira (de 23/11/1949), pertencentes à Isabel, nota-se que os exercícios propostos nas escolas de Sapé, reproduziam os saberes (aparentemente longíquos...) exigidos do alunado primário da França por volta dos anos 1850.(ver figura 09) Segundo Chartier (2007, p.41) nessa época as autoridades francesas instituíram a obrigatoriedade nas provas escritas do certificado final de estudos primários, ao lado do ditado e do problema de aritmética, do exercício conhecido como "composição francesa" ou "redação de estilo", instalado finalmente na escola republicana européia (e posteriormente brasileira), sob o nome de "redação". Se, por um lado, essa conformação de estudos era testemunha das novas ambições da instrução primária sob o regime republicano, para Isabel (assim como para muitas professoras rurais) significava juntamente com a disciplina aprendida entre professores, examinadores e inspetores escolares, o cerne de sua formação como futura professora.

Digno de nota é o livro que Isabel ainda guarda, e com o qual estudou desenho linear, no 4º ano da Escola Rudimentar Rural Mista de Cachoeiras, em 1949. O compêndio de elementos de "Geometria Prática Popular", (seguidos de algumas noções de agrimensura, estereometria e arquitetura), de autoria do Dr. Abílio Cesar Borges, o Barão de Macaúbas, dá mais algumas pistas sobre a formação de Isabel Regina, e sobre as idéias educacionais que circulavam na região.

A primeira edição do livro data de julho de 1882 e nas palavras do próprio autor, desde 1856 o mesmo travava contatos com o "diretor geral de estudos da Província da Baía", pela implantação do seu compêndio tanto nas cidades, como nas vilas e aldeias daquela Província, como forma de "reabilitação geral do professorado primário" e em nome da "obrigação positiva do ensino do desenho linear ou geométrico em todas as escolas públicas".

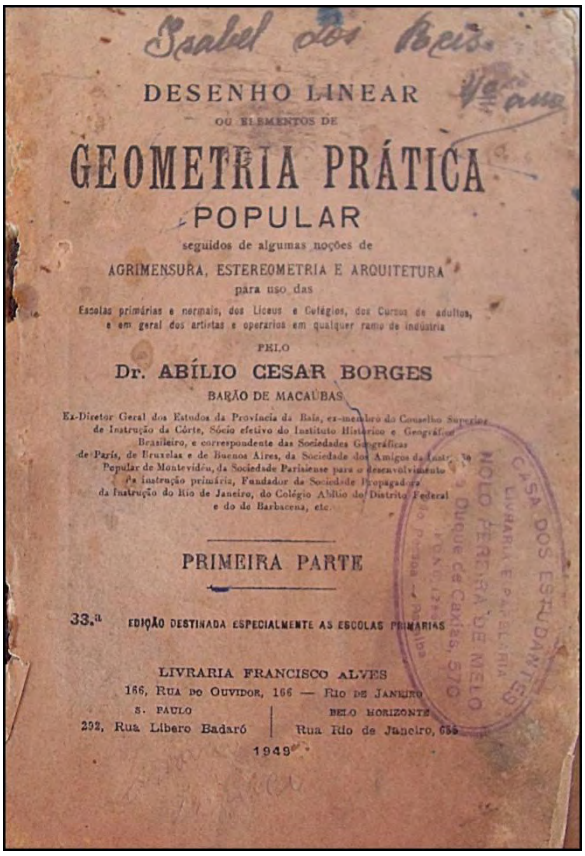


Fig. 10 – O compêndio "Geometria Prática Popular" (Primeira Parte), do Dr. Abílio Cesar Borges, em sua 33ª edição (1949) era destinado especialmente às escolas primárias. Conforme carimbo na capa, o livro foi adquirido na "Casa dos Estudantes", na Rua Duque de Caxias, 570, João Pessoa-PB. Na parte superior do livro, vê-se escrito em "letra de mão" o nome da proprietária e a série que cursava em 1949: "Isabel dos Reis, 4º ano".
Fonte: Acervo pessoal de Isabel Regina Reis.

É possível que o livro não tenha obtido a receptividade esperada pelo autor em suas primeiras edições, haja vista suas próprias reclamações quanto a falta de interesse pelo assunto, por parte dos administradores públicos; e as cartas posteriores que recebeu de ilustres amigos (e que constam no livro)[89] desejando paciência e fé no sucesso da empreitada. Entretanto, a permanência do seu livro entre os compêndios utilizados nas escolas rudimentares rurais nas décadas de 1940/1950, podem indicar, como expõe Pinheiro (2002, p. 90-91), a força do discurso ideológico em torno da "modernidade" nas primeiras décadas da República, e do crescente interesse, no sentido de serem ministrados nas escolas primárias rurais, conhecimentos científicos elementares e saberes práticos que beneficiassem as populações rurais. As reflexões de Pinheiro sobre política e educação, permitem pensar que a formação escolar de Isabel e

[89] Constam na íntegra as cartas do engenheiro André Rebouças e do literato José de Bessa e Menezes, de Lisboa.

de sua comunidade, inseria-se no processo de modernização da sociedade brasileira, iniciado a partir das décadas de 1920 e 1930, principalmente nos espaços urbanos, possibilitando a elaboração de projetos que incorporaram gradativamente a modernidade à estrutura educacional, também nos espaços rurais.

A partir dessas memórias sobre o processo de escolarização de Isabel é possível compreender, até certo ponto, porque, mesmo lecionando em 1960, para uma turma repleta de camponeses (inclusive, o seu próprio marido era membro da Liga), e em meio a toda a efervescência política na região, a entrevistada fazia questão de manter uma nítida distinção entre as atividades da sala de aula e as da Liga Camponesa. Para ela a escola "não tinha nada a ver com as ligas camponesas". No processo de seleção de seus discursos, Isabel, que residia na própria escola, descortina memórias que menos revelam ou lançam luz, do que trabalham no jogo entre a luz e a sombra, pondo-se no espaço intersticial do passado/presente para falar de muitas ambivalências. Nesse caso, em sua rememoração ela vê-se diante de um aparente dilema entre as memórias de sua atuação como professora, reconhecida e respeitada na comunidade de São Salvador, e a sua atuação junto às Ligas Camponesas.

É provável que, com o agravamento dos conflitos sociais na Paraíba, especialmente na região de Sapé, Isabel tenha presenciado, inclusive na sua própria escola, as manifestações camponesas que, em datas comemorativas como o "dia das mães" e o dia 27 de julho (dia do Agricultor) proliferavam em favor da reforma agrária imediata, com assistência técnica efetiva, semente, tratores, comida e proteção contra os capangas.[90] Mas a sua auto-imagem como professora parece estar preservada diante de suas próprias necessidades e verdades pela sua conduta durante as aulas do SIREPA – nesses momentos, esclarece, não se comentava nada sobre política, reforma agrária ou Ligas Camponesas, era "aula mesmo", confirma Isabel, ou seja, era ensinar o alfabeto, a ler e escrever e um pouco de matemática, conjunto de saberes denominado pelos ingleses do início do século XX como "os três" (RODRIGUES apud MORTATTI, 2000, p. 50), tudo conforme a tradição escolar da qual a narradora comungou durante boa parte de sua vida, primeiro como aluna e posteriormente como professora.

Em sala de aula Isabel relata que o aprendizado da leitura entre os alunos era iniciado pelas letras, seguindo-se a composição e memorização do alfabeto. Ato contínuo desenvolvia-se o aprendizado de "juntar as letras" em sílabas, e, por fim, o de

[90] Correio da Manhã, 27/05/1962, in: Camargo, 1986, p. 201.

juntar as sílabas em palavras. A recorrência discursiva dessa idéia de leitura e escrita remete às concretizações rotineiras, para a época, centradas nos métodos atualmente denominados marcha sintética – soletração e silabação – (MORTATTI, 2000, p. 49), que, a despeito das novas idéias educacionais que surgiam desde o início do século XX (a palavração, o método ativo, "Método Paulo Freire", etc.), continuavam a ser adotados não só nas escolas de primeiras letras do país, como, contraditoriamente, nos movimentos de educação popular.

No entanto, embora acreditasse que a escola não possuía vínculos mais profundos com a Liga de Sapé, a narradora vai confirmando durante o seu relato, que era responsável pelo cadastro de camponeses e ajudava na organização das manifestações das Ligas, tarefas que recorrentemente eram realizadas no interior de escolas, conforme o trecho selecionado a seguir, referente às aulas do Sistema Rádio-Educativo:

> Quando foi um tempo aí começou a história das ligas camponesas. Houve uma revolução. E na casa que eu morava era um ponto de partida. O pessoal que vinha de outras fazendas, Sapucaia, lá era o paradeiro, lá na escola. E de lá caminhava todo mundo lá pra rua. Que nessa época era ali de frente à prefeitura, era a sede de lá. [a sede da Liga Camponesa de Sapé]. Aí aquele pessoal cantava ciranda e aquela coisa toda, aquela festa. (...) Assis Lemos, Pedro Fazendeiro tiveram lá também. Um dia me chamaram e disseram: olha, esse pessoal aqui vou deixar umas carteiras profissionais (carteiras da Liga Camponesa), e a senhora prepara as carteiras desse pessoal. Esse pessoal não tem a carteira apresentado que sejam trabalhadores, e são os camponeses sem documento. Eu preenchia essas carteiras. Quando foi no outro dia foi uma revolução. Eu fui chamada na polícia e foi recolhidos todos os rádios, e foram para a delegacia. [91]

Tal qual a imagem durkheiminiana do "sagrado" e do "profano", em sua distinção muito pessoal, a sala de aula (enquanto ritual), ao que parece, representava para Isabel, o "espaço" inviolável do conhecimento que remete a uma tradição escolar, enquanto o espaço da escola como estrutura física, podia abrir-se aos interesses múltiplos (e "profanos") da comunidade e aos anseios por mudanças dos camponeses. Mas é preciso estar atento mais uma vez: como afirmam Magalhães Júnior e Farias (2006, p. 88) "Existem falas que parecem proteger alguém ou uma imagem que se queira preservar de si mesma". Paradoxalmente, o desejo de preservar sua imagem

[91] Fonte: Entrevista concedida por Isabel Regina Reis, em 16/10/2009.

como professora, dá motivos suficientes para suspeitar, pelo discurso ambivalente, que outras concepções/posturas docentes circulavam nas áreas conflituosas das Ligas Camponesas, assim como, a própria conduta de Isabel em sala de aula pode ter sido um tanto diversa. A aproximação de lideranças camponesas (Pedro Fazendeiro e Assis Lemos) com a escola, para a confecção de carteiras da Liga de Sapé, e a investida da repressão policial contra a sala de aula indicam que, talvez, a própria entrevistada estivesse atenta para práticas docentes consideradas mais "progressistas", ou mesmo subversivas, pelos grandes proprietários.

Durante o governo do presidente João Goulart (1961-1964), o tema da participação das massas populares no processo de mudança social tornou-se central. Para muitos, a participação dessas massas era a garantia de que a mudança da sociedade brasileira se daria no sentido da justiça social, da criação de uma sociedade socialista, igualitária. Algumas palavras de luta da época se transformaram, então, em metas governamentais: "Extensão do voto para o analfabeto" e a "Distribuição de terras para os camponeses". (PORTO e LAGE, 1995, p.31) Ao mesmo tempo em que João Goulart estimulava a organização do campesinato como força política (sindicatos rurais), os Movimentos de Cultura Popular espalhavam-se rapidamente por todo país. O presidente escolhera a erradicação do analfabetismo como uma as metas de seu governo.

Nessa atmosfera, em termos de idéias, as discussões do II Congresso Nacional de Educação de Adultos, realizado em 1958, repercutiram de forma decisiva nos anos 1960. De acordo com Scocuglia (2000, p. 47), várias teses foram apresentadas no Congresso, entretanto, duas tendências principais se destacaram: os que queriam a educação de adultos agindo preventivamente contra a subversão e as perturbações sociais, em oposição aos que queriam uma "mudança das estruturas sociais injustas". Temia-se que a grande maioria dos adultos, excluída de qualquer processo de decisão ou escolha sociopolítica, pudesse adquirir poder de transformação através do saber-poder presente na educação de adultos. Entre as propostas no Congresso estavam o fim dos "transplantes educacionais", a formação de um novo educador (não diretor) e a substituição do discurso do professor pelo debate em grupo e a utilização de técnicas modernas de trabalho em grupos (círculos de cultura).[92]

Tanto as instâncias governamentais, quanto os grupos defensores das reformas estruturais da sociedade brasileira, destacando-se aí, comunistas e setores

[92] A União, de 30/05/1958 e 15/06/1958.

progressistas da Igreja Católica, preocupavam-se com o perigo de uma convulsão social, sobretudo entre os camponeses. Isso fica mais evidente a partir do I Encontro de Cultura Popular (Recife, Rio de Janeiro, Brasília, São Paulo, 1961)[93] e do I Encontro de Alfabetização e Cultura Popular (Recife, 1963), nos quais grupos conservadores e progressistas passaram a perceber que o controle da educação sistemática, principalmente em seu primeiro e mais expressivo estágio (a alfabetização) era instrumento de qualquer grupo que tivesse pretensões de chegar ao poder pelo voto.

Em Pernambuco, a experiência do Movimento de Cultura Popular (MCP) tornar-se-ia inspiração para muitas iniciativas nacionais que utilizariam a cultura popular como esteio para a alfabetização. Na reportagem de José Teles ao *Jornal do Comércio* tem-se uma idéia aproximada do grande impacto do Movimento no estado:

> O MCP fez uma verdadeira revolução na educação de Pernambuco. Se até 1960 não havia rede escolar municipal no Recife, dois anos depois de sua criação, os números apontam para 201 escolas, com 626 turmas, e 19.646 alunos (entre crianças, adolescentes e adultos). Professores eram 452, auxiliados por 174 monitores, que ensinavam o primeiro grau, o supletivo, educação de base e educação artística. Não eram escolas convencionais. As aulas eram ministradas por voluntários em ligas de dominó, clubes de bairro, igrejas. Aos alunos não eram exigidos uniformes, nem mesmo que estivessem calçados. (in: BARRETO e FERREIRA, 2004, p.124)

Foi nesse quadro de acirrado confronto político-ideológico que se estabeleceram na Paraíba, em paralelo à expansão da escolarização pública, entre as décadas de 1950-1960, os três movimentos de alfabetização:

> 1) A alfabetização-educação de adultos pelo rádio (**SIREPA – Sistema Rádio-Educativo da Paraíba – 1959/69**); 2) a aplicação em larga escala do Método Paulo Freire e do movimento de cultura popular adjacente (**CEPLAR – Campanha de Educação Popular – 1961/64**) e 3) a aplicação do maior programa de reação (pós-abril de 1964), liderado por missionários protestantes e técnicos norte-americanos (**Cruzada ABC – Cruzada de Ação Básica Cristã – 1964-1966/70**). (SCOCUGLIA, 2002, p. 92, grifo original)

No início de 1964, no auge dos conflitos sociais, os três programas funcionavam simultaneamente, momento em que o SIREPA e CEPLAR chegariam a

[93] Evento organizado pelo Movimento de Cultura Popular (MCP) com a presença do técnico da Unesco, Joffre Dumazedier. Da Paraíba foram convidados o Secretário de Educação, Nominando Diniz, e mais dois funcionários da mesma secretaria, Daura Santiago e Valdo Lima Valle. (Cópia de Telegrama nº 872, 25/08/1961)

formar/preparar cerca de 200 líderes/monitores cada um. Como reação a esse quadro, e, sobretudo, ao chamado "Método Paulo Freire", considerado pelos setores mais conservadores como subversivo, a Cruzada ABC prepararia 700 monitores para combater os métodos político-pedagógicos. (SCOCUGLIA, 2002, p. 92) De acordo com Page (2006, p.145), a Cruzada ABC rejeitava a filosofia de conscientização de Paulo Freire, ou seja, a de "tornar os analfabetos conscientes, e, portanto, críticos de sua posição no sistema social", e tentava, em vez disso, "treiná-los para aceitar as coisas como são e tirar o melhor partido da sua condição atual". Se havia, como sustentam esses autores, uma luta de correntes contrárias na área educacional é razoável pensar, que boa parte desses conflitos apresentava-se como uma pluralidade de mecanismos ou de procedimentos relativos aos professores/monitores leigos (considerados a "linha de frente da batalha") formados para atuarem, principalmente, nas zonas rurais com forte atuação das Ligas Camponesas e dos sindicatos rurais.

Nesse clima de expansão dos programas, que se ancora, preliminarmente, no governo Jânio Quadros (que parecia colocar desde o início uma ênfase especial na meta da educação), e, depois, nas verbas federais do Plano de Emergência (1962/63) e convênios com o MEC, durante o governo João Goulart; a Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba almejava criar, através do Decreto nº 236, de 06/10/1961 a Campanha Estadual de Educação de Adultos, convocando "Todas as pessoas intelectualmente habilitadas" para instalar cursos de alfabetização de adultos, cabendo ao poder público a preparação dos mesmos. Como incentivo, o Decreto previa o pagamento de Cr$ 500,00 "per capita", ou seja, por aluno matriculado e alfabetizado.

No entanto, tal projeto nunca se efetivou, devido ao veto do governador Pedro Moreno Gondim, sob a alegação de que já existia o Serviço Nacional de Educação de Adultos, e que em breve, o Governo Estadual planejava implantar um movimento de educação de adultos (leia-se CEPLAR) de "caráter eminentemente popular, com a mobilização de universitários e de quantos se dispuserem a colaborar nesse louvável plano de educação em massa".[94] Meses depois, após a implantação da referida Campanha, a Assembléia Legislativa da Paraíba na justificativa da proposição de um aumento da subvenção para a Campanha, baseando-se em vários argumentos, dentre eles, o de "Formar quadros destinados a interpretar, sistematizar e transmitir os múltiplos aspectos da cultura popular". Em ambos os casos, ora na malograda tentativa

[94] Veto de 23/10/1961, anexo ao Decreto nº 236/61.

de criação da Campanha Estadual de Educação de Adultos ora na CEPLAR, percebe-se a preocupação em se formar quadros emergenciais de professores leigos que atendessem a objetivos políticos, convocando para tal tarefa, aqueles que se sentissem habilitados intelectualmente, os que estivessem dispostos para tal tarefa, inclinados pela necessidade financeira e/ou comprometidos com o ideal de mudança.

Para Paiva (1987, p. 203), essas iniciativas representam bem o período compreendido entre 1958 e 1964, considerado pela autora, como um momento de radicalização progressiva do processo político, no qual o nacionalismo ultrapassava os limites da elite e acompanhava o processo de "despertamento das massas" no campo e nas cidades. Levantava-se, então, o problema do voto do analfabeto e da representatividade do sistema, em face dos elevados índices de analfabetismo que condicionava um eleitorado restrito.

Em suma, muitos programas e campanhas, além de instituições estatais, visando a promoção da cultura popular, a valorização das expressões artístico-culturais do povo ou o combate ao preconceito contra o analfabeto, experimentaram o "recrutamento" de professores leigos nesse esforço de mobilização da educação de adultos, cuja eficácia poderia formar uma "nova imagem do analfabeto, como homem capaz e produtivo, responsável por grande parcela da riqueza da nação". (Id., Ibdem.) À propósito, para o professor Juarez Macedo, por ocasião do lançamento da CEPLAR, uma das "notas predominantes da experiência" residia em que

> (...) o movimento recrutará de preferência, para composição de seu quadro de alfabetizadores, líderes sindicais, camponeses e estudantes. Entendemos – disse, que vale a pena verificar o rendimento do ensino do Método Paulo Freire através de pessoas intimamente ligada às condições existenciais dos nossos analfabetos: camponês ensinando camponês, operário ensinando operário. (Correio da Paraíba, de 17/08/1963)

É nesse palco que Elizabeth Teixeira construiu parte de seus saberes. Em sua residência, no bairro de Cruz das Armas, João Pessoa, Elizabeth, com 86 anos, ex-liderança da Liga Camponesa de Sapé traz no semblante sofrido as marcas de uma vida atribulada. Na breve reconstituição das cenas de sua vida surge uma trama dramática composta pelo assassinato do marido (João Pedro Teixeira), pela luta contra o latifúndio, e pela repressão do "Movimento Militar de Abril", como diria Francisco Julião (2007, p.23), que a obrigou ao exílio por quase vinte anos, no interior do Rio

Grande do Norte, sob a identidade falsa de Marta Maria da Costa. Nesse período, deixou para trás a família e toda uma vida na tentativa desesperada de fugir da morte. Contudo, ela parece confortável durante a entrevista. Fala, com desenvoltura, dos acontecimentos mais violentos que cercaram sua história com as Ligas Camponesas: as prisões que sofreu; a tortura psicológica do comandante da polícia de Sapé, Cel. Luis de Barros; o atentado contra a vida de seu filho Abraão e o Golpe de 1964. Quando fala, seu olhar visa o horizonte, como se buscasse na mente as imagens que vão revelar-lhe os detalhes da memória que procura.

A história de Elizabeth Teixeira está marcada pela sua trajetória de luta e resistência contra o poder dos grandes proprietários, mas também pelo ostracismo imposto pela ditadura militar (e sua violência simbólica ou não) nos chamados "anos de chumbo". Só nesse *écran* de memórias que cobrem não-linearmente um longo período de sua vida, desde suas frustrações da infância até a década de 1980, a sua prática como educadora ganha sentido no presente.

Quando relata a sua experiência como monitora/alfabetizadora do SIREPA (e provavelmente também da CEPLAR), função para a qual foi convidada devido à sua posição de liderança dentro da Liga de Sapé, Elizabeth retrocede em suas lembranças, quase instantaneamente, até a proibição de seu pai no prosseguimento na escola – parou seus estudos no antigo 2º ano do Primário, e essa foi uma experiência dolorosa em razão da permissão paterna para que seus irmãos do sexo masculino prosseguissem normalmente os estudos. Narra, em seguida, como foi obrigada a viver outra identidade, a de Marta Maria da Costa, e a maneira que encontrou para sobreviver no seu auto-exílio (1964-1981), depois da proibição médica de expor-se ao sol, o que a proibiu de trabalhar como lavadeira: foi ensinando as crianças que não sabiam ler e escrever, numa cidade de cerca de três mil habitantes, chamada São Rafael-RN (às margens do Rio Piranhas), fronteira da Paraíba com o Rio Grande do Norte. Para Elizabeth, no que se refere à sua atuação como professora, esses três acontecimentos – proibição paterna, Ligas Camponesas e exílio pós-Golpe - estão imbricados e só fazem sentido quando relacionados um ao outro. Nos múltiplos movimentos de seu tempo, a entrevistada permite a reflexão de que sua prática como alfabetizadora ao longo da vida foi fruto de permanências e da perpétua mudança.

O fato de "já ter sido professora antes", alfabetizando os camponeses nos anos 1960 mostra que essa experiência foi importante na recriação de sua postura como professora em momentos futuros. Concomitantemente, quando relata um pouco da

dinâmica de suas aulas no Sistema Rádio-Educativo da Paraíba, a sua vivência no Movimento Camponês revela-se, também, como força instituinte na definição de sua prática docente, conforme o extrato selecionado a seguir:

> À noite... aí chegavam né? E ligavam o rádio, e eu dizia que ia ensinar mesmo o ABC, dizia como se faziam as letras né... do ABC e depois como juntar, aquelas coisas, sabe? Para fazer as palavras né? Justamente os nomes deles e o nome da Liga Camponesa. Era assim, meu filho... A gente ia assim pra mesa escrever, como saber escrever as palavras, aprender a juntar as letras, a fazer as palavras, escrever, saber de um A, um B, um C, um E, e iam aprendendo mesmo. Aprendiam mesmo, e aí eu ia escrevendo, né... tomando conhecimento das palavras, para poderem aprender a ler. Porque os camponeses nessa época, não liam nada, era muito difícil. Eles sendo alfabetizados, já pegam um livro, já lêem, significa mais consciência. Alfabetização consciente. A pessoa alfabetizada fica mais consciente, né?... Livro mesmo pra ler (na sala de aula) só o da Liga, das ligas camponesas, contando as histórias... As ligas camponesas não tinham (livros) né... escreviam os livros... Lia, lia, lia os livros da Liga, pegava a ler... Os alunos gostavam! Gostavam muito. Os alunos gostavam mais quando eu lia, eles gostavam que só... porque tinha a ver com a luta no campo, com a história... eles gostavam. [95]

A prática de Elizabeth como alfabetizadora, assim como a de Isabel remete aos tradicionais métodos da soletração e da silabação. As suas palavras, enquanto retomada do passado, que só pode voltar numa não-identidade de si mesmo, posto que, abertura para o futuro e inacabamento constitutivo (GAGNEBIN, 1994, p. 17); parecem, em parte (e ainda), fiéis às recomendações de Melo Castro e Mendonça, em seu livro "Memória Econômico-política da Capitania de São Paulo, de 1889:

> O mestre de primeiras letras, depois de ter feito conhecer distintamente aos discípulos os caracteres de escrituração, ou abecedário tanto em letra de mão, como de imprensa, deverá ir-lhes ensinando a formar sílabas, combinando as letras vogais com as consoantes de todos os modos possíveis, principiando pelas letras mais simples, até chegar às compostas do maior número de letras. (in: MORTATTI, 2000, p. 49)

Mas o contato com Elizabeth traz à tona também, o conjunto de lembranças deixadas pela experiência marcante das Ligas Camponesas, quando descortina a consciência de que a "escola" poderia ser, também, o lugar privilegiado de um

[95] Fonte: Entrevista concedida por Elizabeth Altina Teixeira, em 09/10/2009.

aprendizado associado à luta e às reivindicações dos camponeses. Naquele contexto, para o aluno camponês, tão importante quanto aprender a escrever o próprio nome, poderia ser aprender a escrever o nome da Liga Camponesa de Sapé. Ao contrário de Isabel Regina Reis, Elizabeth não ensinava na escola, mas em sua residência, à noite, sob a luz de candeeiro. O ambiente mais informal e familiar conferia-lhe certamente uma liberdade de atuação maior que outras monitoras que atuavam em escolas. E mais: a casa de Elizabeth era a mesma que abrigara nos idos de 1950, a célula inicial de agricultores que formariam em seguida o núcleo germinal da Liga de Sapé. A mesa grande de estudos poderia ter para a monitora e muitos alunos uma simbologia própria, posto que era a mesma comprada por João Pedro Teixeira para as reuniões secretas da Liga e para os encontros de leitura de jornais, dos quais muitos alunos/camponeses haviam participado outrora – o ambiente físico podia significar, já de antemão, um vinculo entre a "escola" e a luta camponesa, ao se pensar numa identificação entre os *utensis* (materiais e equipamentos básicos do cotidiano da escola) com os acessórios da casa (a mesa de reuniões, as pilhas de jornais "A Liga e "Terra Livre", as ferramentas de trabalho, as fotos emolduradas de Elizabeth e João Pedro, etc.), que tinham também, como diria Benjamin (GAGNEBIN, 1994, p.68), a função de ressaltar a marca de seus proprietários, no caso, duas figuras-símbolo do movimento camponês na Paraíba: Elizabeth Teixeira e João Pedro Teixeira.

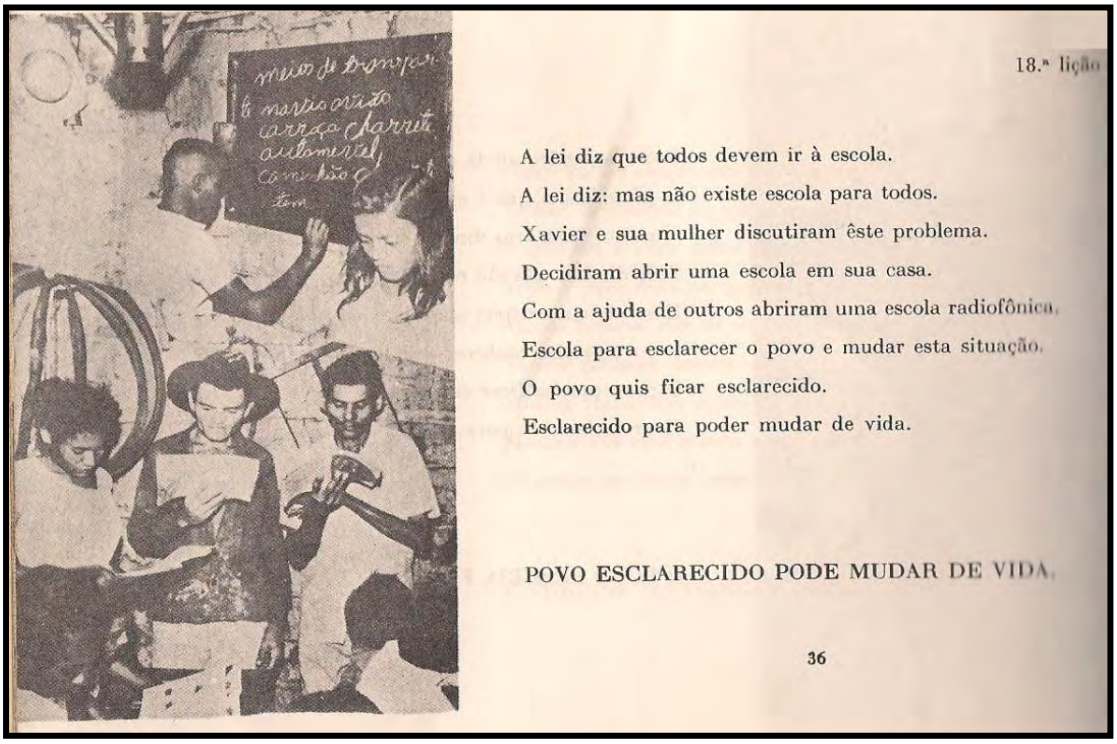
As inúmeras transformações visíveis e invisíveis nas relações de poder vão aparecendo nas palavras de Elizabeth, quando ela diz que ler significa ficar mais consciente. No seu depoimento, a associação realizada no termo "alfabetização consciente" explicita essa relação, que é seguida de uma afirmativa insegura que parece pedir a confirmação do interlocutor: "A pessoa alfabetizada fica mais consciente, né?". Esse titubear é chave intuitiva para a compreensão de que os nexos entre alfabetização, cidadania e consciência existem, porém, são bem mais complexos e não devem ser interpretados como uma relação primária e linear de causalidade.

As leituras saborosamente compartilhadas e discutidas com os alunos de Elizabeth, ao que ela chama numa vaga denominação de "livros da Liga Camponesa" (que poderiam ser jornais como o "Terra Livre", "A Liga", "Voz Operária", "Tribuna Popular", cordéis sobre as Ligas ou folhetos como o "Zé Brasil"[96]), subvertiam

[96] Segundo Morais (2006, p. 23), o folheto "Zé Brasil" refletia mais que nenhum outro a tragédia camponesa, alcançando durante anos seguidos, milhões de exemplares, com grande circulação no setor rural.

claramente as orientações de uma leitura controlada e dirigida da Cartilha do SIREPA, que segundo Assis (1984, p. 112) tinha a "finalidade oficial subjacente de controlar ideologicamente as classes subalternas", sobretudo, nas mensagens de "Saúde, Educação Sanitária, Moral e Civismo, Puericultura e Conhecimento Agrícola".[97]

As falas de Elizabeth e Isabel ajudam a romper, mesmo que fragilmente, com a invisibilidade das práticas e saberes desses professores leigos em salas de aula nos anos 1960. As distorções e contradições de suas memórias, principalmente quando assumem um caráter coletivo, permitem retomar, como diz Montenegro (1994, p. 85), a complexa formação da historicidade popular, na qual "o imaginário se constrói a partir de um conjunto de determinações que nem sempre se atrelam às versões dominantes da história oficial ou mesmo da esquerda".



18.ª lição

A lei diz que todos devem ir à escola.
A lei diz: mas não existe escola para todos.
Xavier e sua mulher discutiram êste problema.
Decidiram abrir uma escola em sua casa.
Com a ajuda de outros abriram uma escola radiofônica.
Escola para esclarecer o povo e mudar esta situação.
O povo quis ficar esclarecido.
Esclarecido para poder mudar de vida.

POVO ESCLARECIDO PODE MUDAR DE VIDA.

36

Fig. 11 – É possível que nos treinamentos do SIREPA, boa parte deles, realizados pelo pessoal do MEB de Pernambuco, Elizabeth tenha entrado em contato com as lições da cartilha do MEB "Viver é Lutar". Na lição 18, imagens e texto relacionam intimamente os atos de saber ler e escrever com a possibilidade de esclarecimento e mudança de vida do povo. As imagens revelam os saberes considerados reformuladores: na parte superior da montagem fotográfica um aluno escreve no quadro negro, enquanto na parte inferior alguns alunos lêem. As vestes, os chapéus de palha/couro e a estrutura do ambiente sugerem que os alunos são de origem rural. O texto incentiva qualquer pessoa identificada com a essa mudança e possuidora de um mínimo de conhecimento, a abrir uma "escola" e aventurar-se na prática docente.
Fonte: Wanderley (1984)

[97] Relatório da SEC/PB, 1965-A, p.1, in: Assis (1984, p. 114).

Se por um lado, os movimentos e programas de educação popular selecionavam seus alfabetizadores por indicações feitas por associações do tipo Ligas Camponesas, ou aplicavam testes para seleção de coordenadores de debates que se alinhassem ao projeto progressista de alfabetização-conscientização, como os da CEPLAR[98], numa perspectiva dirigista da educação (aspecto que não pode ser negligenciado); por outro, a identidade profissional desses alfabetizadores, que lhes conferia autonomia em sala de aula, conjugada com as experiências trazidas de suas trajetórias pessoais, revelam uma tensão entre o "novo" e o "tradicional". As noções do "Método Paulo Freire", as novas idéias sobre cultura popular e o proselitismo político das Ligas, ao que parece, estariam dividindo espaço em sala de aula (e às vezes com certa desvantagem) com os já "tradicionais" métodos analítico ou sintético, e, possivelmente, com o método eclético (sintético-analítico), adotado, por exemplo, na "Cartilha do Povo - Para ensinar a ler rapidamente", de Lourenço Filho (BERTOLETTI, 2006, p. 17), amplamente utilizada no processo de alfabetização na região, por várias gerações, desde a década de 1930. Essa multiplicidade de métodos não era novidade para os professores desde a implantação da Reforma Sampaio Dória (Lei nº 1750, de 1920), que, dentre outros importantes aspectos, garantia autonomia didática aos docentes.

Nesse ponto é preciso indagar em que medida esses diferentes saberes expressos de múltiplas formas em circulação tornaram-se práticas efetivas entre os professores ligados ao movimento camponês na Paraíba. Não é fácil percorrer esse domínio, mas é possível se pensar com Perrenoud (1994, p. 12), no sentido de que na dinâmica das mudanças em educação, em alguns momentos, a própria sociedade espera e exige da escola a estabilidade, embora, em outros momentos (poder-se-ia dizer como o da irrupção das Ligas Camponesas...), cobre-lhe o papel de agente transformador. O autor mostra que o problema da mudança na educação depende tanto de mudanças

[98]Teste de seleção dos monitores da CEPLAR: "1 - Os dirigentes eleitos representam, realmente, o povo brasileiro? Justifique.

2 – Uma Reforma Agrária feita pelos atuais deputados pode atender aos interesses do povo? Justifique.

3 – Que acha das Ligas Camponesas?

4 – Acha que um analfabeto tem capacidade de escolher os dirigentes do país? Justifique.

5 – Que acha da greve? Justifique.

6 – Você prefere ensinar na cidade ou no campo?" (Inquérito Policial Militar (IPM) da Paraíba, arquivado no Superior Tribunal Militar como "Autos Findos 151/69", vol. 5/23, fl.477, in: Scocuglia, 2001, p.85).

internas, concernentes a alterações de conteúdos e práticas pedagógicas, quanto de decisões políticas.

Talvez por essa razão, Cordeiro (2002, p. 40) entenda que as inovações na educação não são fenômenos corriqueiros, aparecendo apenas em condições sociais bastante específicas, e a maioria delas não surge como rupturas bruscas, mas como resultado de tensões entre novas formas e as antigas ao longo de períodos relativamente extensos. Mas os conturbados anos de 1960, que testemunham a ascensão da organização do campesinato e dos operários urbanos, podem ser entendidos como uma época de "moral aberta", no sentido hegeliano, i.e., uma época de exceção, na qual os antigos valores (supostamente sólidos até então) encontram-se sob suspeita e constantemente questionados, abrindo espaço propício para mudanças mais profundas na sociedade. No campo, a insurgência das Ligas Camponesas traz à tona um passado de lutas, resistências, opressões e utopias, que estaria se impondo como retificações e competições sobre a educação das áreas sob sua influência, e esta educação, não poderia, portanto, ser reduzida a um mero processo de reprodução cultural como simples transmissão de uma herança do passado.

Nesse sentido, o auto-engajamento de educadores, leigos e religiosos no processo educativo renovaram, sem dúvida, as orientações da educação popular no país. Um bom exemplo disso foi o número de equipes de trabalho (líderes e monitores) preparadas em cursos intensivos por todo Brasil: o MEB, por exemplo, chegou a formar 1.182 alfabetizadores só no ano de 1961. (PAIVA, 1987, p. 223) Mas, se para alguns desses educadores, como afirma Fávero (1986, p. 285), o "ovo de Colombo" era a cartilha política de Cuba, na qual o "A-E-I-O-U" nada podia significar, enquanto o O.E.A (que aparecia na primeira lição da cartilha cubana, fazendo referência explícita a sua expulsão daquela organização), significava muito, não só para Cuba, mas para todas as Américas; para outros tantos, como Isabel e Elizabeth, suas práticas educativas conscientizadoras ou de fundo político, poderiam efetivar-se *pari passu* (e sem maiores conflitos) com o tradicional "A-E-I-O-U" e com a prática repetitiva, mnenônica e extenuante sugerida na antiga sentença *"la letra com sangre entra"*. (MORTATTI, 2000, p. 110)

Essas informações tendem a confirmar a suspeita de Huberman (apud CORDEIRO, p. 42), a respeito do efetivo papel da idéia da tradição no contexto educacional: a de que existe, de fato, um determinado conjunto de representações que os professores fazem a respeito do seu papel e do seu trabalho e que, configurando-se nos

moldes de uma espécie de tradição, parece orientar, em larga medida, as suas ações e reações diante de projetos de mudança das práticas escolares provenientes, quase sempre, de fora da escola. Essa suspeita fica mais palpável ao se examinarem as memórias das professoras e o relato de um aluno das aulas radiofônicas do SIREPA, localizada em Açude do Mato, zona rural de Sapé - Manoel Bezerra de Souza, 54 anos, ex-membro da Liga Camponesa de Sapé, lembra que as aulas eram dadas por dois professores: uma mulher, que ficava responsável pelas "tradicionais" disciplinas de matemática, português e noções de higiene; e um homem (não se recorda nenhum dos nomes) que ficava responsável, exclusivamente, pelo novel debate político sobre a reforma agrária e sobre a luta camponesa.

Como se vê nos episódios coligidos, a história da educação do povo brasileiro deve ser atenta à diversidade de estratégias que têm sido desenvolvidas (e os sujeitos nelas envolvidos) para se atingir a alfabetização desejada ou negada. Assim, diante da possibilidade de se estudar a atuação docente de leigos coetaneamente, no campo das leis e das instituições governamentais, e também em outros espaços (campanhas, programas, associações, etc.), percebe-se, como naquele momento decisivo na década de 1960, o esforço de formação de professores sem titulação acadêmica, era aproveitado também, pelos órgãos governamentais, com múltiplos propósitos, tais como: "transmitir os múltiplos aspectos da cultura popular", o "despertar das massas", a formação de novos eleitores ou mesmo, como medida paliativa a curto prazo, para sanar uma carência de professores habilitados nas zonas rurais do país.

Ao pano de fundo de um estado fundamentalmente agrário, vivendo secularmente do açúcar e do algodão, no qual as cidades da Zona da Mata assumiam graves aspectos de contestação, e cujo quadro da realidade social era posto a nu pelas Ligas Camponesas e pelos sindicatos rurais; coube às mulheres um papel de destaque na função educadora dentro da Liga Camponesa de Sapé. Docentes que podiam ou não incorporar inovações em suas práticas, agindo de maneira relativamente autônoma a movimentos e pressões reformistas. As diferentes nuances encontradas nas salas de aula apoiadas pela Liga Camponesa de Sapé só ganham sentido diante da peculiaridade da atuação de seus professores, que, por sua vez, não apenas desempenhavam o papel de executores técnicos, mas também criavam instrumentos pedagógicos. Portavam-se como profissionais críticos e reflexivos, que podiam optar pela dimensão política da luta camponesa sem esquecer o conjunto de saberes e rotinas instituídas no interior da escola

("uma herança cultural"), que preservariam uma identidade profissional construída às vezes com grande esforço.

4.2. Cultura Material e Cotidiano: as Aulas pelas Ondas Hertzianas

> Não existem nas vozes que escutamos, ecos de vozes que emudeceram? (BENJAMIN, 1994, p. 223)

> Sob a direção do 'Maestro Automatico' American Bosch tereis não somente o som... mas a propria alma do programma. É quasi humano! Será o vosso 'intérprete do rádio' (...) A verdadeira alma da voz humana... (C.O. Marques e Cia – Livraria Kosmos, Jornal O Repórter, nº 159, 21/03/1937. in: DÂNGELO, 2003, p. 316)

Na Paraíba e em Pernambuco, a aplicação da lei significava uma grande mudança no padrão de vida do camponês. A celebração do Acordo do Campo em Recife-PE (1963)[99] e a organização de greves entre os camponeses na região de Sapé-PB (1962-1963) traziam ganhos reais ao trabalhador do campo de um modo geral. Uma das idéias associadas aos "direitos" representava para muitos desses trabalhadores "um aumento de quase 500% da remuneração que estava habituado". (SIGAUD, 1979, p. 52)

José Honório da Silva, trabalhador rural de Pernambuco no início dos anos 1960, lembra-se com precisão desse momento, ilustrando as conquistas outrora inconcebíveis para quem trabalhava na agricultura, de "sol a sol" na Zona da Mata nordestina, ou seja, das seis horas da manhã até as 18 horas: "O outro botava o rádio, lá no corte de cana, para assistir; para o pessoal ouvir, e ele também".

A partir de então, pesquisas realizadas nesse período, apontam o aparecimento de novas tendências de consumo entre os habitantes rurais da região, e dentre as novas ambições aquisitivas encontrava-se o aparelho de rádio, que tornar-se-ia, uma presença mais constante nas casas dos camponeses e trabalhadores rurais da Zona da Mata:

> Os objetos mais desejados (para compra imediata) pelos

[99] Nome pelo qual ficou conhecido a Proposta Conjunta das Tabelas de Tarefas do Campo, aprovada em reunião entre o governador de Pernambuco, Miguel Arraes; representantes dos produtores de cana e açúcar e a Federação dos Trabalhadores Rurais. O "Acordo" fixava em minúcias as tarefas que deveriam ser executadas pelo trabalhador rural e o conseqüente valor a ser pago pelo trabalho. Conferir Callado (1979)

> pesquisados masculinos eram: roupas (35,2%), sapatos (22,4%), relógios (19,1%), rádios (11,1%), e chapéus (11,9%). Suas esposas colocavam a máquina de costura em terceira posição (24,9%), após roupas e sapatos em proporções iguais aos homens. Os filhos, por sua vez, mencionavam a bicicleta (quarta posição com 3,8%) e cama e rede (3,0%). (DABAT, 2006, p. 176)

Esse novo impulso de consumo do homem do campo insere-se no contexto de modernização dos centros urbanos ocorrido desde a década de 1930. A cidade, nessa perspectiva desenvolvimentista, deveria cada vez mais abandonar os ritmos da vida rural, a "lentidão" e os hábitos de consumo que obedeciam a necessidades autônomas destes moradores, para dar lugar ao ritmo frenético de uma *urbs* em franco crescimento, como apresentado no jornal mineiro *O Repórter*, nº 40, de 18/11/1934:

> O Elogio da Cidade
> Na cidade é que há luz electrica, a água potavel, a escola, o cinema, a rua calçada, o cabaret, os automóveis de praça, as bandas de música, as moças pintadas de rouge, a sorveteria, a igreja matriz, o hospital, etc. (in: Dângelo, 2003, p. 333)

Como observa Dângelo (Id., Ibdem), em contraste com o mundo rural, a imagem da cidade parece querer seduzir o homem do campo, sobretudo os fazendeiros, para estimular um comércio crescente: pois, afinal, no campo não havia ruas calçadas, energia elétrica, cabaret, carros de praça e nem sorveterias... A dimensão da cultura material em torno da fabricação e consumo de invenções de novos objetos, recursos urbanos e aparelhos de rádio, torna-se significativa para o estudo em questão, na medida em que a expansão da radiofonia na zona rural, não se restringiria às emissões sonoras, mas à posse e à utilização do aparelho, ao lugar que ele passaria a ocupar, não só em termos de espaço físico doméstico (e não só entre os grandes fazendeiros), mas em relação à importância que lhe seria atribuída tanto como porta-voz da modernidade, quanto fixação de horários no cotidiano, no trabalho, no lazer, e na educação.

Jornais da época difundiam cada vez mais a idéia de que as ondas de rádio deveriam ser portadoras de conhecimentos práticos e acessíveis a todos de uma forma agradável. O papel da radiodifusão seria o de levar a todos os lares, sobretudo, aos recantos mais isolados das zonas rurais, conhecimentos concernentes à profilaxia de doenças e à higiene pessoal:

> O rádio não deve ainda ser exclusivamente uma indústria de divertimentos. Sua função é mais importante, competindo-lhe utilizar seus potentes recursos na difusão de conhecimentos que venham beneficiar o público ouvinte. Sabemos quão deficiente é, no Brasil, a educação sanitária, por exemplo. O conceito de higiene individual aqui se restringe, na compreensão popular, ao uso de água e sabão. E que se sabe da profilaxia das diversas moléstias? Nada, absolutamente nada. (A União, de 16/05/1959)

No Espírito Santo, em 1959, o Serviço Social Rural e a União firmavam convênio no sentido de ministrar conhecimentos essenciais sobre "higiene, nutrição, vestuário, melhoramento do lar, puericultura e enfermagem"[100] aos "trabalhadores da lavoura", através da Rádio Rural. Difundiam-se pelo país iniciativas e propagandas que reafirmavam o poder transformador do rádio, como o texto a seguir:

A Importância do Rádio

O rádio é um aparêlho que transmite a palavra ou qualquer outro som à grande distância por meio da eletricidade. Quem inventou o rádio foi um italiano chamado Guilherme Marconi. O rádio não é sòmente um poderoso meio de comunicação. O rádio é também veículo de boa formação moral e espiritual de homens que trabalham pela promoção de sua comunidade. Por exemplo, há cinco anos atrás, ninguém pensava na educação do homem campesino do Rio Grande do Norte. O mundo rural não participava da grande comunidade brasileira. Surgiu então a idéia de educar pelo rádio. As escolas radiofônicas foram instaladas. Graças ao rádio, o mundo rural libertou-se do isolamento.

(Monitôra Alda Moreira da Silva.
Escola N. S. de Fátima — Sítio S.
Luiz, município de Lages.
21/9/963)

O MUNDO RURAL LIBERTA-SE DO ISOLAMENTO

3

Fig. 12 – No Livro de Leitura "Educar para Construir" do MEB de Natal-RN, destaque para a importância do rádio na formação campesina. A programação educativa de alguns programas reforçava a idéia de que as ondas descobertas pelo físico italiano Guilherme Marconi venciam o isolamento das áreas rurais, ajudando a disseminar conhecimentos imprescindíveis para construir um país melhor. Na foto, ao fundo, o lugar de destaque designado ao receptor, lado a lado com o monitor que escreve no quadro negro.
Fonte: Paiva, 2009, p. 112.

[100] Fonte: A União, de 20/03/1959.

Num artigo escrito em 1932, intitulado “Observações básicas sobre uma radiopeça”, Benjamin (1986, p. 85) já havia percebido a força comunicativa da palavra pelo rádio. Afirmava, então, que antes do aparecimento do rádio, quase não se conheciam meios de divulgação que fossem propriamente populares ou que correspondessem a finalidades de educação do povo. O rádio teria vindo para revolucionar a comunicação e, consequentemente, intermediar o conhecimento. Para Benjamin, o rádio abriu caminho para a popularização do conhecimento. Mas a divulgação do saber tinha suas leis próprias, diferentes em tudo das leis de transmissão de conhecimento científico ou acadêmico (livro, palestra, periódico, etc.). Era preciso descobrir essas leis, muito mais abrangentes, mas também muito mais intensas. Isso exigia, segundo Benjamin, a reorganização do material comunicativo, do ponto de vista da popularidade, já que a popularidade, no caso do rádio, orienta o saber em direção ao público, mas também orienta o público na direção do saber. Em suma, o rádio, antes de um instrumento de comunicação em massa, seria instrumento de divulgação do conhecimento humano. Sua função precípua seria a educativa.

Já Anísio Teixeira, em 1954, “acreditava que também o analfabeto conheceria nova inclusão, tomando parte no debate geral e público de todo o país, auxiliado pelo uso educativo e emancipador do rádio e do cinema”. (VALE, 2006, p. 207) Pensava assim, em superar exclusões para atender às novas condições de trabalho.

O poder de alcance das ondas hertzianas já haviam seduzido o governo Vargas (1930-1945). A dimensão educativa da radiodifusão não escapava ao malogrado projeto varguista de incorporar os habitantes rurais ao modelo de desenvolvimento capitalista, via legislação trabalhista e a implementação de Núcleos Coloniais. As forças mais próximas de Getúlio Vargas se apegavam ao *modelo cepalino*, onde o “desenvolvimento industrial se punha de maneira determinante para a superação de dependência e das desigualdades entre os países pobres e ricos, e propunham o esforço da sociedade nesse sentido”. (CRUZ, 2005, p. 129) Para a efetivação desse projeto, utilizou-se o potencial educativo-propagandístico do rádio e o seu virtual alcance, por onde não se pudesse chegar por outros meios. No entanto, como discorrido nos parágrafos anteriores, foi a partir da década de 1950, que as experiências de educação pelo rádio se constituíram em importantes caminhos para a prática da educação popular, tuteladas ora pelo Estado brasileiro ora pela Igreja Católica.

O impacto da imagem renovadora e revolucionária do rádio no ideário de religiosos e governantes, como veículo importante em termos de massificação da

alfabetização, principalmente, no interior brasileiro, pode ser percebido no quadro 11, que apresenta o panorama da radioeducação no Brasil em 1958 e 1959:

Quadro 11
Número de receptores da radioeducação no Brasil (1958-1959)

Entidade	Local/Estado	Nº de rádios	Ano
Arquidiocese	Natal (RN)	300	1958
CNEA/GF	Leopoldina (MG)	50	1958
Abre	Niterói (GB)	20	1958
SEC-PB	Paraíba (PB)	30	1959
Franciscanos	Pato Branco (PR)	100	1959
Diocese	Crato (CE)	500	1959
Diocese	Penedo (AL)	200	1959
Diocese	Marau (RS)	50	1959
Arquidiocese	Cuiabá (MT)	50	1959
Gov.	Território de Rondônia	100	1959
Diocese	Gov. Valadares (MG)	100	1959
Diocese	Santa Maria (RS)	200	1959
Escola Agrotec.	Santa Tereza (ES)	50	1959
Diocese	Aracaju (SE)	300	1959
Diocese	Sobral (CE)	100	1959
Prelazia	N. de Guamá (PA)	300	1959
Sesi	Reg. São Paulo	100	1959

Fonte: S.A. Philips do Brasil, janeiro de 1960, reproduzida em Scocuglia, 2003, p.23.

Várias iniciativas educacionais foram instaladas por todo o país, ancoradas em retransmissões radiofônicas, e inspiradas pela experiência pioneira das rádioescolas coordenadas pelo Padre José Joaquim Salcedo Guarin, em 1947, na paróquia de Sutanteza, na Colômbia. (PAIVA, 2009, p.49) Entre as mais importantes, pode-se destacar: no Rio Grande do Norte, o **Serviço de Assistência Rural (SAR)** que firma convênio em 1952 com a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), objetivando a implantação de uma missão rural de cunho permanente, com o apoio das aulas pelo rádio (Id., Ibdem, p. 32); o **Movimento de Educação de Base** (1961-1965) que atuou com grande influência em vários estados do Brasil (Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Maranhão, Bahia), exercendo um trabalho de conscientização elaborado pela Igreja Católica (a "fé estava no desenvolvimento e na democracia política") que se aproximaria das Ligas Camponesas e dos sindicatos rurais através das aulas radiofônicas (WANDERLEY, 1984, 280-281); o **Serviço Rádio Educativo Nacional (Sirena)**, fundado em 1957 pelo Governo Federal, com atuação nos estados

do "Nordeste, Norte, Centro e Sul do país", cujo objetivo principal "não era apenas ensinar a ler e escrever, mas dar aos alunos-ouvintes conhecimentos sobre higiene, alimentação, práticas agrícolas, puericultura, etc". (A União, de 28/05/1959); e na Paraíba, apoiado inicialmente pelo Sirena, o **Sistema Rádio-Educativo da Paraíba** (1959-1969), que a partir de 1961, passava a "caminhar com as próprias pernas", sob a direção da Secretaria de Educação e Cultura, cuja orientação era

> (...) concentrar suas atividades num dos principais problemas educacionais da Paraíba (e de todo Brasil): a alfabetização de jovens e adultos que não tinham acesso à escola ou que dela tinham sido excluídos, principalmente daqueles acima dos 14 anos de idade. (SCOCUGLIA, 2003, p.30)

Crescia um consenso entre os grupos interessados pelo controle e disseminação da educação básica, no sentido de que só os modernos meios de comunicação em massa podiam desempenhar tal tarefa, especialmente nas vilas, povoados, sítios e fazendas. Como produto da conjugação de interesses e das ações da Igreja, do Estado, de particulares e da cooperação internacional de entidades como Unesco e Usaid (estratégia política de cooperação internacional para o desenvolvimento da América Latina); a educação popular pelo rádio, sobretudo a alfabetização de jovens e adultos, experimentou forte influxo na primeira metade da década de 1960, na perspectiva de uma "educação popular para o desenvolvimento" (SCOCUGLIA, 2003, p. 26)

Tal era o otimismo, que alguns setores do Governo Federal acreditavam que o aparelho de rádio, como símbolo do progresso técnico, poderia substituir a presença do professor em sala de aula, como revela a comunicação enviada em 1959, pelo diretor-geral do DNE/MEC a Pedro Nicodemos, secretário de Educação e Cultura do Estado da Paraíba:

> O Sirena prestará informações minuciosas sobre o modo de ser instalada a rede de escolas radiofônicas, mas, desde já, esclareço a V. Exa. que esse tipo de escola pode funcionar mesmo nas localidades onde não exista professor. Além disso, os receptores poderão ser instalados em qualquer local adaptável, inclusive em residências particulares.[101]

[101] Correspondência enviada em 27/07/1959, in: Scocuglia, 2003, p. 23.

No seio desse movimento, o Dr. Armenio Jouvin, Superintendente da Rádio Rural, ondas curtas, prefixo ZYZ-31 (Largo da Misericórdia, Distrito Federal), com potência de transmissão para todo o Brasil (no ar diariamente das 5 às 24 horas); conclamava os ouvintes do país a sintonizarem seus receptores na freqüência adequada e escolhessem seus programas preferenciais no esforço patriótico de "cooperação a uma iniciativa de real valor para o progresso e o bem estar das populações rurais".[102] A emissora aceitava o "moderno" desafio de educar e promover o nível de vida do habitante rural, sem intermediários, por meio exclusivo das ondas de rádio, levando a este, no recesso do lar, informativos agrícolas, o noticiário oficial do Ministério da Agricultura, o jornal do interior, e debates sobre artes domésticas, combate a moléstias, cooperativismo, associativismo, reforma agrária, adubação, solos e plantios, etc. Para muitos, como Jardelino Lucena[103], integrante da primeira equipe da Emissora de Educação Rural do SAR de Natal-RN, "O rádio era uma coisa revolucionária", exemplificando o clima de euforia, que se espalhava pelo território nacional, já que o rádio, nessa lógica, permitia ao homem do campo entrar numa nova realidade. Junto com as músicas, as propagandas e as notícias, chegava, em segundos, aos rincões mais distantes, a "atmosfera de modernidade" acompanhada de conhecimentos que antes demorariam meses para chegar, a bordo de caminhões e trens.

De uma forma geral, no que diz respeito, mais especificamente, às escolas radiofônicas, o modelo que prevaleceu nos anos 1950/1960, foi o tripé fundamental rádio-professor-monitor. O aparelho de rádio era o intermediário entre as aulas gravadas em *longplays* (discos de vinil) por um professor-locutor, e a complementação da aula por um monitor, na verdade um professor *in loco*, preparado para trabalhar os conteúdos reproduzidos pelas emissoras.

A leitura de algumas cartas enviadas por alunos da SAR de Natal-RN mostra como as aulas radiofônicas podiam introduzir inovações e causar satisfação entre os moradores rurais:

> Estou satisfeita com a Escola Radiofônica. Julgo-me feliz em ter uma professora invisível que nos ensina com o maior interesse de tirarmos da escravidão da ignorância (Maria Góis, 1962).
>
> Os alunos estão bem alfabetizados. Mostram-se com grande entusiasmo. Comparam-se como quem estava no escuro e está no

[102] Revista A Lavoura, ano LXV, julho-agosto,1962.
[103] Fonte: depoimento, in: Paiva, 2009, p. 51.

> claro através da Escola Radiofônica (Maria Nina, 1962).
>
> A vida antes da Escola Radiofônica era: a pessoa se envergonhava de estudar com crianças. Não havia tempo de estudar ao dia. E hoje, trabalham e estudam. E assim, já saíram da escuridão dezenas de pessoas. (Maria da Conceição Ribeiro, s/d).
>
> Em minha Escola o que há de mais grandioso é o Rádio. Na sala onde se instala a aula, foi-lhe reservado um lugar com todo zelo e carinho. Este rádio é uma música, um professor e uma Igreja, ensinando e instruindo o povo em nosso meio rural. (s/d). (in: Paiva, 2009, p. 53-55)

Mas a própria linguagem utilizada nas cartas denuncia-as como fruto de um sincretismo comum nos usos cotidianos das escolas radiofônicas: os alunos, muitos, ainda inábeis para a escrita autônoma, eram incentivados a "escreverem" missivas, sempre com a ajuda dos monitores, que voluntariamente ou não, acabavam por interferir no conteúdo dos documentos com suas sutis (quem sabe, quase imperceptíveis) sugestões e formações discursivas – uma espécie de trabalho realizado a duas mentes e a quatro mãos. Por esses filtros, pode-se imaginar que, talvez, muitas vozes discordantes não tenham encontrado o apoio necessário, entre muitos monitores, para expressarem por cartas, críticas negativas ou opiniões divergentes perante as organizações dos programas radiofônicos. Mas essas vozes, provavelmente, existiram.

A partir dessas considerações anteriores, é possível entrar em contato com outras acepções acerca da radioeducação, tanto de professores quanto de alunos; restringindo-se o campo de observação para entender as múltiplas possibilidades de funcionamento dessas escolas e quais as possíveis repercussões entre os alunos, e em especial, dos alunos camponeses.

Em 1959, o Sistema Rádio-Educativo da Paraíba foi instalado na sede da SEC-PB, em João Pessoa, sendo sua programação transmitida pela Rádio Tabajara, pertencente ao Governo do Estado. No mesmo ano, os primeiros trinta receptores cativos comprados da S.A. Philips do Brasil, começaram a ser distribuídos e os primeiros monitores convocados. O "Sistema" funcionava da seguinte forma:

> Transmissão da Rádio Tabajara; classes instaladas em casa particulares, igrejas, sedes comunitárias e até no quartel da Polícia Militar e aulas acompanhadas por um monitor (coordenador dos trabalhos de aprendizagem). (SCOCUGLIA, 2003, p.27)

De acordo com Scocuglia (Id., Ibdem), as aulas do SIREPA eram gravadas em *long-plays* e completadas "ao vivo" por comentários de sua primeira diretora Alice Rolim. Havia uma preocupação em adaptar o material didático enviado pelo Sistema Radioeducativo Nacional (Sirena), com termos e idéias próprios da Região Centro-Sul. Os grupos profissionais responsáveis pelo SIREPA dedicavam-se em fazer 15 minutos de programa com o material do Sirena e outros 15 minutos com os próprios comentários, adaptados à realidade das comunidades atendidas. Tal programação baseava-se, sobretudo, nos conteúdos explicitados pelo relatório da Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba de 1965:

> Focalizava temas de educação sanitária, moral e civismo, puericultura e conhecimentos agrícolas, era a divulgação e penetração do Sistema através de programas transmitidos diariamente pela Rádio Tabajara da Paraíba, com duração de 30 minutos. (in: Assis, 1984, p. 102)

Em termos quantitativos o número de alunos e de escolas radiofônicas do SIREPA permaneceu estável entre os anos de 1959 e 1962, com uma média de 18 escolas e 540 alunos/ouvintes. A partir de 1963, com recursos advindos do Programa de Emergência do Governo Federal, e, posteriormente, com verbas decorrentes dos Planos Trienal Nacional e Usaid-Brasil, o SIREPA teve um vertiginoso aumento no número de escolas, e, consequentemente, de alunos, como demonstra o quadro abaixo.

Quadro 12
Número de Escolas e Alunos do Sistema Rádio-Educativo da Paraíba (1959-1965)

Ano	Número de Escolas	Número de Alunos
1959	17	510
1960	17	510
1961	19	570
1962	19	570
1963	120	3.600
1964	200	6.000
1965	507	13.096

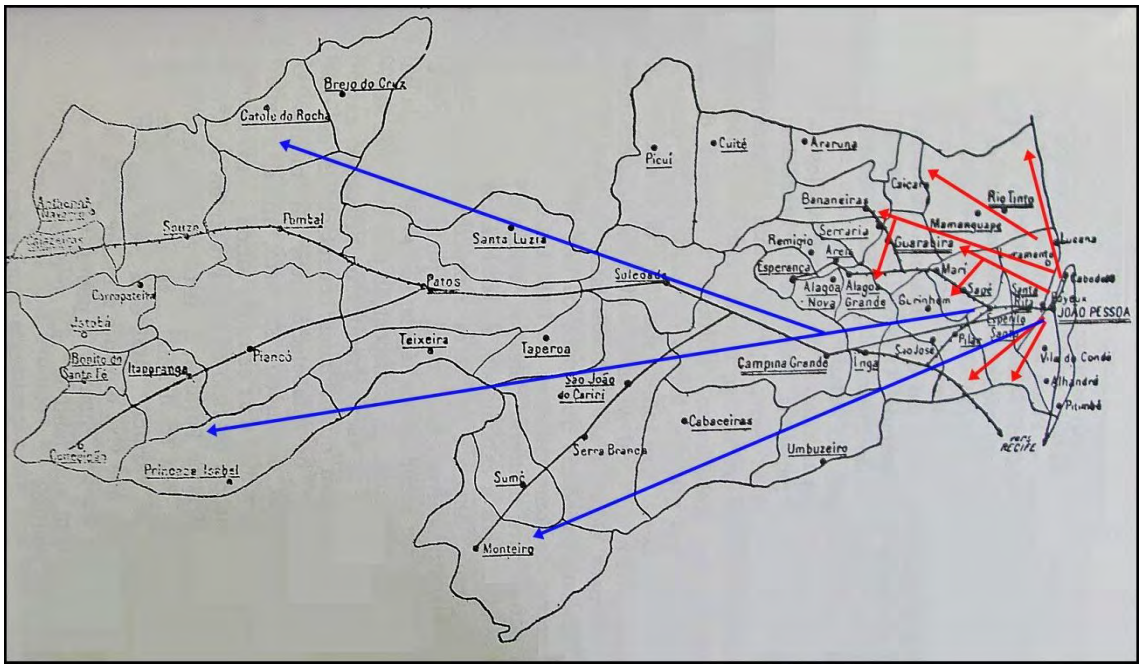
Fonte: Sec/PB, 1964-d; Sec/PB, 1965-a, p. 2-3, in: Assis, 1984, p. 108.

De acordo com a pesquisa desenvolvida por Assis (Id. Ibdem, p. 109), a "clientela" do SIREPA era formada por

> Adultos analfabetos, residentes em áreas rurais e urbanas pobres onde se encontram pessoas que fazem parte dos extratos inferiores da sociedade, como: agricultores, pedreiros, carpinteiros, sapateiros, entre outros. **A maior parte dessa clientela residia em áreas onde havia atuantes organizações de classe, como exemplo, as Ligas Camponesas, que imprimiam forte atuação política.** (grifo não-original)

De fato, a sobreposição das áreas de atuação das Ligas Camponesas com as informações constantes no relatório da SEC-PB de 1964, sobre os municípios atingidos pelo SIREPA, mostra que dos 33 municípios contemplados pelo programa, no período que vai de 1959 até 1964, aproximadamente 42,5% (14 municípios) possuíam organizações do tipo Liga Camponesa.[104]

Mapa 02
Expansão do Sistema Rádio-Educativo da Paraíba entre os anos 1959-1964, a partir da capital João Pessoa



Legenda: → Expansão para áreas de atuação das Ligas Camponesas
→ Expansão para áreas não-vinculadas às Ligas Camponesas

Fonte: Mapa construído pelo autor a partir de informações contidas em Assis (1984) e Scocuglia (2003).

[104] Dos municípios presentes no relatório da SEC-PB, os que estão em destaque eram áreas de atuação das Ligas Camponesas (grifo não-original): **João Pessoa**, Bayeux, **Santa Rita**, Cabedelo, **Rio Tinto**, **Sapé**, Prinscesa Isabel, Solânea, **Mamanguape**, **Juripiranga**, Pitimbu, **Mari**, Serraria, **Bananeira**, **São Miguel de Taipú**, Caaporã, **Alagoinha**, Pilar, Pilõezinhos, **Guarabira**, **Alagoa Grande**, Água Branca, Juru, Manaíra, Itapororoca, Sumé, Catolé do Rocha, **Areia**, Jacaraú, Boqueirão, Cacimba de Dentro, Gurinhém, **Alhandra**.

A demarcação desse processo de expansão da radioeducação nos quadros da memória popular evidencia não só a euforia que a nova tecnologia podia causar nas comunidades rurais, mas as diferentes percepções que circulavam entre professores, alunos e demais pessoas da sociedade.

Isabel Regina, monitora do SIREPA, recorda-se com alegria a receptividade dos moradores da fazenda São Salvador, em Sapé, à chegada do rádio-receptor na escola:

> Na fazenda era uma admiração, que era muito difícil um rádio, parecia uma festa que eu não podia nem dar aula. Eu dizia, gente pelo amor de Deus, vocês ficam participando aí do lado de fora, façam silêncio, que isso aí serve para vocês também. Era uma festa, o povo nunca tinha visto uma aula de rádio.

Para Isabel a experiência das aulas com rádio foi positiva, na medida em que atraía para as aulas noturnas, muitos alunos/camponeses cansados depois de uma dura jornada de trabalho na lavoura: o rádio ensinava, aglutinava, divertia, informava e também alfabetizava, ajudando o camponês a desvendar alguns mistérios da escrita e a se descobrir de outra forma, participante de uma história que escrevia dia a dia nas suas caminhadas pela noite em direção a escola. E prossegue revelando um pouco do cotidiano dessas aulas:

> A gente ganhava o rádio, que nesse tempo era a coisa mais difícil da vida. (...) Era uma hora de aula pelo rádio, e a gente ia anotando no quadro. Todos alunos ali receberam livrinho, caderno, lápis, para conhecer as letras. Ela [a locutora] dava aula no rádio e a gente anotava no quadro. Depois que ela parava de uma hora, tudo que tinha no quadro a gente ia passar para os alunos, para eles aprenderem direitinho as letras, como era o alfabeto, aquela coisa... eu tinha uns sessenta alunos, tudo gente adulta, de quatorze anos acima. Aí o pessoal tinha aquela ansiedade de aprender.

O rádio de que lembra Isabel eram os receptores de radioescola utilizados em larga escala na Colômbia, no Peru e Brasil: o modelo BR118T da S.A. Philips do Brasil, que podia ser de três tipos: receptor para ligar à rede de luz; receptor alimentado à pilha de 90 volts; e receptor a transistor, alimentado a pilha de lanterna. Em muitas regiões do Brasil, nas salas de aula, havia um lugar de destaque para o rádio. Com freqüência, "junto ao lampião, ao quadro do Sagrado Coração de Jesus ou de nossa

Senhora, ladeado por vasos com flores coloridas de papel crepom". (CUNHA, 2001, p. 13) Em inúmeros lugares os aparelhos ganhavam uma capa, geralmente de chita vistosa: flores miúdas, xadrez, ou tecido sem estampa e cor forte. Algumas capas eram de corte reto, costura sóbria. Outros com babadinhos e franzidos na barra. (Id., Ibdem)

Para a professora, no seu processo de rememoração, o rádio utilizado nas aulas transmitidas pela Rádio Tabajara, tinha um papel central, e, por essa razão, era posto em lugar de destaque, em frente da turma, de onde sempre emanava uma voz feminina – era a professora-locutora, que, de acordo com o Plano de Emergência do Governo Federal, deveria "entrar no ar" às 20 horas (após a Hora do Brasil), com aulas de "linguagem, aritmética e conhecimentos gerais". (SCOCUGLIA, 2003, p. 36)

O horário tardio das transmissões das aulas foi, certamente, um dos problemas enfrentados pelas escolas radiofônicas, especialmente considerando-se que os alfabetizandos vinham de uma extensa jornada de trabalho diário e tinham que assistir a uma hora de aula. Uma pesquisa na programação da Rádio Tabajara no jornal *A União*, mostra que o programa rádio-educativo era transmitido em dois horários, um das 15h às 15h35 e outro das 20h05 às 20h35. Como não há até o momento registro de aulas vespertinas no "Sistema", esse duplo horário pode indicar que uma mesma aula estaria sendo retransmitida duas vezes (ou mais) em horários diferentes, como forma de oportunizar o aprendizado daqueles alunos que retornavam para suas residências antes do término das aulas, haja vista, as grandes distâncias a percorrer na zona rural para o retorno ao lar. Essa impressão parece confirmar-se no depoimento de outra monitora do programa, Elizabeth Teixeira, que preocupada com o horário das aulas, combinou com seus alunos um horário alternativo: iniciava as suas aulas meia hora antes do início da transmissão do programa, terminando, assim, suas aulas mais cedo, por volta das 20h30. A inversão desses momentos – aula da professora antes da aula radiofônica -, podia acontecer com mais freqüência do que supunham os coordenadores do "Sistema".

No entanto, faz necessário ressaltar que essas pequenas "ressignificações" ao instituído nas normas de funcionamento do programa radioeducativo, não eram, provavelmente, desconhecidas de todo da cúpula diretiva do SIREPA. Supõe-se que havia mesmo, uma certa tolerância em vista das dificuldades já conhecidas para o funcionamento das salas de aula, sobretudo, na zona rural. Mas as falas de professores e alunos mostram que a dinâmica das aulas dependia do fator localização, ou seja, do tipo de estrutura na qual funcionava a sala de aula do programa. Em Sapé, foram detectados

três tipos de estruturas básicas onde ocorriam as salas de aula do SIREPA: escolas municipais, casas de monitores e galpões (armazéns).

As aulas do Sistema Radio-Educativo da Paraíba que funcionavam em escolas do município (ver o caso de Isabel no tópico 4.1.) tendiam a se aproximar organizativamente do processo tipicamente escolar, ao passo que as outras salas, organizadas em espaços alternativos, conforme a estratégia traçada pelo programa, abriam caminho para práticas mais próximas do movimento camponês.

Foto 01 – Aula radiofônica em Parnamirim-RN: a monitora mantém-se em postura docente tradicional de observância. Ao seu lado, na mesa, está o aparelho receptor. A riqueza do registro mostra serenidade e trabalho em sala de aula. No quadro-negro a lição (proveniente do rádio ou da professora?): "Eu via a viola. A viola é do Dudu. Dudu deu a viola à Dedé".

Foto 02 – Na sala de aula do SIREPA na Paraíba (local não-identificado), repete-se o mesmo cotidiano retratado em outras escolas radiofônicas – grandes mesas, monitor, rádio e alunos sem uniformes e até descalços, mas concentrados e ordeiros. A foto faz parte de uma propaganda governamental e revela a proximidade que pode existir entre a fotografia documental e a de propaganda. Nas duas fotos, o cotidiano das aulas podia diferir em muito da estética de representação.

Fig. 13 – Foto 01: Fonte: Paiva, 2003, capa.
Foto 02: Fonte: Jornal A União, Edição Especial "O que foi o govêrno de Pedro Gondim".

O desdobramento dessa estratégia fica um tanto mais evidente, na evocação dos primeiros versos (com certa emoção) do "Hino do Camponês", por Elizabeth

Teixeira, monitora da sala existente em Antas do Sono, e por Manoel Bezerra de Souza, aluno do SIREPA em Açude do Mato, que funcionava em um galpão (ambas as localidades na zona rural de Sapé). O "Hino", que tem letra e música do camponês Aureliano Vicente, começou a ser difundido entre os camponeses, no I Congresso Camponês Nacional, em Belo Horizonte-MG, em 1961; e era cantado tanto nas aulas do SIREPA freqüentadas por camponeses, quanto nas reuniões das Ligas. Imaginem os alunos ouvindo e cantando esses versos nos galpões ou nas casas improvisadas para o exercício da alfabetização, unindo vozes em torno de temas intimamente ligados aos seus problemas sócio-políticos, podendo daí extrair múltiplos significados, inclusive, que justificassem o esforço em se alfabetizar:

> Companheiros, irmãos de sofrimento/Nosso canto de dor sobre a terra/ É a semente fecunda que o vento/Espalha pelo campo e pela terra corre./A bandeira que adoramos/Não pode ser manchada/Com o sangue de uma raça/Presa no cabo da enxada./Não queremos viver na escravidão/Nem deixar o campo onde nascemos/ Pela terra, pela paz e pelo chão/ Companheiros, unidos venceremos./Hoje somo milhões de oprimidos/ Sob o peso terrível do cambão/Lutando seremos redimidos; A Reforma Agrária é a solução./ Nossas mãos têm calos de verdade/ Atestando o trabalho honrado e duro/ Nossas mãos procuram a Liberdade/ E a glória do Brasil para o futuro. (in: Santos, 2006, p. 588)

Percebe-se como as atividades na sala de aula nas áreas de atuação das Ligas Camponesas podiam divergir sobremaneira das recomendações do "Sistema" e dos conteúdos preconizados na Cartilha do SIREPA, que podem ser vislumbrados precariamente, é verdade, nos títulos de algumas lições, que chegam através das pesquisas de Assis (1984, p. 121-126):

> Lição nº 03 – PROGRESSO
> Cada brasileiro deve garantir o Progresso da nação.
>
> Lição nº 06 – HOMEM
> O homem nordestino é um lutador.
>
> Lição nº 08 – ESCOLA
> Na escola se aprende a ler.
>
> Lição nº 11 – POVO
> Pelo voto o Povo decide a vida da sociedade.

Lição nº 19
O trabalho é uma necessidade e um bem.

Lição nº 25 – BRASIL
Nossa Pátria é o Brasil.

Lição nº 26 – NOSSO GOVERNO
O nosso Governo é republicano e democrático...

Lição nº 29 – SOLIDARIEDADE
A solidariedade é a lei da vida.

Em sua análise da Cartilha, Assis (1984, p. 128) alude à conformação tradicional do texto da Cartilha de cunho moralizador (moral e civismo) sem uma problematização da realidade, entretanto, reconhece o autor, que os objetivos do programa e o material didático utilizado são contraditórios, ora aparecendo o SIREPA como um programa conscientizador e crítico, ora como iniciativa com fins de controle ideológico. Essa contradição parece ter sido amplamente utilizada pelos monitores das áreas sob influência das Ligas Camponesas, em favor do proselitismo político e outros interesses políticos, já que "os grupos educacionais das escolas radiofônicas se construíam a partir dos grupos organizados ali existentes, sendo os monitores seus próprios líderes". (Id., Ibdem., p. 120)

Enquanto Isabel e Elizabeth construíam suas representações das escolas radiofônicas, no interior de uma atividade profissional – como professoras -, Manoel Bezerra, Matilde Guilhermino de Souza e Severino Guilhermino de Souza, todos ex-membros da Liga Camponesa de Sapé e ex-alunos do SIREPA (os dois últimos, inclusive, alunos de Isabel Regina), recordam-se do rádio na escola como uma grande novidade, mas da perspectiva da subjetividade, indicam em suas falas, que outras experiências no interior das aulas foram mais marcantes (em termos de capacidade de ativar a memória) do que as transmissões radiofônicas e a própria presença do aparelho receptor. Manoel, por exemplo, rememorando o tempo em que era aluno recorda-se com mais clareza (e insistência) dos momentos em que os professores discutiam as injustiças cometidas pelos grandes proprietários de terra, e da necessidade da "reforma agrária radical" em detrimento da proposta governamental de uma "reforma amigável".

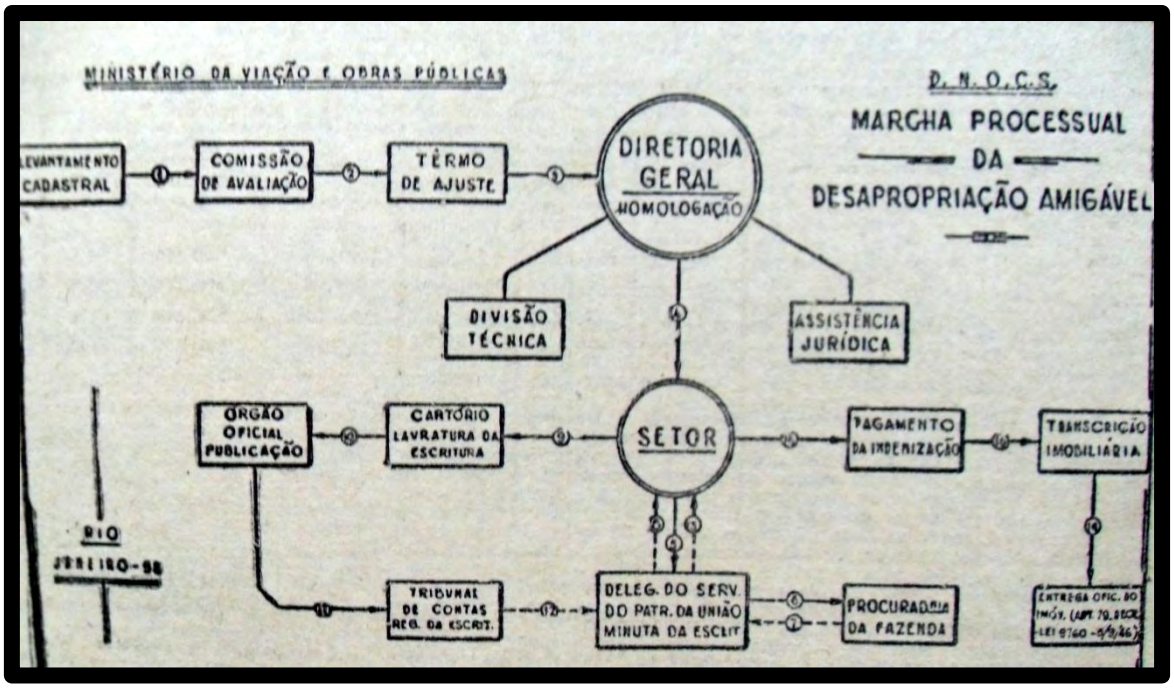


Fig. 14 – Assim como os camponeses, o próprio Governo Federal reconhecia, via Diário do Congresso Nacional, que a desapropriação por utilidade pública (tipo clássica) não havia atingido os propósitos no DNOCS. A "Marcha Processual da Desapropriação Amigável" era questionada pelas Ligas Camponesas em razão da burocracia (como se vê no organograma) e da ineficácia, que sempre beneficiavam os latifundiários que mantinham terras improdutivas.
Fonte: Diário do Congresso Nacional (Seção II), de maio/1959.

Na mesma direção, relembrando as aulas do SIREPA, as falas Matilde Guilhermino e Severino Guilhermino são representativas de como as resistências, lutas e as repressões estavam estampadas no imaginário popular. Os dois entrevistados se lembram do rádio como presença física na sala de aula, mas quase nada recordam acerca do conteúdo das aulas retransmitidas – nessas passagens, o cotidiano de resistência dos camponeses não cedia à força do discurso educacional do programa radiofônico. Trabalhando com o vivido (e o que ainda está presente no grupo), as memórias desses entrevistados enveredam com empolgação para um dos momentos mais prazerosos das aulas, que era o da leitura de folhetos que esporadicamente chegavam à sala de aula. Os folhetos que eram objetos de leituras compartilhadas referiam-se sempre à problemática campesina e chegavam através de uma rede de empréstimos que incluía professores e alunos. Um dos cordéis identificados fazia parte da coleção *Saber Popular* (folheto nº 4), intitulado "A Agricultura, setores oprimidos e os vários problemas do campo", de autoria de José Alves Saraiva, mimeografado no Seminário da Prainha (Fortaleza-CE) e utilizado, também, em outros programas radiofônicos como o SAR-RN e o MEB-PE:

> Agricultores amigos/Temos a grande missão/De levantar nossa voz/Em favor da redenção/Da nossa classe oprimida/Que padece a escravidão.
> Pois somos atormentados /Pela amargura da dor/Do desacato e abandono/Pela tristeza e amargor/Do esquecimento em que vive/O pobre do agricultor.
> Se temos nossos problemas/Nem sempre são resolvidos/Pois temos a triste sorte /De sermos sempre esquecidos/Mas, vamos juntos, lutemos/E seremos atendidos. (in: Paiva, 2009, p. 106)

Se por um lado, inexistia no SIREPA a participação popular no planejamento do programa, em nível algum, o que acarreta severas críticas por parte de Assis (1984, p. 120), quanto à ausência desta participação, pelo menos das lideranças locais; professores e alunos vinculados à Liga Camponesa de Sapé podiam operar em sala de aula com ações do tipo "tática", que é um "movimento 'dentro do campo de visão do inimigo' como dizia Von Büllow, e no espaço por ele controlado. (CERTEAU, 1994, p.100) A repressão dos fazendeiros e da polícia às escolas com rádio, justificava-se com um discurso de que a programação do rádio botava na cabeça do camponês "novas idéias" ou "idéias perigosas", como a ciência dos seus direitos. Um desses episódios, contados pela professora Isabel Regina, revela, numa bela imagem, como os camponeses, eventualmente, contornavam este tipo de problema em nome de uma educação melhor, que nos relatos camponeses surgem sempre associados a uma possibilidade real de "libertar-se da escravidão", ou seja, do jugo imposto pelo latifúndio:

> Aí os fazendeiros começaram com essa implicância e levaram [o rádio] para a delegacia que era coisa das ligas camponesas. Aí depois que terminou essa escola, aí o pessoal [os alunos] perguntou: dona Isabel o que é que a gente faz? Tão bom que a gente tava aprendendo. Gente eu não sei. Vocês é quem decide. Então vamos fazer o seguinte a gente vamos continuar estudando com a senhora. Aí a fazenda tomou a sala [de aula]. Gente como é que eu posso ensinar a vocês desse jeito? O proprietário não deu mais a sala. Não deu mais chance. Aí eu comecei a ensinar em casa mesmo. Eu pegava de noite, minha casa era pequenininha. Eu ensinava na cozinha, botava uma tábua grande em cima da mesa. Iam mais de vinte pessoas para minha casa. (...) Não tinha mais rádio não, era por conta minha. Quando saía uma turma chegava outra. Às vezes dava meia-noite e eu ensinando esse povo.

Isabel Regina, a mesma professora que no subitem 4.1. alegava não existir vínculo ideológico entre a Liga Camponesa de Sapé e a sua prática educativa, narra

como ela e os camponeses/alunos resistiram à opressão do latifundiário, constituindo sigilosamente em sua residência uma escola informal, na qual se aprendia a ler e escrever, e que, eventualmente, desdobrava-se em local de interlocução política para os camponeses da localidade. Nesses termos, pode-se supor como Tarrow (apud GOHN, 2008, p. 101), que os desafios coletivos são construídos por pessoas solidárias e com propósitos comuns, em processos de interação (nem sempre harmônicos) que incluem as elites, os oponentes e as autoridades. Os resultados são, pois, como no caso de Isabel e seus alunos, marcados por interrupções e obstruções das atividades por terceiros

Nesse sentido, cabe ler um trecho da ata de uma reunião na comunidade de Natuba-PB que, desde 1962, se organizava em comitês para a radicação de "Escolas Radiofônicas" do Movimento de Educação de Base (MEB) na comunidade, requerendo a presença de monitores. A ata de 1966, escrita com alguma dificuldade pela monitora do Sítio Jararaca, permite uma conexão com algumas concepções dos agricultores sobre educação, escola e leitura; e também, com a ausência dos poderes públicos no que se refere à implantação de escolas:

> Reunião na casa do Sr. Joaquim Albertino Silva, organizada no dia 08 do corrente de 66, na parte da tarde, 100 pessoas presentes, somente 6 pessoas sabem ler e 94 analfabetos, tudo adultos. Localidade: Sítio Jararaca, município de Natuba. Estado da Paraíba, devesa [divisa] com Pernambuco. O povo de Jararaca sente falta de escola? A resposta: todos sentem porque nós nunca foi na escola. Apenas uma vez por semana. **Quando a gente pedia aos pais pra estudar, eles respondia: leve o livro e a enxada**. E na enxada tamos sem saber de nada nessa vida sofredora. Se a gente apranta uma quantidade de batata não sabemos nem vender na feira porque não se sabe ler nem contar. É este o motivo da gente fazer força e pedir escola pra nossa comunidade. (...)Vamos preparar a escola para desenvolver o povo de Jararaca, para mudar de vida. Não enricar como muitos penssão (...) **porque a escola é como um ano bom de enverno porque neste o povo apranta o tempo serto**. (in: Caderno de Educação Popular 10, grifo do original)

O texto da ata e o próprio objetivo de sua redação reafirmam uma concepção que se apresenta em boa parte das entrevistas dos membros da Liga de Sapé: a educação representada no sentido de educação escolar, formal. Assim como na solicitação da comunidade de Jararaca, muitos entrevistados tendem a acreditar que somente a escola pode gerar desenvolvimento e ser legitimadora de um saber "verdadeiro", em detrimento do aprendizado exercido no cotidiano do trabalho e no convívio social de uma forma geral.

Ficam, então, outras perguntas: será que os agricultores não iam à escola porque realmente não queriam? Esses mesmos indivíduos, ao intuírem que na escola acontece algo que pode mudar a vida das pessoas, pensavam numa dimensão política da educação? Enfim, como nasce uma escola camponesa?

A escola – diz poeticamente o trecho final do documento - "(...) é como um ano bom de inverno, porque, neste, o povo planta no tempo certo..." – essa expressão diz muito da posição da escola no imaginário daqueles trabalhadores na década de 1960, como também da visceral importância da experiência cotidiana na vida dessas pessoas. Mas não é só isso: suas palavras, como diz a poesia popular, são "ferro e doce". O pedido contundente e organizado, acompanhado de um linguajar "adocicado", pode esconder outros anseios mais antigos e ousados, porém, estrategicamente ocultados – afinal de contas, "um homem que se acha, por força, na posição de solicitar favores não revelará o que realmente pensa". (THOMPSON, 1998, p.38) Além do mais, o Golpe de 1964 corria célere, e o aparato militar estava mais vigilante do que nunca. Então é preciso prosseguir (ou seria retornar?) em busca de mais algumas respostas.

4.3. Como Surge uma "Escola Camponesa"?

Na maioria dos depoimentos analisados ganham destaque os relatos que ressaltam a escassez de escolas na região, o que parece indicar que, nem mesmo a euforia com a implantação de grupos escolares na Paraíba, nas décadas de 1930 e 1940, e nem o subseqüente afã que passou a ter por objetivo as escolas rurais nos anos 1950, como bem analisa Pinheiro (2002, p.236), atenderam a demanda e as expectativas dessa população.

No caso de Sapé, em particular, apesar da criação de diversas cadeiras rudimentares e escolas rurais no município, as reclamações presentes nos relatos dos agricultores sapeenses, e mais especificamente nas discussões nas reuniões semanais da Liga de Sapé, insistem não só na ausência de escolas, mas também no difícil acesso aos poucos estabelecimentos existentes, bem como na falta de professores. Foi possível a realização de um pequeno levantamento de cadeiras e escolas implantadas na zona rural de Sapé entre as décadas de 1930 e 1950:

Quadro 13 - Cadeiras e Escolas Criadas em Sapé de 1935 a 1954

Escolas/Cadeiras	Documento de criação
Cinco cadeiras rudimentares rurais mistas nas localidades de Gendiroba,Una e Boa Vista, no município de Sapé	Decreto nº 652, de 12/02/1935
Escola rudimentar rural de Araçá*	Decreto nº 389, de 15/07/1943
Escola primária mista de Ipanema	Decreto nº 441, de 19/04/1944
Escola mista de Pacatuba	Decreto n 480, de 01/09/1944
Escola primária mista de Sapé de Cima	Decreto nº 553, de 19/04/1945
Escola primária mista do povoado de Tamoatá	Decreto nº 789, de 12/07/1946
Escola rudimentar noturna do sexo masculino, da vila de Mari, município de Sapé**	Decreto nº 827, de 20/08/1946
Escola primária mista de Lagoa do Félix	Decreto nº 901, de 08/10/1946
Escola rural primária mista de Açude do Monteiro	Decreto nº 1.040, de 24/01/1947
Escola rudimentar rural em Açude do Monteiro	Decreto nº 39, de 15/01/1948
Escolas rudimentares mistas em Riachão do Poço e Sobrado***	Decreto nº 142, de 22/01/1949
Escola elementar mista de Betânia	Decreto nº 264, de 30/12/1950
Escola Rural Mista de Açude do Monteiro	Decreto Mun. 07/1951
Escola Rural Mista de Fundo do Vale	Decreto Mun. 07/1951
Escola Rural Mista da Fazenda Ipanema	Decreto Mun. 07/1951
Escola Urbana Mista da Rua 15 de Novembro	Decreto Mun. 07/1951
Escola Urbana Mista da Rua Francisco Madruga	Decreto Mun. 07/1951
Escola Rural Mista de Bonito	Lei n. 01 de 12 de janeiro de 1954
Escola Rural Mista de Riachão do Poço	Lei n. 01 de 12 de janeiro de 1954
Escola Rural Mista de Nosso Senhor do Bonfim	Lei n. 01 de 12 de janeiro de 1954
Escola Rural Mista de Sobrado	Lei n. 01 de 12 de janeiro de 1954
Escola Rural Mista de Miriri	Lei n. 01 de 12 de janeiro de 1954
Escola Rural Mista de Tapuia	Lei n. 01 de 12 de janeiro de 1954
Escola Rural Mista de Riacho de Serra	Lei n. 01 de 12 de janeiro de 1954
Escola Rural Mista de Itanhém	Lei n. 01 de 12 de janeiro de 1954

Fonte: Os dados foram retirados dos documentos reproduzidos no livro *Sapé: sua história, suas memórias (1883-1985)*, de Sabiniano Maia (1985, pp. 136-140); e dos Livros 44 e 45 de Decretos e Leis da Prefeitura Municipal de Sapé.

* Antigo nome da localidade onde hoje é o município de Mari.

** Na época, parte de Sapé, atualmente município autônomo.

*** Na época, distritos de Sapé, atualmente Riachão do Poço e Sobrado são municípios autônomos.

Certamente, um fator que requer estudo mais cuidadoso é o tempo de funcionamento dessas iniciativas, atentando-se ao fato de que, possivelmente, nem todas as cadeiras e escolas relacionadas no Quadro 13, chegaram a ser realmente efetivadas. Pinheiro (2002, p.228) ressalta que a implantação do projeto das escolas rurais na Paraíba passou por inúmeras dificuldades, dentre as quais se podem citar a construção dos prédios escolares, e "a falta de prévio conhecimento sobre as reais condições pedagógicas e materiais que pudessem favorecer o efetivo funcionamento dessas escolas", por parte dos gestores públicos. O autor conclui seu trabalho, alertando para a necessidade de maiores pesquisas no sentido de verificar o impacto social das escolas

rurais na Paraíba que poderiam significar, segundo hipótese do mesmo autor, um novo período na *era dos grupos escolares*[105].

Blondel parece ter a mesma impressão de vários dos entrevistados quando diz que o sério problema do analfabetismo no estado devia-se, em parte, ao das distâncias, i.e., a escassez de escolas públicas, sobretudo no campo:

> O Estado não pode forçar os camponeses a enviar seus filhos à escola, quando êstes têm de percorrer de dez a quinze quilômetros para alcançar o centro urbano mais próximo. Nas cidades ao contrário, a proximidade das escolas diminui o analfabetismo. Para a população chamada do "quadro rural", que reúne os habitantes do campo, o recenseamento de 1950 dá uma proporção de 18% de pessoas com mais de cinco anos, sabendo ler e escrever. A população urbana conta 38%. A diferença é, pois, notável; a proporção de pessoas alfabetizadas é maior no campo em relação aos homens (19%) que nas mulheres (17%), enquanto que é a mesma na cidade. (BLONDEL, 1994, p. 49)

A engrenagem típica do regime tradicional do "coronelismo" em que se exercia a autoridade na vida política do nordeste, era um dos fatores que dificultavam a implantação de escolas públicas nas propriedades das zonas rurais. As novas relações políticas que foram se estabelecendo com o crescimento das cidades e as demandas geradas por escolas advindas desse crescimento, reforçavam a compreensão dos proprietários rurais da importância da alfabetização como fator determinante das batalhas pela cooptação eleitoral de amplas camadas da população, fosse pelos grupos ruralistas ou pelas "forças de esquerda". Para os latifundiários era mais interessante manter, em suas fazendas, escolas provisórias, "sazonais", que permitissem a manipulação do eleitorado rural, haja vista o assentamento cada vez maior das bases políticas urbanas na região. Um ex-delegado da Liga Camponesa de Sapé, José Hermínio[106], lembra que aos proprietários não interessavam escolas em suas propriedades, pois alegavam que "servia penas para preparar homens para procurar justiça e cobrar direitos inexistentes" (in: VAN HAM, 2006, p. 19). As memórias/experiências escolares dos agricultores, cheias de rupturas, talvez indiquem que muitos dos depoentes acreditam no dizer popular de que "o matuto passa pouco

[105] Para ter acesso à íntegra dessa discussão ver Pinheiro (2002).
[106] O delegado foi uma figura criada, a partir de 1961, dentro da Liga Camponesa de Sapé, como representante da entidade nas fazendas.

tempo na escola", porque a própria escola na zona rural era transitória, e não exatamente em razão da falta de vontade ou negligência dos alunos.

Os conflitos possíveis, nesta lógica, revelam-se também no início dos anos 1960. A Lei nº 189 de 04 de dezembro de 1961[107], que orçava e fixava as despesas do município de Sapé para o ano de 1962, previa a construção de três prédios escolares nas localidades de Antas do Sono, Renascença e Miriri – três redutos de ação estratégica da Liga de Sapé, o que poderia indicar o resultado de uma atuação efetiva do Movimento Camponês no sentido de requerer escolas junto aos poderes públicos[108]. Além disso, para aquele ano, a prefeitura de Sapé antevia uma subvenção de Cr$ 226.800,00 para 25 escolas primárias no município, e o gasto de Cr$ 10.000,00 com o aluguel de prédios escolares, revelando o suficiente para saber que parte das escolas do município funcionava em prédios alugados e adaptados para tal função. A grande quantidade de prédios alugados permitia, por outro lado, uma flutuação mais fácil das escolas pelas zonas rurais, que podiam ser transferidas mais facilmente de acordo com interesses políticos dos grupos dominantes. Talvez o desejo dos gestores públicos de Sapé em melhorar esse quadro explique a previsão na seção "Material Permanente" de Cr$ 400.000,00 para a construção de um prédio para abrigar as "Escolas Reunidas da Cidade".

Em suas pesquisas, Pinheiro identificou que as primeiras notícias acerca da criação de escolas reunidas no estado da Parayhba do Norte datam de 1910, e referem-se a uma instituição criada na cidade de Alagoa Nova, localizada na região do Brejo paraibano. Conquanto o auge desse tipo de estabelecimento educacional no estado, tenha sido na década de 1920, as notícias de Sapé parecem confirmar as informações levantadas por Pinheiro nas mensagens de alguns governadores da época, de que a política de criação de escolas reunidas no estado da Paraíba teria sido retomada nos anos de 1950. Segundo o mesmo autor, pelo menos a princípio:

> As escolas reunidas eram encaradas pelos administradores de instrução pública como uma organização escolar transitória, já que, paulatinamente, se transformariam em grupos escolares, à medida que aumentasse a demanda por escolas nas diversas localidades (PINHEIRO, 2002, p.134).

[107] Lei veiculada no jornal A Imprensa de 15/03/1962.
[108] João Pedro Teixeira e Elizabeth Teixeira residiram em Antas do Sono e Pedro Fazendeiro residia em Miriri.

Por outro lado, a permanência da idéia das escolas reunidas na década de 1960 (e às vezes, as permanências são mais difíceis de explicar do que as mudanças), permite pensar, novamente junto com Pinheiro (2002, p.136-138), no sentido de que elas, assim como as cadeiras isoladas, sofreram o mesmo grau de influência da política clientelista na sua distribuição espacial. Nessa perspectiva, convém lembrar, que, no "livro de Leis e Decretos Municipais de Sapé", há registro do funcionamento das "Escolas Reunidas" no interior da Usina Santa Helena, complexo agro-industrial pertencente a uma das famílias de maior influência política na região – os Ribeiro Coutinho[109].

> As escolas reunidas significaram, ao mesmo tempo, o "novo" e o "velho": tanto mantiveram o tradicional modelo de organização escolar, sendo, por isso, mais facilmente submetidas aos interesses particulares dos grupos dominantes – as oligarquias locais -, quanto materializaram as novas necessidades impostas pelas mudanças socioeconômicas e culturais que se processaram naquele período da história paraibana (Ibdem.)

Embora Pinheiro estivesse pensando mais especificamente nos anos 1910/1920/1930, a cidade de Sapé de 1960, apresenta um quadro educacional semelhante ao esquadrinhado pelo autor, no qual grupos escolares mantinham relações específicas com as escolas rurais da região e conviviam com a idéia de retorno das escolas reunidas. A educação escolar sapeense achava-se inserida numa complexa rede de interesses políticos tecida pelas bases políticas conflitantes na região – de um lado a base *urbano-populista* e de outro a *rural-patrimonialista*. É o que se percebe igualmente na movimentação dos decretos municipais de Sapé, que trazem indícios da recorrente transferência de escolas mistas rurais entre as localidades do município e cidades circunvizinhas, provavelmente por motivos políticos; posto que as vagas justificativas de "conveniência de ensino" ou "interesse da instrução", constantes nos documentos, não se coadunavam com a precária situação educacional das localidades preteridas[110].

O Anuário Estatístico do Brasil de 1960, com dados de 1959 para a Paraíba, indica que das 2.645 unidades escolares existentes no estado, aproximadamente 70,8% encontravam-se nas zonas rurais (2.005 unidades). De fato, no âmbito das ações do

---

[109] De acordo com a página 38 do referido documento, Maria José da Silva era nomeada para exercer a função de "Regente de Classe" nas Escolas Reunidas de Santa Helena.

[110] Decreto nº 1.589, de 02/07/1929; Decreto nº 1.671, de 07/06/1930; Decreto nº 389, de 15/07/1943; Decreto nº 480, de 01/09/1944. (in: Maia, 1985, p.136-140).

Governo Estadual, como disposto no quadro 14, percebe-se um intenso movimento de implantação de unidades escolares nas zonas rurais de todo o estado. Entretanto, a mesorregião da Zona da Mata, onde se encontra situado o município de Sapé, aparece com uma quantidade de escolas e grupos implantados, muito abaixo das demais mesorregiões. O entendimento desse contraste requer com certeza um estudo mais aprofundado, no sentido de verificar as causas desse déficit, mas a princípio, numa primeira análise, essa diferença pode indicar a forte interferência exercida na educação local, pelo grupo agroindustrial, concentrado, então, na Zona da Mata, o que corroboraria as impressões de Pinheiro, tanto no que diz respeito ao retorno das Escolas Reunidas, quanto ao peso dos interesses das oligarquias locais nas decisões governamentais.

Quadro 14
Escolas e Grupos Escolares criados pelo Governo Estadual de 1957 a 1963

Área / Escolas e Grupos	**Mesorregiões Geográficas da Paraíba**				
	Zona da Mata	**Agreste**	**Borborema**	**Sertão**	**Total**
Grupos Escolares	04	07	03	01	**15**
Escolas Reunidas	01	-	04	08	**13**
Escolas Reunidas Noturnas	02	01	01	05	**09**
Escolas Reunidas Diurnas e Noturnas	-	01	-	-	**01**
Escolas Elementares Mistas	21	116	41	189	**367**
Escolas Noturnas	04	03	03	02	**12**
Escolas Isoladas Noturnas	01	-	-	-	**01**
Escolas Rurais	-	13	12	03	**28**
Escolas Normais Noturnas	-	-	-	01	**01**
Escolas isoladas	-	01	-	01	**01**
Escolas Elementares Mistas Noturnas	-	-	01	01	**02**
Total	**33**	**142**	**65**	**211**	**450**

Fonte: Relações de Decretos do Governo Estadual de 1957 a 1963.[111]

Outra fonte rica em registros deste tipo é o anúncio de duas páginas da Cia. São João e Santa Helena S.A., no jornal *A Imprensa*, na edição de 16/07/1963. Segundo o informe veiculado pela empresa, este seria o primeiro de "uma série de pequenos

[111] Há ainda uma Escola Elementar Mista na localidade de Malhada do Meio, que, provavelmente, devido à mudança de denominação no decorrer do tempo, não foi possível precisar a mesorregião à qual pertencia.

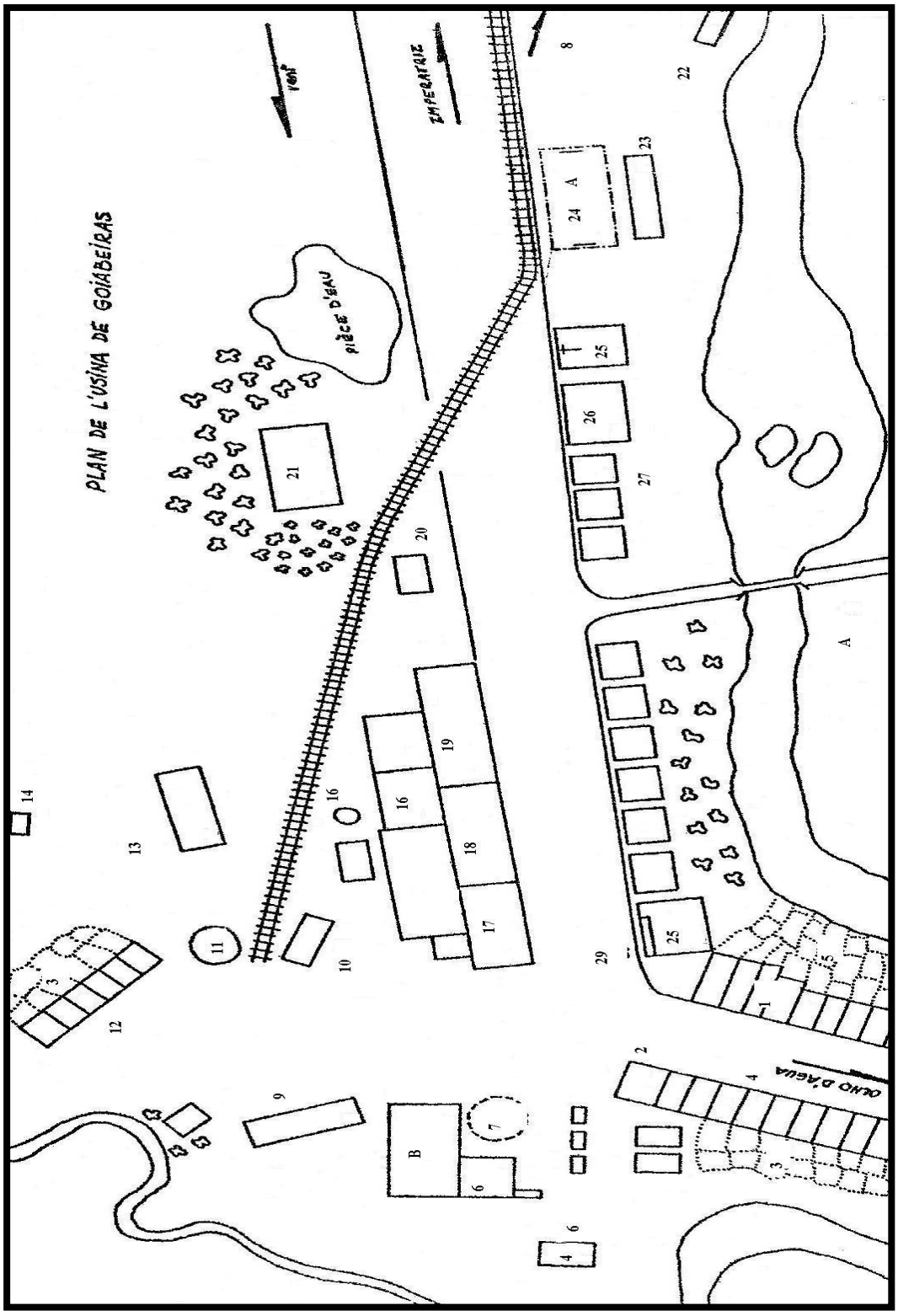
artigos com o objetivo de mostrar ao povo paraibano quais os métodos e os processos" que orientavam as suas atividades. A "prestação de contas" da Usina à sociedade comunica que a empresa, situada no vale do Rio Una, no município de Sapé, possuía em 1963, a capacidade de esmagamento de 1.100 toneladas de cana-de-açúcar, de produção de 10.000 litros de álcool hidratado e 16 toneladas de torta para adubos orgânicos, diários. Ao todo, as usinas trabalhavam com um efetivo de cerca de 900 homens nas fábricas e 3.500 no campo. Quanto ao número de trabalhadores residentes nas terras da empresa, calculava-se algo em torno de 16.000 a 18.000 moradores.

Conquanto os dados não sejam inteiramente confiáveis, visto procederem de propaganda particular, segundo a Companhia, era garantida a matrícula de aproximadamente 2.000 alunos, filhos de operários e lavradores, em escolas primárias (inclusive públicas) mantidas dentro da propriedade, nos turnos da manhã, tarde e noite. Os prédios, utensílios e móveis das referidas escolas eram todos de propriedade da empresa. A assistência escolar ainda cobria os gastos com a contratação de 49 professoras, fardamentos e materiais escolares. Outra opção existente nos seus domínios era a chamada "Escola Social", freqüentada por 144 alunas e alguns filhos de operários, que se dividiam entre os cursos de corte e costura, bordado à máquina e à mão, arte culinária e um curso noturno de datilografia. Durante o ano de 1961, teriam sido realizadas as seguintes despesas com educação:

> Professoras e ajudantes: .....Cr$ 654.650,00
> Materiais: .....Cr$ 17.944,00
> Fardamentos: .....Cr$ 244.538,00
> Catequese: .....Cr$ 76.000,00
> Merendas: .....Cr$ 57.823,20
> Rouparia para escolares: .....Cr$ 120.000,00
> Soma: .....Cr$ 1.325.790,50. (A Imprensa, de 16/07/1963).

A importância da escola no cotidiano das usinas ganha nova perspectiva quando visualizada na complexa estrutura desse tipo de estabelecimento fabril, como mostra o plano da Usina Goiabeiras-PE, reproduzido da pesquisa de Garcia (1977, p. 36) – ela geralmente constituía um minicomplexo interno junto com a Casa Grande, o campo de futebol, o cinema, igreja, casa de moradores e a casa do interventor:

Plano de uma típica usina da Zona da Mata nordestina de 1960[112]



[112] Usina Goiabeiras-PE: 1- casa de trabalhadores, 2- hotel, 3- roçados, 4- matadouro, 5- pastagem, 6- mercado, 7- lugar da feira, 8- entreposto de peças de reserva, 9- telheiro de pastagem, 10- lenha para a fornalha, 11- reservatório, 12- casa dos moradores, 13- armazém dos subprodutos do açúcar, 14- caixa d'água, 15- chaminé, 16- destilaria, 17- armazém, 18- usina, 19- casa da cana (armazém), 20- administração, 21- casa grande, 22- casa de moradores, 23- escola, 24- campo de futebol, 25- igreja, 26- cinema, 27- casa do interventor, 28- cooperativa, 29- parada de ônibus, A- conjunto de casas, B- casa do administrador. Fonte: Garcia (1977, p.36)

Mas os alunos da propriedade da Usina Santa Helena pertenciam a dois distintos grupos: os filhos de funcionários "de categoria" e os filhos de "modestos lavradores". Ao que parece, essa diferença de tratamento vinha trazendo alguns inconvenientes que obrigaram a empresa a adotar um fardamento único, além de fornecer material para todos os alunos. Há razões para suspeitar, na própria leitura da notícia, que os filhos de altos funcionários e os filhos dos camponeses tinham acesso a diferentes tipos de educação.

A idéia da direção da usina, já esquematizada nos planos da empresa, segundo a propaganda veiculada em jornal, era construir um conjunto social onde a "Escola se encontra em plano superior", realizando, inclusive, o aprendizado profissional. Porém, as oficinas da empresa já se prestavam a tal objetivo:

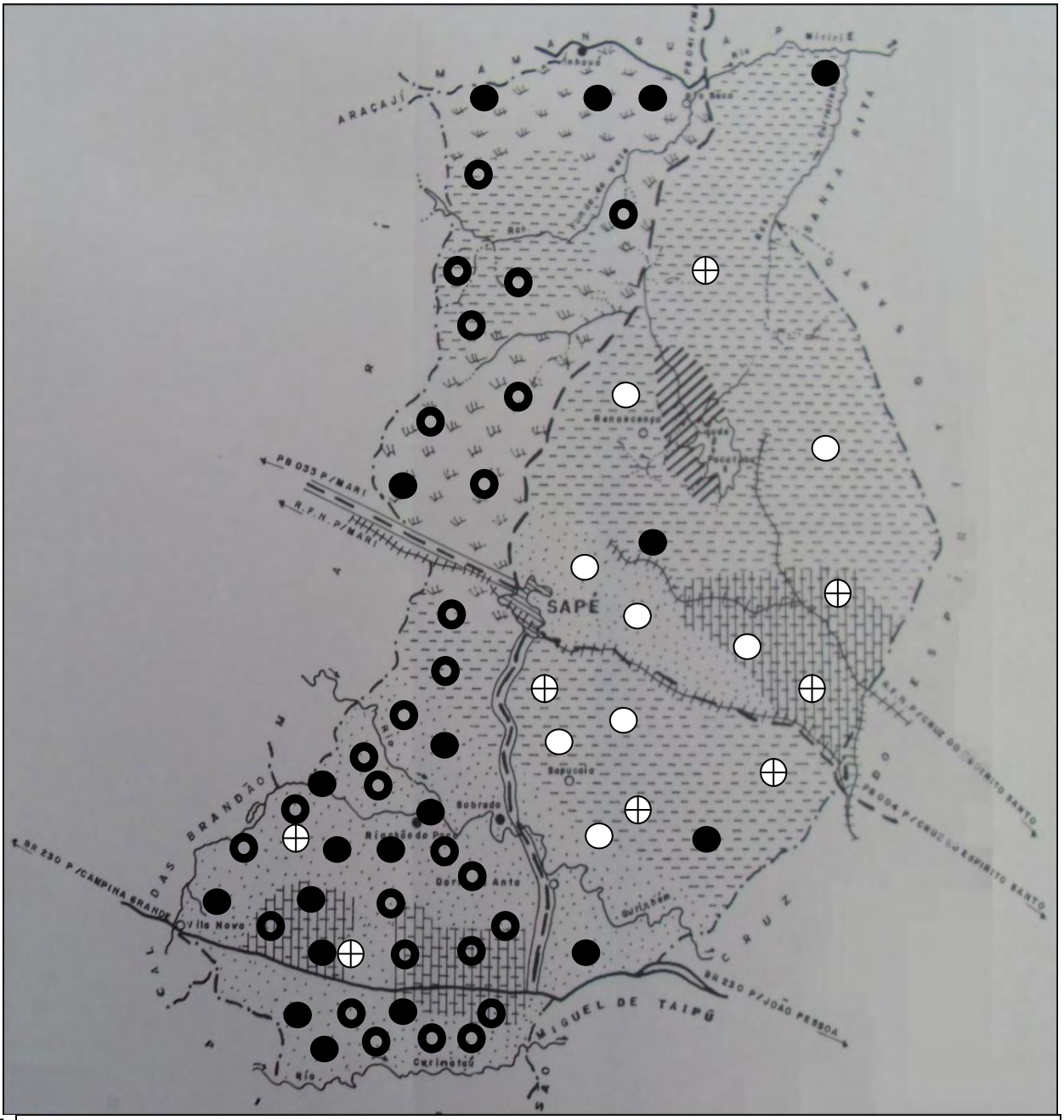
> Para isto nossas oficinas são escolas em que as crianças aprendem os ofícios mais diversos, tendo apenas de lamentar que, infelizmente, por motivos vários, não podemos aproveitá-las no seu total, deficiência que é universal, razão porque os grandes centros existem escolas especializadas, como o SENAI, que suprem as necessidades das indústrias (Ibdem.).

A usina oferecia aos funcionários especializados e seus filhos, bolsas de estudo para os primeiros classificados nos cursos, pagamento de passagens para quem estudasse fora da propriedade e cursos técnicos para ampliação de conhecimentos. Já aos filhos dos lavradores cabiam as escolas primárias públicas e as oficinas-escolas para o aproveitamento de funcionários qualificados dentro da própria usina.

Os recursos financeiros que mantinham estruturas desse tipo em toda região da Várzea do Paraíba não eram oriundos somente de investimentos próprios dos grandes proprietários rurais, mas de parcerias com os Serviços de Extensão Rural, representados pelo Serviço Social Rural (SSR) que, na década de 1960, seria o coordenador de outras entidades que poderiam colaborar para o "desenvolvimento" do homem do campo, tais como: o Serviço de Aprendizado Rural (SAR), a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) e a Associação Nacional de Crédito e Assistência Rural (ANCAR).[113]

[113] Jornal A Imprensa, de 03/12/1961.

Mapa 03
Distribuição das Escolas Governamentais no Município de Sapé
Final da década de 1960



LEGENDA

Abacaxi		●	**Escola Municipal**
Cana de Açúcar		⊕	**Escola Estadual**
Cana de Açúcar e Feijão (consorciados)		◉	**Escola Municipal na casa do professor**
Culturas diversificadas (milho, feijão, mandioca)		○	**Escola Municipal em sala cedida**
Reserva Florestal de Pacatuba			

Fonte: Perfil Municipal de Sapé, 1985.

Os Serviços de Extensão eram dirigidos à família agricultora e toda ela participava dos projetos executados. Os adultos recebiam novos conhecimentos sobre agricultura, pecuária, combate a doenças e pragas das plantas, adubação do solo, armazenagem, saneamento básico na propriedade, práticas de higiene pessoal, educação alimentar, educação para a saúde, melhoramento do lar, conservação de alimentos e outras práticas[114]. Os jovens recebiam atenção especial e, tanto os rapazes quanto as moças, eram iniciados em todas as práticas realizadas pelos adultos. Ponto importante para a organização de grupos de adultos e jovens, era a inseparabilidade de sexos - grupos mistos denominados Clubes 4S, Futuros Fazendeiros e outros. Por isso, os cursos da "Escola Social" da Usina Santa Helena e São João eram destinados a mulheres e homens.

Essas iniciativas pareciam funcionar bem dentro da estrutura de dominação preexistente dentro das usinas da região. Como a feira e a Igreja, a escola era uma instituição que dependia do poder do usineiro, integrando-se no universo fechado, de tal forma, que sua organização facilitava o processo de limitação dos horizontes mentais dos membros da usina, afastando-os e isolando-os do mundo (GARCIA JR., 1990), daí a comum e emblemática distinção entre os moradores dos complexos usineiros de "povo da usina" e o "povo de fora". (GARCIA-PARPET, 2008) Ao estabelecer um relacionamento personalizado e paternalista, e proporcionar atividades médicas, religiosas, recreativas e educacionais, a usina criava uma situação de permanente dependência dos trabalhadores à sua administração. Uma relação similar estabalecia-se nas fazendas produtoras de cana-de-açúcar adjacentes às usinas. Dessa forma, todos os interesses da esfera produtiva passavam a invadir outras esferas da vida cotidiana, submetendo o trabalhador e seu grupo doméstico às necessidades da produção. A imposição de normas e regras, e o uso de aparelhos coercitivos (polícia particular) mesclados com formas mais sutis de controle e vigilância permitiam que boa parte da vida do trabalhador se passasse sob os olhos vigilantes do patrão. A escola (ou a falta dela) parece ter sido elemento estratégico desse controle.

No município de Sapé, a disposição dos estabelecimentos de ensino pela zona rural na década de 1960 (ver mapa 03) aponta para um forte controle da instalação de escolas no interior dos latifúndios. A maioria das escolas municipais situadas em prédios próprios concentrava-se nas áreas de consórcio de culturas ou de plantios de

[114] Conferir site: www.asbraer.com.br – Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e de Extensão Rural, acessado em 08/07/2009, às 18:10 h.

subsistência – locais mais distantes da influência direta dos *senhores* de terra. Já nas áreas monocultoras de abacaxi ou de cana-de-açúcar não só o número de escolas é reduzido, se comparado às outras áreas, como predominavam as escolas estaduais e as escolas municipais em salas cedidas. A rarefação de escolas na referida área pode indicar, corroborando as impressões de alguns entrevistados, a resistência dos grandes proprietários rurais à implantação de escolas em suas terras, como forma de manutenção do controle sobre a produção e a vida social de seus moradores. Observe-se, que, as poucas escolas existentes nas áreas monocultoras (ainda de acordo com o mapa), eram provavelmente fruto de um entendimento político dos grandes proprietários com as lideranças do governo estadual e da própria administração municipal de Sapé, pertencendo ambas as partes – latifundiário e gestor - aos mesmos partidos políticos (alinhados ideologicamente), e, não raro, oriundas do mesmo grupo familiar. Desse ponto de vista a criação dessas escolas, certamente conduzidas por professores indicados pelos *senhores de terra,* pode ser vista como uma estratégia denominada por Bourdieu (apud RÊGO, 2008, p. 79) como "sociodicéia", visto que objetivava legitimar a dominação e seus fundamentos, ao torná-los mais aceitáveis.

Como observa Marin (2008, p.130), num estudo sobre a infância camponesa, diante da precariedade do sistema público de ensino primário, algumas escolas eram edificadas por iniciativa de grandes proprietários, que contratavam professores para ensinar leitura, escrita e as quatro operações da matemática para os filhos dos camponeses estabelecidos em suas fazendas ou em fazendas próximas. Os mestres eram escolhidos entre pessoas de confiança do latifundiário na comunidade, ou vinham de fora da propriedade, residindo assim, durante três ou quatro meses na sede das fazendas. Em ambos os casos, geralmente, improvisavam as salas de aula em galpões, casas do fazendeiro, ou em ranchos de palha coberto de folhas de palmeira. A permanência de professores nas fazendas, prossegue o autor, era constantemente abreviada pelos desentendimentos com os proprietários. Nesse quesito, basta recordar que o jornal maçônico *A Ordem*, noticiava, nesse período, a realização de uma "Semana Pedagógica" em Campina Grande-PB, ocasião em que uma professora afirmou "não se poder fazer ensino rural debaixo da feitoria dos latifúndios". (GURJÃO, 1994, p.148)

Os debates sobre educação estendiam-se igualmente às entidades ruralistas, ocupando lugar entre os debates políticos cada vez mais acirrados. Na Revista da Sociedade Rural Brasileira (SRB) na seção de "Sugestões para o estudo da reforma agrária", a SRB creditava parte do problema agrário à questão do ensino rural e a

subsequente deficiência da mão de obra no campo, defendendo como solução para a "falta de operários agrícolas" preparados, a adoção do sistema de "Escolas Práticas de Agricultura", tais quais as recentemente criadas por Fernando Costa em São Paulo, sob inspiração do modelo holandês. Mas a revista alertava aos seus leitores sobre os perigos da mobilização camponesa que começava a ganhar corpo em vários pontos do país: "Tais dificuldades se agravaram ultimamente com a infiltração de idéias extremistas e a propaganda subversiva nos meios rurais, que vem fazendo com que o operariado agrícola só reclame direitos, sem conhecer seus deveres". [115]

Já em palestra pronunciada numa reunião da Associação dos Ruralistas de Sapé (A Imprensa, 03/12/1961), o jornalista Lingard Miller Paiva defendia que o homem "primário" deveria ser dirigido e orientado. E o trabalhador do campo era considerado por ele, sob muitos aspectos, um "primário". Tornar-se-ia necessário despertar-lhe, através de escolas, o estímulo, a coragem, a orientação, a amizade, a confiança e o conhecimento dos problemas: "prepará-lo para enfrentar as vicissitudes de seu próprio meio". Para isso, era necessário educá-lo:

> O problema de educar a massa é complexo. Mas dentro da população de trabalhadores rurais existem líderes naturais. O trabalho consiste pois em relacionar esses líderes e treiná-los para a função de liderança. Liderança de uma classe que hoje é marginal. Saber dar a essa classe estrutura e proteção para que ela progrida e faça progredirem elementos que a constituem. (Ibdem.).

Na opinião de Lingard, o Serviço Social Rural, por sua estrutura, era a entidade ideal para treinar os líderes rurais em cursos especiais, orientando-os para dirigirem a classe num clima de "perfeita confiança". Mesmo que esses líderes fossem analfabetos, seriam preparados através de modernos recursos audio-visuais que lhe dariam a noção de responsabilidade. O discurso apresentado reproduz a imagem do homem rural analfabeto como incapaz, incompleto, despreparado, alienado, isolado e desinformado. Na verdade, pretendia-se, a partir desses cursos, preparar "agentes de emancipação" que conduzissem o "rurícola primário", e se contrapusessem às agitações das Ligas Camponesas de Sapé.

Entretanto, o depoimento da professora Felícia Moraes, mostra como os moradores do campo podiam tomar outro caminho, e resistir à ideologia disseminada

[115] Fonte: *Revista da Sociedade Rural Brasileira*, ano XXVIII, nº 332, maio, 1948, p. 37-38. e *A Rural*, ano XXXVIII, nº 446, junho, 1958, p. 65,-67.

nas aulas dos Serviços de Extensão ou nas salas de aula sob tutela dos grandes latifundiários, por não atender às suas expectativas.

Os alunos de Felícia foram alguns desses andarilhos. A professora, então com vinte e dois anos, trabalhava no Serviço de Extensão Rural (SER) nas cidades de Guarabira e Sapé, entre os anos 1961/1963. O SER vinculava-se à Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR), criada com sede em Recife, em 1954, e que tinha como objetivo, proporcionar o crédito supervisionado ao pequeno produtor rural, além de "educá-lo, com a sua família, no sentido da prática de novos hábitos de produtividade, de higiene e de relações humanas" (jornal Evolução, de 05 a 11/01/1959). Na visão de Felícia, Sapé era uma região "muito quente" pela presença das Ligas Camponesas, e o SER, principalmente pelos fortes vínculos com a Igreja Católica "reacionária", era um serviço que "não atendia à realidade local". Sua fala, nesse momento, se aproxima de uma idéia recorrente em diversos depoimentos camponeses, de que as Ligas ou seus redutos eram "quentes", em contraposição aos sindicatos que eram considerados "frios" – conquanto, para outros entrevistados as Ligas e os sindicatos pudessem ser vistos como "duas encostas de um movimento"[116], persistia no imaginário de muitos camponeses a noção de que as Ligas eram mais atuantes, arrojadas, independentes e até violentas, que os novos sindicatos rurais.

As memórias de Felícia vão reconstruindo as impressões/sensações de uma reunião do SER com os camponeses, na qual ficam patentes os interesses políticos divergentes:

> Lembro que uma das coisas que mais me chocou nesse trabalho foi uma reunião com lavradores que queriam a diminuição do foro, da parceria, do pagamento ao latifundiário. Mas a Extensão não se usava dar voz aos lavradores. A pressão para que nós não nos envolvêssemos na política local e nem desenvolvêssemos qualquer atividade política dentro do trabalho era grande. Isso me trazia uma contradição enorme e me deixava numa situação muito difícil. Como era possível fazer um trabalho com aqueles lavradores, naquelas condições, sem tomar uma posição? (Depoimento de Felícia Moraes, in: Cadernos de Educação Popular 10, 1986, p.26).

A adesão de Felícia ao SER foi uma escolha individual: queria ganhar seu próprio dinheiro e não depender mais da família. Entretanto, a sua angústia traduz os

[116] Expressão de Aspásia Camargo, Brésil Nord-Est: Mouvements Paysans et Crise (apud DABAT, 2004, p.186).

ressentimentos dos camponeses que, certamente, eram abordados em sala de aula, tornando difícil a sua situação. A decepção com a postura da diretoria do Serviço e o contato com os anseios educativos do Movimento Camponês levaram Felícia a procurar aproximação, primeiro, com o Partido Comunista, e, depois, com a equipe do Movimento de Educação de Base (MEB). No "contrapelo" de suas palavras é perceptível como homens simples e na maioria dos casos sem instrução, muitos deles moradores e lavradores, podiam denunciar em linguagem singela, mas firme, a falta de assistência ao trabalhador rural em suas diferentes ocupações (lavradores, meeiros, moradores, vaqueiros), sem garantias do uso da terra, à mercê do proprietário, sem salário mínimo, sem escola para os filhos, sem assistência médica adequada, vivendo de seu próprio trabalho e colhendo da terra alheia o sustento para si e para a sua família.

É nesse contexto que começam a surgir as primeiras mobilizações da Liga Camponesa de Sapé em prol de escolas que estivessem alinhadas com os interesses da resistência campesina. As comissões formadas nas Assembléias Gerais começavam a freqüentar a sede da Prefeitura de Sapé e o Palácio do Governo, multiplicando as solicitações por escolas que pudessem atender à grande massa de camponeses analfabetos.

Pressionado pelas comissões da Liga Camponesa, o governador Pedro Gondim, resolve instalar algumas salas de alfabetização de adultos do SIREPA em Sapé, ainda em 1959. A monitora do SIREPA Isabel Regina Reis foi designada pela Portaria nº 63, de 03/05/1959, expedida pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado, setor de Educação de Adultos, para exercer o cargo de professora do Ensino Primário Supletivo em São Salvador, no município de Sapé. A mesma monitora foi novamente designada para exercer a mesma função, no ano de 1960, através de Portaria s/nº, de 01/06/1960. Esses documentos evidenciam que a ação organizada da Liga de Sapé conseguiu, para o município, uma sala do Sistema Rádio-Educativo antes dos planos de expansão do programa, elaborados somente em 1962, para integrar o Plano de Emergência do governo federal. Esse interesse é confirmado pela primeira coordenadora do SIREPA, Alice de Souza Rolim, quando revela as reiteradas solicitações das Ligas Camponesas de Sapé, Rio Tinto e Mamanguape, por escolas radiofônicas nas comunidades rurais sob suas influências.[117]

[117] Entrevista concedida em Assis (1984, p.213).

Segundo Scocuglia (2003, p. 21), na Paraíba, o secretário de Educação, Pedro Nicodemus, entregava, em maio de 1959, os trinta primeiros receptores para o Sistema Rádio-Educativo, após um convênio do governo do estado com o Ministério da Educação e Cultura (MEC). Como resultado da expansão do programa, a partir de 1963, a equipe do SIREPA instalou diversas escolas radiofônicas na cidade de João Pessoa. Em seguida, várias dessas escolas foram instaladas também nas zonas rurais de município mais próximos. As aulas radiofônicas eram instaladas por meio de "entendimento com as autoridades de cada município", e no "contato com os líderes de cada região" – inclusive, para a indicação dos monitores e o mapeamento das necessidades educativas dos municípios. Informa ainda Scocuglia (Ibdem., p. 37), que, nesse primeiro momento de expansão, em um mês foram instaladas trinta escolas nos seguintes municípios: João Pessoa (quatro), Bayeux (três), Santa Rita (duas), Sapé (nove), Rio Tinto (três), Cabedelo (uma) Mamanguape (uma) Solânea (uma) e Princesa Isabel (uma). E prossegue, esclarecendo que 40% dessas escolas radiofônicas concentravam-se nas zonas rurais de atuação das ligas camponesas ou nas cidades de sindicalismo forte.

A expansão do SIREPA foi consolidada ao longo do ano de 1963, conforme mostra a exposição do programa realizada no município de Guarabira, em 22/11/1963, consolidando a tendência na instalação de salas de aula nas zonas de influência das Ligas Camponesas:

Quadro 15
Municípios e escolas do SIREPA instaladas no segundo semestre de 1963

Municípios	Número de escolas
Juripiranga	14
Mamanguape	10
Sapé	20
Santa Rita	10
S. M. de Taipú	07
Serraria	05
Pitimbu	05
Bananeiras	03
Mari	03
Princesa Isabel	02
Cabedelo	01

Fonte: Exposição do SIREPA em Guarabira, 22/11/1963. In: Scocuglia (2003, p.39).

Vale à pena relembrar o depoimento de Isabel Regina Reis, para constatar a mobilização da Liga Camponesa pela implantação das escolas radiofônicas no município de Sapé, quando estas já funcionavam ou estavam prestes a funcionar em João Pessoa. Após comentar sobre o fechamento arbitrário de uma dessas escolas por proprietários de Sapé, resistentes à idéia das aulas, Isabel é perguntada por Van Ham se essas salas não poderiam ser instaladas nas zonas urbanas. Sua negativa representa a plena consciência dos camponeses acerca da disposição geográfica das escolas, pensadas especificamente para o trabalho de alfabetização no campo e reforça a falta de escolas públicas no meio rural: "Não. Era na zona rural. Porque na cidade já tinha muitas escolas. Não existia assim, colégio como existe hoje. Que esses colégios não foi fundado tão de repente assim não" (in: VAN HAM, 2006, p. 222-223).

Outra estratégia da Liga de Sapé foi o contato com a Campanha de Educação Popular (CEPLAR), nos atos públicos realizados no período das grandes manifestações com vistas à criação dos sindicatos rurais, em 1963. Porto e Lage (1995, p.117) afirmam que, em Sapé, o primeiro contato partiu da CEPLAR e se deu num comício na região de Café-do-Vento, zona rural do município, com ampla manifestação de camponeses. De acordo com as autoras, essa manifestação foi usada como meio para o lançamento dos cursos de alfabetização naquela região. Após os discursos dos dirigentes da Liga, um membro da Campanha convocou as pessoas interessadas pela alfabetização de adultos para uma reunião imediata, numa sala reservada com antecedência para esse fim. Cerca de vinte pessoas teriam se apresentado e, entre essas, Pedro Fazendeiro, que veio a ser o organizador das reuniões que se sucederam e o elemento de ligação da CEPLAR com o campo.

Entretanto, quinze anos depois de ter escrito o livro *Ceplar: História de um Sonho Coletivo*, uma das autoras, Iveline Lucena da Costa Lage tem percepção um pouco diferente dos fatos:

> Não fomos nós que fomos à Liga. A Liga veio a nós. Claro, nós estávamos, pelo menos que eu me lembre. Eles vieram a nós porque nós... até porque a gente tava... na área, né? E a gente foi buscar, mas que eu saiba, e é até meio difícil de dizer porque...no final das contas, todo mundo que participava, se conhecia. Todo mundo tava falando... trocando idéias... (Depoimento de Iveline Lucena, em 26/10/2009).

A atmosfera política efervescente com a participação simultânea de vários grupos e organizações como PCB, AP, Polop, Porp, o Grupo dos 11, os Julianistas, o

movimento estudantil e a Igreja Católica[118], em prol do Movimento Camponês, torna difícil para Iveline identificar de onde partiu a iniciativa de implantar os círculos de cultura da CEPLAR na região de Sapé, mas ela acredita que a Liga Camponesa deu o primeiro passo nessa direção.

Segundo a entrevistada, a história das "Ligas Camponesas" lhe ficou um pouco vaga na memória, mas se recorda que a equipe da CEPLAR participava de todos os comícios e passeatas das Ligas para a formação dos sindicatos. Mas ressalva que não participou das primeiras articulações com os dirigentes da Liga de Sapé acerca dos interesses educativos dos camponeses, etapa que ficou sob responsabilidade de Dorinha (Maria das Dores Paiva de Oliveira Porto). Só depois dessas primeiras reuniões é que toda a equipe da Campanha dirigiu-se a Sapé para iniciar o estudo do universo vocabular das localidades. Esse trabalho inicial precisou de muita gente da CEPLAR, pois havia muitos camponeses interessados nas aulas e as entrevistas para o levantamento do universo vocabular eram individuais. Entrevistas que foram realizadas no galpão de uma fazenda que não lembra onde fica, e justifica-se: tem um pouco a ver com a forma de "funcionamento de sua mente", não sendo atenta às localizações geográficas, mas ao conteúdo dos "eventos". Mas garante que poderia, se tivesse habilidade, desenhar com perfeição os traços do prédio que retém com nitidez na memória.

Os futuros alfabetizadores eram escolhidos pelos próprios camponeses e os critérios para a seleção diziam respeito ao comprometimento do candidato com a luta camponesa. Enquanto os membros da Liga realizavam a triagem para escolha dos professores, a CEPLAR preparava os indivíduos encaminhados. Na memória da entrevistada ficou registrada a forte presença de uma alfabetizadora que freqüentou os cursos da Campanha, e que era "muito ligada à direção das Ligas Camponesas". Provavelmente, diz Iveline, era filha de alguma liderança do Movimento, que poderia ser Elizabeth Teixeira ou Pedro Fazendeiro – não lembra ao certo. Esse fato foi marcante porque as coordenadoras da CEPLAR sabiam que ela era uma pessoa envolvida com a resistência camponesa, e para a depoente, a presença dessa figura importante, dava-lhe a sensação de estar contribuindo para a formação daquelas pessoas responsáveis pelas Ligas, e assim, estar fazendo alguma coisa pelo Movimento.

[118] AP (Ação Popular); Polop (Política Operária); Grupo dos Onze, organização proposta pelo deputado federal do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola; Porp (Partido Obrero Revolucionário Trotskista).

Quase cinqüenta anos depois Iveline Lucena reexamina suas memórias, como quem folheia novamente um diário íntimo guardado há muitos anos em lugar seguro. A força de suas declarações exprime, nos planos da "realidade" e no da imaginação, a crença de todos os envolvidos, inclusive os camponeses, no poder de transformação política, em torno do qual gravitava o interesse pela educação:

> Sapé era uma coisa muito forte no... imaginário [enfática] da gente no momento né? A gente achava que ali estava o começo de tudo e ali era o foco de toda transformação. Então Sapé era assim, como a "menina dos olhos". Tinha dois lugares fortes: Sapé pela força das Ligas Camponesas e Rio Tinto, pela organização que existia lá, que tinha um... o juiz Ximenes, né? Ele tinha um trabalho já muito bem organizado e o vereador lá que eu não me lembro mais o nome dele. Então, Rio Tinto era o outro foco importante, agora só que Rio Tinto, a gente tava lá, como mais...né? Dando apoio na parte de educação, enquanto que em Sapé a gente tinha a sensação de estar começando ali. Em Rio Tinto a gente chegava e já tinha um trabalho surgindo antes, e tava em efervescência, e agente tava no meio, Em Sapé era aquela sensação de que você ta ... sei lá... fazendo...as coisas surgirem, fazendo, realmente transformando o mundo. Essa era a sensação. E a gente ia para lá para dar apoio às ligas camponesas, e isso era muito claro. E era o nosso interesse era ajudar ao fortalecimento das ligas camponesas. (Depoimento de Iveline Lucena, em 26/10/2009).

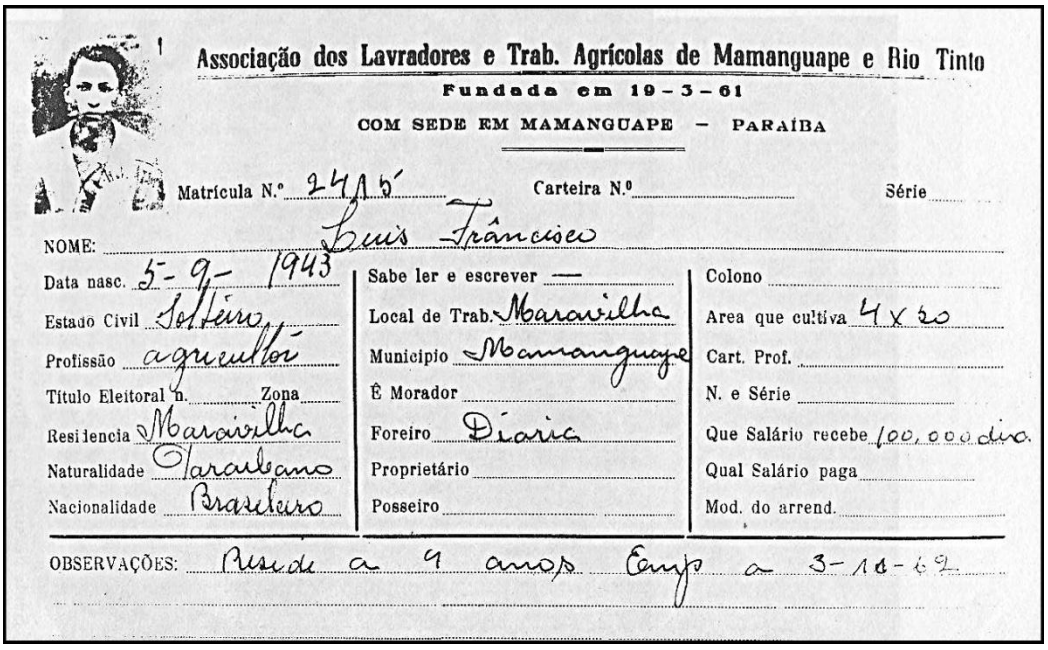
Quadro 16
Número de professores selecionados pela CEPLAR, por município (1963/1964)

Município	Nº de selecionados
João Pessoa	60
Santa Rita	24
Bayeux	09
Rio Tinto	28
Cabedelo	08
Sapé (Mari, Miriri)	20

Fonte: Porto & Lage (1995, p. 108)

Essa percepção reafirma-se com as informações trazidas pelo presidente da CEPLAR, João Alfredo Guimarães, de que a campanha alfabetizadora "incomodou muito" com a multiplicação de núcleos alfabetizadores na área conflagrada das Ligas

Camponesas e da chamada "Lila"[119]. Os oito locais escolhidos para a expansão do programa para o interior – Santa Rita, Bayeux, Espírito Santo, Cabedelo, Rio Tinto, Sapé, Mari e a área de Miriri – e dez bairros da capital, foram escolhidos pela forte atuação das organizações estudantis, operárias e camponesas e/ou locais de grande concentração de pobreza de João Pessoa. (SCOCUGLIA, 2003, p.99) Nos municípios de Sapé e Mari, considerados epicentros das ações das Ligas, foram implantados um total de doze núcleos do programa, sendo oitos destes em Sapé e outros quatro em Mari. (PORTO & LAGE, 1995, p.119)



Associação dos Lavradores e Trab. Agrícolas de Mamanguape e Rio Tinto

Fundada em 19-3-61

COM SEDE EM MAMANGUAPE – PARAÍBA

Matrícula N.º 2415 Carteira N.º Série

NOME: Luis Francisco

Data nasc. 5-9-1943 | Sabe ler e escrever — | Colono

Estado Civil Solteiro | Local de Trab. Maravilha | Area que cultiva 4 x 20

Profissão agricultor | Municipio Mamanguape | Cart. Prof.

Título Eleitoral n. Zona | É Morador | N. e Série

Residencia Maravilha | Foreiro Diaria | Que Salário recebe 100,000 dia

Naturalidade Paraibano | Proprietário | Qual Salário paga

Nacionalidade Brasileiro | Posseiro | Mod. do arrend.

OBSERVAÇÕES: Reside a 9 anos Empr a 3-10-62

Fig. 15 – A ficha dos associados da Liga Camponesa de Mamanguape e Rio Tinto mostra como os camponeses podiam estar atentos à questão da alfabetização de seus membros. Na matrícula de Luis Francisco percebe-se a existência do campo "Sabe ler e escrever", preenchido com um risco, indicando, provavelmente, a condição de "analfabeto" do associado. Esta situação devia repetir-se constantemente nos registros da entidade. A associação de Rio Tinto e Mamanguape foi uma das primeiras Ligas (juntamente com a de Sapé) a entrar em contato com a CEPLAR, na esperança de alfabetizar num curto espaço de tempo 60% dos analfabetos da cidade de Rio Tinto, que, segundo o jornal A União (08/11/1963), chegava a 4.375, entre as idades de 14 a 35 anos.
Fonte: Aued (1986, p. 169)

Os episódios apresentados se coadunam com a postura de Magda Soares (1990) quando questiona a ênfase que se costuma atribuir à alfabetização como instrumento de promoção de cidadania. Essa autora lembra que a educação é um

[119] "Lila": "Liga dos Latifundiários", designação pela qual ficou conhecida a Associação dos Proprietários Rurais da Paraíba, com estatutos aprovados em 26/04/1962. Também era chamada por muitos populares de "Liga da Morte" pelo grau de violência com o qual atuava contra os camponeses.

componente dos processos de conquista dos direitos sociais, civis e políticos, mas sublinha que a cidadania vai sendo construída, sobretudo, nas práticas sociais e políticas de resistência, organização, participação e reivindicação dos grupos populares.

Não é preciso multiplicar as histórias para perceber que, se entre os camponeses predominava a concepção de educação como conhecimento escolar, em menor escala, alguns trilhavam os caminhos de uma percepção política da educação.

Essas diferentes preocupações estavam presentes também na criação da Liga da Juventude Camponesa de Sapé, entidade que tinha por base "instruir o filho do camponês, nos diversos ramos sociais do estado". Além disso, a nova entidade prendia-se,

> (...) além da preparação do associado, no campo político-social, à luta de maior número de Escolas Populares, prática de Esporte no meio rural e ao combate do chamado "Regime do Cambão", isto é, trabalho obrigatório; finalmente , manterá intercâmbio permanente entre entidades culturais. (Correio da Paraíba, de 24/09/1963).

Não se sabe muito sobre essa associação, apenas que era um órgão dependente das Ligas Camponesas, e que seu primeiro presidente foi Abraão Teixeira, filho de João Pedro Teixeira, que era também supervisor e orientador da entidade. As poucas informações constantes nos jornais informam sobre uma grande mobilização em massa na cidade de Sapé empreendida pela "Juventude Camponesa", contra o fazendeiro João Barbosa, que teria ferido a tiros o filho do camponês José Odilon de Lima (Correio da Paraíba, de 23/11/1963).

Contudo, pode-se dizer, a princípio, que a "Juventude Camponesa" possuía o objetivo de promover a educação política dos jovens camponeses com ações que não se desligavam de um fim almejado – a continuidade da Luta nas novas gerações, promovida por Escolas Populares; pela inserção de novas atividades, até então, rarefeitas ou ausentes no meio rural (esportes); combate às práticas do latifúndio; e intercâmbios com outras entidades culturais. Os interesses da entidade reforçam a preocupação dos integrantes da Liga com a formação educacional das crianças e dos jovens, e reafirmam o processo educativo posto em prática pela Liga Camponesa de Sapé que, desde o início, em suas diversas atividades públicas ou secretas, buscou conscientizar o camponês de que a resistência era uma luta pela superação do estatuto fundiário.

Ao inserirem-se no campo de disputas políticas na década de 1950, e no período que imediatamente a sucedeu, as Ligas Camponesas colocavam também em evidência (e não se pode ser ingênuo nesse ponto) a educação como *locus* de embates. Se, por um lado, circulava entre os camponeses a concepção de que a educação passa pelas ações políticas, não se pode perder de vista que nas relações concretas (e múltiplas) de existência, os agricultores da Várzea conferiam significados variados à educação.

Se por um lado foi característica comum a alguns movimentos de alfabetização e educação popular nos anos 1960, como CEPLAR, MEB, MCP, e "Campanha De Pé no Chão se Aprende a Ler"[120], a aproximação das organizações sindicais e campesinas, no intuito de, mesmo numa perspectiva "romântica revolucionária ou utópica" (GERMANO, 2005, p.152) e dirigista, "conscientizar as massas", proporcionar a "elevação do nível cultural do povo", "transmitir os múltiplos aspectos da cultura popular"[121] e incorporar à sociedade milhares de proletários e camponeses; também é verdade que muitos trabalhadores urbanos e rurais podiam fazer o caminho inverso – aproveitarem-se das oportunidades abertas pelos movimentos e programas educacionais disponíveis para a consecução de seus objetivos, que podiam diferir sensivelmente das propostas originais dos programas em questão. A respeito, observe-se o que afirma o líder camponês maranhense Manoel da Conceição, em entrevista ao *O Pasquim*, quando perguntado sobre sua participação no curso do MEB:

> Exato. Daí foi que veio a consciência política (...) Bem, então com esse curso do MEB, comecei a entender os mecanismos de dominação (...) Então, meu caro, após o fim do curso, nós éramos 35 companheiros do campo (...). Começamos a trabalhar e fundar escolas de alfabetização, porque o trabalhador rural, nessa época, não adiantava falar pra ele em sindicato que ele nem sabia o que era isso. Então a gente fundava escola de alfabetização. Essa escola, rapaz, era interessante, porque era escola autônoma, construída pelo trabalhador local, professora eleita pelo trabalhador local. E paga também (...) pelo trabalhador local. E a gente aproveitava o MEB pra elevar o nível de consciência, de conhecimento (...). E essas professoras passavam a dar escolas aos trabalhadores no local (...) O fato é que por volta de agosto de 1963 nós já tínhamos vinte e

[120] MEB (Movimento de Educação de Base), lançado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em convênio com o Governo Federal, em março de 1961; MCP (Movimento de Cultura Popular), criado em maio de 1960, sob o patrocínio d Prefeitura do Recife, como sociedade civil autônoma; "De Pé no Chão Também se Aprende a Ler, deflagrada em natal, em 23/02/1961, pela Secretaria de Educação da Prefeitura de Natal-RN. (GÓES, 1980, p. 48)

[121] Anteprojeto de Lei s/nº, do Governo do Estado da Paraíba, que autoriza a elevar a subvenção concedida À CEPLAR.

> tantas, quase trinta escolas, fundadas com essas características próprias. Autônoma, independente. (O Pasquim, Rio de Janeiro, jan./1980, p.20-21, in: GERMANO, 1989, p.36-37)

E prossegue, agora respondendo à pergunta: "Como vocês implantaram a escola?":

> Fazia reunião na aldeia, discutia o analfabetismo, a pobreza, a miséria, uma série de coisas enfim. E nessas escolas, de dia as crianças lá aprendendo a ler, e para os adultos não era escola de aprender a ler, isso era muito secundário. Era muito mais escola de discutir os problemas da gente. E aí começou a apresentar problemas de gado, preço de produtos, grileiro que invade terras dos trabalhadores, jagunços que tomam o produto. E aí começou-se a crescer, crescer, crescer, até que elaboramos um programa de luta, um estatuto próprio, discutindo com os camponeses, os trabalhadores. (Id., Ibdem.)

Do mesmo modo, as iniciativas educacionais da Liga Camponesa de Sapé emergiam "por dentro" dos programas de educação popular implantados na região, em meio ao jogo político da manipulação pela implantação de escolas, geralmente desfavorável ao morador rural empobrecido, e aos discursos ruralistas que destituíam a cidadania dos analfabetos – se insurgiam, nos limites da legalidade, contra o poder limitador do latifúndio e à ausência dos poderes públicos locais na questão da educação nas zonas rurais.

Para Scocuglia (2003, p. 66) o SIREPA foi utilizado, voluntariamente ou não, para fins políticos e eleitoreiros pelas Ligas Camponesas paraibanas, cujos líderes ou pessoas indicadas por estes para a monitoria do programa abriam a "possibilidade e convencimento político, por meio da alfabetização". Em resumo, para o autor, o Sistema foi amplamente utilizado por essas lideranças camponesas para "a alfabetização política de seus filiados e simpatizantes".

Essa interferência "na luta" não era estranha, ao então, Secretário de Educação Nominando Diniz, já que a necessidade de alfabetização para o acesso ao direito de votar sempre foi uma referência e um incentivo à utilização política das campanhas de alfabetização dos anos 1960:

> Um grave problema então nos desafiou a coragem da iniciativa. Uma grande área estava em ebulição, pela luta das ligas camponesas e proprietários rurais. Aceitamos o desafio e passamos a instalar escolas nessa área conflagrada, visando subtrair um dos fatores dessa luta: o abandono educacional. Muitas vezes fomos mal compreendidos e acusados de cooperar com as Ligas, na sua briga com os proprietários rurais. Muitos chegaram a confundir o Sirepa, nessa região, com outros movimentos ou siglas [leia-se Ceplar] que nenhuma subordinação possuíam com a Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Paraíba.[122]

O que ocorria no microcosmo social de Sapé fazia revérbero às reflexões de Carnoy (1992, p.16) de que é comum em regiões que vivenciam um processo virtualmente revolucionário, a atração de pessoas para a escola a fim de atingir a população com uma mensagem ideológica. Porém,

> Não só a mensagem revolucionária deve ter algum atrativo que conduza as pessoas para a escola: a escolarização deve representar uma resposta a uma demanda existente por conhecimento, exatamente aquele conhecimento negado aos camponeses e operários na sociedade capitalista condicionada. Ao disseminar a alfabetização e as habilidades matemáticas, os movimentos revolucionários conferem uma auto-identificação em termos que já haviam sido em parte definidos pela sociedade capitalista precedente. As habilidades aprendidas na escola constituem resposta às demandas educacionais exacerbadas pelas enormes desigualdades do capitalismo condicionado.

Desse ponto de vista, imagens tão diferentes como a dos círculos de leitura de jornais "subversivos", a do lavrador que lê a cartilha debaixo da sombra de uma árvore e a de camponeses construindo (com árduo esforço) os próprios pavilhões onde funcionariam os círculos de cultura da CEPLAR, ganham um sentido comum de resistência. A dissidência camponesa começava na superação do medo ao fazendeiro, na participação de reuniões, comícios e passeatas, e se consolidava na exigência por escolas e postos de saúde. Para Elizabeth Teixeira[123] a dimensão da luta estava tão imbricada com a educacional, que perguntada sobre o nome da escola radiofônica da

[122] Entrevista de Nominando Diniz em artigo na Revista Aspecto (1976), in: Scocuglia (2003, p.68)
[123] Entrevista concedia em 09/10/2009.

qual foi professora entre os anos de 1962 e 1963, responde após pensar um pouco: “escola camponesa, escola do campo, camponesa”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Há sempre na escrita das considerações finais a esperança de que seus versos, ao modo de Boileau[124], mal ou bem, digam algo que faça a diferença. Nesse sentido, esta pesquisa, ao contrário da almejada pelo decrépito rei de Anatole France[125], é mais otimista e menos ambiciosa. Tentou propor, na medida de suas limitações, uma solução mais interessante, ao recusar o reducionismo de determinadas leituras, porque múltipla e aberta no espaço e no tempo. O que se quis foi "fazer um desvio", trabalhando sobre um tema geralmente marginal quando se trata sobre o assunto "Ligas Camponesas" – a educação.

Com certo tom de contestação (um tanto "suave" é verdade e), mais ou menos explícito ao longo dos capítulos, buscou-se reinserir a questão educacional no debate sobre o movimento das Ligas Camponesas da Paraíba, indicando que as iniciativas e discussões sobre educação, não só existiram, como foram um aspecto, se não primordial, mas relevante do ponto de vista da aglutinação de pessoas em tono das demandas (direitos), da organização elementar do movimento, na formulação de estratégias e nas práticas coletivas de assembléias, reuniões e atos públicos.

Posto no conjunto da sociedade, os temas conscientização e política parecem ter invadido diferentes espaços, na década de 1960, tornado-se a educação uma das questões centrais de diversos projetos de progresso/desenvolvimento do país. Simultaneamente, ia tomando corpo na esquerda brasileira, particularmente em setores intelectuais, estudantis e artísticos, uma visão positiva do camponês, como verdadeiro agente de transformação social, que se contrapunha à tradicional imagem negativa sobre o atraso político e cultural desse setor social.

Esses movimentos traduziram-se no campo, sobretudo, nas forças que, pela sua "agitação educativa", atuavam junto aos camponeses, e acreditavam no poder modificador da educação. Na Paraíba, em específico, esses grupos resumiram-se aos

---

[124] "Ma pensée au grand jour partout s'offre et s'expose, Et mon vers, bien ou mal, dit toujors quelque chose". [Meu pensamento se abre e se expõe em plena luz, E meu verso, mal ou bem, diz sempre alguma coisa".] (Schopenhauer, 2009, p. 86). Nicolas Boileau-Despréaux (1636-1711): crítico e poeta francês.

[125] Num conto do escritor francês (1844-1924), um rei, ao saber do pouco tempo de vida que lhe resta, contrata um grupo de historiadores para escrever a história do mundo desde os tempos pré-históricos, a fim de que possa conhecê-la. Próximo da morte, e como demorasse tal empreitada, insiste para que os sábios concentrem a obra para apresentá-lo. Por fim, morrendo e sem a conclusão do tratado, pede ao historiador decano que lhe conte resumidamente a história dos homens, ao que o historiador responde: "Eles nasceram, sofreram e morreram". (in DURANT, 1964, p.52)

partidos políticos e organizações de esquerda, ao movimento estudantil e a setores progressistas da Igreja Católica.

Talvez um pouco mais realista que o clima de "romantismo revolucionário" presente nessas iniciativas, o ponto de vista das lideranças da Liga Camponesa de Sapé defendia o aprendizado dos camponeses nos rudimentos da leitura e da escrita, como elemento cada vez mais imprescindível, no sentido de criar condições privilegiadas para o "despertar" da consciência política, que pudesse levar o camponês a decidir sobre seu destino. A importância da educação para os grupos diretórios da Liga de Sapé pode ser compreendida no universo de representações que permeou boa parte da esquerda brasileira, desde a Primeira República: acreditava-se na luta da razão contra a ignorância e a superstição, na luta do progresso contra o passado, na ciência e na educação. A ignorância era entendida como um dos principais inimigos, e só a instrução poderia ser o caminho da "conversão". Estender as "luzes" da ciência aos pobres significava prepará-los para enfrentar o inimigo e construir a sociedade futura.

Entretanto, houve uma divergência básica sobre a concretização desse trabalho educativo. De um lado o Partido Comunista Brasileiro (PCB), coerente com sua estratégia global de transformação, buscava levar a efeito a Reforma Agrária pela via parlamentar, pela implementação das reformas de base que assegurassem mudanças gradativas. Na década de 1960, o PCB propunha, cada vez mais claramente, uma transição pacífica ao socialismo, através do emprego tático de "acumulação de forças". Do outro lado, um grupo de militantes das Ligas que gravitava em torno de Francisco Julião, os chamados "Julianistas", descrentes dessas táticas, radicalizava cada vez mais o Movimento, apregoando a revolução socialista, fundamentada na luta armada e no campesinato como força hegemônica.

Quanto a essa divergência, segundo Rangel (2000) e Motta e Esteves (2009), não se pode absolutizar a oposição entre visões distintas no interior das Ligas. Se a oposição era mais exacerbada em Pernambuco, na Paraíba a questão foi mais complexa. Com base em sua pesquisa sobre a trajetória de João Pedro Teixeira, Rangel (Idem., p. 24) revela que o líder da Liga Camponesa de Sapé, assim como outras lideranças, foi influenciado tanto pelos escritos de Julião quanto pelos textos do PCB, partido pelo qual militava, o que permitiu à autora trabalhar com a hipótese de que a experiência das Ligas Camponesas só foi possível por ter havido a "confluência, de vários e sistemáticos empreendimentos".

Essa dinâmica pôde ser percebida também no que se refere especificamente ao campo da educação. O primeiro e mais sistemático desses "projetos" ou empreendimentos, incentivado tanto por integrantes do chamado "grupo de Assis Lemos" quanto por "Julianistas", apoiou-se no fato da Liga Camponesa de Sapé nunca ter rompido com os marcos da legalidade (talvez seu principal trunfo). O caráter "legalista" da associação levou-a a direcionar a demanda por escolas, sobretudo para o Estado. Perante o dúbio populismo do governador Pedro Gondim (1961-1966), a Liga de Sapé adotou a estratégia de reivindicar escolas junto ao Governo do Estado da Paraíba, sobretudo, através do Sistema Radioeducativo da Paraíba (SIREPA) e da Campanha de Educação Popular (CEPLAR). Ao contrário das Ligas Camponesas surgidas na década de 1940, ou mesmo da Liga Camponesa da Galiléia (1956), em Pernambuco, que fundaram suas próprias escolas de alfabetização para crianças e adultos; a Liga de Sapé, ao que tudo indica, debruçou-se sobre um projeto de maior envergadura, que se configurou no "fazer da luta", de acordo com as oportunidades oferecidas no momento histórico: beneficiar-se da expansão das campanhas de educação popular na década de 1960, no sentido de implantar "escolas radiofônicas" e "círculos de cultura", como forte incentivo para a alfabetização dos camponeses, e a subseqüente formação de novos eleitores.

De fato a Secretaria de Educação e Cultura do Estado tornou-se, como co-participe, direta ou indiretamente, um dos grandes promotores da educação popular entre os camponeses, via iniciativas como o SIREPA e a CEPLAR. No entanto, o descontentamento do camponês, que agora podia ser mobilizado pela esquerda política, não se resumia mais a reclamações e solicitações por escolas públicas. Passando para o plano da ação, esse descontentamento traduzia-se em resistência, sobretudo, na (re)apropriação por parte dos camponeses, das novas salas de aula, independentemente de suas instalações (palhoças, galpões ou em escolas rudimentares) e métodos (tradicionais ou progressistas), no intuito de constituir criativamente espaços educativos vinculados à luta camponesa. Os objetivos da "Juventude Camponesa de Sapé" mostram, inclusive, como alguns membros da Liga de Sapé pensavam já naquele momento, na construção de escolas populares cuja educação não negligenciasse o ideal de luta pela terra, preparando, assim, politicamente as novas gerações de "camponeses".

O segundo empreendimento educativo da Liga Camponesa de Sapé, na verdade um conjunto de diferentes empreendimentos, foi *ipso facto*, menos sistemático, e pôs em evidência outros processos em curso que, com lógicas muito distintas, porém,

complementares, procuravam ocupar não só um amplo espaço não-escolar, mas exercer um forte trabalho de proselitismo político. Essa "linha pedagógica" revelava-se nas reuniões na sede da Liga, nas Assembléias Gerais, nas cirandas, nos comícios "relâmpagos" das feiras e nos cursos preparatórios de teoria marxista-leninista ministrados pela Ligas Camponesas do Brasil.

Em alguns momentos é possível perceber no esforço voluntário de professores e alunos camponeses, uma aproximação dos discursos e práticas das assembléias, comícios e cirandas da Liga com as atividades e verbalizações presentes nas "salas de aula", como se estas últimas fossem uma extensão das atividades políticas da Liga de Sapé. As mesmas discussões travadas na sede da Liga repetiam-se nas salas do SIREPA e, provavelmente, nos círculos de cultura da CEPLAR. Podia-se, nesse sentido, entoar o "Hino do Camponês" com todo o simbolismo que o cerca, no I Congresso Nacional dos Camponeses, na sede das Ligas Camponesas ou nas "escolas camponesas" de Sapé.

As experiências camponesas projetam um novo campo de luta, no qual a educação começava a inserir-se como prática política de resistência. Se para uma grande parcela da população rural, e para muitos associados da Liga de Sapé, a educação prendia-se a motivos ligados à resolução de problemas mais imediatos e à crença de que a escolarização pudesse propiciar melhoria econômica das condições de vida; para um grupo numericamente menor, mas de acentuada atuação dentro da entidade, a escola, politicamente alinhada com os ideais de luta camponeses, já era vista como uma possibilidade de insurgência contra o poderio dos grandes proprietários e dos usineiros, que dentre outros artifícios de legitimação desse poder, manipulavam a implantação e o funcionamento de escolas em suas propriedades, com claros objetivos político-eleitorais.

Passava a circular entre os camponeses, entrecruzando-se com visões mais conservadoras, a concepção de que a educação tem uma relação com as ações políticas, do mesmo modo que a organização de um movimento requereria cada vez mais a participação de pessoas de "boa leitura". E nesse sentido, há de se ressaltar que, na percepção dos entrevistados, as habilidades de ler e escrever estavam diretamente associadas a outras habilidades/capacidades valorizadas dentro do movimento, como "falar bem", "entender das leis e das coisas" e ser "mais consciente".

A compreensão da educação dos camponeses requer a consideração desse conjunto de interesses antagônicos, embates e confrontos cujas implicações

repercutiriam também na condução política da associação. Houve no decorrer da luta cotidiana, muita divergência entre os associados sobre o caminho a percorrer para a execução de vários projetos, inclusive, os educacionais. Eram questões sobre as quais parece não ter havido consenso durante toda a história do movimento: o uso ou não de violência; se deveriam utilizar as armas legais ou programas de ação mais radicais; se o camponês deveria ser preparado politicamente ou conduzido por uma elite ideologicamente "esclarecida"; e se a educação e proselitismo por si só poderiam transformar a sociedade em que viviam. Para alguns, as Ligas se tornavam o instrumento de construção da sociedade futura; para outros, era só um espaço de propaganda política.

Talvez o que torne essa história mais interessante é pensar que os membros da Liga de Sapé, assim como os de outras Ligas, não se punham na posição de receptores passivos das mensagens, normas e códigos que circulavam no interior do movimento social, a fim de conscientizá-los, doutriná-los ou mesmo "abrirem suas mentes". Os camponeses participaram ativamente dos processos pedagógicos em ação, mas eles e elas, trabalhadores comuns que compunham o movimento, mantiveram distintas relações com as idéias e práticas da Liga: acolhida, ruptura, conformidade, resistência, crítica ou imprevisíveis combinações dessas e de outras respostas.

Não por acaso, junto com os episódios pontuados no campo da política (disputas eleitorais, invasões de terra e debates na Assembléia Geral); a memória popular explicita a diversidade na luta cotidiana dos camponeses pelo processo de alfabetização, em episódios ordinários que surgem envoltos nos reiterados pedidos por escolas ao governo estadual; na hesitação entre a necessidade de educação e do trabalho; nas dificuldades do estudo solitário da "Carta do ABC", da "Cartilha do Povo" ou das tabuadas; nos "subversivos" círculos de leitura de jornais; e na possibilidade de melhoria de vida associada a uma melhor inserção no mundo do trabalho.

Agindo de acordo com racionalidades e lógicas próprias os camponeses paraibanos podiam se vincular tanto a tradições históricas particulares quanto a experiências vivenciadas a partir de um "senso de mudança" propiciado pela moldura do efervescente contexto sócio-político. Isto significa dizer que a relação entre política e educação na Liga Camponesa de Sapé poderia ser mais bem compreendida através da metáfora da bricolagem, como re-utilização, para fins pragmáticos momentâneos, de elementos tomados de empréstimo de sistemas e tempos heterogêneos. Essa reflexão permite um outro modo de ler a dimensão educacional da Liga de Sapé: suas idéias e

práticas se encontravam num “entre-lugar” situado no paradoxo (mais aparente do que real) entre a inovação e a conservação, que entrelaçados na “tapeçaria da história” pareceram caminhar sempre juntos. Um lugar que não foi inteiramente inovação, nem totalmente tradição; nem conformismo, nem ardor revolucionário; mas um lugar ambíguo que permitiu a coexistência de múltiplas “receitas” de sobrevivência, resistência e de esperança por uma vida melhor.

REFERÊNCIAS:

a) Bibliográficas

AFONSO, Almerindo Janela. **Os lugares da educação**. In: VON SIMSON, PARK e FERNANDES (org.). educação não-formal: cenários da criação. – Campinas, SP: Editora da Unicamp/Centro de memória, 2001.

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. – Rio de janeiro: Editora FGV, 2004.

_____. **Manual de história oral**. – 3. Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **História: a arte de inventar o passado**. Ensaios de teoria da história. – Bauru, SP: Edusc, 2007.

ALVES, Janicleide Martins de Morais. **Pedro Fazendeiro**: trajetória, luta e dor de um líder. 2006. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Centro de Ciências Humanas, Letra e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

ANDRADE, Plauto Mesquita de. **A urbanização desloca o centro do poder político** (interpretação sócio-econômica das eleições de 1982, em Sapé). Texto/UFPB/NDIHR – nº 16 – Setembro.

ARANTES, Haroldo Lima Aldo. **História da Ação popular da Juc ao PC do B**. – São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1984.

ASSIS, Geovani Soares de. **Educação: conservação e mudança**: uma análise da proposta educativa do sistema rádio educativo da Paraíba (SIREPA). 1984. 233f. Dissertação. Mestrado em Educação da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

AUED, Bernadete W. **A vitória dos Vencidos**: Partido Comunista Brasileiro e Ligas Camponesas(1955-1964). – Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

AUSTER, Paul. **A invenção da solidão**. – São Paulo: Editora Best Seller, 1982.

AZEVEDO, Fernando Antônio Farias de. **As ligas camponesas** – campesinato e política (1955-1964), 1980, 165f. Dissertação. Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia – PIMES. Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

BANDEIRA, Lourdes Maria.; MIELE, Neide.; SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **Eu marcharei na tua luta** – a vida de Elizabeth Teixeira. – João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.

BARBOSA, Diana Moura. **Debate intelectual ganha cores fortes**. In: BARRETO, Túlio; FERREIRA, Laurindo. Na trilha do Golpe: 1964 revisitado. – Recife: A Fundação; Editora Massangana, 2004.

BARRETO, Túlio Velho; FERREIRA, Laurindo (org.). **Na trilha do golpe: 1964 revisitado**/Instituto de Pesqusas Sociais. – Recife: A Fundação; Editora Massangana, 2004

BARRIGUELLI, José Cláudio. **Subsídios à história das lutas no campo em São Paulo** (1870-1956). – São Carlos. Arquivo de História Contemporânea, vol. I: Ufscar, 1981a.

_____. **Subsídios à história das lutas no campo em São Paulo** (1870-1956). – São Carlos. Arquivo de História Contemporânea, vol. II: Ufscar, 1981b.

BASTIDE, Roger. **"A propósito da poesia como método sociológico"**. In: PEREIRA de QUEIROZ, M.I. (org.). Roger Bastide: Sociologia. – São Paulo: Ática, 1983.

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Política e educação popular: a teoria e a prática de Paulo Freire no Brasil**. – Brasília: Líber Livro, 2008.

BENEVIDES, Cezar. **Camponeses em marcha**. – Brasil: Paz e Terra, 1985.

BENJAMIN, Walter. **Observações básicas sobre uma radiopeça**. in: Documentos da cultura, documentos de barbárie. – São Paulo: Cultrix, 1986.

_____. **Experiência e pobreza**. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. Magia e técnica, arte e política. Obras escolhidas. 3. ed. – São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. **O conceito de história**. in: Magia e técnica, arte e política. – São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERTOLETTI, Estela Natalina Mantovani. **Lourenço Filho e a alfabetização**: um estudo da Cartilha do Povo e da cartilha, upa, cavalinho!. – São Paulo: Editora UNESP, 2006.

BEZERRA, Gregório. **Memórias**. Primeira parte: 1900-1945. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

BHABHA, Homi. **O lugar da cultura**. – Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

BLONDEL, Jean. **As condições da vida política no estado da Paraíba**. – Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1957. 2. Ed. Reimpressão (facsimilar), Assembléia Legislativa-PB. João Pessoa: A Uniao, 1994.

BOGO, Ademar (org.). **Teoria da organização política III**: escritos de SunTzu, Maquiavel, Calusewitz, Trotsky, Giap, Fidel Castro, Carlos Fonseca, Florestan Fernandes. – 1. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2008.

BRESCIANI, Stella. & NAXARA, Márcia. (org.) **Memória e (res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

BUFFA, Ester. **Práticas e fontes de pesquisa em história da educação**. In: JÚNIOR, Décio Gatti, FILHO, Geraldo Inácio. (org.). História da perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações. – Uberlândia, MG: EDUFU, 2005.

BUFFA, Esther & NOSELLA, Paolo. **A educação negada**: introdução ao estudo da educação brasileira contemporânea – 3ª Ed. – São Paulo, Cortez, 2001.

BURKE, Peter. **Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro**. In _____. (org.). A escrita da história: novas perspectivas. – São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

_____. **O que é história cultural?** – 2 ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

CALADO, Alder Júlio Ferreira. **Educação popular nos movimentos sociais no campo**. in SCOCUGLIA, Afonso Celso e NETO, José Francisco de Melo (org.). Educação popular: outros caminhos. - João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1999.

CALLADO, Antonio. **Tempo de Arraes: a revolução sem violência**. – 2. ed. – Rio de Janeiro: paz e Terra, 1979.

CAMPOS, Paulo Mendes. **Para Maria das Graças**. in: BARBADINHO NETO, Raimundo. Antologia de textos do modernismo: com uma untrodução sobre os escritores modernistas brasileiros diante do problema da língua. – Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1982.

CARMO, S.I.S. **Discurso, sociedade e história**. In: VELÔSO, Thelma Maria Grisi. Frutos da terra: memórias da resistência e lutados pequenos produtores ruraisde Camucim (Pitimbu/PB) – Ararquara, 2001.

CARNOY, Martin. **Como devemos estudar a educação de adultos?** (prefácio). In: TORRES, Carlos Alberto. A política da educação não-formal na América Latina. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

CARONE, Edgard. **Movimento operário no Brasil** (1945-1964). – São Paulo: Difel, 1981.

CARVALHO, Romeu de. **Carro doce**. – Rio de Janeiro: Editora Anima Produções Artísticas e Culturais Ltda., 1986.

CASTRO, Hebe. **História social**. in: CARDOSO, Ciro Flamarion.; VAINFAS, Ronaldo. (orgs.) Domínios da história – ensaios de teoria e metodologia. – São Paulo: Editora Campus, 1997.

CAVALCANTI, Paulo. **O caso eu conto como o caso foi**: a luta clandestina: memórias políticas. – 2. ed. – Recife: CEPE, 2008.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma historia das últimas décadas da escravidão na corte. – São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARTIER, Anne-Marie. **Práticas de leitura e escrita**: história e atualidade. – Belo Horizonte: Ceale/Autêntica, 2007.

CHARTIER, Roger. **Cultura escrita, literatura e história**: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit. – Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. – Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

CORDEIRO, Jaime Francisco Parreira. **Falas do novo, figuras da tradição: o novo e o tradicional na educação brasileira (anos 70 e 80)**. – São Paulo: Editora UNESP, 2002.

COSTA, Maria Aída B. **MEB: uma história de muitos**. – Petrópolis: Vozes, 1986. – (Cadernos de Educação Popular).

CRUZ, José Saraiva. **Guerreiro Ramos e a institucionalização democrática brasileira**. in: SENTO-SÉ, João Trajano & PAIVA, Vanilda (org.). Pensamento social brasileiro. – São Paulo: Cortez, 2005.

CUNHA, Alda Maria Borges. **Relembrando os radinhos vestidos**. in: CUNHA FILHO, José Leão do. (org.). Movimento de Educação de Base – MEB 40 anos: crônicas. – Brasília: MEB, 2001.

CUNHA, Antonio Geraldo. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa**. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. **Trombas: um ensaio revolucionário**. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de.; PAULILO, Maria Ignez. (orgs.). Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, v. 1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Direito à educação**: direito à igualdade, direito à diferença. Cadernos de pesquisa, n. 116, p. 245-262, jul., 2002. Disponível em: HTTP://www.scielo.br/scielo.php

DABAT, Christine Rufino. "**Depois que Arraes entrou, fomos forros outra vez"**. Ligas camponesas e sindicatos de trabalhadores rurais: a luta de classes na zona canavieira de Pernambuco segundo cortadores de cana. In: Clio: Revista de Pesquisa Histórica, nº 22, 2004. – Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006.

DÂNGELO, Newton. **Radiofonia, cultura material e sonoridades urbanas**. in: MACHADO, Maria Clara Tomaz e PATRIOTA, Rosangela (org.). Histórias e

historiografia: perspectivas contemporâneas de investigação. – Uberlândia: EUDFU, 2003.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral** – memórias, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. **Questões teórico-metodológicas da história da educação**. in: SAVIANI, Demerval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís. (orgs.). História e história da educação. – 3. ed. – Campinas/SP: Autores Associados: HISTDBR, 2006.

DEZEMONE, Marcus. **Cartas do presidente Vargas: outra forma de luta pela terra**. In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (org.). Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao londo da história, vol. 2: concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960). – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009.

DIEHL, Astor Antônio. **Cultura historiográfica**: memória, identidade e representação. – Bauru, SP: EDUSC, 2002.

DINIZ, Nominado. **"Tele-educação, SIREPA e SETRE"**. in: Revista ASPECTO. João Pessoa. Interplan, 1976.

DURANT, Will. **Anatole France: o homem e sua obra**. – Rio de Janeiro: Tecnoprint Gráfica S.A., 1964.

ELIAS, Norbert. **A solidão dos moribundos**. Seguido de "envelhecer e morrer". – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ELIOT, Thomas Stearns. **Canção de amor de J. Alfred Prufrok**. In: _____. Poemas: 1910-1930. São Paulo: Hucitec, 1980.

EUFLÁVIO, José. **Antônio Dantas: origens e contradições no movimento camponês**. In: GUEDES, Nonato et AL (org.). O jogo da verdade: revolução de 64, 30 anos depois. – João Pessoa: A União, 1994.

ESTEVES, Carlos Leandro da Silva. **Formoso e trombas: luta pela terra e resisitência camponesa em Goiás (1950-1964)**. In: MOTTA Márcia., ZARTH, Paulo (org.). Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história, vol. 2: concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960). – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Escolarização e cultura escolar no Brasil: reflexões em torno de alguns pressupostos e desafios**. in: BENCOSTTA, Marcus Levy Albino (org.). Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos. – São Paulo: Cortez, 2007.

FAUSTO, Boris. **O crime do restaurante chinês**: carnaval, futebol e justiça na São Paulo dos anos 30. – São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio Século XXI escolar**: o minidicionário da língua portuguesa. 4. ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FONTES, Paulo. **Um Nordeste em São Paulo**: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-1966). – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

FREIRE, Paulo. **Conscientização e alfabetização: uma nova visão do processo**. In: FÁVERO, Osmar. (org.). Cultura popular e educação popular: memória dos anos 60. – Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

FREYRE, Gilberto et. al. **Cana e reforma agrária**. – Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesqusas Sociais/MEC, 1970.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e narração em Walter Benjamin**. – São Paulo: Perspectiva: FAPESP: Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1994. – (Coleção estudos:142)

GALEANO, Eduardo. **O livro dos abraços**. – Porto Alegre: LPM, 1991.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **A cultura popular como objeto de estudo**: da "beleza do morto" à compreensão de sujeitos e práticas culturais. In: XAVIER, Libânea Nacif et. al. (org.). Escola, culturas e saberes. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

_____. **Cordel: leitores e ouvintes**. 1. ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GALVÃO, Maria Clara Di Pierro. & GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **Preconceito contra o analfabeto.** – São Paulo: Cortez, 2007 – (coleção preconceitos; v.2)

GARCIA, Regina Leite. **Novos olhares sobre a alfabetização**. In: _____. (org.). Novos olhares sobre a alfabetização. -2. Ed.. – São Paulo: Cortez, 2004.

GARCIA, Marie France. **O bacurau**: étude de case d'um marche situe dans une usina. 1977. 144 f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

GARCIA JR., A. **O sul: o caminho do roçado**. – São Paulo: Marco Zero, 1990.

GARCIA-PARPET, Maria France. **Mercado e modos de dominação: a feira e as vinculações de trabalhadores na *plantation* açucareira nordestina**. In: NEVES, Delma Pessanha; SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil, vol. 1: fomas tuteladas de condição camponesa. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2008.

GERMANO, José Willington. **Lendo e aprendendo: a campanha de pé no chão**, 2ª ed. – São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

_____. **Resistência desfeita: educação, cultura popular, reforma social**. In: XAVIER, Libânea Nacif. et al. (org.). Escola, culturas e saberes. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GÓES, Moacyr de. **De pé no chão também se aprende a ler** (1961-1964): uma escola democrática. – Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.

_____. (org.) **Dois livros de Djalma Maranhão no exílio**. – Natal, RN: Editora Artprint Ltda., 1999.

GOHN, Maria da Glória (org.). **Movimentos Sociais no início do século XXI**; antigos e novos atores sociais. Petrópolis: Vozes, 2008.

GOODY, Jack. (Entrevista**)**. in: PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. **As muitas faces da história**. – São Paulo: Editora Unesp, 2000.

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **Organizações rurais e camponesas no estado do Pará**. In: FERNANDES, MEDEIROS e PAULILO (org.). lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, v. 1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

GUIMARÃES, Luiz Hugo. **1964: recordações da ilha maldita e outros registros**. – Campina Grande: Grafset, 1988.

GURJÃO, Eliete de Queiroz. **Morte e vida das oligarquias**. – João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1994.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A morada da vida**: trabalho familiar de pequenos produtores rurais do Nordeste do Brasil. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HILL, Christopher. **Origens intelectuais da revolução inglesa**. – São Paulo: Martins Fontes, 1992.

HOBSBAWN, Eric J. **Os camponeses e a política**. Ensaios de opinião. – Rio de Janeiro: Ed. Inúbia, 1978, v.8, p. 42-56.

_____. **Sobre história**. – São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **A era do capital** (1848-1875), 13ª ed. – São Paulo: Paz e Terra, 2007.

HOBSBAWN, Eric; RUDÉ, George. **Capitão swing**. – São Paulo: Difel, 1982.

HOBSBAWN, Eric; SCOTT, Joan W. **Sapateiros politizados**. in: HOBSBAWN, Eric. Mundos do trabalho: novos estudos sobre hitória operária. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000

JULIÃO, Francisco. **Que são as ligas camponesas?** – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

_____. **O ABC do camponês**. In: AUED, Bernadete W. A vitória dos Vencidos: Partido Comunista Brasileiro e Ligas Camponesas(1955-1964). – Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

_____. **Carta de alforria do camponês**. In: AUED, Bernadete W. A vitória dos Vencidos: Partido Comunista Brasileiro e Ligas Camponesas(1955-1964). – Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

_____. **Até quarta Isabela!** – Recife: Editora Bagaço, 2007.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. 3.m ed. – São Paulo: Nova Cultural, 1987. – (Os Pensadores).

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. – 2. ed.. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LE GOFF, Jacques. **Documento/Monumento**. trad. S.F. Borges. in: Enciclopédia Einaudi – 1. Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984.

_____. **Ensaios de ego-história**. Lisboa: Edições 70, 1989.

_____. **História e memória**. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

LEITE, Edgard Teixeira. **Reforma agrária, ligas camponesas, justiça rural**. – Conferência realizada no Instituto dos Advogados Brasileiros, 1961.

LEVI, Giovanni. **Sobre a micro-história**. In BURKE, Peter (org.). A escrita da história: novas perspectivas. – São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira. **Colonizador-colonizado**: uma relação educativa no movimento da história. – Belo Horizonte: UFMG, 1985.

LOURO, Guacira Lopes. **O cinema como pedagogia**. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (org.). 500 anos de educação no Brasil. – Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MAIA, Sabiniano. **Sapé, sua história, suas memórias** (1883-1985). – João Pessoa: UNIGRAF, 1985.

MALERBA, Jurandir. **Teoria e história da historiografia**. In: MALERBA, Jurandir (org.). a história escrita: teoria e história da historiografia. – São Paulo: Contexto, 2006.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. **Infância camponesa: processos de socialização**. In: NEVES, Delma Pessanha; SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil, vol. 1: fomas tuteladas de condição camponesa. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2008.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. – Rio de Janeiro: Petrópolis, 1995.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. – São Paulo: Contexto, 2007.

MELLO, José Octávio de Arruda. **Sociedade e poder político no Nordeste**, o caso da Paraíba (1945-1964). – João Pessoa: Editora Universitária, 2001.

MELLO, Marisol Barenco de. **Entre-lugares das lógicas: alfabetização e pós-colonialismo**. In: GARCIA, Regina Leite. (org.). novos olhares sobre a alfabetização. – 2. Ed. – São Paulo: Cortez, 2004.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória**: a cultura popular revisitada, 3ª ed. - São Paulo: Contexto, 1994.

_____. **As ligas camponesas e os conflitos no campo**. In: ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. & BARRETO, Túlio Velho. (orgs.). 1964: o Golpe passado a limpo – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Masangana, 2007.

MORAIS, Clodomir Santos de. **História das ligas camponesas do Brasil**. In: STEDILE, João Pedro. (org.). a questão agrária no Brasil: história e natureza das ligas camponesas (1954-1964) – São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MORAIS, Dênis de. **A esquerda e o Golpe de 64**: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões. – Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

MOREIRA, Emília. **Por um pedaço de chão**. – João Pessoa: UFPB, 1997.

MORIN, Edgar. **O método**. 4. As idéias: hábitat, vida, costumes, organização. Porto Alegre: Sulina, 1998.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Os sentidos da alfabetização**: (São Paulo/1876-1994). – São Paulo: Editora UNESP, 2000.

NETO, Raimundo barbadinho. **Antologia de textos do modernismo**. – Rio de janeiro: Ao Livro Técnico, 1982.

NOVOA, Antonio. **"Inovação e história da educação"**, in: Teoria & Educação. Porto Alegre, nº 6, 1992.

OCHOA, Maria Glória Wormald. **As origens do movimento sindical de trabalhadores rurais no Ceará** (1954-1964). – Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/Stylus Comunicações, 1989.

ODILON, Marcus. **Quando Sapé ganhou fama nacional**. – João Pessoa: IHGP, 2000.

O' DWYER. **Carteira assinada: "tradicionalismo do desespero"?.** In: NEVES, Delma Pessanha; SILVA, Aparecida de Moraes. (org.). Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil, vol. 1: formas tuteladas de condição campoensa. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2008.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Teses (equivocadas?) sobre a questão nacional no Brasil**. In: SENTO-SÉ, João Trajano; PAIVA, Vanilda. Pensamento social brasileiro. (org.) – São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, Bernadete Castro. **Terra, trabalho e crenças: identidade e territorialidade camponesa**. in: NEVES, Delma Pessanha. (org.). Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil, v.2: formas dirigidas de constituição do campesinato. - São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

PAGE, Joseph. **Caos no campo**. In: STEDILE, João Pedro. (org.). A questão agrária no Brasil: história e natureza das ligas camponesas (1954-1964) – São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PAIVA, Vanilda Pereira. **"Paulo Freire e o nacionalismo desenvolvimentista"**, in: Educação e transformação, 2. – Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

_____. **Pedagogia e luta social no campo paraibano**. In: Educação e Sociedade. São Paulo: Cortez, 1984.

_____. **Educação popular e educação de adultos**. – São Paulo: Edições Loyola, 1987.

PAIVA, Marlúcia Menezes de. (org.) **Escolas radiofônicas de Natal**: uma história construída por muitos (1958-1966). – Brasília: Liber Livro Editora, 2009.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. **As muitas faces da história**: nove entrevistas. – São Paulo: Editora UNESP, 2000.

PERRENOUD, Philippe. **A escola dever seguir ou antecipar as mudanças sociedade?** In: THURLER, M.G., PERRENOUD, P. A escola e a mudança. Trad. port. Lisboa: Escolar, 1994.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. – Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Universidade São Francisco, 2002. – (Coleção educação contemporânea).

PINTO, Álvaro Vieira. **Consciência e realidade nacional**. – Rio de Janeiro: ISEB, v. 1 e 2, 1960.

PINTO, Pimentel Júlio. **Uma memória do mundo**: ficção, memória e história em Jorge Luís Borges. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

POLLAK, Michel. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos históricos. – Rio de Janeiro: , vol. 5, n 10, p. 200-215, 1992.

PORTELLI, Alessandro. **Intervistare il movimento**: Il '68 e la storia orale. i Giorni Cantati. – Roma: anno III, n. 9, p. 27-32, 1989.

_____. **Le Fosse Ardeatine e la memoria**: rapporto su um lavoro in corso. In: PAGGI, L. (a cura). Le memorie della Republlica. Milano: Il Saggiatore, 2000. P. 89-154.

PORTO, Maria das Dores Paiva de Oliveira e LAGE, Iveline Lucena da Costa. **Ceplar: história de um sonho coletivo.** – João Pessoa: Departamento de Produção Gráfica da SEC, 1995. (Biblioteca Paraibana - XIII).

PRESTES, Anita Leocádia. **A que herança os comunistas devem renunciar?** – Porto Alegre: Oitenta, 1980.

RAMOS, Severino. **Crimes que abalaram a Paraíba**. – João Pessoa: Editora Grafset, 1989.

RANGEL, M. do S. **Medo da morte e esperança de vida: uma história das Ligas Camponesas**. – Caminas, 200. Dissertação (Mestrado) – Programa de pós-Graduação do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Estadual de campinas.

RÊGO, André Heráclito do. **Família e coronelismo no Brasil**: uma história de poder. – São Paulo: A Gerafa Editora, 2008.

RIBEIRO FILHO, João. **O sindicalismo do meu tempo**. – João Pessoa: Empório dos Livros, 1999.

RICOEUR, Paul. **História e verdade**. – Rio de Janeiro: Forense, 1968.

RODRIGUEZ, Janete Lins. **Atlas geográfico da Paraíba**. – João Pessoa: Grafset, 2000.

RUDÉ, George. **A multidão na história**: estudo dos movimentos populares na França e Inglaterra. – Rio de Janeiro: Campus, 1991.

SANTANA, Martha M. Falcão de Carvalho e Morais. **Nordeste, açúcar e poder**: um estudo da oligarquia açucareira na Paraíba (1920-1962). – João Pessoa: CNPq/UFPB, 1990.

SANTIAGO, Vandeck. **Julião, as ligas camponesas e o golpe militar de 1964**. – Recife: Diário de Pernambuco, [2004]. – (documento).

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. – São Paulo: Cortez, 2000.

SÃO PAULO, Arquidiocese de. **Brasil: nunca mais**. – 36. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SCOCUGLIA, Afonso Celso Caldeira. **Histórias inéditas da educação popular**: do sistema Paulo Freire aos IPMs da ditadura. – João Pessoa: Editora Universitária/UFPB; São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2000.

_____. **História, política e educação: Brasil/Paraíba, anos 1960**. 2002. Tese. Centro de Educação/Departamento de Fundamentação da Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa-PB.

VELÔSO, Thelma Maria Grisi. **Frutos da terra**: memórias da resistência e luta dos pequenos produtores rurais de Camucim (Pitimbu/PB).2001.355f. Tese. Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

_____. **Educação de jovens e adultos**: histórias e memórias da década de 60. – Brasília: Plano Editora, 2003.

SCHOPENHAUER, Arthur. **A arte de escrever**. - Porto Alegre: L&PM, 2009.

SIGAUD, Lygia. **Os clandestinos e os direitos**: estudos sobre trabalhadores da cana-de-açúcar em Pernambuco. – São Paulo: Livraria das Duas Cidades, 1979.

SILVA, Justina Iva de A. **Estudantes e política**: estudos de um movimento (RN – 1960-1969). – São Paulo: Cortez, 1989.

SILVA, Waldir Porfírio. **Bandeiras vermelhas**: a presença dos comunistas na Paraíba (1900 a 1960). – João Pessoa: Texoarte, 2003.

SILVA, José Alves da Silva. **Camucim na praça**. [S.I.: s. n.], [19--].

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Greve na fazenda**. in: NEVES, Delma Pessanha; SILVA, Maria Aparecida de Moraes (orgs.). Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil, volume 1: formas tuteladas de condição camponesa. – São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2008 – (História social do campesinato brasileiro)

SOARES, Magda Becker. **Universidade, alfabetização e cidadania**. Caminhos. – Belo Horizonte, n. 1, p.37-41, jun. 1990.

SOARES, José Arlindo. **A frente do Recife e o governo do Arraes**: nacionalismo em crise 1955-1964. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOUZA, Francisco de Assis Lemos de. **Nordeste, o Vietnã que não houve**: ligas camponesas e o Golpe de 64. – Londrina: Editora UEL/Editora da Universidade Federal da Paraíba, 1996.

SOUZA, Francisco de Assis Varela. **A questão agrária nacional e assentamentos rurais na Paraíba.** – 2ª Ed. João Pessoa: Idéia, 2002.

STUCKERT FILHO, Gilberto. **Parahyba: capital em fotos**. – João Pessoa: F & A, 2005.

SYLVESTRE, Josué. **Nacionalismo & coronelismo**: fatos e personagens da história de Campina Grande e da Paraíba (1954-1964). – Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

TAVARES, Maria Teresa Goudard. **A (in)visibilidade que a escola (ainda) não vê: "tias negras" em sala de aula**. In: GARCIA, Regina Leite. (org.). Novos olhares sobre a alfabetização. – 2. Ed. – São Paulo: Cortez, 2004.

THOMPSON, E.P. **A miséria da Teoria ou um planetário de erros –** uma crítica ao pensamento de Althusser. O termo ausente: Experiência. Rio de Janeiro: Zahar,1981.

_____. **A formação da classe operária inglesa**: a árvore da liberdade. v. I. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **A formação da classe operária inglesa**: a força dos trabalhadores. v.III. –Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987b.

_____. **Costumes em comum**. Estudos sobre cultura popular e tradicional. – São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Organizadores: Antônio Luigi Negro e Sérgio Silva. – Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado** – história oral. Rio de janeiro: Paz e Terra, 1992.

TURINI, Leide Alvarenga. **A crítica da história linear e da idéia de progresso: um diálogo com Walter Benjamin e Edward Thompson**. in: Educação e Filosofia, 18(35/36) 93-125, jan./dez.2004.

VALE, Antônio Marques do. **O ISEB, os intelectuais e a diferença**: um diálogo teimoso na educação. – São Paulo: Editora Unesp, 2006.

VAN HAM, Antonia M. et al. (org.). **Memórias do povo: João Pedro Teixeira e as ligas camponesas** – deixemos o povo falar. – João Pessoa: Idéia, 2006.

VANSINA, Jan. **La tradición oral**. – Barcelona: Editorial Labor s.a., 1968.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Memória operária: um estudo de caso com a utilização do método de história oral**. In: MEIHY, José Carlos Sebe. (org.). (Re) introduzindo a história oral o Brasil. – São Paulo: Xamã, 1996.

VELÔSO, Thelma Maria Grisi. **Frutos da terra**: memórias da resistência e lutados pequenos produtores rurais de Camucim (Pitimbu/PB).2001.355f. Tese. Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

VERNANT, Jean-Pierre. **Entre o mito e política**. São Paulo: Edusp, 2001.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **educar para transformar**: educação popular, igreja católica e política no movimento de educação de base. – Petrópolis: Vozes, 1984.

WELCH, Clifford Andrew. **Os camponeses entram em cena**: a iniciação da participação política do campesinato paulista. In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo

(org.). formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história, vol. 2: concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960). – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009.

b) Entrevistas Temáticas

CARMO, Antônia Clara do. Concedida ao autor em 23 de outubro de 2009, Miriri (Sapé-PB). Transcrita a partir de gravações realizadas em dois suportes digitais (MP3, MP4).

LAGE, Iveline Lucena da Costa Lage. Concedida ao autor em 26 de outubro de 2009, João Pessoa-PB. Transcrita a partir de gravações realizadas em dois suportes digitais (MP3, MP4).

NASCIMENTO, João Augusto do. Concedida ao autor em 22 de outubro de 2009, Carrasco (Guarabira-PB). Transcrita a partir de gravações realizadas em dois suportes digitais (MP3, MP4).

PEQUENO, João Henrique. Concedida ao autor em 22 de outubro de 2009, Inhaoá (Sapé-PB). Transcrita a partir de gravações realizadas em dois suportes digitais (MP3, MP4).

PINTO, Pedro Conrado. Concedida ao autor em 22 de outubro de 2009, Miriri (Sapé-PB). Transcrita a partir de gravações realizadas em dois suportes digitais (MP3, MP4).

REIS, Isabel Regina. Concedida ao autor em 16 de outubro de 2009, Bairro Nova Brasília (Sapé-PB). Transcrita a partir de gravações realizadas em dois suportes digitais (MP3, MP4).

SILVA, Ana Clara do Carmo da. Concedida ao autor em 22 de outubro de 2009, Inhaoá (Sapé-PB). Transcrita a partir de gravações realizadas em dois suportes digitais (MP3, MP4).

SILVA, Severino Pedro da. Concedida ao autor em 19 de outubro de 2009, Miriri (Sapé-PB). Transcrita a partir de gravações realizadas em dois suportes digitais (MP3, MP4).

SOUZA, Manoel Bezerra de. Concedida ao autor em 15 de outubro de 2009, Rua Nova (Sapé-PB). Transcrita a partir de gravações realizadas em dois suportes digitais (MP3, MP4).

SOUZA, Matilde Guilhermino de. Concedida ao autor em 19 de outubro de 2009, Nova Brasília (Sapé-PB). Transcrita a partir de gravações realizadas em dois suportes digitais (MP3, MP4).

SOUZA, Severino Guilhermino de. Concedida ao autor em 19 de outubro de 2009, Nova Brasília (Sapé-PB). Nova Brasília (Sapé-PB). Transcrita a partir de gravações realizadas em dois suportes digitais (MP3, MP4).

SOUZA, Severino Guilhermino de. Concedida ao autor em 20 de outubro de 2009, Nova Brasília (Sapé-PB). Transcrita a partir de gravações realizadas em dois suportes digitais (MP3, MP4).

TEIXEIRA, Elizabeth Altina. Concedida ao autor em 09 de outubro de 2009, Cruz das Armas (João Pessoa-PB). Transcrita a partir de gravações realizadas em dois suportes digitais (MP3, MP4).

c) Outras entrevistas

FILHO, João Agripino. Depoimento oral do ex-governador ao CPDOC-FGV em 1978, transcrito pelo NDHIR/UFPB (p. 237-238).

"JOCA". Depoimento oral ao CPDOC-FGV, em 1985, transcrito pelo NDHIR/UFPB, 1985, p.8.

d) Jornais

MOVIMENTO SINDICAL: Juventude Camponesa de Sapé: Associação. *Correio da Paraíba*. João Pessoa, p. 8 e 9, 24 set. 1963.

AGREDIU Advogada e Camponeses em Ingá. *Correio da Paraíba*. João Pessoa, p. 10, 04 out. 1963.

ASSOCIAÇÃO dos Estudantes Secundários da Paraíba (Nota Oficial). *Correio da Paraíba*. João Pessoa, p. 5, 18 dez. 1963

TRABAHADORES Rurais Acusam Proprietários. *Correio da Paraíba*. João Pessoa, p. 5, 24 set. 1963

CONTINUA Greve da Usina Monte Alegre. *Correio da Paraíba*. João Pessoa, p. 5, 13 dez. 1963.

MEC vai Aplicar 138 Milhões em Alfabetização na Paraíba. *Correio da Paraíba*. João Pessoa, p. 6, 17 ago. 1963

CAMPONÊS Come o Boi Que Entrar em Suas Terras. *Correio da Paraíba*. João Pessoa, p. 7, 22 nov. 1963

CONTINUA Onda de Greves dos Camponeses: Agora Mirriri. *Correio da Paraíba*. João Pessoa, p. 5, 12 dez. 1963

CEPLAR com a Prefeitura Alfabetizarão Rio Tinto. *Correio da Paraíba*. João Pessoa, p. 7, 08 nov. 1963.

COMEÇA a Extinção do Regime co "Cambão" na Zona de Sapé. *Correio da Paraíba*. João Pessoa, p. 5, 21 nov. 1963.

ECONOMIA Doméstica no Meio Rural: Iniciativa que Deve Estender-se a Todo País. *A União*, João Pessoa, p. 5, 20 mar. 1959.

II CONGRESSO Nacional de Educação de Adultos. *A União*. João Pessoa, p. 2, 30 maio 1958.

O MINISTRO da Educação Presta Informações à Imprensa Sôbre o II Congresso Nacional de Educação de Adultos. *A União*. João Pessoa, 15 jun. 1958.

CAMPONESES Exigindo Décimo Terceiro Mês. *A União*. João Pessoa, p. 3, 07 mar. 1963.

CAMPONESES Pernambucanos Obtiveram o 13º Salário. *A União*. João Pessoa, p. 4, 08 mar. 1963.

CINCO MIL Camponeses Foram ao Entêrro de João Pedro Mostrar que a Luta Continua. *A União*. João Pessoa, p. 5-7, 04 abr. 1962.

CHOQUE ARMADO Entre Proprietários e Camponeses: 1 Morto e 6 Feridos. *A União*. João Pessoa, p. 5, 27 fev. 1962.

CIA. Usinas São João e Santa Helena em sua Marcha de Criar e Distribuir Riqueza. *A União*. João Pessoa, p. 4, 16 jul. 1963.

PAIVA, Lingard Miller. A Sindicalização Rural. *A União*. João Pessoa, p.8-9, 03 dez. 1961.

LEI nº 167, de 13 de Dezembro de 1960. *A União*. João Pessoa, p. 7, 03 set. 1961

RELAÇÃO GERAL dos Municípios Paraibanos. A União. João Pessoa, p. 4, 15 mar. 1962.

O QUE FOI o Govêrno Pedro Gondim (Edição Especial). *A União*. João Pessoa, p. 34, s/d.

CAMPONEZ foi Enchocalhado por um Grupo de Trabalhadores das "Ligas". *O Norte*. João Pessoa, p. 7, 05 jan. 1964.

MARI: Onze Cadáveres Foram o Saldo da Terrível Luta. *O Norte*. João Pessoa, p. 5 e 7, 17 jan. 1964.

CAMPINA GRANDE, Ancar e Cooperativas. *Evolução*. Campina Grande, p. 2 e 4, 5 a 12 jan. 1959.

NOTÍCIAS DE SAPÉ: Fundada a Associação dos trabalhadores de Sapé – Delegações Sindicais Presentes – Palavra do Professor Assis Lemos e do Deputado Jacob Frantz. *Evolução*. Campina Grande, p. 4, 7 a 12 set. 1958.

DIÁRIO do Congresso Nacional (Seção II). Brasília, p. 932, maio de 1959.

d) Revistas

A LAVOURA, ano LXV, julho-agosto,1962

A RURAL, ano XXXVIII, nº 446, junho, 1958, p. 65,-67.

REVISTA DA SOCIDADE RURAL BRASILEIRA, ano XXVIII, nº 332, maio, 1948, p. 37-38.

REVISTA TERCEIRO MUNDO, ano XXI, nº 191, novembro/1995.

e) Documentos Administrativos do Governo do Estado da Paraíba

PARAÍBA, Governo do estado da. Anteprojeto de Lei s/n. Autoriza o Poder Executivo a elevar a subvenção concedida à CEPLAR. cx. 96, ano 1963, Governos Estaduais : Pedro Moreno Gondim (1961-1966). – Fundação Espaço Cultural da Paraíba – FUNESC Arquivo Histórico.

_____. Relação dos Decretos do Governo do Estado da Paraíba (1957-1963). cx. 98, ano 1963, Governos Estaduais : Pedro Moreno Gondim (1961-1966). – Fundação Espaço Cultural da Paraíba – FUNESC Arquivo Histórico.

_____. Decreto nº 236, de 06/10/1961. Que institui a Campanha Estadual de Educação de Adultos. cx. 58, ano 1959, Governos Estaduais : Pedro Moreno Gondim (1961-1966). – Fundação Espaço Cultural da Paraíba – FUNESC Arquivo Histórico.

_____. Veto ao Decreto nº 236, de 06/10/1961. cx. 58, ano 1959, Governos Estaduais : Pedro Moreno Gondim (1961-1966). – Fundação Espaço Cultural da Paraíba – FUNESC Arquivo Histórico.

SILVA, Alfredo (presidente da Liga Camponesa de Alagoa Grande). Cópia de Telegrama nº 325, de 13/02/1964. cx. 104, ano 1963, Governos Estaduais : Pedro Moreno Gondim (1961-1966). – Fundação Espaço Cultural da Paraíba – FUNESC Arquivo Histórico.

f) Legislação

BRASIL, Lei nº 1.802, de 05 de janeiro de 1953. Define os Crimes contra o Estado e a Ordem Pública e Social. Disponível em http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/128791/lei-1802-53.

g) Censos, Anuários e Perfis Municipais

IBGE. Anuário Estatístico da Paraíba (1953-1956) – 1959, João pessoa, Departamento Estadual de Estatística, Tip. N.S. da Penha.

_____. Censo Agrícola de 1960. – Rio de Janeiro (GB)Volume II, tomo V, 1ª parte. VII Recenseamento geral do Brasil. Serviço Nacional de Recenseamento. Impresso nas oficinas do serviço gráfico do IBGE.

_____. Censo Demográfico de 1960 (Rio grande do Norte e Paraíba) – Rio de Janeiro (GB). Série Regional, Volume I, Tomo V. VII Recenseamento Geral do Brasil. Departamento de Estatísticas da População. Impresso nas oficinas do serviço gráfico do IBGE.

_____. Anuário Estatístico do Brasil de 1962. Ano XXIII. – Rio de Janeiro (GB). Conselho Nacional de Estatística. Impresso nas oficinas do serviço gráfico do IBGE.

PARAÍBA. Perfil Municipal de Sapé. – 1985, João Pessoa. Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral.

_____. Relatório Preliminar do Desenvolvimento Integrado. – 1973, Sapé. Ministério do Interior, Programa de Ação Integrada.

h) Filmes (DVD)

CABRA MARCADO PARA MORRER. Direção Eduardo Coutinho. Globo Vídeos Produções (Tesouros Brasileiros – Cinema Nacional): Rio de Janeiro, 1984. 1 DVD (120 min.). Sonoro, digital. Português.

1 Conferir site: www.asbraer.com.br – Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e de Extensão Rural, acessado em 08/07/2009, às 18:10 h.

i) Arquivo pessoal de Isabel Regina Reis

BORGES, Abílio Cesar. **Geometria popular prática**: agrimensura, estereometria e arquitetura. – São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1949.

EXAME DE FORMAÇÃO da Escola Rudimentar Rural Mista de Cachoeira, em 28 de novembro de 1949. (manuscrito).

PARAÍBA, Governo do Estado da. **Portaria nº 63,de 03 de maio de 1959**. – Secretaria de Educação de Adultos.

_____. **Portaria s/n., de 01 de junho de 1960**. – Secretaria de Educação de Adultos.

PEDROSA, Monsenhor Odilon Alves. **Caminhos Andados, Mares e Céus**. (trecho manuscrito).

PROVA ESCRITA de Exame Final da Escola Rudimentar de São Salvador, de 15 de novembro de 1948. (manuscrito).

ANEXOS

Roteiro de Entrevistas

Sujeitos: alunos do SIREPA

- Você lembra como surgiu essa idéia das aulas?

- Como se chamava a escola? Tinha nome?

- E como eram essas aulas? As aulas aconteciam pelo rádio? Os alunos recebiam rádios?

- O que se ensinava nessas aulas? Português? Matemática?

Vocês seguiam bem certinho as aulas do rádio ou conversavam sobre outros assuntos?

- Onde eram as aulas?

- Quais os materiais que tinha na sala de aula?

- Vocês recebiam algum material?

- Quais os dias da semana em que aconteciam as aulas? E o horário das aulas? Qual era a estação de rádio que vocês ouviam?

- Quantos alunos tinham na sala?

- Chegou a conhecer outras escolas igual à sua em Sapé? (Como era? Em casa ou escolas?)

- Quanto tempo durou essa "escola"?

- Como os alunos se comportavam durante as aulas? (conversavam muito? Prestavam atenção?)

- O que você aprendeu durante as aulas?

- Vocês faziam provas? E dever de casa? Passavam de ano ou eram reprovados?

- Naquela época, qual era a importância da educação para você?

Roteiro de Entrevistas

Sujeitos: monitores/alfabetizadores do SIREPA ou da CEPLAR

- Onde se realizavam as aulas?

- Quais os materiais/recursos existentes em sala de aula?

- Quais os materiais distribuídos aos alunos?

- Qual era o conteúdo das aulas?

- Quais os dias e os horários em que se realizavam as aulas?

- Quanto tempo durou essas "escolas"?

- Você chegou a participar de algum curso para ser professor(a)? Onde foi? Quanto tempo durou?

- Como os alunos se comportavam durante as aulas? (conversavam muito? Prestavam atenção?)

- Vocês faziam provas? E dever de casa, você passava? Você reprovava alunos?

- Naquela época, qual era a importância da "escola" para você?